

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: organizações, inovações e sustentabilidade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-556-3

DOI 10.22533/at.ed.563201711

1. Ciências Sociais. 2. Organizações. 3. Inovações. 4. Sustentabilidade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, inovações e sustentabilidade”, são ao todo trinta e seis artigos dispostos em dois volumes.

As pesquisas apresentadas congregam esforços de análises e reflexões relevantes sobre a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere as relações conflituosas entre inovação e sustentabilidade e a busca de estratégias para resolução destes conflitos.

Os artigos que compõem o volume 1 possibilitam ao leitor o acesso pesquisas relacionadas às políticas públicas, relações políticas, questões de gênero, capital, renda e processos organizacionais. Os temas são abordados a partir de categorias de análise relevantes para a compreensão das relações que permeiam a sociedade brasileira, como a cordialidade, o patrimonialismo e a representatividade.

Ainda no volume 1, destaca-se que os temas são tratados de forma a considerar a importância e impactos da democracia ou da fragilidade desta diante da falta de representatividade, possibilidades de participação e tomada de decisão. Sendo considerado nestes aspectos as disputas de classe e reconhecendo-se os impactos diretos para as questões de gênero, raciais, de acessibilidade, mobilidade e exclusão financeira.

As pesquisas apresentadas no volume 2 do e-book estão vinculadas a duas temáticas centrais, o primeiro é sustentabilidade e meio ambiente, com estudos que tratam sobre a relação da temática com a produção do lixo, o consumo, práticas sustentáveis, processos participativos, tomadas de decisão e comunidades tradicionais. Por outro viés, a temática sustentabilidade e meio ambiente é também analisada a partir da responsabilidade social diante das problemáticas apresentadas pelo agronegócio e sistema empresarial e impactos destes para o meio ambiente.

Para finalizar, são apresentados artigos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre inovação e sustentabilidade em processos educacionais através do uso de bibliotecas, contações de histórias, alfabetização digital e funções de linguagem.

Com temática contemporânea e imprescindível para as relações estabelecidas nos diferentes aspectos da vida social, espera-se com os artigos apresentados contribuir para o reconhecimento de desafios e estratégias construídas coletivamente, bem como, para novas análises da temática e com diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

REALIDADE AUMENTADA EM BIBLIOTECAS : DISCUSSÃO DA SUA INCORPORAÇÃO EM BIBLIOTECAS

David Vernon Vieira

DOI 10.22533/at.ed.5632017111

CAPÍTULO 2..... 7

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA ENTRE A RACIONALIZAÇÃO E O PATRIMONIALISMO

Renato Somberg Pfeffer

DOI 10.22533/at.ed.5632017112

CAPÍTULO 3..... 19

PERFIL DE PREMATURIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Daniel Rocha Ramos

Luara Ramos Rodrigues

Paula Campos Perim

Antônio Chambô Filho

Janine Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.5632017113

CAPÍTULO 4..... 29

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA NOS DESLOCAMENTOS A PÉ: AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E AUTONOMIA DO PASSEIO PÚBLICO EM QUATRO CIDADES PAULISTAS

Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi

Camila Moreno de Camargo

Maria Karoline Souza Garcia

Ana Paula Sylvestre Roldão

Priscila Kauana Barelli Forcel

DOI 10.22533/at.ed.5632017114

CAPÍTULO 5..... 45

INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

Daiana de Medeiros Brandão

DOI 10.22533/at.ed.5632017115

CAPÍTULO 6..... 59

“CORDIALIDADE DO BRASILEIRO” NO SÉCULO XXI: ACIRRAMENTO DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DE PODER POLÍTICO E IDEOLÓGICO- FRAGMENTAÇÕES NEGATIVAS? O ECO...

Ednaldo Emílio Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.5632017116

CAPÍTULO 7	67
JORNALISMO E QUESTÃO RACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE (FALTA DE) REPRESENTATIVIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS	
Aline da Silva Novaes	
Marcos Vinícius Aragão Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.5632017117	
CAPÍTULO 8	77
“FÁTIMA DO PT”: RAREFAÇÃO DO SUJEITO E ANÁLISE DO DISCURSO DA COBERTURA DO BLOG DO BG SOBRE A GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA	
Daniel Dantas Lemos	
Lucas Oliveira de Medeiros	
Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros	
Maria Ylanna Pires Bezerra	
Rayane Fernandes da Silva	
Victória Zilmara Alves	
DOI 10.22533/at.ed.5632017118	
CAPÍTULO 9	89
CARTOGRAFIA HISTORIOGRÁFICAS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS E AS PRÁTICAS GUARANI	
Clovis Antonio Brighenti	
Rafael Fonseca Gomes Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.5632017119	
CAPÍTULO 10	103
DIFERENÇAS SALARIAIS E DISCRMINAÇÃO POR GÊNERO E COR NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Maylisson Rodrigo Fonseca	
Davi Winder Catelan	
Matheus Demambre Bacchi	
Priscila Akimi Hayashi	
Katy Maia	
DOI 10.22533/at.ed.56320171110	
CAPÍTULO 11	117
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIRIGIDA À MULHER: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA	
Mariana Ferrão Bittencourt	
Silvia Moreira Trugilho	
DOI 10.22533/at.ed.56320171111	
CAPÍTULO 12	127
MÃES NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE ACERCA DO HABEAS CORPUS 143.641	
Lorena Monteiro Silva	
Letícia Francielly Farias Ferreira	
Mayara Toledo da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.56320171112

CAPÍTULO 13..... 130

EXCLUSIÓN FINANCIERA, USO DE FUENTES NO FORMALES DE FINANCIAMIENTO E INFORMALIDAD EN LOS COMERCIANTES MAYORISTAS DE COLOMBIA. EL CASO DE CORABASTOS

Carlos Julio Moreno
Sindy Carolina Díaz Perdomo
Cristian Orlando Avila Quiñones

DOI 10.22533/at.ed.56320171113

CAPÍTULO 14..... 147

ILEGALIDADES NA TAXAÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Silvana Potrich Cescon
João Porto Silvério Junior

DOI 10.22533/at.ed.56320171114

CAPÍTULO 15..... 153

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TESTE HOUSE-TREE-PERSON (HTP) NO PROCESSO SELETIVO DE UMA EMPRESA PETROLÍFERA

Letícia Martins Ribeiro Candido
Ana Karolina Sousa Leite
Verilânia Alves da Mata

DOI 10.22533/at.ed.56320171115

CAPÍTULO 16..... 171

COOPERATIVISMO: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS

Neiva Feuser Capponi
André Fernando Hein
Lígia Fiedler
Marines Luiza Guerra Dotto
Milena Bortoleti Ewerling

DOI 10.22533/at.ed.56320171116

CAPÍTULO 17..... 181

FEIRA DE NOVOS NEGÓCIOS: INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE EM AÇÃO

Márcia Célia Galinski Kumschlies

DOI 10.22533/at.ed.56320171117

CAPÍTULO 18..... 191

PSYCHOLOGICAL SAFETY: DISCUSSIONS ON THE MEANING AND IMPLICATIONS IN ORGANIZATIONAL PRACTICES

Pérola Cavalcante Dourado
Adriana Souza D'Almeida

DOI 10.22533/at.ed.56320171118

CAPÍTULO 19.....	200
A IDEOLOGIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS Gisele Ferreira Kravicz DOI 10.22533/at.ed.56320171119	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	210

CAPÍTULO 1

REALIDADE AUMENTADA EM BIBLIOTECAS: DISCUSSÃO DA SUA INCORPORAÇÃO EM BIBLIOTECAS

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 01/09/2020

David Vernon Vieira

Curso de Biblioteconomia – Centro de Ciências
Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Cariri
Juazeiro do Norte-CE
<http://lattes.cnpq.br/3561131844492762>
<https://orcid.org/0000-0001-8229-162X>

RESUMO: Em um ambiente virtual onde estudantes interagem naturalmente com as novas tecnologias as bibliotecas devem ampliar as possibilidades de experiência neste espaço. Discute-se a incorporação da realidade aumentada em bibliotecas de modo a propiciar aos estudantes um aprendizado mais dinâmico e atrativo. Para isso, faz-se um levantamento bibliográfico por meio de livros, artigos e sites de internet em português, inglês e espanhol, bem como no portal de periódicos da Capes. Observa-se que foram encontrados alguns textos provenientes de monografias e artigos de eventos da área de Comunicação e Informação aqui no Brasil. O resultado da pesquisa mostra que já existem diversos trabalhos sobre o assunto que consideram que a aplicação da Realidade Aumentada faz aumentar o aprendizado e engajamento dos usuários de bibliotecas. Conclui-se que o potencial da tecnologia presente na Realidade Aumentada pode ser benéfico para trazer os usuários para a biblioteca propiciando

uma experiência imersiva que não tem quase nenhum custo associado.

PALAVRAS-CHAVE: Realidade Aumentada, Bibliotecas, Experiência do Usuário, Interatividade, Tecnologia da Informação, Dispositivos Móveis.

AUGMENTED REALITY IN LIBRARIES: DIALOG OF YOUR ADOPTION IN LIBRARIES

ABSTRACT: In a virtual environment where students interact naturally with new technologies, libraries must expand the possibilities of experience in this space. The incorporation of augmented reality in libraries is discussed in order to provide students with more dynamic and attractive learning. For this, a bibliographic survey is carried out through books, articles and internet sites in Portuguese, English and Spanish, as well as on the Capes periodical portal. It is observed that some texts were found from monographs and articles from events in the area of Communication and Information here in Brazil. The result of the research shows that there are already several works on the subject that consider that the application of Augmented Reality increases the learning and engagement of library users. It is concluded that the potential of the technology present in Augmented Reality can be beneficial to bring users to the library, providing an immersive experience that has almost no associated costs.

KEYWORDS: Augmented Reality, Libraries, User Experience, Interactivity, Information Technology, Mobile devices.

1 | INTRODUÇÃO

Em um ambiente predominado por estudantes com seus próprios dispositivos móveis surge a necessidade de avaliar novas tecnologias que possibilitem aos usuários de bibliotecas ter o acesso à informação e, também, ampliar as possibilidades de experiência neste espaço. Nesta situação, pode-se sugerir a tecnologia da realidade aumentada que permite de forma inovadora criar um ambiente virtual interativo fazendo com que os estudantes tenham um aprendizado mais dinâmico e atrativo trazendo informações em tempo real.

Neste contexto, a influência das tecnologias requer que se acompanhe quais são as tendências tecnológicas apresentadas por consultorias que estudam o assunto. Relatório desenvolvido pela ABI Research (2018) elenca 19 tecnologias que irão transformar o ambiente de negócios até o ano de 2025, dentre elas estão a Realidade Aumentada (RA), a infraestrutura de redes 5G, a Segurança Digital, a Robótica, o *BlockChain*, as *Smart Cities* e os *Wearables* (dispositivos vestíveis), etc. O documento destaca ainda que a RA irá crescer 84,5% até o ano de 2020.

De acordo com Kirner e Siscoutto (2007) Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada são duas áreas relacionadas com as novas gerações de interface do usuário, facilitando e potencializando as interações do usuário com as aplicações computacionais.

O conceito de realidade virtual apresentado por Shuterland (1963) ganhou força na década de 1990 quando o avanço tecnológico propiciou condições para a execução da computação gráfica interativa.

Já o conceito da realidade aumentada surgiu dessa evolução tecnológica ocorrida nessa época onde a RA permite a sobreposição de objetos e ambientes virtuais com o ambiente físico, através de algum dispositivo tecnológico. Contudo, somente com a chegada dos dispositivos móveis, mais especificamente os *smartphones* que introduziram a possibilidade de instalar aplicativos incorporados ao seu sistema operacional que isso ficou mais acessível em termos de custo-benefício.

Assim, com as características de interação apresentadas pelos dispositivos móveis Fombona-Cadavieco, Pascual-Sevillano e Amador (2012) destacam que a RA oferece muitas possibilidades de interação com o usuário em múltiplos âmbitos. Estes autores ressaltam várias aplicações sócio educativas que permitem: a) apoio a tarefas complexas; b) apoio a usuários com algum tipo de deficiência; c) apoio a exposições; d) apoio educativo. Considerando que as bibliotecas trabalham demasiadamente neste tipo de atividade ela pode ser beneficiada desta abordagem desde que ela adquira dispositivos que interajam com esse tipo de tecnologia.

Seguindo nessa linha de interação natural proporcionada pelos dispositivos móveis, Rocha (2016) destaca que já estão disponíveis no mercado uma série de dispositivos que buscam resultados no modelo de interação natural, isto é, usando telas *touchscreen*,

presentes em *tablets* e *smartphones*, para interagir por meio de movimentos e determinar comandos em computadores.

Além disso, Camargo et al (2016) elencam quatro categorias de dispositivos que proporcionam essa interação natural: 1) sensores de presença e de movimentos de corpos humanos, como exemplo o dispositivo Kinect da Microsoft que reconhece os movimentos; 2) sistemas óticos estereoscópicos: com grande capacidade de processamento gráfico em alta resolução, exemplo: Óculus Rift, HTC Vive e Google Cardboard; 3) sistemas de rastreamento cerebral: que se utilizam de ondas cerebrais para interagir: exemplo Emotiv Epoc+; 4) sistemas de integração homem-máquina: popularmente chamados de *engines*, oferecem grande variedade de ferramentas para criação de conteúdo em 3D, como por exemplo: sistema Unity.

Neste sentido, a problemática que se apresenta é: De que forma a realidade aumentada pode ser incorporada aos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas? Com isso, discute-se sobre a incorporação da realidade aumentada nos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas.

2 | MÉTODO DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos consistiram de pesquisa bibliográfica sobre produtos e serviços que abordem o emprego da realidade aumentada em bibliotecas. Assim, observou-se sites, artigos científicos e livros em inglês, espanhol e português que se referiam a este assunto.

Com a ajuda do conteúdo presente no portal de periódicos da Capes, bem como livros, monografias, dissertações e sites de internet, e eventos que tratam do assunto no período de 2007 a 2019. Encontrou-se alguns trabalhos na área da Comunicação e, também, algumas monografias que tratam do assunto na área da Ciência da Informação.

3 | RESULTADOS

Pope (2018) em *survey* realizado com 101 bibliotecários ao redor do mundo mostra que muitas bibliotecas oferecem aos usuários dispositivos que trabalham com RA que são: *Google Cardboard*, *Oculus Rift* e *HTC Vive* considerando neste âmbito que 64% dos profissionais são de bibliotecas universitárias.

Segundo Pope (2018) a disponibilização do serviço em bibliotecas considera desde o uso livre pelo usuário para ter contato com a tecnologia da realidade virtual e aumentada, ou ainda para ser empregado em alguma atividade de ensino ou palestras.

Além disso, a autora identificou um “programa especial” oferecido por bibliotecas que consiste do uso destes equipamentos para uma visita à biblioteca que considera o emprego dos dispositivos de RA e RV para ser usado com aplicativos como o [Google Earth¹](https://earth.google.com/web/) permitindo que usuários estrangeiros possam visitar seu país de origem. Outro uso

1. Disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

identificado diz respeito ao emprego dos dispositivos para o treinamento de funcionários, acadêmicos e estudantes em situações de risco que necessitam de uma ferramenta que simule a realidade.

Por fim, o resultado da pesquisa de Pope (2018) indica que o emprego destes dispositivos faz aumentar o aprendizado e o engajamento dos usuários das bibliotecas. Para isso, um bom conteúdo em forma de sítios web ou aplicativos para dispositivos móveis deve ser aproveitado para permitir que os usuários viagem e interajam com as mais diversas informações oferecidas pelo Google Expeditions² (história, ciência e artes), Discovery VR app³ (pessoas, lugares e natureza ao redor do mundo), National Geographic⁴ 360° vídeos (ciência, aventura e exploração) e Google Arts & Culture⁵ 360° vídeos (música, teatro, artes visuais), Air Pano⁶ fotos e vídeos em 360° (maravilhas da natureza e construções humanas). Vale ressaltar, que para o aplicativo funcionar perfeitamente ele exige que o dispositivo empregado tenha tecnologias como o acelerômetro e o gps para identificar os movimentos e simular a perspectiva dentro daquele ambiente.

Para criar uma aplicação com a tecnologia da Realidade Aumentada Avila (2017) sugere três aplicativos: o Aurasma que foi criado em 2011 e logo em seguida foi comprado pela Hewlet-Packard (HP) quando passou a ser chamado HP Reveal⁷ porém, ao início de 2020 a HP determinou o cancelamento da oferta do aplicativo nas lojas virtuais; o aplicativo de RA Blippar⁸ que é muito utilizado para fins educativos e, o ARToolkit.org⁹ que é uma biblioteca de aplicativos onde é possível desenvolver o próprio código para implementar uma aplicação com Realidade Aumentada.

Neste sentido, Avila (2017) esclarece que os bibliotecários independentemente se conhecem, ou não, a tecnologia de RA devem ter em mente como a biblioteca pretende interagir com os usuários por meio da RA? E então, o primeiro passo seria selecionar um dos três aplicativos sugeridos onde o HP Reveal ou Blippar pode ser a solução mais rápida devido a não exigir um conhecimento técnico mais apurado. Todd-Diaz, Gutierrez e O'Dell (2018) reforçam demonstrando que existem outros aplicativos como o Layar¹⁰, que faz parte do grupo Blippar e que anteriormente era oferecido gratuitamente e agora possui um custo para aquisição e, também o Historypin¹¹ que usa imagens juntamente com mapas para trazer uma experiência mais imersiva para o usuário de bibliotecas de modo a recuperar algo sobre a memória daquele local. Com a dinâmica observada pelo

2. Disponível em: https://edu.google.com/intl/pt-BR/products/vr-ar/expeditions/?modal_active=none. Acesso em: 25 ago. 2020.

3. Disponível em: <https://discovery-vr.br.aptoide.com/app>. Acesso em: 25 ago. 2020.

4. Disponível em: https://youtu.be/rG4jSz_2HDY. Acesso em: 25 ago. 2020.

5. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/project/street-view?hl=pt-BR>. Acesso em: 25 ago. 2020.

6. Disponível em: https://www.airpano.com/360video_list.php. Acesso em: 25 ago. 2020.

7. Disponível em: <https://www.hpreveal.com/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

8. Disponível em: <https://www.blippar.com/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

9. Disponível em: <http://www.hitl.washington.edu/artoolkit/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

10. Disponível em: <https://www.layar.com/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

11. Disponível em: <http://www.historypin.org/en/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

desenvolvimento e a oferta de novos aplicativos na área de RA é possível ver inúmeros exemplos de aplicativos que tem a mesma funcionalidade dos anteriormente citados aqui¹², e que devem ser testados antes de escolher o que melhor se adequa aos requisitos da biblioteca.

Logo em seguida, o segundo passo seria criar/editar *folders* ou cartazes da biblioteca que incorporem a RA, neste exemplo em uma biblioteca universitária, para que fossem distribuídos pelo campus e motivassem os usuários a visitar a biblioteca introduzindo assuntos da área, ressaltando os produtos e serviços oferecidos ou ainda sugerindo conteúdo específico que a biblioteca oferece.

Avila (2017) sugere ainda àquelas bibliotecas que oferecem visitas aos usuários que incluam em seu interior panfletos ou cartazes que gerem “gatilhos” para que o aplicativo escolhido possa apresentar os recursos informacionais oferecidos por ela seja por meio de texto, imagens ou vídeos. Além deste tipo de atividade a RA pode ser usada em eventos e coleções especiais promovidas pela biblioteca. Todas estas formas de interação permitem que os usuários tenham maior engajamento com aquele ambiente e promove ainda uma experiência inovadora e socializadora.

Por fim, observando uma outra área de aplicação da RA em bibliotecas Milhomem (2018) destaca projeto utilizando a RA para promover um clube de leitura no Instituto Federal do Piauí-Campus Picos. Ressalta-se que essa ideia oriunda desse projeto poderia ser algo que as bibliotecas se apropriassem. Nesta perspectiva nacional usando exemplos de RA, Naschold et al (2015) apresentam uma proposta de aplicação da RA para criar uma perspectiva de interação com o livro físico e, assim melhorar a fluência da leitura de crianças.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando o potencial apresentado pela Realidade Aumentada destacado ao longo deste trabalho pode-se verificar que a incorporação dela ao espaço da biblioteca pode ser benéfico para aproximar os usuários da biblioteca trazendo uma experiência imersiva que transforme a interação com o usuário. Resta ao bibliotecário procurar tomar conhecimento da tecnologia e dos aplicativos de RA para fins educativos que não tem quase nenhum tipo de custo associado e promover projetos nos âmbitos da leitura e do marketing para melhorar os produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao apoio dado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri para a publicação deste trabalho.

12. Substitutos para o HP Reveal. Disponível em: <https://www.trustradius.com/products/hp-reveal/competitors>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Artigo originalmente submetido ao XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD 2019) ocorrido na cidade de Vitória-ES, de 01 a 04 de outubro de 2019.

REFERÊNCIAS

ABI RESEARCH. **ABI Research's Second Annual 3 big trends impacting the most compelling transformative Technologies report highlights think differently to overcome two crossroads**. New York (EUA), 6 nov. 2018. Disponível em: <https://www.abiresearch.com/press/abi-researchs-second-annual-3-big-trends-impacting-most-compelling-transformative-technologies-report-highlights-think-differently-overcome-two-crossroads>. Acesso em: 25 ago. 2020.

AVILA, Sandra. Implementing augmented reality in academic libraries. **Public Services Quarterly**, v. 13, n. 3, p. 190-199, 2017.

CAMARGO, Vanessa A. X et al. Potencializando aspectos de interação natural por meio de diferentes dispositivos multissensoriais. Observatórios virtuais. In: **Tendências e Técnicas em Realidade Virtual e Aumentada**, v. 6. p. 84-103. Gramado: SBC, 2016. Disponível em: <http://www.inf.ufrgs.br/svr2016/doc/2016-TendênciaseTécnicasemRVerA.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

FOMBONA CADAVIDECO, Javier; PASCUAL SEVILLANO, María Ángeles; FERREIRA AMADOR, María Filomena Madeira. Realidade aumentada, uma evolución de las aplicaciones de los dispositivos móviles. **Pixel-Bit. Revista de Medios y Educación**, n. 41, p. 197-210, 2012.

KIRNER, Claudio; SISCOOTTO, Robson. **Realidade Virtual e Aumentada: Conceitos, Projeto e Aplicações**. Petrópolis: Editora SBC, 2007.

MILHOMEM, Tâmara Lyz. O clube de leitura na biblioteca “viva”: conexões entre a realidade aumentada e a literatura. **Hipertextus: revista digital**, v. 18, p. 17-33, 2018.

NASCHOLD, Angela Chuvas et al. Contando histórias com realidade aumentada: estratégia para promover a fluência da leitura infantil. **Letras de Hoje**, v. 50, n. 1, p. 138-146, 2015.

POPE, Hannah. Incorporating Virtual and Augmented Reality in Libraries. **Library Technology Reports**, v. 54, n. 6, p. 8-12, 2018.

ROCHA, Giovanni. Realidade virtual e aumentada: Interdisciplinaridade, oportunidades e desafios para o campo da comunicação. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM. 2016, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: Intercom, 2016. p. 1-15. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3115-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SUTHERLAND, I. E. “SKETCHPAD: a man-machine graphical communication system. In: AFIPS Spring Joint Computer Conference, 1963, Detroit-Michigan (EUA), **Proceedings...**, Detroit: AFIPS, 1963. Disponível em: faculty.cs.tamu.edu/hammond/courses/SR/papers/Sutherland/Sutherland1963Sketchpad.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

TODD-DIAZ, Ashley; GUTIERREZ, Arthur; O'DELL, Bethanie. Using Augmented Reality to enhance outreach, instruction, and library exhibits. **Computers in Libraries**, v. 38, n. 1, p. 8-11, 2018.

CAPÍTULO 2

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA ENTRE A RACIONALIZAÇÃO E O PATRIMONIALISMO

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 01/09/2020

Renato Somberg Pfeffer

Fundação João Pinheiro de Minas Gerais,
Diretoria de Políticas Públicas
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2036877945969773>

RESUMO: O objetivo do artigo é refletir acerca das relações entre o sistema de Previdência Social brasileiro e o patrimonialismo. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica com consulta a autores que se dedicam aos temas modernização e democratização da administração pública. A pesquisa, portanto, possui um caráter teórico e qualitativo. A hipótese que norteia o presente texto assenta-se na ideia de que o patrimonialismo do sistema de Previdência Social foi desafiado e resistiu às reformas administrativas do Estado brasileiro. A resistência das práticas patrimonialistas pode ser compreendida pelo modelo intervencionista adotado pelo Estado que tentou modificar a realidade social de forma autoritária e, por isso, foi incapaz de eliminar a exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência Social, Modernização, Patrimonialismo.

RATIONALIZATION AND PATRIMONIALISM IN THE BRAZILIAN SOCIAL SECURITY

ABSTRACT: The objective of the article is to reflect on the relations between the Brazilian Social Security system and the patrimonialism. For the development of this work was performed a literature review with queries the authors who dedicate themselves to the themes of modernization and democratization in public administration. The research has a theoretical and qualitative character. The hypothesis that guides the present text is based on the idea that the patrimonialism of the Social Security system was challenged and resisted by the administrative reforms of the Brazilian State. The resistance of patrimonial practices can be understood by the interventionist model adopted by the State that attempted to modify social reality in an authoritarian way and was unable to eliminate social exclusion.

KEYWORDS: Social Security, Modernization, Patrimonialism.

1 | INTRODUÇÃO

A Revolução burguesa no Brasil foi caracterizada por Fernandes (1975) como um processo de transição incompleto e inconcluso do fenômeno patrimonialista para o modelo burocrático legal. Os marcos legais dessa tentativa frustrada de transição seriam as reformas administrativas de 1937 (implantação do DASP), 1967 (Decreto-Lei nº 200/67)

e 1985 (Reforma Bresser). A hipótese que norteia o presente texto assenta-se na ideia de que o patrimonialismo foi desafiado por essas reformas, mas resistiu nas entrelinhas da Administração Pública. No caso da assistência social, e mais especificamente na Previdência Social, a resistência das práticas patrimonialistas pode ser compreendida pelo modelo intervencionista adotado pelo Estado que tentou ao longo do século XX modificar a realidade social de forma autoritária e, por isso, foi incapaz de eliminar a exclusão social.

Nos últimos trinta anos, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) objetivaram consolidar a assistência social como direito do cidadão no Brasil, no entanto, tal esforço tem encontrado um desafio fundamental para sua efetivação: a superação das práticas clientelistas históricas na área da assistência social. As relações sociais e políticas e sociais estabelecidas na origem do Estado brasileiro se fundaram no clientelismo que, por sua vez, é sustentado por um tipo de dominação patrimonialista. É na história brasileira que se deve procurar os elementos para permanência e adaptações desse fenômeno. O problema fundamental enfrentado pela administração pública é se o direito à assistência social conseguirá superar as práticas patrimonialistas, especialmente, a partir dos ideais contidos na constituição de 1988.

Tendo esse contexto em vista, o presente artigo objetiva realizar reflexões históricas acerca das relações entre o sistema de Previdência Social e o patrimonialismo. Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica com consulta a autores que se dedicam aos temas Formação do Estado brasileiro; História da Administração Pública e Direito Administrativo, História da política da assistência social no Brasil, enfatizando os aspectos patrimonialismo e conservadorismo versus modernização e democratização. A pesquisa, portanto, possui um caráter teórico e qualitativo.

O texto se inicia com uma análise da resistência das práticas patrimonialistas frente às tentativas de racionalização do Estado brasileiro ao longo do século XX seguido de uma síntese das duas principais interpretações weberianas sobre o patrimonialismo brasileiro: o institucional ou estatal versus o societal. Os apartados seguintes discutem do ponto de vista da evolução histórica a resistência do patrimonialismo na assistência social brasileira, especificamente na Previdência Social, à luz das interpretações weberianas.

2 | RACIONALIZAÇÃO E PATIMONIALISMO NO ESTADO BRASILEIRO

No Brasil, o primeiro modelo estruturado de administração pública burocrática emerge nos anos de 1930, na era Vargas. Até então, predominava no país o patrimonialismo que convivia com esporádicas tentativas de racionalização. O modelo burocrático se consolida em um cenário em que o Estado assume o papel decisivo intervindo no setor produtivo de bens e serviços, centralizando e isolando a economia do país para o desenvolvimento do mercado interno, como reação à crise de 1929. Além das medidas de cunho saneador

das finanças públicas, Vargas deu início ao processo de modernização da administração pública, optando pela adoção de um modelo pautado na racionalização, com o controle minucioso das atividades-meio e meritocracia.

Com o objetivo de implementar a reforma administrativa foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, em 1936, orientado para a centralização e reorganização da administração pública, para a definição de uma política de gestão de pessoas baseada no mérito profissional e para a racionalização dos métodos, procedimentos e processos administrativos, com inspiração no modelo Weberiano de burocracia (LUSTOSA, 2008). Com a implantação da burocracia pressupunha-se que ocorreria o fim das práticas patrimonialista e a substituição dessas pela eficiência administrativa. No entanto, de acordo com Bresser (1996), a burocracia se demonstrou lenta, cara, autorreferida e pouco orientada para o atendimento das demandas aos cidadãos. Tendo em vista as inadequações desse modelo, a administração burocrática passou por sucessivas tentativas de reforma.

Após o golpe militar em 1964, surgiram novas demandas políticas e a formação de alianças entre a burguesia nacional e tecnocracia estatal. Nesse contexto é que se propõe a reforma operada pelo Decreto-Lei n. 200/67, como uma resposta às demandas dos grupos próximos ao regime militar, sendo essa reforma considerada como o primeiro momento de administração gerencial no Brasil ao adotar procedimentos gerenciais típicos do setor privado. O decreto-lei de 1967 se encarregou de realizar a descentralização administrativa funcional, mediante a transferência de atividades da administração direta para a administração indireta, objetivando um maior dinamismo operacional. Entretanto, as reformas executadas por esse decreto não desencadearam mudanças no âmbito da administração burocrática central. O núcleo burocrático foi, na verdade, enfraquecido por meio da opção oportunista de não se desenvolver carreiras de administradores públicos de alto nível, preferindo-se contratar os escalões superiores por intermédio das empresas estatais, tornando facultativa a realização de concursos públicos.

Em 1988 com a promulgação da Constituição Federal as ações rumo a uma administração pública gerencial são, entretanto, paralisadas. Com o propósito de reduzir as disparidades existentes entre a administração pública direta e a indireta, a Carta Magna de 1988 eliminou a flexibilidade da administração descentralizada, criando mecanismos de controle que impactaram, em especial, às políticas de gestão de pessoal. Segundo Lustosa (2008), com a ampliação do regime jurídico único a todos os servidores públicos, milhares de empregados celetistas se tornaram estatutários e a institucionalização de vantagens e benefícios proporcionaram um crescimento vegetativo desfavorável às contas públicas.

Com a posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 1995, a reforma administrativa é, então, retomada. Com o objetivo de redefinir a atuação do Estado na administração pública, com vistas à integração competitiva do país na economia mundial, é criado o Ministério da Administração Pública Federal e Reforma do Estado – MARE e apresentado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – Pdrae. Esse

projeto, porém, se mostrou inexecutável e, diante disso, o MARE se volta para as mudanças constitucionais necessárias para a adoção da administração gerencial. A reforma gerencial de 1995 encetada por Bresser Pereira acabou se resumindo às privatizações.

Conclui-se, preliminarmente, que os reiterados insucessos das reformas administrativas modernizantes propostas no século XX encontram-se relacionados aos aspectos culturais da sociedade brasileira. Ainda assim, Lustosa (2008) observa que não se pode avaliar a experiência das reformas em termos de sucessos ou insucessos, visto que todas as reformas introduziram instrumentos que se agregaram às práticas vigentes e mesmo com os eventuais recuos, a administração pública se modernizou. Apesar dessa constatação, é possível perceber nessa breve análise a persistência do patrimonialismo.

3 | INTERPRETAÇÕES SOBRE O PATRIMONIALISMO BRASILEIRO

A tradição weberiana tem se dedicado a diagnosticar os motivos que impedem a superação do patrimonialismo ibérico rumo à modernidade na sociedade brasileira. Os intérpretes que utilizam esse modelo, no entanto, possuem posições diversas acerca da relação entre Estado e sociedade, o que pode ser analisado a partir de duas grandes vertentes segundo Werneck Vianna (1999): a institucionalista ou de Estado (FAORO, 1975; SCHWARTZMAN, 1998) e a societal (FERNANDEZ, 1975; FRANCO, 1997).

A visão Faoro e Schwartzman são hegemônicas no pensamento social brasileiro (WERNECK VIANNA, 1999). Esses autores relacionam o atraso brasileiro com a herança patrimonial do Estado português. O legado português representou a autonomia do Estado em relação à sociedade civil reprimindo os interesses privados e comprometendo o avanço de uma racionalidade racional-legal. Essa visão ainda afirma que a ausência do feudalismo no Brasil aproxima o país da tradição política do Oriente marcado pela inexistência de fronteiras nítidas entre a esfera pública e a privada (FAORO, 1975).

Nessa perspectiva, o acesso ao moderno possuiria um vício de origem no capitalismo brasileiro. O resultado seria uma modernização marcada pelo não rompimento com o passado patrimonial, pois as elites é que detêm o controle político das mudanças sociais. Schwartzman chama esse modelo de Estado de “neopatrimonial” (1998, p. 45) na medida em que ele preservaria as desigualdades do país através de práticas de cooptação e de restrição de livre manifestação de interesses. Segundo essa visão institucionalista, o rompimento com o Oriente político só ocorreria se uma reforma política rompesse a autonomia radical do Estado, propiciando a democratização da administração e a sua composição por diferentes interesses sociais.

O contraponto dessa concepção dominante da interpretação weberiana do patrimonialismo no Brasil, com a qual o presente texto comunga, está na análise que aponta para o compromisso estabelecido, desde a independência, entre a ordem racional-legal e a patrimonial, entre o liberalismo político e a estrutura social escravista, entre a representação

e a cooptação. Nesse sentido, o rompimento da ordem patrimonialista deveria ter origem nas relações sociais de padrão patrimonial em si, e não no Estado. Assim sendo, não bastaria uma reforma política para alterar a ordem patrimonial, pois essas só ocorreriam no longo prazo e teriam origem na própria sociedade (FRANCO, 1997).

Ao passo que o patrimonialismo institucional (FAORO, 1975; SCHWARTZMAN, 1998) concede ao Estado uma autonomia de seus estamentos em relação à sociedade, o patrimonialismo societal (FERNANDES, 1975; FRANCO, 1997) pressupõe uma acomodação na sociedade brasileira entre tradição e modernidade eivada de tensões que seria refletida no Estado. Essa “unidade contraditória” que teria sido “determinada na gênese do sistema colonial, sustentou, com suas ambiguidades e tensões, a maior parte da história brasileira” (FRANCO, 1997, p. 11). Ao contrário de ser disjuntiva, a relação entre tradição e modernidade seria dialética. O Brasil seria encarado pelo patrimonialismo societário como parte da história do Ocidente onde foi incluído de forma retardatária e ambígua. Essa ambiguidade tem como representação máxima a arquitetura liberal do Estado moderno que convive com a organização social patrimonial e a escravidão. Ou seja, o Estado nacional nasce moderno, porém, mantém uma convivência com patrimonialismo. Ao deslocar o foco do Estado para a sociedade, esses autores defendem que a superação do patrimonialismo só poderia ocorrer com a livre manifestação daqueles que viviam sob o estatuto da dependência pessoal prevalecente no Brasil.

Werneck Vianna (1999) afirma que o patrimonialismo societal acima descrito percebe o Estado como instrumento e não como entidade autônoma. Na teoria, o Estado era moderno e baseava-se nos princípios da burocracia racional-legal, porém, era um instrumento das elites para prolongar sua dominação pessoal na vida pública. Desde as origens do Estado brasileiro combinou-se, de forma ambígua, a dominação racional-legal e a tradicional. Portanto, a sociedade civil é o verdadeiro elemento retardatário do desenvolvimento brasileiro e não o Estado em si. Mesmo com a consolidação do trabalho livre, o amorfismo da sociedade brasileira impediu que essa conhecesse uma estrutura de classe capitalista. O patrimonialismo societal se preservou mesmo após a Revolução de 1930, pois a modernização capitalista induzida pelo Estado que ali se iniciou vai reafirmar essa a coexistência do atraso e do moderno, uma vez que as elites tradicionais continuaram no poder e autonomia das camadas populares não se concretizou.

Apesar das diferenças entre as versões weberianas de interpretação do Brasil apresentadas acerca da relação entre Estado e sociedade, do peso conferido por essas versões a cada um desses polos e de uma visão mais ou menos disjuntiva entre eles, é possível, ainda segundo Werneck Vianna (1999), encontrar semelhanças, entre elas a indicação da necessidade de uma ruptura com a tradição e a ênfase no papel negativo do Estado na formação da sociedade brasileira contemporânea. Por outro lado, o que distingue essas interpretações é marcante, em especial, a autonomia relativa do Estado defendida pelo patrimonialismo estatal versus a unidade contraditória forjada na gênese do sistema

colonial e que marcou a nossa história segundo o patrimonialismo societal. Dessa diferença deriva outra essencial para que se efetive a superação do patrimonialismo: bastaria uma reforma política ou essas reformas deveriam ter origem na própria sociedade alterando as relações políticas dialeticamente? O presente texto assume a ideia que a possibilidade de superação do patrimonialismo na Previdência Social, e em outros setores da sociedade brasileira, é mais bem compreendido pela vertente societal.

4 | A CIDADANIA LIMITADA BRASILEIRA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os direitos sociais no Brasil, quase sempre, estiveram historicamente atrelados aos interesses das elites econômicas que enfatizavam os mesmos como uma dádiva. Corrêa (2002) defende que os direitos sociais no Brasil se caracterizaram como uma cidadania regulada de cima para baixo. Na República Velha (1889-1930) e na Era Vargas (1930-1945) foi predominante um estilo de governo autoritário e antidemocrático, portanto, não há que se falar em cidadania que depende da democracia para sua efetivação. Certamente, o populismo varguista representou um avanço em termos direitos sociais, porém, como dito anteriormente, na forma de dádiva do Estado.

O período democrático, inaugurado em 1946 e que durou até o golpe de 1964, não representou um avanço significativo da proteção social. Os trabalhadores mantiveram os direitos sociais estabelecidos pela CLT criada por Getúlio. A normatização desses direitos na zona urbana não atingia, no entanto, os trabalhadores rurais que ainda ficavam dependentes do poder local controlado pelos latifundiários. Os trabalhadores urbanos, por sua vez, viam o presidente da República como seu representante oficial via práticas populistas. A proteção social, portanto, não se vinculava a cidadania especificamente e criava apenas um novo tipo de clientelismo.

O regime militar instaurado em 1964 altera esse quadro ao violar a ordem democrática através de medidas autoritárias que, entre outras, fechou sindicatos ou os transformou em instituições de lazer e serviços sociais. Os militares ainda criaram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e incorporaram trabalhadores rurais, autônomos e empregados domésticos na cidadania regulada à Previdência Social. Ainda assim, amplos segmentos das classes trabalhadoras continuaram excluídos da proteção social. A elite política apresentava esses benefícios sociais incorporados durante a ditadura como uma benesse do Estado impedindo a construção de uma consciência cidadã.

As duas últimas décadas do século XX, como resultado da mobilização popular, foram marcadas por uma ressignificação das relações entre o Estado e o cidadão no Brasil. A Constituição, promulgada em 1988, foi pautada nos princípios de igualdade, direitos e legalidade na busca de redução das desigualdades materiais e de poder político. O Estado passa a ser visto, ao menos na letra da Constituição, como garantidor da cidadania. A

grande questão que se colocava a partir daí é se as leis seriam suficientes para reverter a ordem patrimonialista brasileira. A Constituição estabeleceu, é certo, um novo dinamismo nas relações entre Estado e cidadão ao apontar processos gradativos e obrigatórios para superação da dominação tradicional e consolidação do Estado democrático. Passadas três décadas da promulgação da Constituição, essa história ainda está em construção.

5 | A PERSISTÊNCIA PATRIMONIALISMO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A ideia de seguro social no Brasil foi inspirada no modelo bismarckiano e surgiu em fins do século XIX em uma empresa que não possuía vínculo direto com a administração pública (SILVA; COSTA, 2016). O objetivo era criar fundos de auxílio que garantisse a subsistência daqueles impossibilitados de trabalhar. No caso brasileiro, de forma semelhante ao que ocorria na Alemanha, foram mantidos o sistema de repartição, o controle tripartite e a obrigatoriedade de contribuição prévia para que os benefícios fossem concedidos. Também foi semelhante o contexto de mudanças sociais que provocaram a expansão da seguridade social nos dois países: modernização acelerada da sociedade (industrialização e urbanização), aumento dos riscos associados ao trabalho, exigência dos movimentos dos trabalhadores por direitos sociais e o enfraquecimento de instituições assistencialistas como a igreja e a família. Tudo isso associado a um mercado incapaz de prover o bem-estar social.

A Lei Eloy Chaves de 1923 marca o início oficial da Previdência Social no Brasil. Até então, eram as instituições religiosas que cuidavam de forma assistencial e beneficente dessa questão. A partir daí, a história previdenciária brasileira é eivada de obstáculos no processo de efetivação dos direitos sociais. De forma geral, essa história foi pouco redistributiva por possuir baixa legitimidade democrática, pouca autonomia burocrática, pequena capacidade mobilização social, entre outros fatores (SILVA; COSTA, 2016). Tendo como referências os estudos de Malloy (1979), Oliveira e Teixeira (1989), Vianna (1998) e Santos (2009), a evolução do cenário previdenciário no Brasil pode ser dividido em cinco momentos destacados a seguir.

5.1 1923-1930: A criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões

Malloy (1979) afirma que a Lei Eloy Chaves lançou a base jurídica e conceitual do sistema previdenciário brasileiro e foi uma resposta aos movimentos sociais ocorridos no governo Arthur Bernardes (1922-1926). Foi nesse período que, pela primeira vez, o Estado intervém no sistema de proteção social por meio das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs). Criadas pelo governo, essas Caixas eram de natureza civil e privada, sem intervenção estatal na administração e financiamento, o que só ocorreria na década de 1930. Esse modelo era claramente liberal e privatista. A presença do poder público limitava-se ao controle à distância de agências externas e do Conselho Nacional do Trabalho (CNT)

por meio de contratos corretivos. Na visão de Malloy (1979) e Medeiros (2001), o modelo reafirma o Estado patrimonial, pois contribui para criação de divisões na classe trabalhadora e uma mentalidade particularista e dependente do clientelismo estatal.

5.2 Os anos de 1931-1945: Período contencionista da Previdência Social

O aumento de despesas e beneficiários provocado pela criação das CAPs fez com que o período seguinte fosse marcado pelo controle de despesas e orçamento. Ao mesmo tempo, a previdência e a política de contenção adotada passaram a fazer parte de uma estratégia do Estado que, no contexto da grande depressão capitalista da década de 1930, tentava acumular reservas para estimular a produção e o consumo. Nesse contexto, em 1933, as CAPs foram aglutinadas nos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) que englobavam grupos profissionais. Segundo Costa (2005), essa fase foi marcada pelo corporativismo burocrático que fortalecia o sistema em seus setores administrativo e financeiro.

A referida evolução do sistema previdenciário na década de 1930 ocorria *pari passu* com a incorporação da classe média no sistema político e uma maior burocratização da vida político/social por parte do Estado (MALLOY, 1979). O Estado do Bem Estar Social pretendia conjugar e racionalizar por meio da burocracia as políticas sociais. No entanto, o que deveria significar a diminuição do poder carismático e tradicional em prol de um sistema onde o poder emana das normas beneficiando o interesse público acabou beneficiando quem estava no poder, isso porque a burocracia é um centro de poder em si que busca promover seu próprio crescimento (BRESSER PEREIRA, 2008).

Essa evolução do sistema previdenciário ocorre no contexto de desenvolvimento da política populista de Vargas. Costa (2005) defende que os interesses populistas eram contrários à universalização de benefícios. Os benefícios concedidos por Getúlio atingiam algo em torno de 30 a 40 por cento do arrecadado e eram muito restritivos, em especial, em relação aos trabalhadores rurais e aos grupos urbanos marginalizados (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1989). Ou seja, apenas os grupos ocupados em profissões regulamentadas eram cidadãos plenos com direitos garantidos (VIANNA, 1998).

5.3 Período de 1946-1963: redemocratização e o modelo de repartição

A República Nova (1946-64) foi marcada por uma elevação considerável do número de segurados, do crescimento das despesas previdenciárias (aposentadorias, pensões, serviços médicos), pela transformação do programa habitacional em um programa social de empréstimos para construção da casa própria para os beneficiários, pela utilização indevida de recursos e pela conseqüente elevação dos déficits orçamentários do sistema. Oliveira e Teixeira (1989) apontam para esses fatores como responsáveis pela transição do falido regime de capitalização para o de repartição. Santos (2009) indica ainda o insuficiente repasse da parcela que cabia à União como fator relevante para a crise. A União, afirma

o autor, estava mais interessada em investir na industrialização. É interessante notar que apesar do aumento do número de concessões, o caráter redistributivo da previdência não aumentou (MEDEIROS, 2001), isso porque, além da limitação dos grupos atendidos, a redistribuição da seguridade social se dava entre grupos da mesma classe social.

Os IAPs tenderam ao modelo de seguridade social naquele período. Os defensores da seguridade, inspirados no modelo inglês de William Beveridge, colocavam a assistência, a saúde, a diminuição da pobreza e da desigualdade como atribuições primeiras da Previdência. Além das ideias de Beveridge, repercutiam no Brasil as propostas keynesianas: uma concepção de previdência que incluísse serviços de saúde, higiene, educação, habitação, emprego, entre outras, que iam muito além de benefícios pecuniários. Ou seja, a ideia de uma Previdência que incluísse uma ampla política social de caráter estratégico. Esses ideais universalizantes, no entanto, não foram atingidos

A crise do sistema previdenciário naquele período, por outro lado, acabou provocando um grande passo rumo à universalização que foi a promulgação em 1960 da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que deu origem posteriormente ao Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e unificou os IAPs no período militar. Porém, apesar de determinar a uniformização dos planos de benefícios, a LOPS não acabou com a estrutura fragmentada do sistema e manteve a exclusão, em especial, dos trabalhadores rurais.

5.4 O período de 1964-1988: autoritarismo e criação do INPS

Durante o período militar houve a unificação dos IAPs pelo Decreto de 72/1966 que instituiu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A legislação foi unificada e os trabalhadores excluídos da gestão da instituição, o que aumentou o poder regulatório do Estado sobre a sociedade (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1989). Nesse período também houve o fim do sistema tripartite em 1970 com a exclusão das contribuições da União que, apesar disso, continuou a controlar a Previdência. Medeiros (2001) afirma que os militares aumentaram seu poder regulatório ao mesmo tempo em que desmobilizaram as forças políticas oriunda dos governos populistas e assumiram um caráter assistencialista que buscava diminuir os impactos da desigualdade social.

Bresser Pereira (2008), por sua vez, aponta importância da reforma administrativa de 1967 (Decreto Lei nº 200) que tentou implantar princípios da administração gerencial no país. Tal reforma, porém, não teria superado o formalismo e a distância entre normas e realidade do sistema administrativo, assim como não teria sido capaz de superar o clientelismo. De qualquer forma, os militares estavam lançando as bases do acordo entre burguesia e burocracia política naquilo que o autor denominou de Pacto Burocrático Autoritário. Corroborando com Bresser Pereira, Draibe (1990) aponta para uma política de bem-estar meritocrática-particularista-clientelista do regime pós 1964. Apesar de medidas universalizantes introduzidas, afirma a autora, tal tendência estava longe “de conferir ao

sistema brasileiro características do tipo ‘institucional-redistributivo’, tendo antes reforçado seu caráter meritocrático-particularista” (DRAIBE, 1990, p. 12-13). É certo, porém, que as tendências universalizantes ampliaram a proteção social de pessoas marginalizadas desde 1930. A partir de 1971, por exemplo, os trabalhadores rurais passam a ter acesso a determinados benefícios por meio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRÓ-RURAL. Malloy (1979) destaca que esse programa rural foi uma ruptura como o conceito de seguro social oriundo da Lei Eloy Chaves.

5.5 Período 1988-2013: Constituição Federal e as Reformas

A Constituição de 1988 representou avanços significativos no processo de democratização redefinindo as relações entre Estado e sociedade. Entretanto, Vianna (1998) destaca que o desenho impresso pela Constituição, apesar de universalista, continuava seletivo na questão previdenciária, uma vez que as características estruturais do sistema político brasileiro limitaram as estratégias redistributivas. Concordando com Vianna, Draibe (2003) afirma que houve apenas um aperfeiçoamento do sistema previdenciário, mas não a alteração dos princípios. Ou seja, ele permaneceu sendo um sistema público, universal e de decisão compulsória, com um regime de repartição simples com regras básicas para a concessão de benefícios, assim como manteve os privilégios de servidores públicos.

Entre os avanços significativos rumo a ampliação da cidadania nos anos 1990 e expandidas no século XXI destacam-se as parcerias entre o governo e movimentos sociais. Essa Administração Societal (PAULA, 2005) ou Governança Pública (SECCHI, 2009) buscava a eficiência da máquina pública por meio da participação popular por meio de determinados instrumentos como os Conselhos Gestores Municipais, Orçamentos Participativos, entre outros. Tudo levava a crer que as práticas clientelistas seriam reduzidas e a visão de assistencialismo aos pobres seria substituída pela ideia de garantia de direitos sociais básicos. Por outro lado, tal intenção acabou frustrada pelas medidas de ajuste fiscal implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e continuadas posteriormente, visando combater a inflação e o gasto público.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da persistência do fenômeno patrimonialista é essencial para uma melhor compreensão da História da Administração Pública Brasileira. No que diz respeito à política de Previdência Social no Brasil é notório que a Constituição Federal de 1988 objetivava consolidar a assistência social como direito do cidadão. No entanto, práticas clientelistas típicas do patrimonialismo têm desafiado a consolidação plena desse direito, daí a necessidade de se compreender os mecanismos de permanência desse fenômeno.

As políticas sociais no Brasil, da qual a história previdenciária é parte, têm como marcas o seu caráter pouco distributivo e pequena legitimação das classes trabalhadoras.

Os governantes investem no bem-estar como forma de controle popular ou como resposta às mobilizações populares. Ao longo do tempo, as políticas previdenciárias brasileiras não conduziram ao bem-estar geral devido à falta de autonomia burocrática e, também, devido à pouca profissionalização e capacidade de mobilização das classes sociais. O chamado Estado social brasileiro que encetou as políticas previdenciárias não foi capaz de superar o clientelismo o que acabou excluindo ainda mais alguns setores da sociedade.

Em cada fase da evolução da política previdenciária é possível perceber a lógica da política excludente e, apesar da expansão dos benefícios, sempre houve mecanismos para privilegiar, dominar autoritariamente ou excluir determinados segmentos sociais. Os motivos variaram ao longo do tempo: interesses oligárquicos alijando os direitos sociais dos trabalhadores rurais, o contencionismo getulista, as políticas autoritárias dos militares que geraram mais desigualdade e pobreza. Mesmo com os avanços universalizantes da Constituição de 1988, o sistema não atinge todos os cidadãos.

O sucesso do sistema previdenciário não pode prescindir do Estado nem do setor privado. Ambos devem ser coparticipes para construção de um modelo igualitário e sustentável. Por outro lado, a eficiência de um sistema público voltado para os interesses populares é um pré-requisito para que a Previdência Social seja universal, igualitária e sustentável. A questão do rompimento com a chaga patrimonialista é fundamental para que esse objetivo seja alcançado.

Nesse sentido, esse texto se alinha com a tese dos intérpretes weberianos que caracterizam o patrimonialismo no Brasil como societal (FERNANDEZ, 1975; FRANCO, 1997). A questão da ruptura com a ordem patrimonial se origina nas relações sociais de padrão patrimonial, e não no Estado em si. Seria, portanto, necessário romper as condutas sociais marcadas pela dominação pessoal que impediriam a vigência da orientação racional. Sob essa perspectiva, alterar a ordem patrimonial só poderia ocorrer no longo prazo e teria origem na própria sociedade. Em outros termos, a superação do patrimonialismo depende da livre manifestação daqueles que vivem sob o estatuto da dependência pessoal que prevalece na sociedade brasileira. Passos importantes foram dados desde a promulgação da Constituição de 1988 nesse sentido. No entanto, é preciso ter em mente que o rompimento do hibridismo modernidade/atraso que impediu um projeto inclusivo e popular nas relações sociais brasileiras é um processo de longa duração que está sujeito a avanços e retrocessos.

REFERÊNCIAS

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, 1996, p. 7-40.

BRESSER PEREIRA, L.C (2008). **Burocracia Pública na Construção do Brasil**. Disponível em: < [http://www.bresserpereira.org.br/Books/Livro BurocraciaConstru%E7%E3oBrasil.6.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Books/Livro%20BurocraciaConstru%E7%E3oBrasil.6.pdf)>. Acesso em 10 de Mai. De 2018.

CORRÊA, D. **A construção da cidadania**: reflexões histórico-políticas. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

COSTA, G. F. da. (2005). A Previdência Social no Brasil numa perspectiva histórico comparativa mundial. **X Encontro Nacional de Economia Política**. Disponível em: <Recuperado de: http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/COSTA_2005.pdf>. Acesso em 5 de Mai. de 2018.

DRAIBE, S. M. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social**, São Paulo, v.15, n.2, 2003, p. 63-101.

DRAIBE, S. M. As Políticas Sociais Brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: **Para a Década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas - Políticas Sociais e Organização do Trabalho**. Brasília: IPEA, v.4, 1990, p. 1-66.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

LUSTOSA, Frederico, C. Brasil: 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n.5, 2008, p. 845-869.

MALLOY, J. M. **The Politics of Social Security In Brazil**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1979.

MEDEIROS, M. A Trajetória do WelfareState no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. **Texto para Discussão, n. 852, IPEA**, Brasília, dez, 2001.

OLIVEIRA, J. A.; TEIXEIRA, S. M. F. **(IM) Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Abrasco, 1989.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, D. F. C. dos. **Previdência Social no Brasil: 1923-2009: Uma Visão Econômica**. São Paulo: ed. AGE, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

SECCHI, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, 2009, v. 43, n. 2, 2009, p. 347-369.

SILVA, Lara Lúcia da; COSTA, Thiago de Melo Teixeira Costa. A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 8, n. 3, p. 159-173, jul./set. de 2016.

VIANNA, M.L.W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ed. Revan-IUPERJ/UCAM, 1998.

WERNECK VIANNA, Luiz. Weber e a Interpretação do Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 53, 1999, p. 33-47.

CAPÍTULO 3

PERFIL DE PREMATURIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 19/08/2020

Daniel Rocha Ramos

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/8628041432375591>

Luara Ramos Rodrigues

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/1634074858988962>

Paula Campos Perim

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/1012769856498066>

Antônio Chambô Filho

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/6334673454814200>

Janine Pereira da Silva

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/4805937228801544>
<https://orcid.org/0000-0001-8305-6808>

RESUMO: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança tem a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança, considerando os determinantes sociais para efetivação de medidas que permitam o nascimento saudável e o pleno desenvolvimento na infância. Em apoio, a Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000, estabelece os princípios e diretrizes para estruturação do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, em que consta, dentre outros, que toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério. Apesar do respaldo legal, observa-se o descumprimento de tais garantias, o que pode comprometer a saúde materno-infantil. Visando fortalecer discussões que perpassam esta temática, este estudo tem por objetivo analisar o perfil de prematuridade na região Metropolitana do Espírito Santo, ES, Brasil, no período de 2014 a 2018. Trata-se de estudo descritivo, transversal, com dados obtidos a partir da Declaração de Nascido Vivo, em hospitais públicos ou privados, e disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, entre 2014 e 2018. Dos 161.971 partos na Região Metropolitana do ES, 33,8% ocorreram em Vitória, capital do ES, 99,6% em nível hospitalar e 61,4% por via cesariana. A idade média das mães foi 27 anos ($\pm 6,68$ anos), pardas (68,4%), solteiras (48,6%) e com escolaridade entre 8-11 anos (58,3%). Entre os recém-nascidos, a prevalência de prematuridade foi de 10,0%, resultado que pode estar associado ao perfil de maior vulnerabilidade social das mães. Em conclusão, o estudo permitiu traçar o perfil de prematuridade na Região Metropolitana

do ES, contribuindo, por conseguinte, para o planejamento de ações futuras endereçadas à saúde materno-infantil no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Recém-Nascido Prematuro, Determinantes Sociais da Saúde, Saúde Materno-Infantil, Política Pública.

PREMATURITY PROFILE IN THE METROPOLITAN REGION OF ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUTIONS TO HEALTH POLICIES

ABSTRACT: The National Policy for Comprehensive Child Health Care aims to guide and qualify child health actions and services, considering the social determinants for the implementation of measures that allows a healthy birth and full development in childhood. In support, Ordinance No. 569, dated June 1, 2000, establishes the principles and guidelines for structuring the Humanization Program in Prenatal and Birth, stating, among others, that every pregnant woman has the right to access a dignified and quality care during pregnancy, childbirth and the puerperium. Despite the legal support, there is a breach of such guarantees, which can compromise maternal and child health. Aiming to strengthen discussions that pervade this theme, this study aims to analyze the prematurity profile in the Metropolitan Region of Espírito Santo, ES, Brazil, from 2014 to 2018. This is a descriptive, cross-sectional study, with data obtained from of the Declaration of Live Birth, in public or private hospitals, and made available by the State Department of Health of Espírito Santo, between 2014 and 2018. Of the 161971 deliveries in the Metropolitan Region of ES, 33.8% occurred in Vitória, capital of ES, 99.6% at hospital level and 61.4% by cesarean section. The mothers mean age was 27 years old (\pm 6.68 years old), mixed race (68.4%), single (48.6%) and with schooling between 8-11 years (58.3%). Among newborns, the prematurity prevalence was 10.0%, a result that may be associated with the profile of greater social vulnerability of mothers. In conclusion, the study made it possible to trace the prematurity profile in the Metropolitan Region of ES, thus contributing to the planning of future actions addressed to maternal and child health in the state.

KEYWORDS: Infant, Premature, Social Determinants of Health, Maternal and Child Health, Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

O sistema de saúde do Brasil sofreu constantes mudanças ao longo dos séculos e, em reconhecimento à relevância do processo de nascimento, o Ministério da Saúde vem assumindo como um de seus compromissos a promoção da maternidade segura, promovendo a expansão da atenção pré-natal com vistas à humanização do cuidado. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), até o ano 2000, não havia um modelo que normatizasse a assistência às gestantes no Brasil (CRUZ et al., 2014).

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000, instituiu o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) que estabelece que toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério, ao acompanhamento pré-natal adequado e à assistência ao parto e ao

puerpério de forma humanizada e segura de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas nesta Portaria (BRASIL, 2000). O PHPN estabeleceu a adequação do pré-natal, elencou ações de educação em saúde e trouxe a discussão das práticas em saúde e suas bases conceituais, em conformidade com modelos adotados no mundo (CRUZ et al., 2014).

Observou-se, entretanto, que apesar de quase a totalidade das gestantes brasileiras realizar pelo menos alguma consulta de pré-natal, a proporção que realizou seis ou mais consultas foi de 73,0% em 2012, sendo este percentual ainda menor em mulheres de nível econômico mais baixo, nas mais jovens e naquelas menos escolarizadas. Ainda, o início precoce do acompanhamento pré-natal atinge apenas três quartos das mulheres, sendo menor para as mais jovens, negras e das regiões Norte e Nordeste, apontando de forma consistente as desigualdades socioeconômicas na atenção pré-natal (TOMASI et al., 2017).

Foi então que se fez necessário, em sequência ao aperfeiçoamento desta temática, a instituição, a partir da Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), estruturada em eixos estratégicos com a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança, considerando os determinantes sociais e condicionantes para garantir o direito à vida e à saúde, visando à efetivação de medidas que permitam o nascimento e o pleno desenvolvimento infantil, além da redução das vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros agravos, a prevenção das doenças crônicas na vida adulta e da morte prematura de crianças (BRASIL, 2015).

O primeiro eixo estratégico do PNAISC enfatiza o direito a atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido, consistindo na melhoria do acesso, cobertura, qualidade e humanização da atenção obstétrica e neonatal, integrando as ações do pré-natal e acompanhamento da criança na atenção básica com aquelas desenvolvidas nas maternidades, conformando-se uma rede articulada de atenção (BRASIL, 2015).

A relevância deste eixo justifica-se pela evidência de que a assistência pré-natal adequada possibilita a identificação e o manejo precoce de condições clínicas, socioeconômicas e de fatores de risco comportamentais na gestação, oportunizando a prevenção de resultados perinatais desfavoráveis como a redução da morbimortalidade, do risco de prematuridade e de restrição de crescimento intrauterino (ARAÚJO et al., 2014; TOMASI et al., 2017). Outrossim, a associação entre baixa escolaridade materna, pré-natal inadequado, parto cesáreo, alterações do líquido amniótico e pré-eclâmpsia com a prematuridade e/ou o baixo peso ao nascer tem sido descrita na literatura (GONZAGA et al., 2016).

Apesar de a prematuridade ser apontada entre as principais causas de morte neonatal (TEIXEIRA et al, 2019), a mortalidade infantil é multideterminada. Tem uma relação direta com a qualidade da assistência prestada à gestante e à criança, além de

fatores sociodemográficos como baixa escolaridade, pobreza, gravidez na adolescência, entre outros, que poderão influenciar indiretamente na mortalidade infantil. A atenção ao parto e ao nascimento em serviço qualificado, com profissionais capacitados, é outra ação que impacta na redução da mortalidade infantil (ESPÍRITO SANTO, 2017).

No Espírito Santo (ES) foi observado aumento na taxa de mortalidade infantil entre 2013 e 2016 (10,89 em 2013 para 11,70 em 2016). Além disso, 69,4% das mortes de crianças menores de um ano de idade acontecem no período neonatal, sendo a maioria na primeira semana de vida. Desta forma, um número expressivo de mortes que poderiam ser evitadas por ações dos serviços de saúde como a atenção pré-natal, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido, faz parte da realidade social e sanitária de nosso estado (ESPÍRITO SANTO, 2017).

A maneira mais adequada de se reduzir a taxa de mortalidade e os problemas e sequelas relacionados com a prematuridade é pela diminuição dos nascimentos prematuros (GONZAGA et al., 2016). Neste contexto, conhecer como as populações com diferentes características sociodemográficas são afetadas por distintos problemas de saúde faz-se essencial à efetivação das políticas públicas de atenção à saúde materno-infantil. Assim, visando fortalecer discussões que perpassam esta temática, este estudo tem por objetivo analisar o perfil de prematuridade na região Metropolitana do Espírito Santo, ES, Brasil, no período de 2014 a 2018.

Este estudo é parte do projeto integrado “Desfecho fetal: uma análise da via de parto e do número de consultas do pré-natal”, e trata-se de texto revisado e atualizado, que originalmente foi publicado nos Anais do 4º Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: Marcas Inflexões (in)esperadas e resistências possíveis.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Percurso Metodológico

Trata-se de estudo descritivo, transversal, com base na coleta de dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA), ES, Brasil, obtidos a partir do registro da Declaração de Nascido Vivo (DN), de notificação obrigatória à SESA, referente a todos os nascidos vivos da região de saúde Metropolitana do ES, incluindo hospitais públicos e primados, no período de 2014 a 2018.

Obtidos dados sociodemográficos das mães como município de moradia, idade (em anos), raça/cor autorreferida (branca, preta, amarela, parda, indígena), situação conjugal (solteiras, casadas, em união estável, divorciadas, viúvas e outras) e escolaridade (1-3 anos, 4-7 anos, 8-11 anos, 12 ou mais); dados da gestação e parto – local de ocorrência do parto (hospitalar ou outros), tipo de parto (vaginal, cesáreo, ignorado) e dos recém-nascidos – sexo (masculino e feminino) e idade gestacional (calculada através do exame clínico, pela data da última menstruação (DUM) ou pelo número de semanas de gestação

se DUM ignorada, considerando-se prematuridade idade gestacional (IG) < 37 semanas (ALMEIDA, 2016).

Os dados foram organizados no *software* Microsoft® Office Excel 2010 e a estatística descritiva realizada no *software* SPSS para Windows (Chicago, EUA, versão 25, série 10101141221). Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer n. 3.075.080).

2.2 Resultado e Discussão à luz das Políticas Públicas

O Espírito Santo (ES), possui população total estimada de 3.972.388 em 2018 – com densidade demográfica de 76,25 habitantes/km² e taxa de urbanização de 83,5%. Conforme aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo – CES/ES, em 29 de setembro de 2016 – pela Resolução N° 969/2016, foi constituído o Plano Estadual de Saúde (PES), instrumento de planejamento para o período de 2016 a 2019, a fim de orientar a implementação das iniciativas de gestão no SUS, e refletir, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e a capacidade assistencial para o seu atendimento, através da constituição de redes, regionalmente articuladas, considerando-se as disparidades econômicas, sociais e culturais de cada ente federado e regiões de saúde (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Um dos princípios organizativos do SUS visa a descentralização político-administrativa, conforme Lei 8.080/1990, com o intuito de consolidar um sistema de saúde de acesso universal, equânime, de assistência integral, com uma rede de serviços hierarquizada, com participação social e gestão eficiente dos recursos (BRASIL, 1990). O PES utiliza como referência o Plano Diretor de Regionalização (PDR) vigente, de 2011, que recompôs a geopolítica de saúde do ES respeitando esses princípios e dividiu o estado em quatro regiões de saúde: Norte, Metropolitana, Sul e Central (ESPÍRITO SANTO, 2016).

A região de saúde Metropolitana do ES é composta por 20 municípios e possui número estimado de habitantes de 2.219.349, em 2018, representando 55,9% da população do estado, confirmando, desta forma, a concentração populacional neste território (DATASUS, 2019).

Entre 2014 e 2018, ocorreram 161.971 nascimentos na região de saúde Metropolitana do ES, perfazendo 58,2% dos nascimentos no estado. Os municípios de Vitória (33,8%), Serra (21,3%), Vila Velha (20,1%), Cariacica (11,2%) e Guarapari (3,9%) concentraram o maior número de nascimentos da região. Observou-se, ainda, que 419 mães são residentes de outros estados, sendo 39,1% de Minas Gerais, 36,9% da Bahia, 14,3% do Rio de Janeiro, 3,3% de São Paulo e 6,4% de outros estados. Estes dados podem ser justificados pela posição geográfica do ES que faz fronteira com Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, mas podem resultar da migração da população para o ES por questões relativas ao trabalho e moradia, além do acesso à assistência médica, impactando, desta forma, na operacionalização dos serviços organizados para a saúde perinatal no estado (DOTA et al., 2017).

Os nascimentos ocorreram quase que na totalidade em nível hospitalar (99,6%), com pequena proporção em domicílio (0,2%). A via de parto predominante foi a cesariana (61,4%) e este achado está em consonância com a literatura (LEAL et al., 2018). No Brasil, esta taxa é de 56,0%, com ampla variação entre serviços públicos (40,0%) e privados (85,0%) de saúde (BRASIL, 2000; BRASIL, 2016a), sinalizando, assim, uma epidemia de cesarianas no País.

Como estabelecida no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), a assistência adequada ao parto deve ser assegurada a toda gestante, o que inclui a realização do parto pela via mais apropriada, tendo em vista a saúde da mãe e do bebê. A via de parto cesariana é considerada uma evolução na medicina que levou a diminuição da mortalidade materna, perinatal ou neonatal, quando bem indicada. Contudo, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sugerem que taxas populacionais de operação cesariana superiores a 10,0% não contribuem para redução desta mortalidade.

Kottwitz, Golveia e Gonçalves (2018) evidenciam que é imprescindível reduzir intervenções obstétricas desnecessárias para evitar riscos maiores à puerpera e ao recém-nascido, com relação à via de parto a qual foi submetida. O que é considerado prioritário também no PHPN que visa o parto de modo natural, não expondo a gestante a excesso de terapia medicamentosa e procedimentos cirúrgicos sem que haja real necessidade, ou seja, a gestante deve ser protagonista na consciência do parto ideal para o seu caso (BRASIL, 2000).

Há evidência, ainda, de que a realização desnecessária de cesariana pode cursar com aumento da morbimortalidade materna e perinatal, aumento da prematuridade e baixo peso ao nascer, além de interferência negativa no aleitamento materno e no vínculo mãe-filho (LEAL, 2016). Começando pelo risco inerente de qualquer procedimento cirúrgico de médio porte, com hemorragia, infecções hospitalares e anestesia, tanto para o recém-nascido quanto para a mãe, e focando no neonato que apresenta mais chance de problemas respiratórios, icterícia fisiológica, prematuridade iatrogênica, mortalidade neonatal, entre outros (VICENTE, 2017).

Neste estudo, a média de idade das mães foi de 27 anos ($\pm 6,68$ anos). Santos et al. (2018) evidenciaram que a cada cinco mulheres brasileiras, uma tem o primeiro filho na adolescência, ou seja, antes dos 20 anos de idade, e esta proporção tem se mantido constante nos últimos dez anos. Para os autores, a gravidez na adolescência pode estar relacionada à maior ocorrência de prematuridade, predispondo o recém-nascido a infecções ou problemas como hipoglicemia, hipóxia e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor futuro, representando, portanto, um desafio para as políticas públicas, em especial, por acarretar problemas psicossociais e econômicos.

Ainda, 38,5% das mães eram primigestas e as demais possuíam antecedentes gestacionais. Identificou-se multiparidade de até 22 gestações anteriores, mas este histórico não se refere apenas aos nascidos vivos, pois estão inclusos os abortamentos e

natimortos. Tanto primíparas como múltiparas podem se encontrar em situação de risco para prematuridade, não discriminada pela paridade ou pelo antecedente de parto prematuro anterior. Deve-se, contudo, ressaltar que história de parto prematuro anterior representa o melhor preditor clínico isolado do parto prematuro entre múltiparas, com recorrência em torno de 16,0% (PORTO et al., 2013).

Entre as mães, 68,4% eram pardas, 24,4% brancas, 4,6% pretas, 0,2% amarelas, 0,1% indígenas e o restante dos dados foi ignorado ou omissos no sistema. As condições sociodemográficas são determinantes para o acesso aos serviços preventivos de saúde. No entanto, para as mulheres negras, a situação é sempre desfavorável, mesmo quando se equiparam às mulheres brancas quanto às melhores rendas, níveis de instrução e ocupação no mercado de trabalho (GOES et al., 2013). Ainda, as formas como as relações raciais estão conformadas no Brasil tornam a população negra mais vulnerável e tendem a dificultar seu acesso aos serviços de saúde (THEOPHILO et al., 2018).

A escolaridade materna, em anos de estudo, distribuiu-se da seguinte forma: nenhuma escolaridade (0,2%), 1-3 anos (1,3%), 4-7 anos (17,7%), 8-11 anos (58,3%) e 12 anos ou mais (21,9%), o restante ignorado ou omissos no sistema. Goes et al. (2013) demonstraram que mulheres com nível de instrução mais elevado têm melhor acesso aos serviços preventivos de saúde, numa relação direta. E que níveis de instrução e renda são aspectos socioeconômicos determinantes das condições de vida de uma população. Cabe salientar que a escolaridade está diretamente relacionada ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar per capita do ES, o estado ocupa o 7º lugar no *ranking* do IDH (IBGE, 2010), o que pode justificar o predomínio de mães com maior escolaridade nesta amostra.

Em relação ao estado civil, 48,6% das mães eram solteiras, 41,7% casadas, 6,4% em união estável, 2,2% divorciadas, 0,3% viúvas e o restante casos omissos no sistema ou ignorado. Estudo realizado por Teixeira et al. (2018) evidência a importância da paternidade em todo o ciclo gravídico puerperal, visando aos benefícios que a participação do homem traz quando se mostra afetivo, aumentando a segurança da mulher e o vínculo familiar consistente.

Entre os recém-nascidos, houve predomínio do sexo masculino (51,3%) e a prevalência de prematuridade foi de 10,0%, resultado que pode estar associado ao perfil de maior vulnerabilidade social das mães. Segundo a OMS, a cada ano nascem cerca de 15 milhões de prematuros em todo o mundo e o Brasil ocupa o 10º lugar no *ranking* mundial de prematuridade, com mais de 10,0% dos nascimentos prematuros, dado que impacta social e economicamente no país (BALBI; CARVALHAES; PARADA, 2016). Outro estudo corrobora este achado, indicando taxa de prematuridade no Brasil de 9,4%, significativamente maior entre as regiões Norte e Nordeste do país (SANTOS, 2018).

A ausência de testes de associação entre características sociodemográficas das mães e prematuridade neste estudo limita potenciais inferências, contudo, ao traçar o

perfil de prematuridade na região Metropolitana do ES, o estudo poderá contribuir para o planejamento de ações futuras endereçadas à saúde materno-infantil no estado.

3 | CONCLUSÃO

Neste estudo, mais de 90,0% dos nascimentos ocorreram nos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória, o que reforça a tendência de nascimentos em centros urbanos, apesar dos esforços já empregados na descentralização política, econômica e de atenção à saúde. Houve predomínio de partos por via cesariana, sinalizando que o ES acompanha esta tendência nacional de elevadas taxas de cesárea, com repercussões sociais e econômicas importantes para os serviços de saúde. A maioria das mães tinha idade entre 20-24 anos, eram pardas, solteiras e com escolaridade entre 8-11 anos, perfil de vulnerabilidade que pode justificar a elevada taxa de prematuridade observada.

A prematuridade vem aumentando progressivamente, mostrando-se ainda um desafio para a saúde pública. Almeja-se que esses dados possam inspirar a realização de mais estudos analíticos e comparativos que endossarão esse diagnóstico de saúde materno-infantil, incentivando mudanças necessárias no setor e melhoria nos indicadores de saúde, em especial, a queda da mortalidade infantil no estado do ES.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.F.B., GUINSBURG, R. **Reanimação do recém-nascido \geq 34 semanas em sala de parto: Diretrizes 2016 da Sociedade Brasileira de Pediatria**. Sociedade Brasileira de Pediatria, São Paulo, 2016.

ARAUJO, F.G. et al. **Prenatal care in the perception of mothers of premature hospitalized in neonatal unit**. Rev enferm UFPE on line, Recife, v.8, n.1, p. 2667-75, ago. 2014.

BALBI, B.; CARVALHAES, M. A. B. L.; PARADA, C. M. G. L. **Tendência temporal do nascimento pré-termo e de seus determinantes em uma década**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 233-241. 2016.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*. 1990.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.130, de 5 de agosto de 2015. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016a. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 306, de 28 de março de 2016. **Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação cesariana**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016a. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/31/MINUTA-de-Portaria-SAS-Cesariana-03-03-2016.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 569, de 1º de junho de 2000. **Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 2000. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html. Acesso em: 25 julho 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de informação sobre mortalidade. População residente. 2019**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/populacao-residente/>. Acesso em: 25 julho 2019.

CRUZ, R.S.B.L.C; CAMINHA, M.F.C; BATISTA FILHO, M. **Aspectos Históricos, Conceituais e Organizativos do Pré-natal**. R bras ci Saúde, v. 18, n. 1, p. 87-94. 2014.

DOTA, E.M.; COELHO, A.L.N.; CAMARGO, D.M. **Atlas da migração no Espírito Santo**. UFES, Proex, Vitória, 2017.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo (SESA). **Plano Estadual de Saúde. Diversidade étnico-racial do Espírito Santo**. Vitória. 2016. Disponível em: https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/PES%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SAUDE_2016-2019.pdf. Acesso em: 01 Out. 2019.

_____. Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo (SESA). **Atenção à saúde da criança**. Vitória, 2017. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Protocolo/ATEN%C3%87%C3%83O%20SAUDE%20DA%20CRIAN%C3%87A%202017.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

GOES, E. F.; NASCIMENTO, E.R. **Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades**. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579. 2013.

GONZAGA, I.C.A. et al. **Atenção pré-natal e fatores de risco associados à prematuridade e baixo peso ao nascer em capital do nordeste brasileiro**. Ciência & Saúde Coletiva, 21(6):1965-1974. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em: 21 julho 2019.

KOTTWITZ, F.; GOUVEIA, H. G.; GONÇALVES, A. C. **Via de parto preferida por puérperas e suas motivações**. Esc Anna Nery. 2018.

LEAL, M. C. et al. **Prevalence and risk factors related to preterm birth in Brazil**. Reproductive Health, v. 13 (Suppl 3), n. 127, p. 163-174. 2016.

_____. **Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil nos 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1915-1928. 2018.

PORTO, A.M.F. et al. **Características maternas em gestações com risco de prematuridade tardia**. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 13 (2): 161-166. 2013.

SANTOS, L.A.V. et al. **História gestacional e características da assistência pré-natal de puérperas adolescentes e adultas**. Ciência & Saúde Coletiva, 23(2):617-625. 2018.

TEIXEIRA, J.A.M. et al. **Mortalidade no primeiro dia de vida: tendências, causas de óbito e evitabilidade em oito Unidades da Federação brasileira, entre 2010 e 2015.** Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, 28(1):e2018132, 2019.

TEIXEIRA, G.A. et al. **Perfil de mães e o desfecho do nascimento prematuro ou a termo.** Cogitare Enferm. (23)1: e51409. 2018.

THEOPHILO, R.L.; RATTNER, D.; PEREIRA, E.L. **Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa.** Ciência & Saúde Coletiva, 23(11):3505-3516. 2018.

TOMASI, E. et al. **Qualidade da atenção pré-natal na rede básica de saúde do Brasil: indicadores e desigualdades sociais.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3. 2017.

VICENTE, A. C.; LIMA, A. K. B.; LIMA, C. B.. **Parto cesáreo e parto normal: uma abordagem acerca de riscos e benefícios.** Revista Temas em Saúde, João Pessoa, v.17, n.4, p.24-35, 2017.

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA NOS DESLOCAMENTOS A PÉ: AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E AUTONOMIA DO PASSEIO PÚBLICO EM QUATRO CIDADES PAULISTAS

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 05/09/2020

Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi

Universidade Paulista (UNIP) Araraquara, SP e
Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU USP)
São Carlos, SP.

<http://lattes.cnpq.br/9141425800330482>

Camila Moreno de Camargo

Universidade Paulista (UNIP) Araraquara, SP e
Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU USP)
São Carlos, SP.

<http://lattes.cnpq.br/4444152349576864>

Maria Karoline Souza Garcia

Universidade Paulista (UNIP Araraquara)
<http://lattes.cnpq.br/0331607953256569>

Ana Paula Sylvestre Roldão

Universidade Paulista (UNIP Araraquara)
<http://lattes.cnpq.br/4513450856638549>

Priscila Kauana Barelli Forcel

Universidade Paulista (UNIP Araraquara)
<http://lattes.cnpq.br/7012203403989895>

RESUMO: Este artigo avalia as condições de acessibilidade e os limites impostos nos deslocamentos a pé em áreas centrais urbanizadas em quatro cidades do interior do estado de São Paulo. A análise revela um cenário comum ao território nacional, tanto em áreas metropolitanas como em cidades menores. Apesar de leis, normas, decretos e de certa progressão na implantação de políticas

públicas dentro dessa temática, observa-se que a realidade brasileira se mostra ainda distante de dar conta dos problemas contemporâneos da mobilidade. Para o estudo tomou-se como referência percursos a pé de curta distância que conectam o transporte público a edifícios e espaços de uso coletivo. Levou-se em conta a visão técnica aliada à percepção do usuário, tendo como principais parâmetros o gradiente e a velocidade da via, o aspecto físico e a manutenção do passeio, sinalização, uso/apropriação, retidão e continuidade da rota.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Mobilidade, áreas centrais, políticas públicas, caminhabilidade.

ANALYSIS OF ACCESSIBILITY AND URBAN MOBILITY IN PEDESTRIAN DISPLACEMENTS: ASSESSMENT OF SAFETY CONDITIONS AND AUTONOMY OF PUBLIC SIDEWALK IN FOUR CITIES IN THE STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT: This article assesses the conditions of accessibility and the limits imposed to pedestrian displacements in urbanized central areas, in four cities in the interior of the state of São Paulo. The analysis reveals a common scenario to the national territory, both in metropolitan areas and in smaller cities. Despite laws, norms, decrees and some progress in the implementation of public policies within this theme, it is observed that the Brazilian reality is still far from to solve contemporary mobility problems. For the study, short distance walking routes that connect public transport to buildings and spaces for collective use were taken as reference. The technical vision

combined with the user's perception was taken into account, having as main parameters the gradient and speed of the road, the physical aspect and maintenance of the sidewalk, signage, use / appropriation, straightness and continuity of the route.

KEYWORDS: Acessibility, mobility, central areas, public policies, walkability.

1 | INTRODUÇÃO

O tema mobilidade urbana tem ganhado atenção governamental em todas as esferas e sendo alvo de pesquisas científicas, porém este ainda se mostra mais efetivo na teoria que na prática, enquanto as cidades, de uma forma globalizada, enfrentam problemas que se agravam com o crescimento populacional e um conjunto de dicotomias que envolvem o planejamento urbano, as políticas públicas e sua efetiva aplicação. A provisão de infraestrutura urbana tem se mostrado ineficaz para absorver o crescimento demográfico e territorial e muito se debate sobre a necessidade de práticas sustentáveis de mobilidade, em defesa do transporte coletivo e não motorizado. Muitos destes estudos se detêm nos deslocamentos de longas distâncias, compreendendo trajetos cotidianos entre casa e trabalho. Quando se amplia o olhar sobre estes deslocamentos, observa-se que um grande número de usuários ativos da cidade é deixado de lado. Não basta prover a cidade de um sistema viário eficiente, dotá-lo de ciclovias e implementar uma política de transporte público eficaz, se o passeio público não permite a continuidade do trajeto desde o desembarque até o destino final, o edifício. Agravam a situação do pedestre, a má qualidade das vias, a ocupação irregular, a “privatização” do espaço público, a ação desconexa entre prefeituras e concessionárias de serviços, a sinalização (ou sua ineficácia), os conflitos entre o modo de ocupação urbana e o meio físico, e por fim, a própria relação entre a arquitetura e o urbano.

Uma pesquisa recente desenvolvida na Universidade Paulista - UNIP campus Araraquara e premiada no XIX Encontro de Iniciação Científica UNIP- PIBIC/CNPq em 2017, analisa as condições do passeio público em Jaboticabal, interior de São Paulo, revelando um panorama de aspectos presente em boa parte dos municípios brasileiros. Este trabalho suscitou novas investigações, envolvendo estudantes de diversos semestres do curso de Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição e levando ao desenvolvimento de outras pesquisas vinculadas ao Grupo de Estudos de Mobilidade Urbana/ UNIP/ CNPq (GEMUR). O presente trabalho apresenta, portanto, questões iniciais das pesquisas em curso e visa ampliar a leitura do ambiente urbano, estendendo a análise a outras três cidades próximas, a saber: Araraquara, São Carlos e Matão. A metodologia utilizada é do tipo comparativa e se estrutura em análises de cunho qualitativo e quantitativo a partir do estudo simultâneo de trajetos estabelecidos nas áreas centrais dos municípios destacados, que procurou interligar um ou mais pontos de embarque e desembarque do sistema de transporte público coletivo (por relevância medida em termos quantitativos) e edifícios atratores de deslocamento a pé.

A análise qualitativa foi desenvolvida através do percurso, levantamento, registro iconográfico e descrição narrativa das condições do passeio público e determinados espaços livres públicos conectados ao primeiro, e procurou ressaltar: a disposição e qualidade comunicacional da sinalização; a localização e a qualidade das faixas de travessia; as barreiras e elementos promotores ou inibidores de mobilidade; a configuração do passeio público e organização da estrutura de serviços de infraestrutura, da arborização e outros dispositivos de drenagem, as faixas de circulação e as faixas de acesso presentes no mesmo; o mobiliário urbano; o desenho de dispositivos de acessibilidade; a materialidade presente no plano de piso; o desenho, implantação e relações estabelecidas com o entorno imediato dos pontos de embarque e desembarque do transporte público coletivo; entre outros. A análise quantitativa procura articular outras escalas de aproximação e análise do território, estabelecendo cruzamentos entre dados demográficos, informações relacionados ao campo das políticas públicas implementadas, e aspectos físico-territoriais, por onde se entrevê um panorama comum entre os municípios estudados e um conjunto de aspectos que apontam para a dicotomia entre teoria (leis, diretrizes e normas técnicas) e prática (sua implementação no território), revelando ações pouco conscientes, execuções precárias e má conservação dos espaços públicos. Conciliando métodos conceituais e técnicos à perspectiva do usuário, estes dados compilados apresentam os principais fatores de impedância e pretendem estabelecer critérios gerais para a avaliação de aspectos do desenho urbano, dando subsídios para projetos futuros e amparando tomadas de decisão e implementação de ações por parte do poder público.

21 AS CIDADES ESTUDADAS, SUA INSERÇÃO REGIONAL E AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS À MOBILIDADE URBANA IMPLEMENTADAS

O estudo sobre determinadas dinâmicas presentes no interior do estado de São Paulo, composto sobretudo por municípios de porte médio e pequeno, sugere a necessidade de um tensionamento de parte das concepções que parecem orientar o pensamento sobre o urbano, que, por força de delimitações do campo disciplinar, ocupa-se de modo mais atento dos grandes aglomerados metropolitanos. Até por efeito de contraste, uma noção imediata de “interior” - paradoxalmente em oposição a “centro” - pode induzir a uma concepção de organização territorial mais ou menos homogênea, onde as áreas urbanizadas aparecem fragmentadas numa constelação de pequenos aglomerados urbanos, rodeados por pastos e lavouras extensivas. No entanto, o interior paulista apresenta padrão muito diverso dessa concepção: com dinâmicas microrregionais muito distintas onde cada contexto conta com suas especificidades, lastreado por uma complexa rede de atividades econômicas e por uma diversificada estrutura agroindustrial, articulada a uma rede ampla de serviços e comércio inter e intraurbanos (SPOSITO, 2007). Interfere ainda e de maneira unívoca sobre seu arranjo territorial, sobretudo nos últimos anos, a dinâmica da produção habitacional

caracterizada pelo crescimento acentuado das áreas urbanizadas em descompasso com o crescimento populacional observado (LOPES e SHIMBO, 2015), e pelo aprofundamento de um padrão periférico que promove e intensifica as disparidades sociais decorrentes da localização urbana. Nestas cidades, a estruturação de um campo intensivo e extensivo de promoção habitacional foi caracterizado por uma relativa facilidade de acesso à terra – tanto urbanizada como posicionada nas franjas da zona urbana, ainda sem ou com pouca infraestrutura instalada, sujeita a uma regulação fundiária flexível e ajustável ao arranjo negocial – e por uma produção pautada na racionalidade industrial e economia de escala. O significativo excedente habitacional, por sua vez entrecortado por vazios urbanos especulativos e um sem número de lotes desocupados, alheio às lógicas de planejamento local e de definição das necessidades habitacionais, revela a disparidade entre a localização da oferta e distribuição da demanda como desdobramento de, pelo menos, duas escalas de acontecimentos.

A primeira revela dinâmicas reconfiguradas no âmbito regional, que por um lado reafirmam aspectos relacionados à mobilidade urbana caracterizada por demandas trabalho-moradia, mas que por outro, associam-se a um reposicionamento territorial de determinados núcleos urbanos que relacionam de maneira distinta as noções de centro e periferia (CAMARGO, 2018). Na escala intraurbana, e para o que interessa a este artigo, observa-se um conjunto de dicotomias, entre as quais se destacam: i) o papel do centro como espacialidade que concentra localizações e que conserva aspectos relevantes da perspectiva da história da cidade, em detrimento a um novo processo de periferação que aponta para outras demandas bastante relacionadas ao tempo de permanência da população nesta área da cidade e das relações estabelecidas com esta porção do território e as remanescências de temporalidades distintas; ii) a piora de qualidade do sistema de transporte público coletivo, que não se renova, mas se “adapta” a um determinado desenho urbano que se estende atendendo a leis e normas em uma chave bastante reduzida, que sugere o aniquilamento de “urbanidades” e determina uma certa fisionomia fragmentada da paisagem.

Neste quadro, cento e vinte e dois quilômetros separam os quatro municípios analisados, situados na região centro-leste do Estado. Matão, São Carlos e Araraquara integram a Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, que concentra uma população de quase um milhão de habitantes, sendo que a metade desse contingente habita essas duas cidades. Jaboticabal faz parte da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Os municípios estudados possuem grau de urbanização igual ou superior a 96% (Fundação SEADE, informações dos municípios paulistas). De menor porte, Matão e Jaboticabal têm apresentado significativo crescimento populacional nos últimos anos, superando a média do estado e do país, mas com densidade demográfica bastante baixa.

As quatro cidades apresentam índice de urbanização de vias públicas médio de 34%. Este número é ainda menor na maior parte do Estado, mas se mostra relativamente

baixo se comparado a cidades como São Paulo (50,3%) e Ribeirão Preto (64,5%). Estes dados revelam que a maior parte das áreas urbanas edificadas nas cidades brasileiras permanece inacessível e muitas das cidades da região central de São Paulo ainda não iniciaram seu processo de adequação.

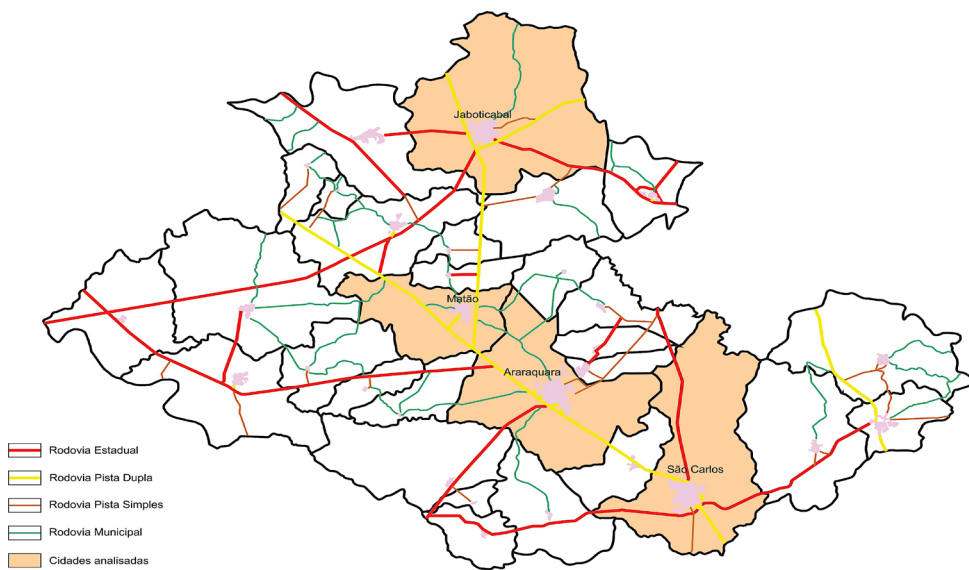


Figura 1: Localização dos municípios estudados - inserção regional. Elaborado pelas autoras.

No que se refere à mobilidade e acessibilidade urbana, o estudo levantou e analisou a legislação incidente sobre o tema nos quatro municípios, por onde se pode entrever um quadro de atuação bastante similar. Em geral, os Planos Diretores apontam para diretrizes que relacionam ações mais ou menos específicas às noções mais amplas de integração e inclusão do indivíduo na sociedade e, no que diz respeito às pessoas com deficiência, à independência funcional e social. Neste sentido, tem-se programas de educação inclusiva que dependem necessariamente da construção ou adequação de edifícios escolares às normas de acessibilidade, com especial atenção às relações que podem ser promovidas entre alunos e espaços. Também o estímulo às práticas esportivas adaptadas e ações que estabeleçam o uso, em rede ou sistema, das áreas livres públicas das cidades, tais como praças e parques, bem como ações que assegurem o deslocamento e o acesso à rede de atendimento à saúde, em seus vários níveis. Ainda, há menção a projetos prioritários de reforma e adequação das vias públicas e praças presentes nas áreas centrais, como localização que reúne a “vida” da cidade.

Na perspectiva de uma atuação mais efetiva, encontram-se também algumas leis e/ou decretos municipais, além de planos setoriais como o Plano Municipal ou Local de

Mobilidade Urbana, que abordarão de modo mais específico as ações públicas no sentido do atendimento às diretrizes expostas acima, mas agora atreladas a prazos de execução, a fontes de recursos específicos, a agentes responsáveis, entre outros. Como quadro geral, apresenta-se uma legislação em consonância com a Lei Federal n. 10.098/2000, com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e com os decretos que balizaram a política nacional, em especial o Decreto n. 5.296/2004, com estabelecimento de prazos para adequação às normas em edificações de uso coletivo, sob risco de perda de Alvará ou Licença de Funcionamento e aplicação de multas. Passados dez anos do término do prazo determinado para tais adaptações, este último documento foi alterado pelo Decreto n. 9.404/2018, postergando as ações e revelando um cenário de prazos estendidos sem a aplicação do instrumento ou com a adoção de medidas paliativas.

Do ponto de vista legal, o país conta com um aparato espantoso. São centenas de leis municipais e outras dezenas de leis estaduais, que renderam inúmeros Manuais e Cartilhas produzidos no âmbito da esfera pública municipal ou atreladas a Conselhos de Classe. Tomam como referência a norma ABNT NBR 9050, que definiu parâmetros para promoção da acessibilidade a edificações, espaços e equipamentos urbanos, se desdobrando em algumas outras. Salvo variantes, tratam do mesmo assunto, por vezes estabelecendo critérios mais restritivos e interpolando dados da norma técnica segundo sua particular interpretação. É inegável a necessidade e importância de instrumentos legais, mas os países que mostram ter a questão da acessibilidade mais bem desenvolvida são aqueles com elevada consciência social e maior acesso a recursos técnicos e humanos, e não necessariamente aqueles que produziram leis e normas rígidas e detalhadas (CAMBIAGHI, 2012).

Quanto aos Planos Municipais de Mobilidade Urbana, no contato com os Planos Diretores e em atendimento à Lei Federal 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, protagonizarão o transporte público, o transporte não-motorizado (bicicletas) e o pedestre. Em geral, acenam para a necessidade de reavaliação do Sistema de Transporte Público Coletivo, de modo a envolver uma revisão mais profunda dos itinerários que compõem o mesmo – e que ao longo do tempo, como prática, apenas adaptaram-se ao crescimento territorial, “estendendo-se” ou “esticando-se” no sentido dos novos bairros –, da distribuição e tipologia de abrigo que demarcam os pontos de embarque e desembarque, a criação de plataformas elevadas que atinjam o nível de acesso dos ônibus, a criação de subterminais como representativos de um sistema que precisa ser descentralizado, a substituição da frota por outra que seja adaptada às pessoas com restrições de mobilidade, entre outras medidas.

No que diz respeito ao transporte não-motorizado, aponta-se para a demanda por um Sistema Cicloviário que atue no sentido de se instituir uma alternativa de deslocamento mais sustentável e que, para tanto, necessita de ações voltadas para a criação de uma infraestrutura específica composta por ciclovias e ciclofaixas, bicicletários, paraciclos,

sinalização vertical e horizontal, e outras complementares, como arborização urbana. As ações voltadas ao pedestre se relacionam mais diretamente ao desenho das calçadas, ou à rua, enquanto espaço público cuja transformação depende de mudanças mais profundas de paradigmas. É comum, neste sentido, que se encontre indicação de projetos prioritários nas áreas centrais. No entanto, em geral, as diretrizes e ações previstas conduzem, de modo reduzido, à implantação de rampas junto às esquinas, à sinalização de travessias de pedestres, à implantação de travessias elevadas junto a equipamentos públicos determinados, à implantação de “calçadão” em trecho de via que reúne uma concentração maior de edificações de uso comercial e, ainda, à necessidade de projetos de “revitalização” de praças e a normas de padronização e “limpeza” de fachadas, em um contato um tanto frágil com o patrimônio arquitetônico em geral, existente nestas áreas.

Como ações coordenadas às políticas urbanas, São Carlos criou em 2010, a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) com representantes de várias autarquias municipais, que deveria assumir dentre outras funções, a fiscalização e implementação das normas técnicas, inclusive efetivando cobrança junto ao poder público e privado. Em Araraquara, a Coordenadoria Executiva de Mobilidade Urbana foi instaurada em 2017, com o intuito de melhorar a comunicação entre usuários e a equipe de planejamento, visando um melhor atendimento à população, tanto no transporte público quanto na circulação do transporte individual. Matão implantou o Plano Diretor de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana (Lei n. 4120/2010), revelando-se uma das poucas cidades desse porte a tratar o assunto com maior profundidade. Araraquara e São Carlos seguem elaborando este plano setorial em parceria com algumas entidades não governamentais interessadas na temática. Por hora, apresentam em seus planos diretores algumas diretrizes mais gerais que apontam para a necessidade de estabelecer conexões entre o centro e os bairros, cujas estratégias são expressas em mapas anexos demonstrando vias a serem implantadas ou conectadas, bem como outros dispositivos viários.

Neste ponto parece importante ressaltar que, embora a legislação local levantada e analisada se alinhe às diretrizes estabelecidas pelo conjunto de leis e normas que conformam a Política Nacional de Mobilidade Urbana, na prática tem-se ações contraditórias. Assim, embora as estratégias de mobilidade urbana locais expressem preocupação com as distâncias percorridas e qualidade dos deslocamentos cotidianos, os perímetros urbanos seguem ampliando-se sistematicamente e abrindo frente para a produção de novas e distantes áreas habitacionais. Uma quantidade bastante relevante de rampas acessíveis é implantada em boa parte das esquinas presentes na região central, por vezes em atendimento à pressão exercida pelo Ministério Público, enquanto organiza-se a demolição do calçadão existente há quase duas décadas para a criação de um “*boulevard*” comercial, como vem sendo o caso do município de São Carlos (ainda que a consulta pública tenha apontado para a permanência do calçadão como vontade da maioria da população). De uma maneira geral, dentre as políticas públicas implantadas ou em fase de elaboração,

observa-se que a atenção maior recai para os sistemas de transporte motorizados, sendo o modo a pé (viagens curtas), quase sempre considerado secundário e subestimado nos levantamentos de demanda de viagens (AMANCIO, 2005).

3 I ESTUDOS DE CASO: APRESENTAÇÃO DOS TRAJETOS E DE ASPECTOS DA ANÁLISE DESENVOLVIDA

A acessibilidade no meio urbano pode ser avaliada em relação a um determinado objetivo (localização-destino) baseada na medição das distâncias combinadas a um conjunto de destinos que variam conforme sua importância relativa, ou seja, de acordo com a necessidade de uso, funcionalidade, atratividade, etc (AGUIAR, 2010). A estes dois aspectos (distância/tempo + destino/importância) somam-se os fatores de impedância (barreiras) encontrados ao longo do percurso. A análise é focada em viagens a pé de curta distância, abrangendo em média 2Km. Adotou-se como critério para a delimitação dos trajetos, pontos nodais dos centros urbanos estudados, e a conexão destes ao transporte público coletivo e a continuidade dos trajetos a pé, necessária para acessar serviços importantes como órgãos públicos, espaços de lazer e convívio, locais de culto religioso, etc. Levou-se em conta a visão técnica (normas e leis) aliada à percepção do usuário, tendo como parâmetros principais: i) o gradiente e a velocidade da via; ii) a retidão da rota; iii) o aspecto físico e a manutenção do passeio; iv) a sinalização; v) o uso/apropriação do espaço público; vi) a continuidade dos trajetos. Estes parâmetros são por vezes associados a algumas medidas de moderação de tráfego e à percepção da segurança, autonomia e conforto do pedestre. As imagens a seguir ilustram os percursos avaliados.



- 1- ShoppingCenter
- 2- Praça Homem de Melo -Igreja Matriz
- 3- Delegacia
- 4- Câmara Municipal
- 5- Praça 9 de Julho e Agências bancárias
- 6- Correios
- 7- Biblioteca Municipal
- 8- Praça Joaquim Nabuco -Praça da Fonte
- 9- Escola Fundamental Cel Vaz
- 10- Pré-escola e Escola Fundamental
- 11- Praça Dom Assis
- 12- Mercado Municipal -Sede SAMU

Figura 2: Trajeto analisado na cidade de Jaboticabal.

Fonte: Base *Google Maps*. Mapa elaborado pelas autoras.



- 1- Escola José Inocêncio
- 2- Igreja Matriz
- 3- Praça da Matriz - Ponto de ônibus
- 4- Praça da Matriz - Ponto de táxi e mototáxi
- 5- Casa Artimonte
- 6- Farmácia Cyrinho
- 7- Praça da Matriz - Ponto de ônibus
- 8- Casa da Cultura

Figura 3: Trajeto analisado na cidade de Matão.

Fonte: Base *Google Maps*. Mapa elaborado pelas autoras.



- 1- Ponto de ônibus
- 2- Casa da Cultura
- 3- Câmara de Vereadores
- 4- Prefeitura Municipal
- 5- Palacete Esplanada das Rosas
- 6- Hotel Municipal
- 7- Praça da Matriz e Igreja São Bento
- 8- Ponto de táxi e mototáxi
- 9- Boulevard dos Oitis
- 10- MAPA Museu de Arqueologia e Paleontologia

Figura 4: Trajeto analisado na cidade de Araraquara.

Fonte: Base *Google Maps*. Mapa elaborado pelas autoras.



- 1- Catedral
- 2- Jardim Público
- 3- Ponto de ônibus
- 4- Biblioteca Amadeu Amaral
- 5- Agência Bancária
- 6- Praça dos Voluntários
- 7- Ponto de ônibus
- 8- Av São Carlos
- 9- Travessia Av. São Carlos
- 10- Active Rua Jesuino de Arruda e José Bonifácio - Calçada
- 11- Igreja São Benedito
- 12- Travessia Rua José Bonifácio
- 13- Declive Rua José Bonifácio
- 14- Cruzamento R. José Bonifácio e Av. Comendador Alfredo Maffei
- 15- 17 Percurso Av. Comendador Alfredo Maffei
- 16- Travessia Rua 9 de Julho
- 18- Travessia Rua Episcopal
- 19- Mercado Municipal

Figura 5: Trajeto analisado na cidade de São Carlos.

Fonte: Base *Google Maps*. Mapa elaborado pelas autoras.

Em Araraquara, a área analisada concentra edifícios que abrigam a Casa da Cultura, Prefeitura e Câmara Municipal, Igreja Matriz, o Museu de Arqueologia e Paleontologia e escolas públicas, em área servida por pontos modais de ônibus, táxi e mototáxi. Matão segue um desenho de características similares, mas a condição de uma cidade menor reforça a importância do centro como articulador viário e concentrador de serviços essenciais. O percurso analisado em São Carlos envolve edifícios e praças de grande importância histórica e cultural, como a Catedral, a Secretaria de Educação, a Biblioteca Municipal, a Praça dos Voluntários da Pátria e o Jardim Público (que abrigam os principais pontos de ônibus da região central) além de igrejas e o Mercado Municipal, pólo principal do comércio. Este último, instaurado na cota mais baixa do centro urbano, região onde se instalaram os primeiros assentamentos que deram origem à cidade, sofre com as constantes inundações do Córrego do Gregório. A partir desse ponto, a declividade é bastante acentuada, onde vias ortogonais que ignoraram a topografia e as características do meio físico, se sobrepuseram ao córrego e às suas margens que foram impermeabilizadas progressivamente. A alta declividade e velocidade das vias, em especial, da Av. São Carlos que assume funções estruturais, e as condições precárias de faixas de circulação e travessia, intensificam a dificuldade dos percursos a pé. Em Jaboticabal, o percurso compreende praças públicas, uma agência dos Correios, a Biblioteca Municipal, a Câmara de Vereadores, escolas de ensino fundamental, agências bancárias e um pequeno shopping. Situada na confluência de vias coletoras de trânsito intenso, a Praça 9 de Julho se revela como importante espaço de manifestações culturais e palco das primeiras iniciativas de implantação de rampas, porém executadas em desacordo com a ABNT (Figura 10).

Os problemas encontrados nos quatro municípios são recorrentes, em geral representados pela baixa condição de trafegabilidade advinda principalmente da má qualidade do piso e da execução irregular de rebaixamentos de guias, aliada à má conservação do bem público. Executados em desacordo com as normas técnicas, os rebaixamentos nem sempre estão alinhados com as faixas de travessia, as abas laterais são inadequadas e apresentam desníveis significativos no encontro com o leito carroçável. Por vezes a ausência de rebaixamentos na guia interrompe o percurso e a ausência de faixa de travessia expõe o pedestre à insegurança (Figura 6).



Figura 6: Acima: Rebaixamento de guia desalinhado com a faixa de travessia, com piso irregular, e danificado. À esquerda: Matão (ausência de rebaixamento de guia e faixa de travessia). Ao centro: Araraquara (desalinhamento de guias / descontinuidade no trajeto / leito carroçável com piso irregular). À direita: São Carlos (rebaixamento irregular, desnível junto à sarjeta, elementos táteis sem contraste visual instalados em desacordo com ABNT, pintura da faixa desgastada, guia danificada com ausência de rebaixamento no lado oposto e acúmulo de elementos como lixeiras, bicicletas e barracas de comércio). Fotos das autoras.



Figura 7: Acima: Matão. A vaga reservada para PCD está implantada em frente à garagem de uma edificação particular. À esquerda: Araraquara (vaga implantada em pavimento trepidante, ausência de faixa de transferência, rebaixamento e passeio irregulares. À direita: São Carlos (vaga implantada em via estrutural de fluxo intenso e alta velocidade, com declividade acentuada). Fotos das autoras.

As vagas reservadas em via pública apresentam dimensões irregulares e foram por vezes localizadas inadequadamente, em locais conflitantes com outros usos ou em vias de alta velocidade e declividade. Observa-se de uma maneira geral, a ausência de sinalização horizontal e vertical ou sua incorreta utilização, e a ausência de rebaixamento na guia que permitiria ao cadeirante acessar a calçada. Quando este rebaixamento existe, o pavimento raramente oferece as características de um piso firme, estável, antiderrapante e não trepidante, condições determinantes para garantia da acessibilidade (Figura 7).

Espécies arbóreas com raízes invasivas, alterações constantes na tipologia do pavimento, mobiliário inadequado e/ou mal posicionado, o mau uso do espaço público e sua apropriação indevida pelo uso privado (em essência comercial) e a ausência de uma definição clara entre faixa de circulação e faixa de serviços configuram-se como pontos determinantes para as descontinuidades de percursos. (Figuras 8, 9 e 10). A trafegabilidade é ainda mais afetada à medida que se afasta espacialmente do centro e que se observa uma acentuação na topografia, dificultando a adoção de medidas mitigadoras, influenciando diretamente na redução da velocidade da caminhada e/ou levando o usuário a percorrer distâncias maiores, mas com um menor índice de impedância.



Figura 8: Acima à esquerda: Jaboticabal: escada executada de maneira irregular, sem corrimão, sem sinalização, ausência de rota alternativa acessível. Acima à direita: São Carlos: escada com interrupção nos degraus, sem corrimão e sem sinalização. Embaixo à esquerda: São Carlos (raízes invasivas, piso danificado e implantação irregular de sinalização tátil). Ao centro: Araraquara e à direita: Jaboticabal: ambas com obstrução da largura da faixa de circulação por espécies arbóreas inadequadas para calçadas. Fotos das autoras.



Figura 9: São Carlos: à esquerda banco implantado em local inacessível no Jardim Público. À direita: ponto de ônibus na Praça Voluntários da Pátria: transtornos ergométricos em função da altura do mobiliário mantida constante em contraponto à declividade da via. Fotos das autoras.



Figura 10: À esquerda Matão: Obstrução de áreas de circulação / apropriação indevida do espaço público para fins privados. Ao centro Matão: Rampa executada em área pública: interrupção no corrimão, alturas, empunhadura e tipologia incorretas, piso trepidante, instalação indevida e desnecessária de elemento tátil direcional sobre a rampa. À direita: Jaboticabal: Uso do espaço público para fins privados, invasão da faixa livre de circulação no solo e aérea, piso irregular e sem sinalização. Fotos das autoras.



Figura 11: Acima: Araraquara Rua Nove de Julho (Sinalização tátil direcional e de alerta com diferenciação cromática. poste de iluminação locado incorretamente sobre a faixa de circulação, uso do espaço público para fins privados por parte de comerciantes locais). Abaixo: São Carlos - Cruzamento da Av. General Osório com Rua Riachuelo: Redução da travessia através de medidas de *Traffic Calming*. Fotos das autoras.

Entre um emaranhado de obstáculos observa-se algumas iniciativas mais ou menos razoáveis no sentido de disciplinar o uso do passeio público, adotando princípios do Desenho Universal e medidas de *Traffic Calming*, como o alargamento de calçadas próximo às esquinas com a conseqüente redução na extensão da travessia. São Carlos implementou um projeto piloto há pouco mais de uma década, no cruzamento das ruas General Osório e Riachuelo, quando o edifício que abriga a Associação Comercial foi restaurado. Araraquara adotou em um breve trecho da Av. Nove de Julho, principal eixo comercial da cidade, calçadas mais largas com rampas e sinalização tátil com diferenciação cromática. Ambas se mantiveram como um projeto embrionário e apresentam entraves que ainda impedem uma acessibilidade plena, esbarrando novamente na interrupção dos percursos a pé (Figura 11).

4 | CONCLUSÕES

A mobilidade tem sido tratada a partir dos deslocamentos de longas distâncias, tendo como base as condições físicas e os aspectos socioeconômicos que influenciam na produção de localidades. A acessibilidade se estende para além dos trajetos viários, interligando destinos específicos, perpassando o passeio e os espaços públicos e alcançando os edifícios. Nesse sentido estaria esta última intimamente vinculada ao uso do solo e à forma urbana e se revelaria mais vital na produção dessas localidades. Ainda que pautada na experiência relativa a quatro núcleos urbanos, este ensaio apresenta as condições atuais de acessibilidade e os limites impostos nos deslocamentos a pé em áreas centrais urbanizadas, revelando um cenário comum ao território nacional, seja em áreas metropolitanas ou em cidades menores. Apesar de leis, normas, decretos e de certa progressão nesse sentido com a criação de instâncias públicas direcionadas à implantação de políticas dentro dessa temática, observa-se que a realidade brasileira se mostra ainda distante de dar conta dos problemas contemporâneos da mobilidade. Os entraves parecem ainda mais severos quando se avalia o acesso às edificações, revelando certa inabilidade em se resolver problemas relativamente simples, levando à postergação de prazos de execução e retrabalho, ou a adaptações mal resolvidas. Ações isoladas por vezes tomadas por iniciativa privada e não pública (em geral comerciantes interessados em atrair o público) são os únicos exemplares do que poderia se tornar uma condição desejada e necessária não somente para pessoas com limitações de locomoção, mas a todas as pessoas que utilizam a cidade. Ao comparar esses quatro núcleos urbanos, percebe-se processos semelhantes na concepção das redes urbanas que impõem uma urgente reestruturação do centro e suas conexões neurais.

REFERÊNCIAS

ABNT - **Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro. NBR 9050.

_____. **Acessibilidade - Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação.** Rio de Janeiro. NBR 16537

AMÂNCIO, Marcelo Augusto. **Relacionamento entre a forma urbana e as viagens a pé.** Dissertação de Mestrado em Engenharia Urbana. Departamento de Engenharia Civil. Ufscar, São Carlos, 2005.

AGUIAR, Fábíola de Oliveira. **Acessibilidade Relativa dos Espaços Urbanos para Pedestres com Restrições de Mobilidade.** Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Transportes, Ufscar, São Carlos, 2010.

BRASIL, Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000. **Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá Outras Providências.** Brasília, 19 de Dezembro de 2000.

_____ Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 06 de Julho de 2015.

_____ Lei nº 12.587 de 03 de Janeiro de 2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; (...)** e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

_____ Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2004.

_____ Decreto nº 9.404 de 11 de Junho de 2018. Presidência da República. Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial. Brasília-DF, 2018.

CADERNO, MCidades. **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável**. Ministério das Cidades. Brasília, 2005

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal. Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. Senac. São Paulo, 2012

CAMARGO, Camila Moreno de. **Produção habitacional na Região Administrativa Central do estado de São Paulo: reconfigurações territoriais recentes**. Projeto de Pesquisa de Extensão, 2018 (in mimeo).

LOPES, João Marcos e SHIMBO, Lúcia. **Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV**. In: SANTO AMORE, SHIMBO e RUFINO (orgs.). *Minha Casa... e a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 229-253.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, Lei nº 850, de 11 de fevereiro de 2014. **Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara**. Araraquara, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL. Lei nº 80 de 09 de Outubro 2006. **Plano Diretor de Desenvolvimento, as ações estratégicas, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento do Município de Jaboticabal**. Jaboticabal -SP, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO, Lei nº 3800, de 05 de outubro de 2006. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e de Política Urbana e Ambiental de Matão**. Matão, 2006;2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, Lei nº 18053, de 19 de dezembro de 2016. **Plano Diretor. São Carlos**, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

CAPÍTULO 5

INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 12/08/2020

Daiana de Medeiros Brandão

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/1025077128224553>

RESUMO: Este artigo objetiva desenvolver discussões teóricas entre a Comunicação Social e Ciências Sociais, a partir de uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica, numa abordagem essencialmente qualitativa. Aborda não só autores da comunicação e sociologia, como também da gestão pública, estabelecendo inter-relações com o objeto de estudo, através de uma análise contextualizada das práticas profissionais da Assessoria de Comunicação Governamental. Trata-se de um estudo multidisciplinar, de revisão teórica, bibliográfica e documental, que propõe ao pesquisador analisar o uso das práticas midiáticas na publicidade e transparência dos atos públicos, assim como as contribuições da Assecom para democracia, no fazer comunicação pública.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Governamental, Comunicação Pública, Assessoria de Imprensa, Gestão Pública, Mídia e Política.

COMMUNICATION INTERFACE WITH SOCIAL SCIENCES: A STUDY OF THE GOVERNMENT COMMUNICATION POLICY PROCESSES

ABSTRACT: This article aims to develop theoretical discussions between Social Communication and Social Sciences, based on exploratory, descriptive and analytical research, in an essentially qualitative approach. It addresses not only authors of communication and sociology, but also public management, establishing interrelationships with the object of study, through a contextualized analysis of the professional praxis of the Governmental Communication Advisory. This is a multidisciplinary study, with theoretical, bibliographic and documentary revision, which proposes to the researcher to analyze the use of media practices in the publicity and transparency of public acts, as well as Assecom's contributions to democracy, in making public communication.

KEYWORDS: Government Communication, Public Communication, Press office, Public Management, Media and Politics.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende reverenciar o fazer comunicação pública como prática de uma assessoria de comunicação dos órgãos de governo, comprometida com a responsabilidade social e os princípios democráticos, não apenas com a comunicação governamental. Tem como proposta de pesquisa verificar a implementação da política de comunicação e sua efetividade,

através de uma avaliação das práticas comunicativas e meios de comunicação utilizados, visando identificar as estratégias de interação adotada no âmbito das relações do governo, com a imprensa e população, para inferir sobre os efeitos midiáticos na política e opinião pública. Sugere-se desenvolver um estudo dos mecanismos comunicativos praticados pela Secretaria Estadual de Comunicação na divulgação dos atos públicos, considerando a influência política exercida na mídia e sociedade. Apresenta-se como uma abordagem que envolve Estado, governo e sociedade, ressaltando as inter-relações entre mídia e política, assim como a função mediadora da assessoria do governo, pretendendo desenvolver uma reflexão crítica sobre a influência exercida na comunicação midiática do Estado, através das informações divulgadas pela comunicação governamental, que norteia as relações sociopolíticas.

No contexto sociopolítico e econômico, marcado pela emergência de soluções para as preocupantes questões sociais, a reflexão sobre a gestão pública se constitui como de importante contribuição, quer seja para o âmbito teórico, quanto para o empírico. Moraes (2010, p. 203) reafirma a importância do tema, tendo em vista a capacidade institucional do Estado para prover políticas públicas e promover a inclusão social. Enfatiza ainda que se trata de uma reflexão oportuna, “principalmente quando se considera o estágio atual do processo de redemocratização sobre a dimensão da gestão pública”.

De tal forma, que a discussão sobre políticas públicas vem perpassando por diversos campos do saber. No campo da comunicação, estudos têm sido realizados para compreender o papel e a influência da comunicação midiática em distintos aspectos do fazer política, como por exemplo, em campanhas eleitorais (COLLING, 2007); na governança (NOVELLI, 2011), no que se refere ao exercício da democracia e cidadania (MATOS, 1999; ROTHBERG, VALENÇA, 2014); em políticas públicas (OLIVEIRA, 2000), já na transparência pública (SILVEIRA, 2012) e *Accountability* (MAIA, 2006). De modo geral, esses estudos evidenciam que a mídia vem exercendo múltiplos papéis e influências na sociedade contemporânea.

No mesmo direcionamento, o papel das assessorias de imprensa na construção da comunicação em órgãos públicos e seus efeitos para a gestão e para a sociedade têm sido estudados (OLIVEIRA, 2013; BARROSO, BERTOL, 2013; RIFFEL, ALBURQUERQUE, SANTANA, 2007; QUEIRÓS, SANTOS, 2015; FRANZONI, 2005; dentre outros), demonstrando a relevância da temática abordada por esse artigo, bem como denotando sua potencialidade em contribuir para um aprofundamento teórico e reflexivo dessa área, ao propor não apenas coletar dados empíricos, mas sobretudo encontrar uma moldura conceitual que permita compreender a relação entre mídia e política, a partir das práticas midiáticas utilizadas por assessorias de imprensa governamentais, por meio da política pública de comunicação implementada e na análise das diferentes dinâmicas entre escalas macro (institucionalização) e micro (socialização), no que se refere a ação e processos de interação comunicativa das práticas sociais, a partir do contexto institucional na esfera pública estadual.

Cabe ressaltar que esse artigo acadêmico visa desenvolver uma inter-relação da mídia, política e sociedade, partindo do estabelecimento de diálogos com marcos teórico e analítico dos autores do campo das Ciências Sociais e da Comunicação Social, assim como da Gestão Pública, para se compreender o papel de influência da comunicação governamental e política, exercida por seus atores sociais, nos processos comunicativos midiáticos e nas estratégias de interação com a sociedade. Sendo assim, pretende-se estabelecer discussões teóricas e metodológicas articuladas na abordagem institucional do governo, suas práticas e valores, do ponto de vista da sociologia.

Ao propor analisar o uso de práticas midiáticas utilizadas por uma determinada Assessoria de Comunicação Governamental, (que podem ir desde a propaganda política, campanhas institucionais, publicidades e transparência dos atos públicos, ampliação da participação do cidadão e fortalecimento democrático, através das redes sociais e outras mídias), revela-se a importância empírica dessa proposta de pesquisa, na análise não só da implementação da política de comunicação pública, como também da efetividade das suas práticas comunicativas, considerando os efeitos políticos e sociais provocados pelos conteúdos produzidos.

Pensar nos efeitos da mídia sobre a política e a sociedade, permite para além da compreensão sobre o funcionamento das assessorias de imprensa governamentais, pois entrever caminhos no aperfeiçoamento das suas práticas e de forma consequente direcioná-las para uma concreta transformação da comunicação política ou meramente governamental, em uma “comunicação pública”, que atenda aos interesses da coletividade e fortaleça os valores sociodemocráticos, por meio de uma assessoria de comunicação que desempenhe um papel mediador entre Estado e sociedade, tendo em vista que a implementação de uma política efetiva de comunicação pública é um caminho para o estabelecimento da cidadania e fortalecimento da democracia.

O acesso à informação pública é um direito do indivíduo, pois a publicidade dos atos públicos é um dos principais princípios que deve ser cumprido pela administração pública, independente dos interesses políticos e partidários. Além disso, de acordo com o artigo “Política de comunicação pública: um caminho para cidadania”, publicado pelo Superior Tribunal de Justiça, sabe-se que os órgãos públicos devem estabelecer um plano de comunicação com o envolvimento das áreas que atendem aos cidadãos em geral, e não apenas ao setor de comunicação social. Enfatiza que a “comunicação pública” contribui para que o serviço público seja realmente efetivo em todas as secretarias de governo. A assessoria de comunicação governamental não é uma mera ferramenta de divulgação, mas impulsiona a implementação de políticas públicas. Por isso, justifica-se que é fundamental desenvolver pesquisas sobre essa temática proposta, para que os princípios da comunicação pública sejam respeitados e se estabeleça uma democratização das informações governamentais.

21 COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICA

No Brasil, independente da época ou regime, a comunicação para as massas esteve presente, mesmo que em níveis e formas distintas, na esfera política, principalmente no que se refere às práticas voltadas para a formação de opiniões públicas em fase das disputas políticas. No entanto, essas ações de acordo com Maia (2006, p.15) foram fortalecidas e reconfiguradas pelos avanços dos meios de comunicação, de modo que a mídia, principalmente as redes sociais, tornaram-se na contemporaneidade “a principal instância para líderes políticos divulgarem informações sobre suas atividades, buscarem adesão em campanhas eleitorais ou conquistarem suporte público no jogo político mais geral”. E os assessores de imprensa tornaram-se atores decisivos no processo de construção da imagem pública do político, e de forma mais ampla de seu governo. Em outras palavras, a mídia tem ocupado uma posição central na política brasileira, mediada pelas assessorias de imprensa.

Diante do entendimento da importância desse assessoramento para o bom relacionamento entre governo e imprensa; promoção da prestação de contas à sociedade, bem como para conquistar a opinião pública favorável, imprescindível na manutenção do poder, que as assessorias de imprensa fazem parte das estruturas de comunicação governamentais da Presidência da República, dos governos estaduais e municipais. E por meio dessas, a esfera política tem utilizado de forma frequente os recursos provenientes da esfera midiática, desde a divulgação de mensagens até a construção imagética no público (CESAR, 2012).

Não restam dúvidas do papel mediador do assessor de imprensa na formação dessa imagem. A mídia especialmente diante dos avanços da tecnologia de comunicação e informação tem ocupado um lugar de destaque, tanto no cotidiano das pessoas, quanto nas diversas relações sociopolíticas e econômicas. As informações compartilhadas na comunicação midiática, especialmente nas mídias digitais, têm se tornado um elemento decisório na formação das escolhas dos governantes, na expressão de opiniões dos eleitores sobre as ações e não ações do Estado, e na participação política dos cidadãos.

Em que se pesem as contribuições da mídia na vida política, reconhece-se que os meios de comunicação não se constituem como os porta-vozes imparciais do debate político, podendo sob influência ou submissão aos ditames econômicos ou políticos, interferirem de forma disfuncional, como alerta Miguel (2002). Logo, a questão que se coloca é que esse processo de mediação necessita de acordo com Traquina (2005) fundar-se em valores e ideais de: objetividade, verdade, interesse público, defesa da liberdade e da democracia.

De acordo com essa concepção é possível promover o desenvolvimento, como expansão das capacidades e das liberdades dos indivíduos, no exercício da democracia. Nesse sentido, o papel do Estado é fundamental, através das assessorias de comunicação. Foi justamente por isso, segundo Sant’Anna (2005), que durante o processo

de redemocratização no Brasil evidenciou-se a importância de que as assessorias de imprensa ou outros departamentos de comunicação de órgãos públicos fossem dirigidas por comunicadores, notadamente jornalistas, para o desenvolvimento de uma assessoria mais ética e profissional. A esses profissionais caberia “gerenciar e auxiliar os processos de construção ou administração da visibilidade das fontes assessoradas e de seus temas de interesse junto ao campo jornalístico” (CESAR, 2012, p.44), evidenciando sua função social.

Dessa maneira, caberia aos assessores de imprensa atuarem não apenas para divulgar informações e influenciar opiniões, mas sobretudo para garantir a transparência dos atos públicos e para o fortalecimento da democracia. Configurando-se assim, como um mecanismo de responsabilização e controle dos atos praticados pelos gestores públicos, bem como um canal de estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade.

As assessorias de imprensa do governo caberiam ainda, contribuir para uma gestão pública participativa, estimulando à participação da sociedade na política, para além das eleições, especialmente nos processos de tomadas de decisões governamentais e na elaboração das diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas, para um efetivo desenvolvimento social. Atendendo por meio de suas práticas comunicativas e midiáticas, aos interesses públicos e não apenas políticos ou administrativos, no estabelecimento de padrões técnicos, como também no respeito aos princípios éticos, morais e democráticos, no pleno exercício da cidadania e responsabilidade social. Mas, estariam as assessorias de imprensa governamentais brasileiras, em nível federal, estadual e municipal, caminhando nesse entendimento? Como essas assessorias têm se estruturado? Quem ocupa as funções de assessores de imprensa? Quais as funções desenvolvidas? Que práticas midiáticas têm sido utilizadas? E ainda, que efeitos políticos e sociais têm sido gerados?

Diante do exposto, essa proposta de pesquisa se apresenta, todavia, circunscrita ao âmbito da Assessoria de Comunicação Social (ASSECOM), que compõe a estrutura organizacional básica da Administração Direta do Estado, conforme normatiza a Lei Complementar N.º 163/99, com as competências expressas no art. 23 “de orientar e controlar a divulgação dos programas governamentais e das realizações do Governo [...]; distribuir informações e notícias de interesse da administração estadual; e coordenar as relações dos órgãos da Administração estadual com os meios de comunicação”. Partindo, portanto, da seguinte questão: Como a assessoria de comunicação do governo estadual pode contribuir para uma efetiva comunicação pública e desenvolver práticas midiáticas que promovam a democracia?

3 | COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO INFORMATIVO E DE INTERAÇÃO SOCIAL

Para Melo (1975, p. 31) a Comunicação, numa perspectiva estrutural, pode ser conceituada como um “processo de transmissão e recuperação de informações”. Gill e

Adams (1998, p.41 *apud* SOUSA, 2003, p. 22) discutem o conceito de comunicação em duas grandes asserções: A primeira que entende “a comunicação como o processo em que comunicadores trocam propositadamente mensagens codificadas (gestos, palavras, imagens...), através de um canal, num determinado contexto, o que gera determinados efeitos”. E a segunda, “como uma atividade social, onde as pessoas, imersas numa determinada cultura, criam e trocam significados, respondendo, desta forma, à realidade que quotidianamente experimentam”.

Explicam ainda que tais concepções são complementares, evidenciando a comunicação como um processo social, constituindo-se não “apenas uma troca de informações “duras”, mas também a partilha de pensamentos, sentimentos, opiniões e experiências” (GILL; ADAMS, 1998, p. 42 *apud* SOUSA, 2003, p. 22). Enquanto um processo, a comunicação “se desenvolve num contínuo espaço – temporal em que coexistem e interagem permanentemente múltiplas variáveis”, sendo influenciada por fatores distintos (SOUSA, 2003, p. 28). Partindo dessa perspectiva, a mídia passa a ser compreendida como um conjunto de meios de comunicação que objetivam para além de transmitir informações, promover processos participativos em sociedades. Destacando-se assim sua interação com o campo da política, na medida em que esses meios representam e influenciam a realidade política e social. (LIMA, 1996).

4 I COMUNICAÇÃO COMO PRODUTORA DE SENTIDOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA DEMOCRACIA

Tal enfoque, para Porto (1998, p. 24), permite “compreender os meios de comunicação não apenas como condutores de dados, mas fundamentalmente como um fórum no qual se desenvolve a disputa em torno da construção dos significados”, bem como “trazer o plano da cultura para a discussão do plano cognitivo, ou seja, do processo pelo qual agentes fazem sentido da realidade.” O autor ressalta o processo pelo qual os mídia representam a realidade política e social. Assumindo assim, um papel importante nas democracias contemporâneas. Essa contribuição dos mídia para o fortalecimento democrático se demonstra na medida em que além de transmitir informações aos cidadãos, podem se constituir como fontes de significados e interpretações, em fase de “uma pluralidade de pontos de vista ou enquadramentos da realidade disponíveis na esfera pública, particularmente nos meios de comunicação”. Incumbindo ao jornalista um papel importante no diálogo normativo. (PORTO, 1998, p. 24).

Dessa forma, cabe aos jornalistas das assessorias de comunicação governamental, um importante e legítimo papel não apenas de informar, mais construir significados no texto institucional, para facilitar a interpretação dos fatos históricos, políticos, econômicos e socioculturais nas matérias institucionais. Nesse ponto, o campo da comunicação se interconecta ao campo da política, emergindo-se em um desafio interdisciplinar como abordado por Guazina (2007).

Para essa autora, embora as práticas midiáticas exerçam contundentes efeitos sobre o campo da política e nos processos políticos, a maioria dos estudos ainda se encontra centrados numa abordagem mais tradicional das mídias como fontes de informações, embora limitados na temática das eleições. Sendo assim, faz-se necessário avançar os diálogos entre as áreas das Ciências Sociais com a Comunicação Social, ressaltando abordagens na Comunicação Pública e Gestão Pública, como também as políticas públicas que as norteiam, para que seja possível compreender melhor as engrenagens políticas a partir da abordagem da *Agenda Setting*, Espiral do Silêncio e *Newsmaking*, cujos estudos se caracterizam como importantes hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação Midiática, as quais conforme Hohlfeldt (2001) buscam desenvolver reflexões dos processos comunicativos e sociais, em que os meios exercem a função de controle da opinião pública, fortalecendo aos interesses políticos e econômicos da classe dominante.

5 I INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM OS AUTORES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

5.1 Na perspectiva da sociologia clássica

A discussão da temática apresentada possibilita uma melhor construção teórica dessas abordagens, pela ótica das Ciências Sociais. A explicação sociológica de Max Weber contribui para compreender interpretativamente a ação social, neste caso “a conduta da assessoria de comunicação ou do órgão público”, como “agente social” que zela pela imagem pública do assessorado “o governo”, através dos processos comunicativos desenvolvidos pelas práticas midiáticas da gestão pública e suas influências na mídia, política e sociedade. O método weberiano de pesquisa sociológica facilita a avaliação da “ação social” desempenhada pela comunicação governamental, na explicação do uso e efeitos das suas práticas comunicativas e também como se dá à “relação social” dos múltiplos agentes envolvidos na comunicação.

De acordo Melluci (2005) na concepção weberiana a vida social consiste na conduta cotidiana dos indivíduos, que é carregada de significação cultural. Essa significação se processa tanto pela base material, como pelas ideias, no contexto de uma inter-relação, em que ambas se condicionam de forma mútua e apropriada. Para Weber a racionalidade é um feixe cumulativo de valores e o campo das ideias é um tipo de ação social significativa que deve ser investigada, pois os indivíduos são presos a uma razão institucionalizada historicamente, ou seja, o homem se subordina as razões institucionalizadas – valores institucionais (normas e condutas estabelecidas nas instituições que condicionam as representações sociais). Essa é a racionalidade capitalista weberiana.

Basicamente o pensamento teórico weberiano enfatiza a importância de se pesquisar as ideias como parte da realidade social, pois a “subjetividade” no que se diz respeito aos “juízos de valor dos indivíduos” exercem forte influência nas diversas áreas sociais, principalmente nas concepções ideológicas das classes dominantes e elites governamentais. Vários tipos de ideologias regem as relações sociais, assim como as pesquisas científicas. Nesse sentido, tanto as ideias, como a base material são necessárias para análise de uma ação social. Em suma, conforme Melluci (2005) Weber procura elaborar uma teoria mais complexa, pois não quer cair na explicação mecânica da determinação da base material sobre as representações sociais, ou seja, não se restringe ao determinismo da “objetividade” nas pesquisas em ciências sociais, como única forma de explicar os objetos de estudo, mas formula uma teoria capaz de configurar a “ação social”, com base nos diversos fatores que contribuem para a compreensão dos fenômenos sociais.

Na concepção de Emily Durkheim, as representações sociais são símbolos que correspondem a diferentes formas de condição de existência humana e por isso é imprescindível perceber sua significação. “As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade representa a si própria, e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos” (DURKHEIM, 1978, p 79 *apud* MELLUCI, p. 2005). Ou seja, sua abordagem não se fundamenta na análise dos juízos de valor dos indivíduos para se compreender a sociedade, mas parte do todo social para as partes individualizadas. Possui a concepção de “consciência coletiva”. Isto é, investiga os fatores externos (estruturas coletivas e organizações sociais) que influenciam os indivíduos.

Durkheim ressalta o poder persuasivo que as instituições exercem nos membros da sociedade. Já na concepção de Karl Marx é estabelecida a relação entre as ideias e a base material. Para Marx a consciência é manifestada pela linguagem. Esclarece a existência de uma contraposição entre consciência e linguagem, mas estabelece uma inter-relação entre ambas, no que se refere às representações sociais e ao real invertido, pois produzem falsas representações da realidade, constituídas tanto pela consciência, como pela linguagem, por fazerem parte do processo de comunicação dos indivíduos. Defende ainda que as ideias estão comprometidas com as condições de classe, no sentido que as ideologias das classes dominantes, exercem influências nas classes menos favorecidas, manipulando sua visão de mundo. (MELLUCI, 2005).

Daí verifica-se que também é possível estabelecer um paralelo do pensamento marxista, com o objeto de estudo desse artigo, considerando que o seu método dialético, também corresponde a essa abordagem, a qual propõe aos pesquisadores da área de comunicação e sociologia, desenvolver estudos que estabeleçam uma relação dialógica entre as “ideias” e “base material”, na análise dos processos da política de comunicação governamental, como também nas práticas midiáticas mediadas por assessorias de comunicação do governo, pois as ideologias difundidas nos órgãos governamentais

geralmente são pautadas pelos interesses políticos e econômicos do poder dominante. Por isso ressalta-se a necessidade de estudos na avaliação da política de comunicação governamental e poder de influência na formação ideológica da opinião pública, levando em consideração os fatores político-econômicos de dominação.

Diante deste contexto apresentado é possível desenvolver uma interface mais aprofundada da comunicação com as ciências sociais, fundamentando-se nos pressupostos teóricos tanto de Marx, como Weber e Durkheim, pois contribuem significativamente para análise do objeto de pesquisa proposto neste artigo científico. Respaldo por esses clássicos da sociologia, o estudo apresenta uma proposta de pesquisa empírica e qualitativa, não só para analisar a política de comunicação de qualquer governo, como o seu poder persuasivo, que exerce domínio nas relações sociopolíticas, através das práticas comunicativas dos seus processos midiáticos de difusão de informações públicas, elaboradas pelas assessorias de imprensa, no uso da linguagem institucional, a partir dos informes do conteúdo noticioso das secretarias estaduais. Nesse cenário, os processos comunicativos entre governo e sociedade precisam se consolidar como um mecanismo para promoção da democracia.

Nesta perspectiva é proposto investigar quais as representações sociais produzidas pelas assessorias de imprensa do governo, e se no seu processo de comunicação são construídas falsas representações da realidade, que tenham como objetivo favorecer ao grupo político que está no poder, atendendo somente aos seus interesses ideológicos, econômicos e político-partidários. Assim pode-se verificar até que ponto esses interesses se sobrepõem aos as demandas sociais da coletividade, exercendo domínio social. Diante desse contexto faz-se necessário pesquisar sobre o poder de persuasão que o governo exerce na construção imagética das representações sociais, a partir do uso da “palavra” escrita nos *releases*, matérias e textos governamentais em geral, como também nas mensagens audiovisuais produzidas pela equipe de comunicação governamental, as quais são difundidas nos processos comunicativos institucionais.

5.2 Na perspectiva da sociologia contemporânea

O sociólogo contemporâneo francês Pierre Bourdieu, influenciado pelos pressupostos teóricos de Karl Max, Michel Foucault e Max Weber enfatiza que a comunicação está presente no dia-a-dia dos indivíduos, pois a palavra é a principal ferramenta comunicativa da sociedade e através dela as ideologias são difundidas nas relações interpessoais da vida cotidiana. Nesse sentido, a “fala”, ou seja, a “linguagem” disseminada nos processos comunicativos midiáticos das assessorias de comunicação influencia direta ou indiretamente a formação da opinião pública. Bourdieu também corrobora com Mikhail Bakhtin, adepto da teoria marxista, considerado um grande filósofo da linguagem, quando enfatiza a palavra como fenômeno ideológico por excelência. “A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. (BAKHTIM, 1999, p. 36). Tanto para Bourdieu e Bakhtin a palavra é

símbolo da comunicação, porque representa o pensamento, ou seja, a ideologia. Ambos desenvolveram abordagens no campo das representações sociais, através da valorização da fala como expressão das condições de existência (BOURDIEU, 1973 *apud* MELLUCI, 2005). Sendo assim, o discurso utilizado pelas assessorias de comunicação revelam as ideologias dominantes, principalmente nos órgãos de gestão pública.

Nessa perspectiva de controle social exercido pelas instituições, Bourdieu, Bakhtim e Minayo abordam sobre os sistemas de dominação na sociedade, a partir do uso da palavra. (MELLUCI, 2005). Atualmente de um modo geral, as assessorias de imprensa dos órgãos governamentais são submissas às ideologias políticas e partidárias do grupo político dominante, e desconsideram os interesses da coletividade na produção dos conteúdos informativos, sem mostrar as diferentes versões dos fatos sociais ou simplesmente distorcem a realidade para favorecer ao governo. Assim perdem a credibilidade e não contribuem para fortalecimento da democracia, por não estabelecerem uma comunicação pública eficiente e democrática.

5.3 Na perspectiva da gestão pública

É importante destacar que a administração pública, por meio da sua assessoria deve prestar informações transparentes, éticas e democráticas, no cumprimento da Lei de Acesso à Informação, que todo cidadão tem direito, conforme o art. 5º, XXVIII, da Constituição Federal de 1998: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Para o cumprimento dessa lei a instituição publica deve estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos, por meio de uma comunicação pública. Nesse cenário, os processos comunicacionais estabelecidos entre governo e sociedade, através das suas assessorias de imprensa, ganham destaque apresentando-se como um mecanismo para promoção da cidadania.

Para Cheida (2003, p.1) “assessoria de imprensa pode tornar esse tipo de comunicação mais eficiente e adequada aos valores democráticos e aos princípios constitucionais”. Dessa forma, o profissional jornalista no papel de assessor de comunicação governamental pode ser um mediador de transformação social, mediando os interesses públicos e governamentais, contribuindo para o bem comum. Esse autor defende que a assessoria de comunicação dos órgãos públicos por exercer uma mediação entre Estado e sociedade, possui o poder de contribuir com uma gestão pública mais democrática e participativa.

A comunicação pública, para Duarte (2007, p.61), “ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão) em temas de interesse público”. Ocupando-se, portanto, “da viabilização do direito social

coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão”, na medida em que trata “de compartilhamento, negociação, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva”. Já Zémor (1995, p.1) apresenta as seguintes funções da comunicação pública:

informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social.

Diante dessas funções, emergem cinco formas de fazer comunicação pública, apontadas por Zémor (1995, p. 5):

responder à obrigação que têm as instituições públicas de levar informação a seus públicos; estabelecer a relação e o diálogo de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos, bem como para permitir que o serviço público atenda às necessidades do cidadão de maneira mais precisa; apresentar e promover cada um dos serviços oferecidos pela administração pública; tornar conhecidas as instituições elas mesmas, tanto por uma comunicação interna quanto externa; desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral.

Além dessas cinco categorias, Zémor (1995, p.5) acrescenta a realização de debate público que acompanha os processos das tomadas de decisão ou que pertencem à prática política, como sendo uma forma de fazer comunicação pública. É nesse quadro teórico e analítico apresentado, que se torna possível refletir como objeto de estudo desse artigo, as atribuições das assessorias de imprensa governamentais, suas contribuições para publicidade e transparência da gestão pública em prol dos interesses coletivos, como também inferir sobre os efeitos das suas práticas midiáticas na política e sociedade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as perspectivas teóricas das Ciências Sociais abordadas no desenvolvimento da interface da comunicação social são consideradas fundamentais para uma pesquisa mais aprofundada. As abordagens pela ótica da sociologia clássica, contemporânea, e na perspectiva da gestão pública possibilitam uma melhor compreensão da temática. Nenhuma dessas áreas discutidas deve ser desconsiderada na análise da Política Pública de Comunicação Governamental, pois as práticas implementadas pelas assessorias de comunicação do governo, seja em nível estadual ou federal, se relacionam de forma indissociável na avaliação dessas perspectivas.

A comunicação, política e gestão pública se inter-relacionam mutuamente, pois possuem uma relação social interativa. Não há como pensar administração pública, sem comunicação, assim como não há política pública sem gestão. Nem se faz política sem se comunicar. E para isso existem as assessorias de comunicação governamentais, na

construção das suas práticas comunicativas cotidianas (administrativas, ideológicas, políticas, econômicas e sociais). Sendo assim, constata-se que a comunicação ocorre tanto em processo informativo, como de interação social, pois é produtora não apenas de informações, mais de múltiplos sentidos socioculturais e possui uma importante contribuição para democracia.

Por tanto, as práticas midiáticas do fazer comunicação contribuem para construção social dos discursos coletivos na formação da opinião pública. Daí a preocupação com a responsabilidade social atribuída aos assessores de comunicação, para diminuir a dicotomia entre Estado e sociedade, no desempenho de um papel mediador dos interesses governamentais e sociais, por meio de uma política efetiva de “comunicação pública”, a qual se constitui como principal caminho no âmbito da gestão governamental, que efetivamente pode contribuir nos seus processos midiáticos, com o exercício da cidadania e fortalecimento dos direitos políticos e democráticos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BARROSO, Jéssica Psendziuk; BERTOL, Sonia Regina Schena. **Comunicação Pública: O Trabalho da Assessoria de Imprensa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul—Câmpus Erechim**. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0217-1.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CESAR, Camila Moreira. **Jornalismo, assessoria de imprensa e o governo brasileiro: estudo sobre a obra “No Planalto com a Imprensa”**. 2012. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54341/000855709.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

CHEIDA, Marcel J. Comunicação Governamental e a Assessoria de Imprensa. **Revista de Estudos de Jornalismo**. Campinas, v.1, n. 6. 2003.

COLLING, Leandro. O “estado da arte” dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais de 1989 a 2002. **Diálogos Possíveis**, v. 6, n. 2, 2014. Disponível em:<<http://faculadadesocial.edu.br/revistas/index.php/dialogospossiveis/article/view/169/126>> Acesso em: 15 jun. 2017.

DE CASTRO OLIVEIRA, Valdir. A comunicação midiática e o Sistema Único de Saúde. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 4, n. 7, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/icse/v4n7/06.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2017.

DO BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 15 set. 2019.

FRANZONI, Sabrina et al. **A mediação da assessoria de imprensa parlamentar nas relações de poder entre o Legislativo e o Executivo**. 2005. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102951/224739.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 jul. 2017.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, v. 1, n. 1, p. 49, 2007.

HOHLFELDT, Antônio. Hipóteses contemporânea de pesquisa em comunicação. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, p. 187-240, 2001. In: HOHLFELDT, MARTINO, FRANÇA. (Orgs.)

JUSTIÇA, Tribunal Superior de. Política de comunicação pública: um caminho para a cidadania. JUSBRASIL. Disponível em:<<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/896006/politica-de-comunicacao-publica-um-caminho-para-a-cidadania>> Acesso em: 15 set. 2019.

LIMA, Venício A. de. Os mídia e o cenário de representação da política. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 38, p. 239-271, 1996.

MAIA, Rousiley CM. **Mídia e diferentes dimensões da Accountability**: E-Compós Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 7, p. 1-27, 2006.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública, democracia e cidadania**: o caso do Legislativo. Líbero: revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v. 2, n. 3-4, p. 32-37, 1999.

MELO, José Marques de. **Comunicação Social**: teoria e pesquisa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 300, 1975.

MELLUCI, ALBERTO. **Por uma Sociologia Reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, n. 55-56, 2002.

NOVELLI, Ana Lucia Coelho Romero. **O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança**. Revista Organicom, v. 3, n. 4, 2011.

OLIVEIRA, Neli Nei Trindade de. Assessoria de imprensa na gestão de crise: um estudo de caso da Agência Nacional de Aviação Civil. 2013. Disponível em:< <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/7876>> Acesso em: 10 ago. 2017.

QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; DOS SANTOS, Rosemeire Campos. A importância da assessoria de imprensa em órgãos públicos: estudo de caso da secretaria de estado de desenvolvimento social. **TROPÓS**, v. 1, n. 3, 2015. Disponível em:< <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/tropos/article/view/153>> Acesso em: 20 ago. 2017.

PORTO, Mauro P. Muito Além da Informação mídia, cidadania e o dilema democrático. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, p. 4, 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_03.pdf> Acesso em: 02 jul. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Complementar n.º. 163, de 05 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a organização do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Natal, RN, v. 6, 1999. Disponível em:<<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/IGARN/DOC/DOC000000000023375.PDF>>. Acesso em: 14 set. 2019.

RIFFEL, Cristiane Maria; ALBUQUERQUE, Gabriela; SANTANA, Maria Aparecida. Comunicação governamental ou divulgação governamental? Um estudo de caso da Prefeitura de Navegantes/SC. **Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI/SC. Abrapcorp**, 2007.

ROTHBERG, Danilo; VALENÇA, Amanda da Silva. **Comunicação pública para cidadania no avanço das redes sociais oficiais**. Animus, p. 1-15, 2014.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SILVEIRA, Aline Reinhardt da. A comunicação pública a serviço da transparência pública na internet: Estudo em Portais de Universidades Federais. 2012. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70034>> Acesso em: 05 out. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística—uma comunidade interpretativa transnacional. **Florianópolis: Insular**, v. 2, p. 2, 2005.

ZÉMOR, Pierre. **A Comunicação Pública**. Tradução e comentários de Elizabett Brandão. In: MARTINS, Luis (org.) **Algumas Abordagens em Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2003. p. 76-103.

CAPÍTULO 6

“CORDIALIDADE DO BRASILEIRO” NO SÉCULO XXI: ACIRRAMENTO DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DE PODER POLÍTICO E IDEOLÓGICO-FRAGMENTAÇÕES NEGATIVAS? O ECO...

Data de aceite: 01/11/2020

Data de Submissão: 12/08/2020

Ednaldo Emílio Ferraz

Faculdade de Integração do Sertão (FIS)
Serra Talhada, PE.
<http://lattes.cnpq.br/1707761071392335>

RESUMO: O presente artigo tem como intencionalidade discutir brevemente a categoria de cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda e sua aplicabilidade à leitura atual do Brasil. De que forma essa categoria ainda pode ser empregada, mesmo que com limitações? Depois de mais de oito décadas passadas seria impossível sua atualidade em totalidade. Contudo, acredita-se que em muitos aspectos investigativos da sociedade brasileira o “homem cordial” amadureceu e tornou-se mais esperto, malicioso, teatral, apaixonado... A cordialidade presente no tecido social brasileiro tem fragmentado a cada dia a sociedade apaixonada e inclinada a se deixar levar por falácias e superficialidades discursivas. As redes sociais foram o termômetro apreendido no atual trabalho, para brevemente discutir esse “ambiente social” de trocas e interações, pois o presente texto, que defende a ideia que estas ferramentas se tornaram “zona de convergência” em que daí se difunde ondas sísmicas de falácias (em analogia a Litosfera, são as áreas de maior instabilidade geológica, em que vulcões, sismos, dobramentos, fossas, falhas... aí são associadas) entre iguais e entre opostos ideologicamente,

travando as maiores disputas de narrativas de cunho político e econômico, principalmente. A escolha das redes sociais se explica pelo protagonismo dessas ferramentas nos últimos anos, resultando em mudanças significativas da política brasileira. Quem perde com essa maior fragmentação do social? Quem ganha? Adiantos, perdem as minorias sociais e ganham as elites no poder.

PALAVRAS-CHAVE: Cordialidade, Fragmentação, Redes Sociais, Minorias.

“BRAZILIAN FRIENDLINESS” IN THE 21ST CENTURY: INTENSIFICATION OF SPEECHES IN THE FULS OF POLITICAL AND IDEOLOGICAL POWER- NEGATIVE FRAGMENTATIONS? THE ECO...

ABSTRACT: The purpose of this article is to briefly discuss the Cordiality category Sérgio Buarque de Holanda and its applicability to the current reading of Brazil. How can this category still be used, even with limitations? After more than light decades passed, it would be impossible for it to be completely present. However, it is believed that in many investigative aspects of Brazilian society the Cordial Man has matured and became smarter, malicious, theatrical, passionate... The Cordiality present in the Brazilian social fabric has fragments every day the passionate and inclined society to be carried away by fallacies and discursive society superficialities. Social networks were the thermometer apprehended in the current work, to briefly discuss this social environment of exchanges and interactions, because the present text, Which defends the idea that these tools have become Convergence Zone

(in analogy to the lithosphere, they are the areas of greatest geological instability, volcanoes, earthquakes, folds, pits, between ideologically) opposites, waging the biggest political and economic narrative disputes, mainly. The Choice of social networks is explained by the protagonist of these tools in recent years, resulting in significant changes of Brazilian politics. Who loses with this greater fragmentation of the social? Who Wins? I advance, they lose the social minorities and they win the elites in power.

KEYWORDS: Cordiality, Fragmentation, Social Networks, Minorities.

1 | INTRODUÇÃO

Desde os primeiros anos da década de 1930, sociólogos, antropólogos e economistas (e outros) inauguraram as Ciências Sociais no Brasil, objetivando naquelas primeiras teses a tentativa de entender quem é o brasileiro e como se constituiu o Brasil. Os teóricos de maior relevo e que se devem colocar sempre em evidência os trabalhos seminais de autores como, Gilberto Freyre (Casa Grande de Senzala), Caio Prado Junior (Formação do Brasil Contemporâneo) e Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil). O primeiro influenciado pela Antropologia francesa de Franz Boas, apreende o brasileiro como produto do processo histórico da mistura de raças (e sincretismo) e pelo reduzido preconceito racial (Democracia Racial). O segundo pelas ideias do materialismo histórico e dialético para explicar o atraso econômico brasileiro, partindo da concepção das injustas relações comerciais, ditada pela divisão territorial do trabalho (SOUZA, 2015). O terceiro, Sérgio Buarque de Holanda, influenciado pela Sociologia Compreensiva do Sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), portanto, Buarque parte da compreensão dos motivadores e impulsionadores da ação social para entender a coletividade em suas complexas relações sociais, sabendo que, a ação social é compreendida como “uma ação envolvem-na de um sentido subjetivo” (CASTRO; FERNANDES DIAS, 2005, p. 103), classificadas por Weber em ação social afetiva ou emotiva, ação social tradicional, racional conforme valores e racional conforme fins determinados.

O último autor supracitado terá maior valor para nosso objetivo de fazer uma breve discussão sobre as condições atuais na sociedade no âmbito das discussões políticas das últimas décadas. Tomada por acirramentos ideológicos com a ascensão da ideologia de direita, expressada na prática pela defesa do (neo)liberalismo no campo político-econômico e no campo da cultura a inclinação ao conservadorismo (família, heteronormativismo e o religiosismo). Todavia, outros “Núcleos ideológicos” (como serão tratados aqui os grupos ideológicos defensores de tais linhas de pensamentos), já consolidados no poder, a exemplo dos partidos de centro e de esquerda (e suas imensas variações), se viram a perder gradativamente espaço no cenário político para ultraliberais e conservadores, complexificando o tecido social no campo imaterial da cultura de disputas das narrativas.

Na discussão a seguir aprofundaremos nossa ideia central. No presente trabalho o conceito de Sérgio Buarque de Holanda de **Homem Cordial** nos servirá aqui para

compreendermos os atuais acirramentos e o endurecimento entre esses “núcleos ideológicos”. Sérgio Buarque nos anos 1930 definiu o homem cordial como característico da “[...] Lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes gabadas [...] representa, com efeito, um traço definido do caráter (do) brasileiro” (BUARQUE HOLANDA, 2005, p. 146). Embora pareça ser algo benéfico para a sociedade brasileira, Sérgio Buarque, nos alerta que “seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade” (p. 147), pois, para Buarque tais ações sociais são movidas por emotividades, passionalidades e pessoalidades, chegando a utilizar o termo *máscara*, adentrando e estruturando o funcionamento do Estado, sendo, comuns práticas de patrimonialismo e corrupção (SOUZA, 2015).

Na análise weberiana as ações emotivas (afetivas) são consideradas irracionais e preponderantes nas sociedades pré-modernas, o oposto do “homem ascético”, este último movido pela impessoalidade racional no mundo dos negócios capitalistas (SOUZA, 2018). Tais motivadores (afetivos) norteiam as práticas individuais (em sociedades pré-modernas) passionalmente na defesa do grupo (família e pares) e de suas tradições e valores. Aqui se defende a ideia que as ações e condutas não são em nome do maior fato social que existe, quê para Durkheim é a sociedade (RODRIGUES, 1978), mas sim, defender passionalmente o agrupamento social que possuem a mesma base ideológica.

Buarque utiliza o conceito-chave de **homem cordial** para caracterizar o brasileiro como produto cultural das relações sociais em estruturas patriarcais do meio rural (BUARQUE DE HOLANDA, 2004). Contudo, em sua obra (Raízes do Brasil) nas páginas seguintes a caracterização do homem cordial e seu maior reflexo no Estado, nos indica as possibilidades para mudanças em tais estruturas sociais, pois o autor vislumbrava em 1936 processos de urbanização e industrialização, o que para Sérgio Buarque gradativamente reduziria a presença desse tipo social emotivo. No entanto, pergunta-se, até que ponto a cordialidade na política se reduziu? Até que ponto a passionalidade está presente no brasileiro nos aspectos políticos e ideológicos? E, até que ponto fragmenta mais ainda a sociedade “moderna brasileira”? E por último, a pergunta que se faz é - quanto que a “modernização da sociedade” reduziu as práticas da cordialidade a partir de quando as ciências sociais estavam sendo fundadas?

Se objetiva identificar as permanências (se é que existe) e metamorfoses desse “homem cordial” como tipo ideal. Tomando como eixo referencial os embates ideológicos nas redes sociais, aqui tidas como um “ambiente social de convergência”.

2 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

Liberais, progressistas, marxistas, nacionalistas, conservadores, revolucionários e reacionários travam uma das maiores disputas ideológicas da História recente do Brasil (mas, com a clareza de quê a maior parcela dos brasileiros ou são Petistas (e/ou lulistas)

ou Bolsonaristas. E há ainda as “terceiras vias” do eleitorado, em menor número, pelo menos foi o que demonstrou a eleição presidencial de 2018).

E daí vem as generalizações comuns com uso da semântica superficial e falaciosa (mas não é intencional, acredita-se) podendo identificar tais inclinações dos discursos emitidos por pessoas de variados graus de saberes em frases como: “Privatizar é o caminho para o crescimento”; “O Estado deve controlar os vícios do mercado”; “A verdadeira família é a tradicional”; “família é onde há amor”; “Roubaram, mas fizeram pelo pobre”; “Bandido bom é bandido morto”. E as pérolas repletas de verdades absolutas para tais “núcleos ideológicos” continuam por longas listas de absolutismo explicativo. Acredita-se (opinião nossa) que o brasileiro encontra-se no estágio avançado de alienação política, econômica e cultural (quando assumem a posição do –“já sei de tudo sobre esse assunto”), de quase nenhum conhecimento fundamentado na racionalidade teórica, ao invés de teoria, percebe-se paixões, afetuosidade aos personagens que representam narrativas.

Paixões e afetos, tem se tornado mais que no passado, o mecanismo propulsor na luta posicional de viés político e econômico, fragmentando grupos sociais em todo o tecido social. Seja, entre os educandos, entre professores, entre educandos e professores, entre jornalistas, entre cientistas sociais, entre trabalhadores assalariados, entre comerciantes, entre nordestinos, entre industriais, entre religiosos, entre mulheres, entre homossexuais, entre negros... Tem acirrado as disputas de cunho ideológico, mas que também tem os separado, os fragmentando da real luta, acredita-se que tais diluições fazem suas lutas históricas enfraquecerem. Constituindo campos de poder (categoria de Pierre Bourdieu) cada vez mais complexos, de fragmentação e resistências. Pois, além das lutas entre classes sociais e grupos, acredita-se que as lutas “intragrupos” e “intraclasses”, tem sido uma das maiores marcas nesses últimos anos no cenário sociopolítico brasileiro. Embora o Estado seja historicamente a instituição mais fragmentada ideologicamente na sociedade (é só olhar para o quantitativo de partidos que compõe os governos), este tem sofrido maiores rupturas internamente aos núcleos ideológicos, mais que em qualquer outro período histórico.

O **homem cordial** de Sérgio Buarque em pleno século XXI em território brasileiro acredita-se que se fortaleceu na constituição do Estado, homem público que se utiliza da posição para o benefício próprio e de seus pares, parece que tem se intensificado (direcionado para todos os vieses teóricos e partidários), “espertezas imorais” de políticos (e empresários) tem vindo à tona com maior visibilidade (nas grandes e pequenas mídias), estruturas criminosas que corroem o Brasil, fake ou não, corroem a política, a economia, a ética e as instituições, já comprometidas historicamente.

Para “a sociedade” brasileira o homem cordial em sua aplicação tem amplo poder explicativo do cenário social das últimas décadas (duas no mínimo) de ebulições sociais, não ficando restrita apenas a leitura do Estado como reflexo da personalidade desse homem cordial, expandindo mais ainda essa categoria para explicar a ação apaixonada na defesa

ideológica dos agentes políticos e de seus. Pois, a cordialidade tem se direcionado para agregar grupos que “congregam” indivíduos de uma mesma unidade ideológica, de um mesmo anseio de mundo (com indivíduos de classes e de etnias diversas), “Bunkers ideológicos” armados de frases de efeito no conflito ainda de “Guerra Fria”, ainda!

Acredita-se no presente texto que quem perde são as minorias sociais, em um país que ainda tem muito pela frente de reivindicações e lutas sociais, em que as desigualdades sociais são ainda sua principal marca, lutas importantes no âmbito da cultura estão sendo enfraquecidas em nome da “imbecilidade” e da “imbecilização” dentro desses “bunkers” que aliena e aprisiona. E mais uma vez, o capital e os capitalistas se beneficiam com novas estratégias que fragmentam e enfraquecem as minorias. Intolerância e cegueira “intraclasse” e “intragrupo” de marginalizados e excluídos. Enfraquecendo as forças contra-hegemônicas, pois, encontramos com uma neblina densa de falácias simplistas de discursos pobres. Negros contra negros, mulheres contra mulheres, trabalhadores contra trabalhadores, homossexuais contra homossexuais e nordestinos contra nordestinos (continua por uma longa lista). Quanto maior a fragmentação dos grupos minoritários, menor o poder de luta e de reação política.

Depois de décadas de urbanização e de transformações nas relações sociais por todo o país (em velocidades diversas) o Estado continua com práticas enraizadas da cordialidade que Sergio Buarque tratou (e outros, que ainda corroboram, como Roberto da Matta, Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, com outras categorias interpretativas, só para citar alguns). Contudo, está há ocorrer uma ampla fragmentação dos grupos, das famílias, dos amigos... Em decorrência do atual cenário político de desarmonia apaixonadamente cega.

2.1 As Redes Sociais: “Zona de Convergência Social” e o “ECO das legiões (...)”

A escolha desse “ambiente virtual” social de interações, explica-se pelo fato de as redes sociais online (Facebook, WhatsApp, Instagram, Youtube e outras), na atualidade se tornaram um ambiente de convergência dos debates e discursos que ocorreram nos últimos anos (e ocorrem) em outros “ambientes” sociais, a exemplos de: escolas, lares, empresas, igrejas, bares, lanchonetes... O motivo da escolha das redes sociais é que se tornaram protagonistas para os novos rumos tomados pela política nacional, ampliando inclusive o contato entre os cidadãos e os políticos, em vínculos que potencializam a cordialidade, assim como a vinculação e adesão (TAVARES; QUIROGA, 2014), fato percebido com a realização das lives (em diversas plataformas) dos candidatos a presidência nas eleições de 2018. Os eleitores e apoiadores “Desejam conversar, ser amigo, estar numa conexão mais próxima, mais forte e, quando possível, mais exclusiva” (TAVARES; QUIROGA, 2014, p. 122), sendo, uma estratégia importante para os agentes políticos fidelizarem seus eleitores e apoiadores ideológicos nos embates discursivos. Tais embates ocorrem em toda a sociedade, contudo,

na internet ocorrem com maior vigor, uma zona de convergência dos debates políticos. Aqui se faz uma analogia com as zonas de convergência (das placas litosféricas), pois, estas são as áreas de maior instabilidade da crosta, estando aí associadas grandes forças geológicas que transformam a crosta. Ao fazer tal analogia tem-se a intenção de se apropriar desse fenômeno geológico e transpor (metaforicamente) para o social, em que as redes sociais representariam mais que em qualquer outro “ambiente social” uma “zona de convergência (social)”, nesse sentido, uma “uma convergência de momentos” (SANTOS, 2009, p. 196), nos últimos anos mais de atritos quê de acomodação... Pois, se sabe que “Homem Cordial é um homem dado a atitudes extremas, capaz de agir com extrema violência. Extrema porque se trata de uma violência que atua fora dos meios legais de coerção [...]” (SOUZA, 2007, p. 344), e nesse ambiente virtual a violência acredita-se que se amplia enormemente.

Além do próprio político, acredita-seno fato da presença marcante de pessoas (líderes apoiadores) nesses ambientes que exercem a liderança intelectual e que compreendem razoavelmente bem o que seguem e o que defendem, estes agentes desempenham o recrutamento apaixonado de pessoas inclinadas a se apaixonarem superficialmente por “frases de efeito” (citados no início do texto) que pouco ou em nada representam correntes teóricas de grande complexidade, compondo multidões apaixonadas que apenas repetem bordões.

“Homens cordiais” (digitais) que antes pouco tinham espaço para exteriorizar suas paixões ou eram muito restrito a bares, reuniões de família, reunião de amigos, restaurantes... Assim como a atenção de uma porção limitada de indivíduos, agora com as redes sociais, suas falas podem ecoar pelo país inteiro (e até no mundo inteiro), formando legiões de imbecis (ECO, 2015) que destilam toda sua paixão, ódio, inocência, alienação... **Ecoss** que podem prejudicar (prejudicou) um país inteiro, uma nação inteira, um período histórico inteiro, uma geração inteira, conquistas sociais históricas... Pois, as redes sociais se tornaram os melhores “ambientes sociais” para as fake news, para a mentira, para alienação, para transformar os discursos mais esdrúxulos em verdades absolutas. Pois, informação em excesso gera alienação e trás consequências desastrosas (MORETZSOHN, 2017) e dominação de uma maioria desinformada sobre uma minoria intelectualizada (ECO, 2015).

Por trás das telas dos computadores, dos celulares, tablets e outros dispositivos eletrônicos, todos têm possibilidades de se “fazerem presentes” nos debates políticos, econômicos, religiosos, de gênero, de raça, educativos e tantos outros assuntos de suma importância que atendem as demandas sociais que historicamente foram sendo posicionadas na subalternidade da organização social (por uma minoria numérica dominante). As redes sociais (WhatsApp, Youtube, Facebook, Instagram, Twitter...) representam em grande medida um espaço para o ódio, a mentira, a enganação, a alienação, a falácia... Claro que, mascaradas de amor, verdade, politização, informação, conhecimento... O fato também que as mesmas redes sociais servem para desmascarar, desmentir, politizar, desalienar...

Essa zona de convergência social no Brasil tem feito regredir avanços históricos. Contudo, se percebe que tais atritos não se restringem ao mundo virtual (onde muitos só aí têm coragem de se expressar) chegam às avenidas, as universidades, as casas, as escolas, as empresas... fragmentando as fragmentações da sociedade e isolando grupos e indivíduos. Homens cordiais que usam a internet e as redes sociais online para destilarem suas paixões e ortodoxias em prol, muitas vezes, de utopias econômicas, políticas e culturais. Quem perde no atual contexto socioeconômico e político do Brasil? As minorias sociais, indiscutivelmente. Injustiçados históricos.

3 | CONCLUSÃO

As discussões atuais estão só começando e durará provavelmente décadas. Que memórias ficarão registradas nas mentes de quem as viveu? Que registros ficarão nos livros de História (e nas Ciências Sociais)? De quê forma políticos cordiais as usarão em seus discursos para conquistar votos? E a maior incógnita de todas, que Brasil teremos se a "poeira baixar"? Indagações que só o tempo tem as respostas. Contudo, há um fato que se pode mensurar empiricamente, as minorias serão mais uma vez prejudicadas pela "História", mais uma vez. Ecos que continuam a ecoar utopias nas redes sociais fragmentam famílias, minorias e instituições. O homem cordial sempre foi um mal para o avanço da sociedade e agora é mais que um mal é uma... (complete com a sua imaginação).

REFERÊNCIAS

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Ed. 26ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASTRO, Ana Maria de (Et Al). **Introdução ao Pensamento Sociológico**. Ed. 18ª. São Paulo: Centauro, 2005.

JONHSON, Allan, G. **Dicionário de Sociologia: Guia Prático da linguagem Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan, **"Uma legião de imbecis": hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 294-306, novembro de 2017.

RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 5ª. reimpr. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 1)

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira: Ou como o país se deixa manipular pela Elite**. São Paulo: Leya, 2015.

_____. **Subcidadania Brasileira: Para Entender o País Além do Jeitinho Brasileiro.** Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **As Raízes e o Futuro do “Homem Cordial” segundo Sérgio Buarque de Holanda.** Caderno CRH, vol. 20, núm. 50, mayo-agosto, 2007, pp. 343-353 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil.

TAVARES, Daniel Nardin; QUIROGA, Tiago. **O reforço do “homem cordial” nas conexões entre senadores e cidadãos nas redes sociais online.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 60, p. 110-128, abr. 2015.

CAPÍTULO 7

JORNALISMO E QUESTÃO RACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE (FALTA DE) REPRESENTATIVIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Data de aceite: 01/11/2020

Aline da Silva Novaes

Centro Universitário Ibmec, Departamento de Comunicação
Rio da Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/1252732507828167>

Marcos Vinícius Aragão Furtado

Centro Universitário Ibmec
Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/9670739751953674>

RESUMO: A representatividade negra é um assunto que tem sido levantado em muitas pautas jornalísticas. No entanto, observa-se que ainda pouco se discute acerca da presença/ausência de diversidade racial no *ethos* jornalístico. A partir do estudo de caso da repercussão sobre a escalção da primeira jornalista preta para o time de âncoras do *Jornal Nacional*, será conduzido um estudo a determinar de quais maneiras a classe jornalística pode contribuir com o combate ao racismo estrutural dentro das redações de jornais e na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, Representatividade, Racismo Estrutural, Maria Júlia Coutinho, *Jornal Nacional*.

JOURNALISM AND RACIAL ISSUE: A REFLECTION ON (LACK OF) REPRESENTATIVITY AND ITS DEVELOPMENTS

ABSTRACT: Black representation is a matter that has been raised in many news stories. However, it is observed that there is few discussion about the presence / absence of racial diversity in the journalistic *ethos*. Based on the case study of the repercussion on the casting of the first black journalist for the anchor team of the *Jornal Nacional*, a study will be conducted to determine how the journalistic class can contribute to the fight against structural racism within the newsrooms and in society.

KEYWORDS: Journalism, Representativeness, Structural Racism, Maria Júlia Coutinho, *Jornal Nacional*.

1 | INTRODUÇÃO

A presença de pessoas negras na televisão tem aumentado. De acordo com as últimas edições da pesquisa “TODXS – Uma análise da representatividade na publicidade brasileira”¹, realizada pela agência Heads, o número de campanhas publicitárias nacionais com negros tem crescido nos últimos anos. No entanto, o percentual de negros em publicidade (25%) é desproporcionalmente inferior à quantidade dessa mesma parcela da população na sociedade brasileira (54%). Um exemplo

1. Informações obtidas na matéria “Pesquisa sobre diversidade na publicidade mostra que Brasil ainda precisa quebrar estereótipos”, de Soraia Alves. Disponível em: <<https://www.b9.com.br/101008/pesquisa-sobre-diversidade-na-publicidade-mostra-que-mercado-brasileiro-ainda-precisa-quebrar-estereotipos/>>

da presença negra em publicidade foi a campanha para divulgar o aplicativo do Banco do Brasil, em abril de 2019. A publicidade consiste em um vídeo de 30 segundos com atores e atrizes negros e brancos fazendo selfies (autorretratos). Todavia, apesar de sua importância em relação à diversidade étnica e sexual, o trabalho foi tirado do ar em pouco menos de um mês a pedido do presidente Jair Bolsonaro. Tal atitude revela o desinteresse nas altas cúpulas do governo acerca da representação negra e seus efeitos na sociedade. De acordo com a intelectual Sueli Carneiro (2016),

(...) para os publicitários, por exemplo, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito e valorização da diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias. Um negro ou japonês solitários em uma propaganda povoada de brancos representam o conjunto de suas coletividades.²

Do mesmo modo, isso tem acontecido no jornalismo. Em fevereiro de 2019, a jornalista preta Maria Júlia Coutinho, mais conhecida como Maju, integrou o time de apresentadores titulares do *Jornal Nacional*. Tal fato repercutiu na imprensa e na internet, pois, em seus 50 anos de existência, o telejornal mais importante do país nunca tinha contado com uma apresentadora titular preta. Em meio à repercussão, surgiram questionamentos principalmente pelo destaque dado à cor de Maju em sua estreia e por supostamente outras jornalistas pretas terem apresentado o noticiário.

Seja na alta cúpula do governo ou no senso comum, essas questões demonstram um reducionismo sobre a importância da questão da representatividade negra no Brasil. A partir dessa inquietação, a ideia de representatividade surge como um mecanismo de desconstrução de estereótipos que estimulam a conservação do racismo no Brasil.

O termo estereótipo se refere a associações de valores generalizados, geralmente baseados em discriminação, estigma, preconceitos e exclusão social. No livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Erving Goffman aborda dois conceitos que ajudam a elucidar a questão do estereótipo. São eles: identidade social virtual, que se refere à ideia sobre um indivíduo formado a partir de preconceitos; e identidade social real, que diz respeito à ideia formada sobre um indivíduo a partir de fatos. Nesse sentido, comenta a autora:

Caracteristicamente, ignoramos que fizemos tais exigências ou o que elas significam até que surge uma questão efetiva. Essas exigências são preenchidas? É nesse ponto, provavelmente, que percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser. Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas “efetivamente”, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”, uma identidade social virtual. A categoria e

2. Disponível em <<https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara>>

os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p.5 e 6)

Partindo do conceito de estereótipo, observa-se que a questão da baixa presença de negros se relaciona com a construção de uma imagem estereotipada desde a época da escravidão. No livro *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis aborda um exemplo: a origem da associação das mulheres negras com os serviços domésticos.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p.24)

Davis acrescenta ainda que a literatura e os meios de comunicação têm grande responsabilidade com relação à reprodução do estereótipo de mulheres negras em trabalhos domésticos. Nessa linha, pontua:

O racismo funciona de modo intrincado. As empregadoras que acreditavam estar elogiando as pessoas negras ao afirmar preferi-las em relação às brancas argumentavam, na verdade, que as pessoas negras estavam destinadas a ser serviçais domésticas – escravas, para ser franca. Outra empregadora descreve sua cozinheira como “muito esforçada e cuidadosa – meticulosa. Ela é uma criatura boa, fiel e muito agradecida”. Claro, a “boa” serviçal é sempre fiel, confiável e agradecida. A literatura dos Estados Unidos e os meios de comunicação populares no país fornecem numerosos estereótipos da mulher negra como serviçal resistente e confiável. (DAVIS, 2016 p. 109)

A partir desse exemplo, fica evidente que a baixa presença de pessoas negras, especialmente mulheres, é um mecanismo para manter estereótipos racistas na sociedade. Com isso, esbarra-se no conceito de representatividade. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra representação é definida como “patentear, revelar, mostrar”.

Levando em consideração os conceitos de representatividade e racismo estrutural, nossa opção foi por investigar a repercussão da escalção da jornalista Maria Júlia Coutinho como a primeira apresentadora preta titular do *Jornal Nacional*.

2 | REPRESENTATIVIDADE VERSUS RACISMO ESTRUTURAL

A construção da imagem de pessoas negras ao longo da história revela um mecanismo estruturado. Nessa linha, é inegável a reprodução dos estereótipos e suas consequências ao povo negro. As instituições, cabe salientar, têm um papel essencial nesse mecanismo, pois elas trabalham e determinam regras para a manutenção da

ordem social. Ora, se a sociedade preserva comportamentos racistas, como a hegemonia de pessoas brancas em posições de destaque, as instituições feitas por essas pessoas reproduzirão os seus comportamentos racistas. Em consonância com essa premissa, Almeida afirma: “assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhes são próprios –, o racismo que esta instituição venha expressar é parte desta mesma estrutura” (ALMEIDA, 2018, p. 36). Ainda segundo o autor, toda instituição que não cria e executa ações para combater o racismo está cooperando com o seu mecanismo de reprodução.

Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá tornar-se uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combater o racismo é por meio de implementação de práticas antirracistas efetivas. (ALMEIDA, 2018, p. 37)

No Brasil, o racismo estrutural opera com muita eficiência. Os exemplos citados neste artigo – baixa representatividade negra em campanhas publicitárias e em telejornais – mostram que o último país a abolir a escravidão nas Américas ainda não conseguiu operar o processo de socialização do povo negro. Levando em consideração a assertiva de Almeida, fica evidente que as instituições brasileiras, além de falharem no tratamento da desigualdade étnica, têm reproduzido o racismo e trabalhado, mesmo que de maneira involuntária, para a manutenção de sua estrutura.

Para Muniz Sodré, a condição social do povo negro brasileiro só evoluiu com relação à escravidão do ponto de vista legal, mas continua com atrasos equivalentes à época escravista.

Esse jogo hegemônico parece ainda mais evidente num contexto de memória escravista, como é o caso do Brasil. O racismo brasileiro ou a “racial-democracia” nacional tem a sua especificidade: Aboliu-se política e juridicamente o sistema de subordinação direta do corpo sequestrado, mas permanece a forma social correspondente. (SODRÉ, 2018, p.4)

A ineficácia do combate à mentalidade racista na sociedade após a abolição se apresenta na literatura acadêmica brasileira. O pensador Alberto Torres, por exemplo, considera que “a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço e toda a ordem que então possuíamos e fundou toda a produção material que ainda temos” (TORRES *apud* SODRÉ, 2018, p. 13). Outro exemplo é o de Oliveira Vianna, que, apesar de discordar sobre inferioridade racial, acreditava que “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil” (NABUCO *apud* SODRÉ, 2018, p.13).

Com isso, Sodré afirma que a “abolição incidiu sobre a relação, e não sobre o vínculo” (SODRÉ, 2018, p.14), mantendo a “saudade do escravo” por meio de quatro

aspectos: seleção de mão de obra; relações com empregadas domésticas e babás; formas culturais como mero folclore; e imagens pasteurizadas da cidadania negra na mídia. Com base no último aspecto, percebe-se que a história dos meios de comunicação de massa, mais especificamente do jornalismo, está intrinsecamente ligada à manutenção do racismo na sociedade brasileira.

3 | O NEGRO NO JORNALISMO BRASILEIRO

O que? Quem? Quando? Onde? Como? E por quê? As perguntas respondidas no lide, primeiro parágrafo dos textos jornalísticos, revelam a necessidade do ser humano por informação. A busca por novos conhecimentos teve diversas manifestações ao longo da história: escrita, fala e invenção da prensa. A comunicação é o fio que liga todos esses avanços. Nesse contexto, o jornalismo atua como fenômeno disruptivo, atendendo com maior alcance e eficiência a necessidade de informação da sociedade.

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, a impressão foi introduzida no Brasil. Segundo Romancini e Lago (2007), a vinda da Corte portuguesa ao Brasil foi essencial para o início da impressão tipográfica (os prelos). No entanto, Marques de Melo (1973) destaca alguns fatores que atrasaram a introdução da imprensa no país.

O primeiro é a natureza feitorial da Colonização, com o Brasil colônia focado em produção de bens de consumo e não em civilização. O atraso das populações indígenas foi outra razão, já que a imprensa não foi utilizada como um meio de imposição cultural por parte dos portugueses. Indo na contramão dos espanhóis, os colonizadores de Portugal não desenvolveram a tipografia para dominar o país sob o ponto de vista cultural. Para se ter uma ideia, as cópias manuscritas e a importação de impressos davam conta do empreendimento catequético.

O terceiro motivo foi a predominância do analfabetismo, com a restrição da escrita à classe religiosa e à alta administração pública, além da inexistência de um processo educativo em massa entre os portugueses. Contribuindo também com este cenário, esteve a ausência de urbanização, com o desenvolvimento das cidades ainda no início no Brasil no começo do século em XIX, um fator essencial para o desenvolvimento da imprensa em vários países. Os meios informais (boca a boca) de se manter atualizado eram mais utilizados na colônia.

O quinto motivo foi a precariedade da burocracia estatal. Com a quase inexistência de iniciativas estatais portuguesas durante a colonização, o meio tipográfico não encontrou entrada por esse recurso. Mais uma razão foi a incipiência das atividades comerciais e industriais; com a exportação dos produtos agrícolas em alta, o Brasil colônia não se desenvolveu em comércio ou indústria. Esse fato também não contribuiu com a demanda de trabalhos tipográficos. Além desses, o reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos cooperou para o atraso. Estado e Igreja Católica regulavam a circulação de publicações,

tornando a impressão demasiadamente burocrática e atrasando o desenvolvimento da imprensa.

A utilidade pública do jornalismo tem origem no século XIX. Segundo Traquina (2005), o desenvolvimento dos jornais, a comercialização das notícias e a profissionalização da atividade jornalística contribuíram com a mudança de paradigma do jornalismo entre o de propagandear para o de informar. Para o autor,

As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas de publicidade e dos crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma de jornalismo: o jornalismo como informação e não como propaganda, isto é, um jornalismo que privilegia os fatos, e não a opinião. (TRAQUINA, 2005, p.36)

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a imprensa já se desenvolvia no mundo. É nessa época também que o fazer jornalismo adota uma visão mais capitalista, com rotativas, telégrafos, salário e divisão de tarefas. Além disso, o jornalismo ganha um caráter mais informativo. Em 1891, surge o *Jornal do Brasil*, um grande veículo de comunicação com estrutura consonante com a lógica industrial, tornando-se um dos maiores da época.

Vale destacar que as figuras de Euclides da Cunha e de João do Rio colaboraram para a adaptação brasileira às mudanças de paradigmas da imprensa. Euclides acompanhou a revolta sertaneja e João do Rio focou em reportagens sobre o Rio de Janeiro. Sobre o último, considerado o primeiro grande repórter brasileiro, vale pontuar:

João Paulo Alberto Coelho Barreto, nome de batismo do escritor, nasceu no Rio de Janeiro em 5 de agosto de 1881 e estreou na imprensa antes de completar 18 anos. Durante a carreira profissional, Paulo Barreto colaborou em diversos jornais e revistas da época como A Tribuna; Gazeta de Notícias; O Paiz, A Ilustração Brasileira; A Revista da Semana; entre outros. Em seus textos, João do Rio abordava desde assuntos como carnaval, teatro e música até polícia, educação e questões sociais. (NOVAES, 2015, p. 19)

Nesse contexto, a democracia entra como forma de governo ideal para execução das atividades jornalísticas em oposição à censura. Apesar de ser pautado na teoria democrática, o *ethos* (valores) jornalístico possui uma característica paradoxal: a ausência de diversidade de raça e gênero na comunidade jornalística.

Ao investigar a experiência didática sobre racismo, gênero e jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a professora e pesquisadora Fernanda da Escóssia constatou que, no século XIX, negros e mulheres não integravam as equipes de jornalistas de grandes veículos da imprensa, formada majoritariamente por uma elite considerada a parte “esclarecida” da sociedade da época. Por outro lado, Oswaldo de Camargo destaca que, em 1833, Francisco de Paula Brito editou *O Homem de Cor*, considerado o primeiro periódico que contestava preconceitos raciais.

A falta de representatividade de profissionais negros é uma situação que ainda acontece nas redações de jornais. O estudo “Quem é o Jornalista Brasileiro?” (2012), realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), aponta que, apesar de comporem atualmente menos da metade da população brasileira (47,7%), jornalistas autodeclarados brancos somaram 72% dos jornalistas entrevistados. Em contrapartida, apenas 23% dos jornalistas entrevistados se reconhecem como negros ou pardos, que, de acordo com Censo 2010, realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 56,10% pessoas se declaram negras no Brasil, um país com 209,2 milhões de habitantes na altura.

De acordo com um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), havia apenas 13,5 profissionais negros (nomenclatura utilizado pelo IBGE para definição de cor) a cada 100 jornalistas em postos formais no estado de São Paulo. No ano seguinte, a composição racial dos colunistas dos jornais de maior circulação do Brasil, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, foi o tema da pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa)³ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O grupo levantou que havia 2% tanto de homens como de mulheres negras. Por outro lado, 68% de homens brancos ocupavam as colunas desses jornais em 2019.

A partir dos dados apresentados, observa-se a institucionalização do racismo no jornalismo brasileiro e pouca ou quase nenhuma perspectiva para seu enfrentamento, salvo iniciativas como a Agência Mural de Jornalismo das Periferias, Énois e o Voz das Comunidades. Dessa forma, nossa opção foi por investigar a repercussão da escalção da jornalista Maria Júlia Coutinho como a primeira apresentadora preta titular do *Jornal Nacional*. Maju, como é chamada pelo público, estudou jornalismo na faculdade Cásper Líbero, onde foi monitora de uma turma que produzia o programa *Edição Extra*, transmitido pela *TV Gazeta* de São Paulo. Em 2005, ela apresentou o *Jornal da Cultura* e posteriormente o *Cultura Meio-Dia*, ambos na *TV Cultura*. Mais tarde, a jornalista ingressou na *TV Globo* para atuar como repórter, apresentadora de meteorologia e, em 2019, ser a primeira mulher negra a integrar o time de apresentadores titulares do *Jornal Nacional*.

Apesar do excelente currículo de Maju, a notícia de sua escalção para a apresentação do *Jornal Nacional* gerou repercussões ambíguas nas redes sociais. Enquanto um grupo celebrou o acontecimento, a outra parte do público questionou a necessidade de ressaltar a cor da pele da jornalista.

Levando em consideração todo o contexto histórico do jornalismo, a falta de representatividade da população negra e o racismo estrutural da sociedade brasileira, questões surgem acerca da repercussão da escalção de Maria Júlia Coutinho para a apresentação do *Jornal Nacional*. Por que essa notícia ganhou grande ressonância? Quais são os motivos para o incômodo do destaque dado para a cor da pele da apresentadora

3. Disponível em: < <http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/negros-nos-jornais-brasileiros/> >

nas manchetes? E, principalmente, qual é o futuro da representatividade negra dentro do *ethos* jornalístico?

4 | A PRIMEIRA MULHER NEGRA NO JORNAL NACIONAL

A estreia da jornalista Maria Júlia Coutinho, na noite do dia 16 de fevereiro de 2019, como a primeira apresentadora preta titular na bancada do *Jornal Nacional* teve grande repercussão na internet e entrou para os *trends topics* do *Twitter*. O sucesso se refletiu no número de audiência. De acordo com os dados do Painel Nacional de Televisão (PNT), que reúne informações de 15 mercados do país, o noticiário registrou 29 pontos em São Paulo e 28 no Rio de Janeiro. Nos dois estados, o aumento foi respectivamente de cinco e quatro pontos em comparação à audiência dos quatro sábados anteriores.

Com quase 50 anos de história, o *Jornal Nacional* nunca teve uma jornalista preta no seu time de apresentadores titular. Além do tempo que demorou para isso acontecer, a repercussão se deve porque o noticiário do horário nobre da *Rede Globo* é o telejornal mais importante do Brasil. Nesse sentido, contribui para a informação dos brasileiros de forma significativa. O número de pessoas analfabetas no Brasil chegou a 11,8 milhões, o que representa 7,2% da população de 15 anos ou mais, de acordo com os dados em 2017 divulgados pelo IBGE. Além disso, a Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizado pelo Ibope, constatou que 44% não tem o hábito da leitura. A internet também não é acessada por uma parcela considerável da população, são cerca 63 milhões de pessoas, de acordo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Dessa forma, parte significativa da população se informa por meio de telejornais. Outro ponto de destaque para a relevância do *Jornal Nacional* é a audiência da *TV Globo*, a maior emissora de TV do país e a segunda maior do mundo.

Como um dos últimos países a abolir a escravidão na América, o Brasil ainda carrega consequências desse período e de sua insuficiência no que refere ao processo de ressocialização da população negra. Nesse contexto, a edição de estreia da Maju como âncora do telejornal mais importante do país é um marco para a história do jornalismo e para o combate ao racismo estrutural.

Apesar da relevância da ocasião, muitos internautas criticaram o destaque dado à cor da pele da jornalista nas manchetes dos jornais. Entre os argumentos apontados, está o fato de outros jornalistas pretos, como Heraldo Pereira, Zileide Silva e Glória Maria terem ancorado o noticiário. Essa informação não é correta, pois somente Heraldo Pereira faz parte da escala de apresentadores fixos para os fins de semana. Zileide, por sua vez, foi a primeira mulher preta a apresentar um jornal diário e Glória Maria foi a primeira repórter da sua etnia na TV brasileira. Portanto, Maju é a primeira mulher preta a apresentar o telejornal global.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado esse contexto, observa-se uma necessidade do jornalismo, como atividade que tem como finalidade atender aos interesses públicos e fiscalizar o poder público, atuar para incluir mais jornalistas negros para seu campo de trabalho. Para Almeida (2018), toda instituição que tem como valor o combate ao racismo deve: fomentar a equidade e a diversidade nos seus ambientes interno e externo; estimular o desenvolvimento de minorias em posições de direção; realizar reuniões periódicas para revisões de práticas institucionais que visam a questão racial; e pensar em ações de acolhimento e uma gestão de conflitos raciais e de gênero.

Ainda para contextualizar, segundo os dados do Censo do Ensino Superior de 2016, 30% de negros estão matriculados em faculdades ou universidades. Em 2011, o número era de 11%. Apesar do aumento do número por conta do sistema brasileiro de cotas raciais nas universidades, empresas de comunicação, o sindicato de jornalismo e classe jornalística devem trabalhar com iniciativas, para além da graduação, com objetivo de admitir mais jornalistas negros para o campo de trabalho.

Como pode ser observado no caso da jornalista Maria Júlia Coutinho, há um gargalo no *ethos* jornalístico com relação à diversidade racial na classe de jornalistas. Ações em comunidades, abertura de mais vagas no quadro de funcionários e incentivo à diversidade em programas de trainee e de estágio contribuirão com a redução dessa dívida histórica que o jornalismo tem com os jornalistas negros e com parte da sociedade que não se sente representada em totalidade pela grande imprensa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CAMARGO, Oswaldo. O negro escrito. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. O que representa esta reedição de fac-símiles da imprensa negra. In: **Imprensa negra: estudo crítico de Clóvis Moura** – Edição Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo/Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Negro de pele clara. In.: **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades**. Disponível em < <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara>>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCÓSSIA, Fernanda da. Cartilhas da diversidade: uma experiência didática sobre racismo, gênero e jornalismo na UFRJ. **Anais I Seminário UFRJ faz 100 anos**: História, desenvolvimento e democracia, 4 a 6 de setembro de 2017/ coordenação [de] Rogéria de Ipanema – Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2018. Disponível em: <<chrome-extension://oemmnrcbldboiebfnladdacbfmadadm/https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2018/09/2018-anais-do-seminario-ufrj-faz-100-anos-volume-1-web.pdf>>

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MELO, José Marques de. **Fatores Sócio-Culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1973.

NOVAES, Aline da Silva. **João do Rio e seus cinematographos: o hibridismo da crônica na narrativa da *belle époque carioca***. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2015.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007. 276 p.

SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar. In.: **Dossiê Racismo**, v. 21, n. 3, 2018. p. 9-16.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2005. Volume 1.

CAPÍTULO 8

“FÁTIMA DO PT”: RAREFAÇÃO DO SUJEITO E ANÁLISE DO DISCURSO DA COBERTURA DO BLOG DO BG SOBRE A GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 04/08/2020

Daniel Dantas Lemos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - RN
<https://orcid.org/0000-0003-2957-1627>

Lucas Oliveira de Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - RN
<https://orcid.org/0000-0001-8044-9155>

Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - RN
<https://orcid.org/0000-0002-5654-2541>

Maria Ylanna Pires Bezerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - RN
<https://orcid.org/0000-0003-0535-4978>

Rayane Fernandes da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - RN
<https://orcid.org/0000-0003-2698-0222>

Victória Zilmara Alves

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - RN
<https://orcid.org/0000-0002-5282-1551>

RESUMO: O presente trabalho tem como referencial teórico-metodológico a Análise do Discurso, abordando os processos de rarefação

do sujeito (FOUCAULT, 2008). O *corpus* selecionado foram 52 posts publicados pelo Blog do BG em que Fátima Bezerra, governadora do RN, foi referida em datas relacionadas com as eleições 2018 e os primeiros dias de governo, entre 03/08/2018 e 12/03/2019. O resultado aponta um posicionamento ideológico antipetista e machista por parte do Blog do BG, em oposição à Fátima Bezerra e sua candidatura, a partir de um sujeito rarefeito por meio de estratégias argumentativas típicas do discurso do jornalismo. **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso jornalístico, Análise do Discurso, Rarefação do Sujeito, Antipetismo, Blogs.

“FÁTIMA DO PT”: RAREFACTION OF THE SUBJECT AND DISCOURSE ANALYSIS OF THE BLOG DO BG POSTS ABOUT THE GOVERNOR FÁTIMA BEZERRA

ABSTRACT: This paper has Discourse Analysis as theoretical and methodological framework, addressing the subject's rarefaction processes (FOUCAULT, 2008). The selected corpus was 52 posts published by Blog do BG in which Fátima Bezerra, governor of Brazilian state of Rio Grande do Norte, was mentioned on dates related to the 2018 elections and the first days of government, between 3rd August 2018 and 12nd March 2019. The result shows antipetist and sexist ideological stance on the part of Blog do BG, in opposition to Fátima Bezerra. Blog do BG uses a rarefied subject through argumentative strategies typical of the discourse of journalism.

KEYWORDS: Journalistic discourse, Speech analysis, Rarefaction of the Subject, Antipetism, Blogs.

1 | INTRODUÇÃO

O Blog do BG, criado por Bruno Giovanni em abril de 2011, é, possivelmente, o espaço virtual mais influente da blogosfera do estado do Rio Grande do Norte. Entendemos que o espaço virtual procura se posicionar discursiva e ideologicamente na centro-direita, com uma postura claramente antipetista.

São essas as condições de produção que devem ser levadas em conta na análise do *corpus* que recortamos no Blog do BG, no qual centraremos atenção em datas significativas do calendário eleitoral e do início do novo governo (em 2018 e 2020), capazes de fornecer os elementos discursivos que nos ajudam a perceber as representações do Partido dos Trabalhadores e de Fátima Bezerra manifestadas nas postagens de Bruno Giovanni.

O *corpus* desta pesquisa conta com 52 posts do Blog do BG em que o nome de Fátima Bezerra (ex-senadora e atual governadora do estado pelo Partido dos Trabalhadores - PT) é referido nos seguintes recortes temporais: a) Convenção estadual do PT (03 a 05/08/2018); b) Início da campanha (15 a 17/08/2018); c) Primeiro turno da eleição (06 a 08/10/2018); d) Segundo turno da eleição (27 a 29/10/2018); e) Anúncio da equipe de transição (04 a 06/11/2018); f) Posse (31/12/2018 a 02/01/2019); g) Trinta dias de governo (31/01/2019 a 02/02/2019); h) Sessenta dias de governo (28/02/2019 a 02/03/2019); i) Cem dias de governo (10 a 12/03/2019).

O presente artigo é parte de pesquisa realizada pelo Ateliê de Análise do Discurso do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Mídia do Departamento de Comunicação Social da UFRN, no âmbito do projeto de pesquisa PVC 12861-2016 “Análise do discurso do jornalismo impresso potiguar a partir de princípios ético-morais e de seu posicionamento ideológico”, com financiamento da UFRN por meio de uma cota de bolsa de iniciação científica (Edital N° 01/2019).

2 | ANÁLISE DO DISCURSO E RAREFAÇÃO DE SUJEITO

Lemos e Wanderley (2018) abordam uma forma de análise do discurso das mídias a partir das ideias de Charaudeau (2006) e Foucault (2008). Charaudeau (2006, p. 40) entende que descrever o sentido de discurso no âmbito da informação equivale a interrogar sobre três elementos principais: a mecânica de construção do sentido, sobre a natureza do saber que é transmitido e sobre o efeito de verdade que pode produzir no receptor, elementos textuais que podem ser utilizados na tarefa analítica de compreender os discursos e suas diversas nuances.

Há, então, segundo Charaudeau (2006, p. 41), uma mecânica de construção dos sentidos em um discurso que respeita dois processos: a transformação e a transação. O processo de transformação, destacam Lemos e Wanderley (2018, p. 151), aponta a passagem do “mundo a significar” em “mundo significado”. Esse processo sinaliza operações

de linguagem que fazem, no campo midiático, com que acontecimentos cotidianos possam ser transformados em informações. “É a transformação do elemento da realidade social em notícia”, concluem os autores (LEMOS; WANDERLEY, 2018, p. 151).

Uma das etapas mais importantes do processo de transformação é o que Charaudeau (2006, p. 41) chama de modalização. Modalizar, para o sujeito-autor, é avaliar “os seres nomeados no discurso, suas propriedades, ações e argumentos, elencando os elementos operacionalizados que melhor traduzem suas intenções comunicativas e a ideologia presente em seu enunciado” (LEMOS; WANDERLEY, 2018, p. 151-152). Assim, Lemos e Wanderley (2018, p. 152) destacam, a

tarifa de equalizar as informações arregimentadas não é neutra ou objetiva, mas atende a elementos subjetivos e intenções discursivas do sujeito-autor. Ao selecionar os elementos que comporão seu texto dentre os disponíveis no mundo a significar, o sujeito elege um mundo significado de acordo com seus interesses e intenções, enquadrando o real a fim de construir uma determinada perspectiva da realidade social a ser transmitida no texto informativo produzido.

Desse modo, compreendemos que nenhum texto informativo e jornalístico poderá ser neutro ou objetivo: o discurso nas mídias é sempre engajado, parcial, comprometido e intencional, ainda que muitas vezes afirme o contrário e opera artifícios de apagamento e rarefação das subjetividades e intencionalidades nele contidas (LEMOS; WANDERLEY, 2018, p. 152).

Sobre a importância de perceber, na análise do discurso, as ações de apagamento e rarefação dos sujeitos, destacamos a discussão apresentada por Lemos (2013, p. 146) acerca do procedimento metodológico para análise do discurso que Foucault (2008) descreve. Foucault (2008, p. 65) defende a necessidade de se operar a crítica aos sistemas de recobrimento do discurso, enquanto “a parte genealógica da análise, se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso”. Para isso, são quatro os princípios adotados: um princípio de inversão, um princípio de descontinuidade, um princípio de especificidade e um princípio de exterioridade. Foucault (2008, p. 70), diante desse procedimento analítico, conclui que “a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”.

3 | O BLOG DO BG E FÁTIMA BEZERRA

Destacado como um dos principais blogs do estado do Rio Grande do Norte, o Blog do BG foi um dos selecionados para a pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Mídia, do Departamento de Comunicação Social da UFRN, da qual este artigo é um dos resultados apresentados.

Foram selecionados como parte do *corpus* da pesquisa 52 posts do Blog do BG em que o nome de Fátima Bezerra (ex-senadora e atual governadora do estado pelo Partido dos Trabalhadores - PT) é referido nos seguintes recortes temporais: a) Convenção estadual do PT (03 a 05/08/2018); b) Início da campanha (15 a 17/08/2018); c) Primeiro turno da eleição (06 a 08/10/2018); c) Segundo turno da eleição (27 a 29/10/2018); d) Anúncio da equipe de transição (04 a 06/11/2018); e) Posse (31/12/2018 a 02/01/2019); f) Trinta dias de governo (31/01/2019 a 02/02/2019); g) Sessenta dias de governo (28/02/2019 a 02/03/2019); h) Cem dias de governo (10 a 12/03/2019).

	Data do post	Título da publicação
1	03/08/2018	PESQUISA CONSULT/BG/MEIODIA/98 GOVERNO 2º TURNO: Fátima tem 32,94% e Carlos Eduardo 23,47%
2	03/08/2018	PESQUISA CONSULT/BG/MEIODIA/98 GOVERNO 2º TURNO: Fátima tem 37,82% e Robinson tem 14,12%
3	03/08/2018	PESQUISA CONSULT/BLOGDOBG/98FM GOVERNO ESTIMULADA: Fátima tem 28,06%, Carlos Eduardo tem 16,53% e Robinson 9,59%
4	03/08/2018	PESQUISA CONSULT/BLOGDOBG/98FM GOVERNO ESTIMULADA: Fátima tem 28,06%, Carlos Eduardo tem 16,53% e Robinson 9,59%
5	03/08/2018	PESQUISA CONSULT/BG/MEIODIA/98 GOVERNO ESPONTÂNEA: Fátima tem 8,24%, Carlos Eduardo 4,59% e Robinson 2,47%
6	03/08/2018	PESQUISA CONSULT/BLOGDOBG/98FM GOVERNO REJEIÇÃO: Robinson tem 37,9%, Fátima tem 11,5% e Carlos Eduardo tem 10,2%
7	16/08/2018	Veja patrimônio declarado de candidatos ao governo do RN
8	17/08/2018	Candidatos ao Governo do RN declaram patrimônio de R\$ 21 milhões
9	17/08/2018	PESQUISA IBOPE/INTERTV GOVERNO ESTIMULADA: Fátima Bezerra tem 34%; Carlos Eduardo Alves, 15%; e Robinson Faria, 8%
10	06/10/2018	PESQUISA SETA/BLOGDOBG GOVERNO REJEIÇÃO: Fátima sobe 3% e chega a 18%, Robinson (30%) e Carlos Eduardo (8%) mantêm índices
11	06/10/2018	PESQUISA IBOPE GOVERNO: Fátima tem 39%; Carlos Eduardo, 28%; Robinson, 13%
12	07/10/2018	ELEIÇÕES 2018: Fátima Bezerra e Carlos Eduardo disputam segundo turno
13	27/10/2018	Pesquisas IBOPE, BIG DATA e CONSULT publicadas nesta sexta apontam que a vitória de Fátima Bezerra será entre 80 e 160 mil votos sobre Carlos Eduardo
14	27/10/2018	PESQUISA CERTUS/FIERN GOVERNO ESTIMULADA: Fátima tem 46,45%; Carlos Eduardo, 40,35%
15	27/10/2018	PESQUISA CERTUS/FIERN GOVERNO VOTOS VÁLIDOS: Fátima tem 53,5%; Carlos Eduardo, 46,5%

16	27/10/2018	PESQUISA CERTUS/FIERN GOVERNO REJEIÇÃO: Fátima tem 42,41%; Carlos Eduardo tem 41,42%;
17	27/10/2018	PESQUISA CERTUS/FIERN GOVERNO PERCEPÇÃO: 58,79% acreditam na vitória de Fátima; 26,38% na de Carlos Eduardo
18	27/10/2018	PESQUISA CERTUS/FIERN GOVERNO EVOLUÇÃO: Fátima e Carlos Eduardo praticamente não tiveram variação nas intenções de voto em uma semana
19	27/10/2018	PESQUISA SETA/BLOGDOBG GOVERNO VOTOS VÁLIDOS: Fátima tem 54% e Carlos Eduardo, 46%
20	27/10/2018	PESQUISA SETA/BLOGDOBG GOVERNO VOTOS TOTAIS: Fátima tem 43% e Carlos Eduardo 37%; Brancos, nulos e ninguém são 15% e 5% estão indecisos
21	27/10/2018	PESQUISA SETA/BLOGDOBG REJEIÇÃO GOVERNO: Fátima é rejeitada por 24% e Carlos Eduardo, por 22%
22	27/10/2018	PESQUISA SETA/BLOGDOBG PERCEPÇÃO DE VITÓRIA: 52% acreditam em vitória de Fátima Bezerra e 26%, na de Carlos Eduardo
23	27/10/2018	RESUMÃO DO BG: Confira os números das cinco últimas pesquisas eleitorais no RN para Governo e Presidência
24	28/20/2018	Fátima Bezerra vota às 13h na Faculdade Estácio de Sá
25	28/20/2018	Com Fátima eleita, PT PT triunfa em todo o Nordeste pela 1ª vez
26	28/20/2018	EM CIMA DA HORA: Fátima Bezerra é governadora eleita do Rio Grande do Norte
27	28/20/2018	Fátima Bezerra é eleita governadora do Rio Grande do Norte; única governadora mulher do Brasil
28	29/10/2019	Com a vitória de Fátima Bezerra nas urnas “agora é baixar as bandeiras e trabalhar pelo RN”, diz presidente da ALRN, deputado Ezequiel Ferreira
29	29/10/2019	Rio Grande do Norte espera que governadora abandone a pecha de Fátima do PT e abraça o slogan Fátima do RN
30	29/10/2019	Governo do RN: Robinson parabeniza Fátima Bezerra por vitória, deseja sucesso e garante cooperação em transição
31	29/10/2019	ÁUDIO MEIO-DIA RN: programa desta segunda em RESENHA com a governadora eleita Fátima Bezerra
32	29/10/2019	5 investigações do MPF que abrem a ressaca eleitoral no RN; apurações vão de servidora de Fátima ao governador do Estado
33	05/11/2018	Os primeiros nomes de Fátima Bezerra na equipe de transição
34	05/11/2018	Fátima Bezerra define nomes para equipe de transição; veja lista completa
35	01/01/2019	[FOTOS] Confira algumas das imagens da cerimônia de posse da governadora Fátima Bezerra
36	01/01/2019	Fátima Bezerra diz que prioridade é organizar as contas do RN

37	01/01/2019	TV Assembleia e redes sociais da Assembleia Legislativa farão transmissão ao vivo da posse de Fátima Bezerra
38	01/01/2019	Fátima Bezerra: “É imperioso que o servidor receba, ao final de cada mês, a sua remuneração”
39	01/01/2019	Fátima Bezerra: “Legado que estamos recebendo é dramático”; confira discurso na íntegra
40	02/01/2019	Confiram os secretários nomeados por Fátima. Eles tomam posse nesta quarta-feira
41	02/01/2019	Fátima anuncia decreto de calamidade financeira no RN
42	02/01/2019	Confira os seis decretos de Fátima Bezerra em seu 1º dia de Governo, dentre eles, o de calamidade financeira no RN
43	31/01/2019	O BG apurou nesta quarta-feira junto a pessoas próximas a FIERN e ao Governo Fátima que as indicações de Larissa Dantas para a Potigás e de Silvio Torquato para Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RN passou pela Federação das Indústrias do Estado (FIERN) e pelo seu presidente, Amaro Sales.
44	31/01/2019	FOTO: Professores das universidades oferecem apoio voluntário ao Governo Fátima
45	02/02/2019	Fátima Bezerra entrega a deputados projeto para antecipar royalties de 2019 a 2022
46	01/03/2019	Fátima cita dor, lamenta morte de neto de Lula e presta solidariedade aos familiares
47	11/04/2019	Fátima assegura recursos para Oiticica e governo inclui 10 projetos do RN no plano de recursos hídricos
48	11/04/2019	Fátima atribui redução no número de homicídios a gestão dela
49	11/04/2019	Mesmo após 100 dias de gestão, Fátima insiste no ‘discurso retrovisor’
50	12/04/2019	Em comunicado Governo da professora Fátima é só otimismo. Anunciou economias, contingenciamentos e cortes
51	12/04/2019	(ÁUDIO E VÍDEO) MEIO-DIA RN: programa desta sexta teve como entrevistada a governadora Fátima Bezerra(PT)
52	12/04/2019	“Estamos arrumando a casa, e é só o começo”, diz vídeo institucional dos 100 dias do Governo Fátima

Quadro 1 - Títulos dos posts do Blog do BG (*corpus*)

Fonte - Elaborado pelos autores

Analisaremos, neste artigo, dois dos posts do nosso corpus. Tratam-se dos posts 28 (“Com a vitória de Fátima Bezerra nas urnas “agora é baixar as bandeiras e trabalhar pelo RN”, diz presidente da ALRN, deputado Ezequiel Ferreira”) e 29 (“Rio Grande do Norte espera que governadora abandone a pecha de Fátima do PT e abrace o slogan Fátima do RN”), ambos de 29 de outubro de 2018.

O post 28 foi publicado na manhã do dia seguinte ao segundo turno das eleições. O texto expõe como protagonista o presidente da Assembleia Legislativa do RN, Ezequiel Ferreira. Já no título, o post indica a situação política de a eleita governadora do RN estar em campo político oposto ao do eleito presidente da República: é hora de baixar as bandeiras - ou seja, deixar de lado os posicionamentos político-ideológicos que foram explorados no discurso político durante as eleições, compreendendo que sua manutenção seria impeditivo para que fosse possível “trabalhar pelo RN”.

É possível supor com algum grau de garantia, a partir dos traços discursivos expostos na publicação, que ela deriva da ação de assessoria de imprensa do deputado. O texto coloca Ezequiel Ferreira como protagonista de todo processo desde o início, que destaca que o presidente da Assembleia Legislativa “externou sua alegria em ter contribuído para a construção da consagrada vitória da professora Fátima Bezerra (PT)”. Curioso perceber que Ezequiel é filiado ao PSDB que protagonizou as principais disputas eleitorais do país desde 1994 contra o PT, de Fátima Bezerra.

Para enfatizar seu protagonismo, uma forma de reivindicar capital político associado à eleição de Fátima, na forma de discurso direto o próprio Ezequiel Ferreira fala: “Demos nosso irrestrito apoio à Fátima. Agora é hora de trabalhar”. A ideia de deixar de lado os posicionamentos político-ideológicos relativos ao discurso nas eleições é expressa, então, em discurso direto pelo próprio Ezequiel Ferreira: “É urgente a necessidade de se baixarem as bandeiras e buscar resoluções para a grave crise que o estado enfrenta nos mais diversos setores”. Para resolver os problemas do estado seria necessário abandonar posições de oposição - e, nesse caso, Ezequiel Ferreira deseja ocupar o espaço e o posicionamento discursivo que possibilite mediação entre os dois polos que se confrontaram nas eleições pelo voto do eleitor.

Ao mesmo tempo, o post coloca Ezequiel Ferreira ao lado dos vencedores. Por exemplo, qualifica a governadora eleita como “professora” e “a primeira governadora de origem popular do Estado”, assumindo traços discursivos que mobilizaram o discurso eleitoral de Fátima Bezerra. Destaque-se que, no âmbito do Blog do BG, tais qualificativos sobre Fátima Bezerra parecem deslocados, inadequados aos posicionamentos discursivos do Blog constatados em nossa análise - geralmente de oposição ao PT e à Fátima. Esse elemento reforça a compreensão de que tal texto seja fruto do trabalho de uma assessoria de imprensa, no caso, de Ezequiel Ferreira.

A tentativa de Ezequiel em se posicionar em um papel de diálogo e mediação se manifesta também quando diz o post que ele “parabenizou o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), e conclamou para que a bancada federal do Rio Grande do Norte, unida, procure caminhos para beneficiar os potiguares [...]”. O presidente da Assembleia Legislativa se põe como contribuinte da vitória da petista Fátima Bezerra, parabeniza o presidente eleito e conclama a bancada federal do Estado (oito deputados federais e três senadores) a ficar

“unida”. Como se pretendesse festejar a vitória de Fátima e parabenizar Bolsonaro, o texto, na verdade, foi escrito para exaltar o papel de liderança de Ezequiel Ferreira.

Nesse sentido, não parece inadequado compreender que Ezequiel Ferreira elencou o necessário para o momento político, mas na verdade pretendia se colocar no lugar de responder a tal necessidade:

Segundo Ezequiel Ferreira para enfrentar os desafios da gestão governamental será preciso experiência, habilidade para negociar com contrários, união com quem pensa diferente e soma de novas proposições quando se tem o objetivo comum, que é tirar o Rio Grande do Norte da crise.

Os traços discursivos parecem ser claros para exaltar - dentre todos os atores políticos do Estado, incluindo a governadora eleita, só Ezequiel Ferreira tem a experiência necessária, a “habilidade para negociar com contrários, união com quem pensa diferente e soma de novas proposições”.

O intuito discursivo aqui é exaltar, claramente, a liderança de Ezequiel. Por isso, ele mesmo quem diz:

O nós contra eles tem que acabar. A verdade não está só no verde, no vermelho, no azul, no amarelo, no branco. Cada um tem sua verdade. Se somarmos, elas corrigem rumos. Assim vive e sobrevive uma sociedade sadia e que trabalha pelo bem- comum. É neste espírito que aqui estamos, e já convocamos todos para arregaçar as mangas pelos próximos quatro anos.

E nesse papel de liderança que atribui a si mesmo, Ezequiel diz que “estará cooperando enquanto legislador no processo de transição governamental com a gestão Robinson Faria”.

Ainda que o post analisado se alinhe a elementos do discurso posicionado em favor de Fátima Bezerra e do PT, o que mais se destaca, afinal, é a exaltação do papel de liderança do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira. Os traços indicam, também, que o enunciado não foi elaborado por Bruno Giovanni, que assina o blog como autor, mas pela assessoria de imprensa de Ezequiel Ferreira - o que, inclusive, ajusta melhor o posicionamento pró-Fátima em um espaço discursivo que é, a maior parte das vezes, anti-Fátima e antipetista.

O próximo post sob análise (post 29, “Rio Grande do Norte espera que governadora abandone a pecha de Fátima do PT e abrace o slogan Fátima do RN”) é o único em nosso corpus que aparece com assinatura de Bruno Giovanni, proprietário do blog. A reiteração da autoria do texto, como se os demais textos publicados no blog não manifestassem a sua autoria, tem um efeito retórico de reforço e a indicação de que se trata de um texto opinativo. Ao enfatizar sua própria autoria neste texto, Bruno Giovanni indica uma maior rarefação do sujeito nos demais textos publicados no espaço virtual, sem sua assinatura, ainda que todos componham o suporte do blog que é inteiramente de sua autoria.

O post é a mais clara manifestação do Blog do BG favorável à Fátima Bezerra, escrito no dia seguinte à sua eleição ao governo do estado no segundo turno. Destacam-se, no entanto, diversos e importantes traços discursivos que apontam alguns posicionamentos e compromissos ideológicos do blogueiro. Em primeiro lugar, Bruno Giovanni se arvora em falar em nome de todo o estado do Rio Grande do Norte - o que é curioso uma vez que o estado havia se manifestado nas urnas no dia anterior: “Rio Grande do Norte espera que governadora abandone a pecha de Fátima do PT e abrace o slogan Fátima do RN”. A estratégia discursiva de BG é fazer coincidir sua opinião como se fosse a mesma de todo o estado. E, assim, sugere que, eleita, Fátima “abandone a pecha de Fátima do PT”. Ser do PT é algo negativo na opinião do blogueiro - ela, mesmo eleita pelo PT, tem de abandonar o defeito de ser do PT. Ela deve ser a “Fátima do RN” - o discurso ecoa o que se manifestou no post anteriormente analisado (“Com a vitória de Fátima Bezerra nas urnas ‘agora é baixar as bandeiras e trabalhar pelo RN’, diz presidente da ALRN, deputado Ezequiel Ferreira”), assumido pelo presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira.

É importante destacar, nesse contexto, que Bruno Giovanni, autor e proprietário do blog em análise, é diretor da TV Assembleia (da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte), cargo de nomeação do presidente da casa legislativa, Ezequiel Ferreira. Logo, não é de se estranhar que ambos manifestem posições políticas e discursivas que se assemelham e dialogam entre si.

No texto em análise agora, Bruno Giovanni descreve a biografia de Fátima Bezerra, desde que foi de Nova Palmeira (PB) a Natal (RN) para estudar na UFRN. Destaca o fato de ter sido aprovada em concursos do município e do estado como professora e que sua carreira política começou fazendo “parte de todas as associações de professores e sindicato dos trabalhadores em educação do RN, culminando com a presidência da entidade no ano que veio a se eleger deputada estadual pela primeira vez, em 1994”. Em 1998, Fátima foi reeleita deputada estadual.

Bruno Giovanni apresenta as informações biográficas de Fátima Bezerra em um enquadramento mais neutro, sem o uso de expressões qualificadoras e adjetivos. No entanto, o texto mantém posicionamento discursivo crítico. No ambiente político brasileiro, o antipetismo se manifesta por meio de traços que colocam-se de forma antagônica também aos movimentos sociais e sindicatos. Desse modo, ao destacar na biografia da governadora eleita sua filiação sindical seguida de eleições seguidas pelo PT, o post a coloca justamente no polo que é atacado pelo posicionamento discursivo antipetista. Esse elemento se reforça quando diz o texto que, filiada ao PT desde o início,

Fátima ainda se elegeu em 2002, 2006 e 2010 deputada federal pelo Partido ganhando projeção nacional e se transformando em dos maiores nomes do PT na região Nordeste, sempre com a causa da educação e sua defesa ferrenha dos governos Lula e Dilma e do partido de que faz parte.

Mais adiante o texto diz, reforçando a posição antipetista, que “Fátima passou livre de acusações e escândalos que devastaram o PT, continuou presente nas suas bases e levantou trincheira muitas vezes até chula como oposição ao governo Temer que se mostrou o mais impopular desde que Cabral colocou os pes aqui”. Segundo Bruno Giovanni, o PT foi devastado por acusações e escândalos, mas isso não teria atingido Fátima. Além disso, as trincheiras que levantava em oposição ao governo Temer eram chulas, de baixo nível.

O Blog do BG destaca as quatro derrotas de Fátima Bezerra em eleições à prefeitura de Natal (em 1996, 2000, 2004 e 2008). Lembra a eleição de 2014, quando Fátima Bezerra foi eleita ao senado derrotando Wilma de Faria (que a derrotara duas vezes à prefeitura de Natal). Diz o BG que, assim, se tornou “a primeira senadora do estado que não vinha de nenhuma estrutura política que não fosse do seu próprio partido”.

Antes, no entanto, o blogueiro destaca que a chapa que Fátima Bezerra formou ao lado do ex-governador Robinson Faria foi subestimada em 2014 e atribui a si ter apelidado os adversários que se reuniam no palanque do então deputado federal Henrique Alves de “acordão”, termo pejorativo que associa os envolvidos a uma postura antipopular e antidemocrática. O “acordão”, segundo BG, “foi o maior palanque já produzido nesse estado”.

Como parte da construção de um posicionamento discursivo negativo frente à governadora eleita, BG expõe-na e a seu partido como espécies de radicais ideológicos, que é uma característica de como se posiciona sobre o PT a formação ideológica antipetista. Por isso, diz o texto, Fátima Bezerra “vai ter que ser mais pragmática do que nunca para ter um ótimo relacionamento com o seu ex-companheiro de campanha em 2014 e atual governador para fazer uma transição harmoniosa”.

Ainda nesse sentido, para Bruno Giovanni “Fátima vai ter também que domar seus correligionários ideológicos para poder compor um governo extremamente técnico e com sustentação política na Assembleia e com forte apoio da bancada federal”. O pragmatismo exigido para isso é justamente o oposto do que pode ser caracterizado como radicalismo que o antipetismo impinge ao PT e aos movimentos sociais. Mas pragmatismo e diálogo também seriam, segundo Bruno Giovanni, necessários para as relações com os atores sociais que ficam colocados, pelo antipetismo, no mesmo polo de Fátima Bezerra: ela “vai precisar mais do que nunca do apoio dos servidores, sindicatos e movimento sociais”.

Para BG, Fátima Bezerra também precisa desse deslocamento discursivo para seu relacionamento com os poderes, “inclusive para uma repactuação de orçamentos que até hoje nenhum governante conseguiu nesse estado”.

Por fim, o post tem indícios que tenha sido escrito para ser publicado no dia anterior, ainda durante a votação do segundo turno, e que por alguma razão teve a publicação adiada para o dia seguinte, após a finalização da apuração. Diz o texto: “As urnas confirmando esse resultado na noite deste domingo, Fátima vai passar a ter o maior desafio da sua vida e colocar em jogo toda essa biografia de vitórias e sucessos alcançados até essa data.”

Não há motivo explicitado no texto que indique a razão de a publicação ter ficado para a manhã da segunda, e não no domingo, como indicado no trecho referido. Podemos, no entanto, supor que o texto não foi publicado no domingo porque, estando ainda abertas as urnas, o blogueiro tenha considerado que o post, indicando a vitória de Fátima Bezerra, poderia ser visto como propaganda eleitoral extemporânea e, logo, crime.

Depreende-se da análise empreendida que o Blog do BG utiliza estratégias de rarefação do sujeito que o conduz a manifestar um posicionamento ideológico de clara oposição a Fátima Bezerra, o que implica no enquadramento que dá, a partir da cobertura das eleições, aos feitos políticos da então candidata e aos fatos que envolvem sua eleição e os primeiros dias de seu governo.

No *corpus* analisado, Fátima Bezerra é representada como favorita nas eleições, ainda que vinculada a um partido considerado corrupto, o PT. É vista também como representante radical de esquerda e, por isso mesmo, incompetente para gerir um estado em crise.

Quando o blog passa a se posicionar mais próximo à Fátima Bezerra, com a derrota do então governador Robinson Faria no primeiro turno e o apoio do deputado Ezequiel Ferreira, ela passa a aparecer no blog como uma mulher incompetente que necessita ser tutelada por homens mais experientes, como Ezequiel Ferreira - uma manifestação discursiva de machismo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos posts selecionados no Blog do BG em nosso *corpus* aponta um posicionamento ideológico antipetista, em oposição à Fátima Bezerra e sua candidatura, a partir de um sujeito rarefeito por meio de estratégias argumentativas típicas do discurso da mídia e do jornalismo.

No entanto, tal posicionamento sofre uma espécie de correção de rumo na reta final do segundo turno das eleições, em virtude provavelmente de alguns fatores como, por exemplo, a iminência da vitória eleitoral de Fátima, a derrota do então-governador Robinson Faria ainda no primeiro turno e a aproximação de Ezequiel Ferreira da candidata eleita – dois políticos a quem Bruno Giovanni, autor do Blog do BG, é próximo. Ezequiel Ferreira, presidente da Assembleia Legislativa do estado, por sua vez, fala no próprio blog sobre o papel a que se atribui a si mesmo na eleição de Fátima, assim como a função de liderança moderadora que pretende ter.

Por fim, Fátima Bezerra é representada como favorita nas eleições, ainda que vinculada a um partido corrupto, o Partido dos Trabalhadores. É vista também como representante radical de esquerda e, por isso mesmo, incompetente para gerir o estado do Rio Grande do Norte, em crise. Em uma fase final da campanha, Fátima passa a ser representada como uma mulher incompetente que necessita ser tutelada por homens mais experientes, como Ezequiel Ferreira - uma manifestação discursiva de machismo.

REFERÊNCIAS

BLOG DO BG. “Com a vitória de Fátima Bezerra nas urnas “agora é baixar as bandeiras e trabalhar pelo RN”, diz presidente da ALRN, deputado Ezequiel Ferreira”. Disponível em: <https://www.blogdobg.com.br/com-a-vitoria-de-fatima-bezerra-nas-urnas-agora-e-baixar-as-bandeiras-e-trabalhar-pelo-rn-diz-presidente-da-alrn-deputado-ezequiel-ferreira/>, acessado em: 15 out. 2019.

BLOG DO BG. “Rio Grande do Norte espera que governadora abandone a pecha de Fátima do PT e abrace o slogan Fátima do RN”. Disponível em: <https://www.blogdobg.com.br/rio-grande-do-norte-espera-que-governadora-abandone-a-pecha-de-fatima-do-pt-e-abrace-o-slogan-fatima-do-rn/>, acessado em: 15 out. 2019.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução por Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17a Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

LEMOS, D. D. “Blog Fatos e Dados, representações sociais e a imagem pública da Petrobras” in GOMES, A.L.; PINHEIRO, M. M (org.). **Olhares midiáticos** [recurso eletrônico] Natal, RN : EDUFRRN, 2018.

LEMOS, D. D. **Discurso e argumentação no blog ‘Fatos e Dados’ da Petrobras**. Feira de Santana, Bahia: Curviana, 2013.

LEMOS, D. D.; WANDERLEY, B.P.T. Suicídio masculino e violência contra a mulher na imprensa do RN. **Revista Comunicação, cultura e sociedade**, n. 8, 2017-2018, p. 143-157.

TRIBUNA DO NORTE. “‘Fakes’: Justiça manda citar Robinson e outros envolvidos”, disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-fakesa-justia-a-manda-citar-robinson-e-outros-envolvidos/294829>, acessado em 27 ago. 2019.

CAPÍTULO 9

CARTOGRAFIA HISTORIOGRÁFICAS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS E AS PRÁTICAS GUARANI

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: em 18/09/2020

Clovis Antonio Brighenti

Docente da Unila no curso de História – América Latina e pesquisador das temáticas indígenas. ILAACH - UNILA
<http://lattes.cnpq.br/7972713627348895>

Rafael Fonseca Gomes Dantas de Melo

Estudante do Curso de história bacharel bolsista (PIBIS- FA) ILAACH – UNILA;
<http://lattes.cnpq.br/9400644836826947>

Um resumo desse artigo foi publicado online nos anais do EICTI 2017 – 6º Encontro de Iniciação Científica e 2º Encontro de Iniciação ao Desenvolvimento tecnológico e Inovação. Unila, 2017.

RESUMO: Nosso artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica que realizamos sobre “cartografia historiográficas das fronteiras nacionais e as práticas guarani” desenvolvemos trabalhos colaborativos com diferentes pesquisadores indígenas e não indígenas no *Ñande Retã* território Guarani abarcando porções meridionais do Brasil, setentrionais da Argentina, leste e oeste Paraguai e sul da Bolívia. A pesquisa de campo foi desenvolvida no contexto das fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai, conhecida também como tríplice fronteira, local de intensa mobilidade Guarani e profunda relação histórica, considerada o berço do povo Guarani ou o *yvy mbyte*/cetro do mundo,

como definem eles. Identificamos que a partir das definições das fronteiras nacionais, em especial em fins do século XIX, esse povo começou a sentir os efeitos das relações com os referidos Estados Nacionais, se agudizando ao longo do século XX, em especial a partir do investimento econômico na região – Turismo, Turismo de Compras, Itaipu e Agronegócio – deixando os Guarani a margem do processo, tratando-os como mão de obra ou atrativos turísticos. Nas últimas décadas os Guarani intensificaram processos de retomada de terras e encontros “internacionais” e nacionais de líderes políticos e especialmente de líderes religiosos, criando uma nova configuração na cartografia da fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: Guarani, Cartografia, Fronteira, Estados Nacionais, Território.

HISTORIOGRAPHIC CARTOGRAPHY OF NATIONAL BORDERS AND GUARANI PRACTICES

ABSTRACT: Our article is the result of the Scientific Initiation research we carried out on “historiographic cartography of national borders and Guarani practices”. We developed collaborative works with different indigenous and non-indigenous researchers in the *Ñande Retã* / Guarani territory covering southern portions of Brazil, northern Argentina, east and western Paraguay and southern Bolivia. The field research was carried out in the context of the borders between Argentina, Brazil and Paraguay, also known as the triple border, a place of intense Guarani mobility and a deep historical relationship, considered the cradle of the Guarani

people or the *yvy mbyte*/scepter of the world, how do they define. We identified that from the definition of national borders, especially at the end of the 19th century, these people began to feel the effects of relations with the referred National States, becoming more acute throughout the 20th century, especially from the economic investment in the region. - Tourism, Shopping Tourism, Itaipu and Agribusiness - leaving the Guarani at the margin of the process, treating them as labor or tourist attractions. In the last decades, the Guarani have intensified processes of land retaking and “international” and national meetings of political leaders and especially of religious leaders, creating a new configuration in the cartography of the border.

KEYWORDS: Guarani, Cartography, Border, National States, Territory.

1 | INTRODUÇÃO

Os Guarani contemporâneos vivem estão presentes no Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai¹. Antes do século XVI viviam num território único sem fronteiras ou com limites estabelecidos a partir de suas próprias dinâmicas socioculturais. Porém, após a invasão colonial no século XVI, seu território foi dividido entre as duas coroas ibéricas, Espanha e Portugal. A partir do século XIX esse território foi novamente dividido, agora entre os 5 (cinco) Estados independentes.

Em 2016, publicamos em conjunto com diversos pesquisadores de diferentes instituições, o Mapa Continental Guarani quando localizamos as 1416 Tekoha ou comunidades existentes nos cinco países. Houve um esforço em indicar aproximadamente o número de indivíduos por Tekoha, que somados chegou a um total de 280 mil pessoas. Convencionamos denominá-los a partir de suas auto atribuições, os diferentes nomes para esses subgrupos linguísticos Guarani, bem como a distribuição dos mesmos no território Guarani/*retã*. Os Mbyá vivem na Argentina, Brasil e Paraguai; os Avá-Guarani vivem no Paraguai, no Brasil e Argentina são conhecidos também como Ñandeva, Guarani ou Chiripá. Os Paĩ-Tavyterã vivem no Paraguai, porém no Brasil são conhecidos como Kaiowá; Os Ava-Guarani e Isoseño recebem esse nome na Bolívia e Argentina, porém no Paraguai são tratados como Guarani Ocidental, de maneira pejorativa são também conhecidos como Chiriguanos ou Chahuancos na Argentina. Quatro povos vivem apenas na Bolívia, os Gwarayú, os Sirionó, os Mbía ou Yuki e os Guarasug'we. Já os povos Tapieté ou Guarani-Ñandeva, vivem na Bolívia, Argentina e Paraguai. Por fim, os Aché vivem apenas em terras Paraguaías.

O Brasil concentra a maior população com 85.255 pessoas. Na Bolívia encontra-se a segunda maior população - 83.019 pessoas - seguida por Paraguai – 61.701 pessoas – e Argentina – 54.825 pessoas.

Ocupam, tradicionalmente, os mesmos territórios de antes da chegada dos ibéricos, com pequenas variações ao sul e norte, porém agora com a limitação da imposição dos Estados e propriedades privadas.

1. Outrora com expressiva presença, no Uruguai atualmente há apenas uma família extensa. O Uruguai não foi objeto de nossa pesquisa, dessa maneira nossa análise não incidirá no contexto desse país.

Se atribuem o conceito de Nação devido às características comuns como a organização sócio política, a língua, traços da cultura, mobilidade, território e religião, porém são conscientes de que há povos Guarani com características específicas na cultura material, expressões dialetais e áreas de ocupação. Essa diversidade de expressões Guarani já era observada por Susnik (1975) nos Guarani históricos².

Entre pesquisadores não é consenso o conceito de Nação auto atribuído, há aqueles que consideram cada variante dialetal uma língua específica, de todo modo para efeitos deste trabalho seguimos com a definição dada pelo próprio povo.

É possível perceber diferenças sociopolíticas representadas a partir das práticas de mobilidade específica em cada grupo ou subgrupo linguístico. Raramente um Kaiowá migra para a região leste do Brasil, da mesma forma que raramente um Mbya migra para o nordeste paraguaio ou sul do Mato Grosso do Sul. Portanto, compreender a mobilidade linguística e territorial de cada subgrupo Guarani é uma das chaves para compreensão da articulação política continental e do sentimento de pertencimento a um povo ou nação Guarani.

Perceber a territorialidade dessa população é um elemento importante devido a mobilidade sócio espacial. Recomenda-se que as pesquisas desenvolvidas com comunidades do povo Guarani que dimensionam o recorte espacial (Países, Unidades da Federação ou micro regiões) considerem a espacialidade ou territorialidade Guarani e a relação que as mesmas estabelecem, ante o perigo de fracionar e inviabilizar o território construído historicamente por eles, especialmente porque esse território ultrapassa as fronteiras nacionais (TOMMASINO, 2001), contexto que pode ser, e o é em algumas situações, utilizado pelos Estados para negar direitos, apelando para a condição de estrangeirismo. Nesse sentido, torna-se imperioso conhecer a espacialidade e territorialidade Guarani, sua relação com o meio e a mobilidade.

2. A divisão entre Guarani históricos (Séculos XVI-XVIII) e modernos (Séculos XIX-XX) foi proposto por Métraux (1948, p.69-72).

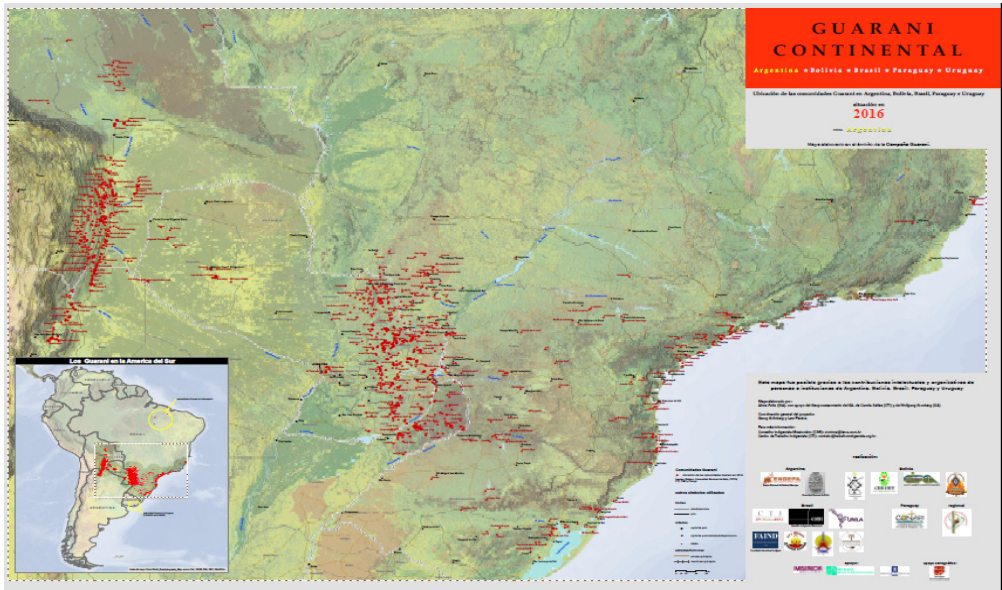


Figura 1. Mapa Continental Guarani

Fonte: CMG - CUADERNO DEL MAPA GUARANI CONTINENTAL, 2016.

Na figura 01 é possível identificar, nos pontos em vermelho, os 1416 tekoha que havia em 2016 – hoje (2020) pode haver mais. Percebemos três núcleos de concentrações de comunidades: a oeste, nos pés da Cordilheira dos andes a forte presença de comunidades em especial na Bolívia, mas estendendo-se também a Noroeste da Argentina e Oeste paraguaio. Na parte central do mapa, região que abrange o Leste do Paraguai, no Brasil a presença no Oeste do Paraná, Sul do Mato Grosso do Sul e, na Argentina, na província de Misiones. O terceiro núcleo concentra-se no litoral, embora mais distribuídos regionalmente, desde o estado do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul. No Uruguai havia em 2016 apenas uma comunidade. Exceto o litoral que a predominância é Mbya, nos demais núcleos encontram-se diferentes subgrupo lingüísticos.

2 | PRESENÇA DOS ESTADOS NACIONAIS

A singularidade de uma Nação, cujo território está esfacelado entre Estados, impacta diretamente sobre a territorialidade. Cada Estado cria suas próprias políticas e programas, sem considerar as singularidades apontadas acima, provocando fissuras e lavando as historicidades diferentes, provocando a desintegração.

Para melhor compreender os efeitos das fronteiras, no presente trabalho analisaremos a presença Guarani na região da tríplice fronteira – Argentina, Brasil e Paraguai a fim de compreender as relações que se estabelecem entre as práticas dessa

população com as sociedades nacionais. O povo Guarani convive constantemente com seus territórios usurpados e delimitados por fronteiras nacionais mesmo assim segue mantendo sua mobilidade sociocultural e política. Escolhemos essa região por ser o local onde conseguimos desenvolver nossa pesquisa de campo, mas especialmente por ser considerada, segundo informações arqueológicas e cosmológicas, o berço do povo Guarani – o *Yvy Mbyte* - centro do mundo. Foi a partir dessa região que os Guarani se espalharam por uma vasta área da planície do Prata, que em seu momento áureo, dominaram desde o contrapé da Cordilheira dos Andes até o litoral Atlântico sul do Brasil, não de forma exclusiva. Nessa região se comunicavam por diferentes rotas e meios de comunicação sendo o mais conhecido de todos os caminhos, o Peabiru.

A região em estudo é conhecida como Alto Paraná, nome homônimo com o departamento paraguaio, abarcando porções do Paraguai, Brasil e Argentina. Desde os ataques dos bandeirantes paulistas às reduções dos padres jesuítas na província do Guairá (atual estado do Paraná) nas décadas de 1620 e 1630 até o final do século XIX a região do Alto Paraná ficou como espaço praticamente exclusivo Guarani.

Após a guerra do Paraguai os Guarani do Alto Paraná sofreram mudanças no seu modo de vida devido a intensa ocupação dos seus territórios, inicialmente com ervateiros, madeireiros e missões católicas dos missionários do Verbo Divino no leste do Paraguai. O Brasil cria uma Colônia Militar em Foz do Iguaçu para garantir o território ao Brasil e promover a distribuição de terras, consideradas devolutas, a oligarquia agrária. Os efeitos sobre os Guarani serão sobre a exploração da mão de obra, tanto pelos militares como pelos exploradores de madeira e erva-mate.

Novos investimentos econômicos ocorrerão na região a partir de meados do século XX. A região que até então era acessada via fluvial pelo rio Paraná a partir do estuário do Prata, e do início do século XX por estrada precária, recebeu uma nova rodovia, a BR 277, asfaltadas. O Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1929 recebe investimentos para exploração turística das Cataratas do Iguaçu e retirada da população que habitava o parque, a ponte da Amizade é inaugurada nos anos 1960 e a Itaipu Binacional é inaugurada no início dos anos 1980. Há incentivos para criação da Zona Franca em Ciudad del Este (PY) com intenso comércio de eletrônicos especialmente, para brasileiros e argentinos, atraindo milhares de comerciantes (conhecidos popularmente como muambeiros) diariamente. A Itaipu atraiu trabalhadores para sua obra, transformando a cidade de pouco mais de 30 mil habitantes para mais de 100 mil (33.970 habitantes em 1970, para 136.320 em 1980 (PARO, 2016, p.83). A agricultura é também impactada, sendo vendidas praticamente todas as terras no Oeste do Paraná para empresas e colonos, que provocaram a eliminação quase que total da vegetação nativa. Na década de 1970 o governo ditatorial do Paraguai do General Alfredo Stroessner incentiva o investimento de colonos e empresas brasileiras em todo leste paraguaio transformando a mata atlântica, território dos Guarani, em terra de seja a milho.

Na província de Misiones (AR) a mata atlântica é substituída com Pinos *Elliottii* e suas variantes como *Pinus taeda*, *Pinus caribaea*, *Pinus oocarpa*, *Pinus tecunumanii*, *Pinus maximinoi* e *Pinus patula* fomentando a indústria madeireira.

Os Guarani tornam-se sem lugar. Quando já não são mais requeridos como mão de obra são expulsos tanto do Parque Nacional do Iguazu no lado brasileiro como argentino; são expulsos pela agropecuária e finalmente são expulsos pela Itaipu Binacional nas últimas terras que restavam em ambas margens do rio Paraná.

Os documentos revelados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e Comissão Estadual da Verdade (CEV) do Paraná, demonstram que o Estado brasileiro deu suporte a expulsão dos Guarani em todas as fases da exploração. Tanto o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – 1910 a 1967 – como a Fundação Nacional do Índio (Funai) – a partir de 1967 – atuaram para negar os direitos fundiários dessa população e destituí-los de sua identidade sociocultural.

3 | ELEMENTOS DA CARTOGRAFIA GUARANI

Pierre Clastres (1979) demonstra que os Guarani não possuíam estrutura centralizada tipo estatal, não porque não a conhecessem, mas por sua forma organizativa que repelia qualquer centralização. Porém, essa aversão ao tipo estatal, não significa que não havia articulações regionais e microrregionais. A historiadora Branislava Susnik (1980, p. 22-46) observa que regionalmente os Guarani se articulavam em *guára* (GUA - gente do lugar; e, RA - representa a pessoa, o ofício), ou seja, uma rede de relações por parentesco e afinidade política, econômica e religiosa que permitia atividades conjuntas como o Potyro (Literalmente todas as mãos) e ritualísticas como cerimônias e festas. Susnik identificou 14 grandes regiões na porção leste do território (entre o rio Paraguai ao Atlântico), subdivididos internamente. Esses *Guára* levavam sempre nomes de rios ou caciques importantes.

Um conceito na contemporaneidade que se aproxima da ideia da noção de *Guára* é o Tekoha Guasu, ou seja, um conjunto de Tekoha Kuéra (aleias) articulados social, política e economicamente, mas mantendo a autonomia local. São unidades sociológicas não necessariamente próximas geograficamente. As migrações como característica dos Guarani mantêm a mobilidade necessária que permite a dinamicidade dos tekoha Guarani.

Na região da tríplice fronteira identificamos um Tekoha Guasu que extrapola as fronteiras nacionais.



Figura 2- Tekoha Guasu Paranaense

Fonte: Montagem a partir do Mapa Continental Guarani, 2016

A unidade sociológica que abrange a representação do Brasil no mapa (Figura2) é denominada Tekoha Guasu Ocoy. Porém, o referido tekoha não alcança apenas os Tekoha kuéra do Brasil, senão de Puerto Iguazu na Argentina e do diversos Tekoha Kuéra do departamento do Alto Paraná (PY). Importante mencionar que após a confecção do mapa se formaram outros Tekoha Kuéra na abrangência do Tekoha Guasu Paranaense. No Brasil ao menos cinco novos tekoha kuéra se formaram, no Paraguai ao menos um e na Argentina três novos tekoha kuéra.

Uma característica desse Tekoha Guasu é a presença de Guarani dos subgrupos Mbya e Ava vivendo numa mesma aldeia, inclusive há presença também de alguns descendentes de Kaiowá com Ava. Pode-se dizer que é uma região de transição. Por ser o *Yvy Mbyte* Guarani, ou seja, o centro do *retã*, é provável que essa simbiose seja uma característica da região, não apenas um dado contemporâneo.

Em nossa pesquisa de campo utilizando mapas, documentos, auxiliamos na organização de eventos e reuniões e registramos elementos da memória dessa população. Também trabalhamos com a etnografia já produzida sobre o esse povo.

Na margem direita do rio Paraná tivemos importante contribuição de Mariblanca Barón (2006, p.1) que trabalha desde a década de 1970 com os Guarani e identificou ao menos 36 tekoha kuéra submersos. Para essa pesquisadora *“los indígenas Ava Paranaenses sufrieron en forma directa el impacto producido por la construcción de la Represa de Itaipu Binacional. Fueron desplazados de su territorio tradicional”*. O esparramos Guarani,

denominado *sarambi*, foi resultado da política nefasta do governo em não reconhecer o direito dessa população as terras e não os reconhecer como Guarani.

Uma das contradições encontradas nas ações dos representantes governamentais de assistência aos povos indígenas e compreender e aceitar a concepção de terra dos Guarani, como admitir e administrar na burocracia estatal a lógica guarani (...). Na etnografia é muito comum ouvir ou ver as seguintes expressões "são índios paraguaios", "são estrangeiros" "vieram da Argentina" "vieram do Paraguai" (BRIGHENTI, 2010, pp.160-163)

Dos tekoha kuéra que pesquisamos percebemos as diferentes incidências dos projetos econômicos e das políticas estatais sobre as comunidades. Nos Tekoha Kuéra em Puerto Iguazu encontramos ao menos sete comunidades em pequenos fragmentos de seus territórios tradicionais. Suas terras simplesmente foram tomadas pelo setor hoteleiro. Já houve três retomadas, mas em pequenos espaços.

Os pequenos fragmentos de terra não permitem que os Guarani possam satisfazer suas necessidades socioeconômicas a partir da produção agrícola. Apesar de exímios agricultores hoje a população é forçada a buscar outros meios de vida. A Comunidade do Mbokai, situada dentro da Terra Indígena M'bororé ainda consegue cultivar diversas espécies de cultivares nativos, como o *avaxi eteí*, *mandió*, *komandá*, *jety*, *manduvi* etc. Porém, essa produção serve mais para manter as sementes e fazer usos nas atividades coletivas, como os *nheemongarai*/batizados que necessariamente para suprir a demanda alimentar.

A maioria das famílias Guarani sobrevivem da confecção e venda de artesanatos. Há locais específicos para a venda, como no Tekoha Yryapu há um centro de comercialização. Na recepção dos visitantes das Cataratas do Iguazu no lado argentino, há uma casa de artesanatos Guarani, usada de maneira coletiva pelas várias comunidades Guarani. Há uma organização de responsáveis e dias de venda e a identificação de cada produto com seu respectivo produtor. Mais comum em Puerto Iguazu, na Argentina, é a comercialização de artesanatos no centro da cidade, nas ruas, sejam em pontos fixos nas calçadas seja na oferta direta aos turistas. Essa ação é fundamentalmente desenvolvida por mulheres e crianças e se estende até altas horas da noite. No marco das três fronteiras é comum encontrar Guarani vendendo seus produtos, dividindo o espaço com os indígenas Maká. Nas lojas de artesanatos também se encontram produtos Guarani. No Parque das Aves, no Brasil, também há atividades que os Guarani que vivem na Argentina participam. São rituais e alimentos oferecidos aos turistas, realizados em lugar afastado da rota principal do fluxo de turistas e permitido o ingresso para grupos restritos e previamente agendado.

A questão do artesanato merece uma atenção especial pelo significado e impacto na vida Guarani, desde a exposição, o uso da imagem, como os produtos alimentícios adquiridos com a venda, que foge do padrão alimentício saudável da vida Guarani. É encarado com certa naturalidade pela sociedade e recebe apoio tanto de Organizações

Não Governamentais (ONGs) como do próprio Estado. Para as empresas que lucram com turismo não passa de um produto, exótico, que pouco agrega pelas características “paupérrimas” da população. Mas diante da impossibilidade legal de expulsá-los, são tolerados.

O artesanato e a relação com o turismo também é importante em algumas comunidades Guarani no Paraguai. No Tekoha Puerto Bertoni, localizado na *Reserva Natural e Museu do Monumento Científico Moisés Bertoni*, com pouco mais de 200 há estão assentadas duas comunidades Guarani, uma Mbya no centro da reserva e uma Ava na entrada da área protegida. Nesse local são comercializados artesanatos como há apresentações culturais nas margens do rio Paraná para os turistas que fazem passeis fluviais partindo de Foz do Iguaçu ou de Puerto Iguaçu. Também encontramos Guarani vendendo artesanatos em Ciudad de Este (PY), porém procedentes de diversos tekoha kuéra.



Figura 3 – Tekoha Puerto Bertoni e a comercialização do artesanato

Fonte: Clovis Brighenti, 2015.

No Brasil a produção e comercialização de artesanato se concentra no Tekoha Ocoy, em São Miguel do Iguazu (PR), onde há uma estrutura arquitetônica específica para a produção e venda de artesanato. Com frequência também os artesãos saem para feiras em cidades da região e algumas cidades mais distantes para expor e vender seus produtos.

Um aspecto comum dos Guarani no Brasil e Paraguai é a agricultura de subsistência, com ampla variedade de cultivares, mesmo em locais exímios, demonstrando que os Guarani priorizam a diversidade que a produtividade. Porém sofrem ação direta do agronegócio, que embora em alguns locais não é caracterizado pela grande propriedade, mas a forma de produção se enquadra na definição do agronegócio: produtos para exportação como soja, milho e algodão com uso intensivo e indiscriminado de veneno e uso de sementes transgênicas. No Tekoha Itamarã, uma das aldeias mais afastada do monocultivo do agronegócio, o milho produzido pelas famílias Guarani foi contaminado pela transgenia que está há ao menos 1 km de distância.

Numa pesquisa que realizamos sobre as análises da educação escolar nesse Tekoha Guasu constatávamos que historicamente

cada um dos Estados buscou incorporar os Guarani na mescla da população empobrecida, de modo a não reconhecê-los enquanto coletividades. Portanto, tínhamos por um lado a fragmentação e separação pelas fronteiras nacionais e por outro a tentativa de torná-los "nacionais". Pela resistência a esse processo não se efetivou como desejavam os Estados, ao contrário, os Guarani mantiveram a base de sua organização social amparada na família extensa e na vivência do *teko*/costumes, modo de ser, Grünberg (2014) explica que a família extensa é a junção de famílias nucleares nucleadas e estabelecidas no *Tekoha*³, informando a importância dessa unidade sociocultural na manutenção da cultura e modo de ser do povo. (COSTA e BRIGHENTI, 2015, s/p)

Concluimos observado que atualmente cada Estados Nacional desenvolve uma política educacional específica, não considerando a dinâmica da população tampouco a legislação internacional. As escolas são os instrumentos privilegiados de "nacionalizar" essa população. Em que pese a recusa a esse tipo de escola, os Guarani buscam manejá-la a seu favor, como mecanismo de resistência.

Portanto, observamos que as fronteiras nacionais, mais do que uma barreira física representada pelas aduanas e suas exigências documentais, é uma ação simbólica materializada na necessidade de criar as fronteiras étnicas em grupos que se constituem como povo e nação.

3. O termo *tekoha* ou *tekoa* (existe uma variação da escrita de acordo a subdivisão lingüística Guarani, por exemplo os Mbyá pronunciam *Tekoa* e os Avá-Guarani e Kaiowá pronunciam *Tekoha*) é um lexema constituído do substantivo "*teko*" mais o sufixo "*ha*" que, entre vários significados, tem o sentido de "lugar". Assim *tekoha*, é entendido atualmente pelos índios como "o lugar onde realizamos nosso modo de ser" (Grünberg, 2014).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos estudos realizados nos Tekoha para fundamentar a realização da referida cartografia, observando primeiramente as alterações no modo de vida Guarani nos Estados nacionais. A ação mais desastrosa sobre o território Guarani foi a construção da Itaipu Binacional, através da qual os Guarani perderam partes significativas de seu território tradicional, mas também os elementos simbólicos do significado do próprio termo Itaipu ou Itaiputé, que se localiza justamente no berço do povo Guarani. Portanto, não foram apenas porções do *retã* que foi perdido, mas foi o próprio sentido do *retã* que ficou submerso. Terras é possível recuperar, mas o simbolismo do Itaiputé no *retã*, não mais.

Desde antes do fechamento das comportas da represa, os Guarani reivindicam a restituição de terras em locais com condições ambientais de acordo com suas necessidades. Somente na década de 1990 a Itaipu reconheceu parcialmente sua dívida e devolveu 1700 hectares, no Brasil. Já no final dos anos 1990, os Guarani iniciam processos de retomadas de terras. Atualmente apenas na margem esquerda o rio Paraná (no Tekoha Guasu Paranaense) são sete retomadas em terras da Itaipu e do estado do Paraná. Em 2016 os Guarani no Paraguai seguiram o mesmo processo e retomaram o Tekoha Sause, ou o que sobrou do alagamento.

Essas retomadas implicam em intensos conflitos com fazendeiros vizinhos as retomadas, por medo de perder suas terras, e com a Itaipu que não tem medido esforços para expulsar os Guarani dos locais. São diversas ações de reintegração e manutenção de posse na Justiça Federal. A retomada das terras de Itaipu além de identificar a Binacional como a principal responsável pela destruição do Yvy Mbyte é também o pouco lugar com mata que resta na região. Mesmo sendo áreas reflorestadas, nem sempre com espécies nativas, e na pequena faixa na berra do lago, significa possibilidade de seguir sendo Guarani.



Figura 4 – Crianças brincando no lago - Tekoha Sause retomado de Itaipu.

Fonte: Clovis Brighenti, 2016

Nesse Tekoha Guasu também tem ocorrido diversos encontros de Oporaíva (Xamãs) e Jovens. São os Oporaíva que buscam a inspiração, ouvem e sentem os acontecimentos e orientam os líderes políticos a agir. Os encontros têm ocorrido com Oporaíva de quase todos os Tekoha kuéra dessa Unidade Sociológica, ao menos duas vezes por ano. Inclusive encontros para nheemongarai e intercâmbios de guias espirituais para tratar de doenças que “médico não cura” como dizem eles, os males dos nheen (palavra alma).



Imagem 5 – Encontro de Oporaíva no Tekoha Ocoy

Foto: Clovis Antonio Brighenti

Por fim, queremos destacar que a indústria do agronegócio vem contribuindo de maneira eficaz e derradeira na tomada dos territórios Guarani, como visto em vários documentos e discursos. O agronegócio joga nas plantações milhares litros de veneno que invadem as terras Guarani, em especial no Brasil e Paraguai, destroem plantas matam gente e animais.



Figura 6 – Divisa do Tekoha com o agronegócio – diversidade x monocultura

Fonte: Clovis Brighenti, 2019.

É impactante conviver com essa realidade. Porém, os Guarani resistem, dentro das condições postas, percebemos que a determinação em seguir sendo Guarani, fez com que durante mais de 500 anos conseguissem manter no seu retã o Teko.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARÓN, Beatris Irene (Mariblanca). **Impacto de la Itaipu binacional sobre la etnia ava guarani paranaenses**. 2006. 1 v. Tese (mestrado) -curso de ciencias ambientales y desarrollo sustentable, Ciencias Ambientales, Universidad técnica de comercialización y Desarrollo, Ciudad del Est, 2006.

BONOMO, M. et al. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, v. 356, p. 54-73, 2015. disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269928134_2014_Bonomo_et_al_guarani. Acesso em: 18-09-2020.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra**: Presença Guarani e Estados Nacionais. Chapecó/Florianópolis: Argos; Editora da Ufsc, 2010. 284 p

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado – **Investigações de Antropologia Política**. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1979.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**- Pesquisas de Antropologia Política. São Paulo: Ed. Cosac & Naify, [1980] 2003.

CMG - CUADERNO DEL MAPA GUARANI CONTINENTAL. **Pueblos Guaraníes en Argentina, Bolivia, Brasil y Paraguay**. 2016. Campo Grande, MS. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0051616073a2a906ef0d6>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

COLMAN Rosa S. **Guarani retã e mobilidade espacial guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani**. Tese de doutorado. Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

COSTA, R. P. G.; BRIGHENTI, C. A. Nación guarani y legislaciones educacionales en el panorama trinacional: Brasil, Argentina y Paraguay. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**. v. 5, n. 2 (2018)

GRÜNBERG, Frydel Paz; GRÜNBERG, Georg. **Los Guaraníes Persecución y Resistencia**: pueblos Indígenas del Centro de América del Sur. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-yala, 2014.

MELIÀ, Bartomeu et al. **Camino guaraní**. Assunção: Inprenta Salesiana, 2016. 242 p.

MELIÀ, Bartomeu. **O mundo guarani**. 1 ed. Assunção: Servilibro/Adriana Almada, 2011.

MAYBURY-LEWIS, David. Vivendo Leviatã: grupos étnicos e o Estado. **Anuário antropológico**. UNB, Brasília, v. 8 n. 1, 1984.

PARO, Denise. **Foz do Iguaçu**: Do descaminho aos novos caminhos. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2016.

SUSNIK, Branislava. **Los Aborígenes del Paraguay**. Etnohistória de los Guaraníes. Época colonial. II. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1979-1980.

TOMMAZINO, K. **Relatório de identificação e delimitação da terra indígena Guarani Araçã'i - Laudo Antropológico**. FUNAI. Brasília. 2013.

DIFERENÇAS SALARIAIS E DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO E COR NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 06/09/2020

Maylisson Rodrigo Fonseca

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Curitiba-Paraná
<http://lattes.cnpq.br/3373362853801413>

Davi Winder Catelan

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba-Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5682671468027675>

Matheus Demambre Bacchi

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
(ESALQ)
Piracicaba-São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8182320222092799>

Priscila Akimi Hayashi

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina-Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5119732528899300>

Katy Maia

Universidade de Brasília (UnB), Departamento
de Economia da UEL.
Londrina-Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5880983208017533>

Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina (UEL) do ano de 2016 intitulado A mulher do século XXI no mercado de trabalho. Os autores agradecem as valiosas contribuições de Solange de Cassia Inforzato Souza e de Magno Rogerio Gomes

RESUMO: O artigo resulta de um estudo cujo objetivo foi analisar a discriminação salarial de gênero e cor de pele na região Norte do Brasil em 2004 e 2013. Com base nas teorias do capital humano, segmentação e discriminação e a partir dos dados da PNAD/IBGE, estimaram-se as equações de determinação dos salários, e utilizou-se a decomposição de Oaxaca-Blinder para detectar a discriminação salarial. Verificou-se que o impacto discriminatório foi o principal responsável pela disparidade salarial existente. O hiato salarial entre brancos e não brancos deveu-se à diversidade nos fatores produtivos individuais. Além disso, a aproximação das características produtivas dos trabalhadores influenciou positivamente na redução das diferenças salariais entre gênero e negativamente na cor da pele. O artigo concluiu ademais, que o fator discriminatório se reduziu no período, sendo os mais significativos decréscimos para os indivíduos não brancos.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho, Diferenças salariais, Discriminação, Políticas públicas.

WAGE DIFFERENCES AND DISCRIMINATION BY GENDER AND COLOR IN NORTHERN BRAZIL

ABSTRACT: The article resultS of a study which goal was to analyze gender and color wage discrimination in North regioan of Brazil in 2004 and 2013. Based on the theories of human capital, segmentation and discrimination, and based on PNAD/IBGE data, wage determination equations were estimated, and the Oaxaca-Blinder decomposition was used to detect

wage discrimination. It was verified that the discriminatory impact was the main responsible for the existing wage disparity. The wage gap between whites and non-wites was due to diversity in individual production factors. In addition, the approximation of workers' productive characteristics influenced positively the reduction of wage differences between genders and negatively on skin color. The article also concluded that the discriminatory factor was reduced in the period, the most significant decreases being for non-white individuals.

KEYWORDS: Labor market, wage differentials, discrimination, public policies.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é caracterizado demograficamente por apresentar uma expressiva miscigenação, apesar deste fato, o país não está isento de preconceitos, tais como o racismo – perturbações herdadas desde os primórdios da civilização. De forma semelhante, a discriminação no mercado de trabalho torna-se evidente quando indivíduos igualmente produtivos são alocados ou remunerados de formas distintas, com base em suas características não produtivas. Logo, a discriminação salarial diz respeito às disparidades remunerativas entre trabalhadores que possuem o mesmo nível de escolaridade e estão alocados em postos de trabalho idênticos entre si.

Apesar do maior volume de políticas sociais direcionadas ao acesso e inclusão social a grupos discriminados, alguns estudos apontam a dimensão da desigualdade na distribuição de rendimentos e oportunidades fornecidas, como é apresentado em Cacciamali, Tatei e Rosalino (2010) e Guedes e Araújo (2011). A cor da pele ainda é um fator de grande influência no mercado de trabalho brasileiro, onde a cor negra é associada à baixa qualificação e nível de instrução, o que conseqüentemente, acarreta a baixa remuneração (Cavalieri e Fernandes, 1998).

No caso dos gêneros, a situação feminina ainda se encontra fortemente atrelada às incumbências herdadas nos primórdios da humanidade, como a submissão e a inferioridade da mulher em relação ao homem. Tradicionalmente às mulheres eram direcionados os trabalhos domésticos e de criação dos filhos, ao passo que aos homens cabia à responsabilidade de sustentação e manutenção do lar (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001). Apesar de este cenário ter se alterado nas últimas décadas, as mulheres ainda obtêm rendimentos inferiores aos homens, sendo que o fato se agrava no caso das mulheres negras.

Assim como as demais regiões do Brasil, o mercado de trabalho da região Norte revela diferenças salariais entre os gêneros e a cor de pele. Com extensão territorial de aproximadamente 45% da área total do Brasil (IBGE, 2013), esta é a segunda região menos habitada do território nacional, e ainda assim uma das mais pobres. A pobreza e a extrema pobreza diminuíram de forma expressiva no Brasil entre 2004 e 2013, no entanto, continuam concentrados nas regiões rurais do Norte e do Nordeste do país (Soares *et al.*, 2016). Assim, este estudo está calcado na hipótese de que há a persistência da desigualdade salarial, e que parte dela, traduz-se em discriminação.

Na esfera empírica, diversos autores buscaram auferir o fenômeno dos diferenciais de salário, bem como da segmentação e discriminação no mercado de trabalho brasileiro entre gênero, cor de pele ou ambos. Dentre eles, destacam-se, Campante, Crespo e Leite (2004), Cacciamali e Hirata (2005), Cambota e Pontes (2007), Almeida e Almeida (2014), Maia et al. (2015), Souza et al. (2015). No entanto, poucos autores realizam uma análise pormenorizada acerca do panorama do mercado de trabalho da região Norte do Brasil.

Fundamenta-se aqui, a necessidade de contribuir com ferramentas que permitam uma melhor análise acerca das condições atuais do mercado de trabalho da região Norte.

2 | DIFERENÇAS SALARIAIS NA TEORIA ECONÔMICA

Na teoria econômica tradicional, os salários constituem um dos preços da economia. Aplicando-se a análise da oferta e demanda, a força de trabalho que recebe os salários está no lado ofertante, ao passo que as empresas e os empregadores, que pagam os salários, no lado demandante de mão de obra.

A partir de 1960, diante da preocupação cada vez maior com problemas de crescimento econômico e de melhor distribuição de renda, as possíveis diferenças salariais e o conceito de capital humano vieram a ser estudados com maior profundidade por trabalhos pioneiros de Schultz (1961) e Becker (1962).

Ao estudar a taxa de retorno salarial para o ensino médio e superior da população estadunidense, Becker (1962) introduz uma ideia preliminar de “recursos intangíveis” presentes na determinação dos níveis salariais de um país. Segundo o autor, tais recursos são estritamente relacionados com os investimentos em “capacitação intelectual” ou “cognitiva” dos indivíduos, e que no longo prazo podem refletir em diferentes níveis de ganhos futuros.

Para Schultz (1961), a ideia de capital humano consistia no acúmulo de todos os investimentos em educação, treinamento no trabalho, saúde, migração e demais fatores que tornavam o trabalhador mais produtivo na percepção do mercado de trabalho, e consequentemente, mais valoroso no mesmo. Logo, os trabalhadores tornavam-se capitalistas, uma vez que maiores investimentos em sua capacidade produtiva eram capazes de gerar retornos positivos a médio e longo prazo (RAMOS, 2012).

A teoria do capital humano considera o mercado de trabalho como sendo contínuo, ou seja, a aquisição de maiores rendas por parte dos indivíduos só dependerá do nível educacional do mesmo. Sendo assim, desconsidera-se a possibilidade de “imobilidade” entre os indivíduos dentro do mercado de trabalho, uma vez que, segundo essa teoria, o maior nível de estudo está intimamente relacionado a ocupações com maiores remunerações (LIMA, 1980).

Surge, assim, a teoria da segmentação. A teoria propõe que o mercado de trabalho seja dividido em dois segmentos, o mercado de trabalho primário, em que de fato se

observam os pressupostos sugeridos pela teoria do capital humano: maiores patamares educacionais proporcionando maiores níveis salariais; ao passo que no secundário, o grau de escolaridade tem baixa ou praticamente nula influência sobre a determinação dos salários.

Outros estudos desenvolvidos em décadas mais recentes observam que muito embora a teoria do capital humano e a teoria da segmentação tenham fundamento para explicar os diferentes níveis salariais de uma economia, há ainda uma parcela dessas diferenças que fogem do escopo do arcabouço teórico presente até então. Com isso, ao destacar as questões raciais e de gêneros, Lovell (1994) aponta para o que se tem por “discriminação no mercado de trabalho”.

As diferenças nos ganhos salariais ou até mesmo nas oportunidades de empregos podem existir mesmo entre indivíduos igualmente capacitados, e (ou) igualmente alocados no mercado. Isso se dá devido à raça, gênero, nacionalidade, orientação sexual ou outras características aparentemente irrelevantes no quesito produtividade (BORJAS, 2010).

Além disso, a discriminação no mercado de trabalho pode ser advinda de três fontes diferentes, sendo cada uma delas atribuídas a um determinado tipo de discriminação: (i) o preconceito pessoal, o qual abrange as discriminações do cliente, do empregador e do empregado; (ii) a discriminação estatística, que está relacionada com as informações do grupo obtidas pelos empregadores, e (iii) os modelos do poder do monopólio, os quais, grosso modo, sugerem que os trabalhadores estejam divididos em “castas” diferentes (de acordo com seu sexo e etnia) que não competem entre si (EHRENBERG; SMITH, 2000).

3 | MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Base de dados

Utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) dos anos de 2004 e 2013 para a obtenção dos dados acerca da região Norte. Foram considerados indivíduos ocupados com idade igual ou acima de 14 anos, os quais foram analisados por meio de seus aspectos produtivos, como educação (anos de estudo) e experiência no trabalho, e não produtivos, como gênero (homens e mulheres) e cor de pele (brancos e não brancos¹). Levou-se em consideração a região censitária e variáveis referentes ao mercado de trabalho, tais como setor, ocupação e formalidade.

3.2 Equação de determinação dos salários minceriana

A equação de determinação de salários, de Mincer (1974), tem por objetivo relacionar as características produtivas dos indivíduos, como anos de estudo e experiência no trabalho, bem como a influência de demais variáveis como a localização ou a ocupação

1. Pardos e pretos. Foram desconsiderados os indivíduos autodeclarados amarelos e indígenas por sua pouca representatividade para a análise.

na qual estes indivíduos estão inseridos no mercado de trabalho. Para este estudo, desenvolveu-se o seguinte modelo log-linear para homens brancos, mulheres brancas, homens não brancos e mulheres não brancas:

$$\ln W = \beta_0 + \beta_1 E + \beta_2 T + \beta_3 T^2 + \beta_4 Ind + \beta_5 Com + \beta_6 Ser + \beta_7 Dir + \beta_8 PCA + \beta_9 Tec + \beta_{10} For + \beta_{11} Urb + \mu \quad (1)$$

Sendo $\ln W$ = logaritmo natural do salário; E = Estudo (anos de estudo); T = experiência no trabalho; T^2 = experiência ao quadrado, variável utilizada para captar o retorno da experiência no trabalho ao longo prazo. Além disso, foram consideradas também as influências das variáveis categóricas referentes aos setores: *Ind* (Indústria), *Com* (Comércio), *Ser* (Serviços), sendo omitido o setor Agrícola; às ocupações: *Dir* (dirigentes), *PCA* (profissionais das Ciências e das Artes), *Tec* (técnicos de nível médio), sendo o cargo de Operacionais o omitido da análise; à formalidade do mercado, representada por *For*, e a região domiciliar denominada por *Urb*, cuja divisão foi feita entre áreas urbanas e não urbanas.

3.3 Decomposição salarial de oaxaca-blinder

O modelo de Oaxaca-Blinder (OAXACA, 1973) é utilizado para mensurar o hiato salarial entre dois grupos de trabalhadores e a discriminação salarial. Desse modo, é feita a decomposição das diferenças de salários em dois termos, o primeiro relacionado às diferentes características do trabalhador tanto produtivas quanto referentes ao mercado de trabalho, ou seja, a parte das diferenças explicadas e o segundo se refere à discriminação salarial, isto é, a parte não explicada pelas características do trabalhador e do mercado de trabalho. Para este estudo foi decomposta a seguinte equação de salários:

$$(\bar{Y}^H - \bar{Y}^L) = (\beta_j^H - \beta_j^L) + \sum_j \bar{X}_j^L (\beta_j^H - \beta_j^L) + \sum_j \beta_j^H (\bar{X}_j^H - \bar{X}_j^L) \quad (2)$$

Onde, $(\bar{Y}^H - \bar{Y}^L)$ representa as diferenças salariais entre dois grupos de trabalhadores; $\sum_j \beta_j^H (\bar{X}_j^H - \bar{X}_j^L)$ representa a parcela de diferenças explicadas; $\sum_j \bar{X}_j^L (\beta_j^H - \beta_j^L)$ é atribuído à parcela referente às diferentes remunerações concedidas a indivíduos igualmente capacitados e empregados, ou seja, à discriminação propriamente dita. E por fim, o termo $(\beta_0^H - \beta_0^L)$, que representa a diferença salarial recorrente entre determinados indivíduos pelo fato de alguns deles estarem inseridos em determinado grupo. Desta maneira, a discriminação é dada pela soma destes dois últimos termos mencionados.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil da população ocupada da região norte

A Tabela 1 apresenta características pertinentes ao perfil da população ocupada no mercado de trabalho da região Norte do Brasil. Constata-se que houve aumento na idade média dos trabalhadores, para os quatro grupos analisados. De forma semelhante, a experiência média (tempo de serviço) dos trabalhadores se elevou entre 2004 e 2013, exceto para o grupo de homens brancos.

Em relação à média dos anos de estudo, independentemente da cor da pele do trabalhador, a mulher apresentou níveis superiores aos homens nos dois anos analisados, evidenciando que as mulheres investem mais em educação. No que tange o salário médio mensal, o homem branco obteve resultados superiores aos demais grupos, para os dois anos analisados. Mesmo com tal aumento, ainda se manteve uma vasta disparidade salarial por gênero e cor, sem levar em consideração as demais variáveis que podem esclarecer tal fato.

A mulher branca foi o grupo que se distinguiu entre os demais por possuir o melhor salário por hora de trabalho no ano de 2013. Possivelmente, isso se deu devido ao grupo se destacar nos níveis superiores de educação, ratificando pressupostos defendidos pelos principais teóricos da teoria do capital humano em que trabalhadores mais qualificados obtêm melhores remunerações.

Variáveis	Ocupados							
	Homem Branco		Homem não Branco		Mulher Branca		Mulher não Branca	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Idade (média)	36,90	38,04	35,93	37,71	34,80	36,86	34,83	36,56
Experiência (média)	23,55	23,41	23,21	23,73	18,95	19,89	19,77	20,52
Anos de estudo (média)	6,91	8,62	5,47	7,06	9,18	10,62	7,52	9,37
Salário mensal R\$ (média)	1432,27	1791,36	900,47	1197,10	1045,36	1512,84	668,23	1036,78
Horas trabalho/semana (média)	44,46	41,25	44,26	41,04	37,60	37,11	36,91	35,40
Salário hora R\$ (média)	8,15	19,08	5,32	10,72	7,33	21,85	4,83	12,03
Mercado Formal (%)	35,90	49,91	29,38	39,56	44,44	57,04	31,20	45,20
Mercado Informal (%)	64,10	50,09	70,62	60,44	55,56	42,96	68,80	54,80
Região urbana (%)	73,72	80,87	66,88	72,90	86,23	91,50	82,74	86,52
Região rural (%)	26,28	19,13	33,12	27,10	13,77	8,50	17,26	13,48

Chefe de família (%)	77,63	58,30	71,77	60,67	31,85	34,56	33,41	42,47
Número de filhos (média)	-	-	-	-	2,75	2,43	3,13	2,85

Tabela 1. Perfil da população ocupada, Região Norte, em 2004 e 2013

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE/PNAD 2004-2013.

Notas: Trabalhadores ocupados a partir de 14 anos de idade. Os salários de 2004 foram reajustados a preços constantes de 2013 com base no IPCA acumulado.

Em relação à formalização do trabalho, os grupos de trabalhadores brancos apresentaram maior percentual de formalização que os de não brancos.

Ainda de acordo com os dados da Tabela 1, percebe-se que ocorreu um significativo êxodo rural nos quatro grupos, com maior destaque para o homem branco. A participação da mão de obra do homem não branco no campo diminuiu no ano de 2013, no entanto é a mais representativa no meio rural. Políticas públicas de incentivo ao trabalho rural, subsídios e a criação de opções de crédito financeiro destinadas a produtores rurais e suas associações e cooperativas foram os principais responsáveis por esta mudança não ser ainda mais brusca.

Ao analisar a média do número de filhos das mulheres ocupadas, é perceptível comprovar que houve redução. A mulher branca obteve maior redução do que a não branca. A tendência da redução do número de filhos é resultado da conscientização quanto ao uso de contraceptivos, maior dedicação com a educação, somados a maior participação do gênero feminino no mercado de trabalho.

4.2 Determinações de salários - equações mincerianas

Na tabela 2 são apresentadas as equações de determinação de salários estimadas para os quatro grupos em estudo, no mercado de trabalho da região Norte do Brasil, de 2004 e 2013. Os resultados expõem relações positivas entre variáveis de aspectos produtivos, educação e experiência, com os salários dos trabalhadores. Além disto, os retornos atribuídos à escolaridade mostraram-se superiores aos da experiência.

O grupo a apresentar os maiores retornos da educação foi o da mulher branca, para os dois anos selecionados. Ademais, trabalhadores brancos, independentemente do gênero, obtiveram retornos superiores aos não brancos para um ano a mais de estudo. Nota-se a presença dos retornos decrescentes, sendo que, os salários para um ano adicional em educação no ano de 2013 foram inferiores aos acréscimos de 2004.

Um ano a mais de experiência, em 2004, assegurou aos trabalhadores do gênero masculino retornos financeiros superiores aqueles do gênero feminino. De forma semelhante, em 2013, a adição de um ano de experiência na carreira dos trabalhadores, garantiu aos brancos retornos mais elevados sobre os seus salários do que para os não brancos.

Em relação à análise setorial, em 2013, o homem não branco empregado na indústria, no comércio ou nos serviços auferiu rendimentos superiores aos do trabalhador inserido no setor agrícola. De forma similar, ao se verificar as ocupações selecionadas para os quatro grupos de trabalhadores, nos anos de 2004 e 2013, as categorias dirigentes (diretores e gerentes), profissionais das ciências e das artes (PCAs) e técnicos se firmaram como aquelas com os melhores salários quando comparadas à variável omitida (Operacional).

Variáveis	Homens Brancos		Homens Não Brancos		Mulheres Brancas		Mulheres Não Brancas	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Educação	0,0684*	0,0600*	0,0566*	0,0431*	0,0776*	0,0747*	0,0581*	0,0558*
Experiência	0,0451*	0,0289*	0,0329*	0,0231*	0,0218*	0,0260*	0,0231*	0,0225*
Experiência ²	-0,0005*	-0,0003*	-0,0003*	-0,0002*	-0,0002	-0,0004*	-0,0002*	-0,0003*
Indústria	-0,0098	0,1102*	0,0562	0,1595*	-0,3402*	0,0168*	0,0436	0,0423*
Comércio	-0,0354	-0,0384*	-0,0027	0,0960*	-0,1934	0,1125*	0,1986*	0,0564*
Serviços	0,0456	0,1183*	0,0772*	0,2129*	-0,1779	0,1566*	0,0440	0,1204*
Dirigentes	0,6782*	0,7433*	0,6678*	0,7614*	0,7564*	0,6845*	0,7007*	0,5992*
PCAs	0,8212*	0,7239*	0,6940*	0,6018*	0,6984*	0,6208*	0,8113*	0,6521*
Técnicos	0,4129*	0,3983*	0,3539*	0,2996*	0,4378*	0,3458*	0,4276*	0,2971*
Formal	0,2350*	0,3030*	0,2755*	0,2834*	0,2051*	0,2222*	0,2793*	0,2806*
Urbano	-0,0303	0,1528*	-0,0036	0,2094*	0,0984	0,2023*	0,0244	0,1647*
Constante	0,2558*	0,5136*	0,2560*	0,5218*	0,2924	0,1780*	0,1175	0,3643*

Tabela 2. Equações² mincerianas para homens brancos, não brancos e mulheres brancas, não brancas, Região Norte, 2004 e 2013

Fonte: Calculado pelo autor com base nos dados do IBGE/PNAD 2004 e 2013.

Nota: *significativo a 5%; dados não significativos não possuem asteriscos.

Os resultados referentes à formalização da mão de obra comprovam que para os trabalhadores dos quatro grupos que atuam no mercado formal os salários foram superiores aos dos trabalhadores do mercado informal, tanto em 2004 como em 2013. Por fim, em 2013, a mão de obra de todos os grupos alocados na região censitária urbana foi mais bem remunerada do que no meio rural.

2. Nas regressões gerais foi aplicado o teste Chow de quebra estrutural, o que indicou que há possíveis diferenças nos interceptos e coeficientes nas regressões para homens e mulheres, com significância de 1%. (GUJARATI, 2008; CHOW, 1960). Não se rejeitou a hipótese nula de que as variâncias das duas subpopulações são iguais. Como a hipótese nula não foi rejeitada é possível utilizar o teste de Chow, corroborando a utilização da decomposição de Oaxaca-Blinder. Ademais, foram realizados os testes econométricos para as regressões mincerianas, de multicolinearidade (por meio do Fator de Inflação de Variância, detectou-se ausência do problema), heterocedasticidade (detectada por meio do teste White (1980) e corrigido através do procedimento dos erros-padrão robustos) e viés de especificação (verificado por meio dos coeficientes de determinação R², em que os valores não costumam ultrapassar os 0,5 em equações mincerianas, fato comum em modelos cross-section. (GUJARATI, 2008).

4.3 Efeitos da discriminação - decomposição de oaxaca-blinder

Ao aplicar a decomposição de Oaxaca-Blinder, para os quatro grupos selecionados, foi possível determinar as origens das desigualdades salariais para os grupos em desvantagem. As diferenças dos salários dos trabalhadores podem ser determinadas por fatores produtivos, ocupacionais ou de região, intituladas como diferenças explicadas, ou por fatores não observados, denominadas diferenças não explicadas. A diferença salarial não explicada refere-se à discriminação.

A Tabela 3 exibe a decomposição de Oaxaca-Blinder para homens e mulheres da região Norte, em 2004 e 2013. O impacto percentual da diferença total de salários entre os homens e as mulheres reduziu de 7,49% em 2004 para -3,25% em 2013. Ao considerar as diferenças explicadas e não explicadas, é possível perceber que o impacto percentual das dissimilaridades qualitativas sobre o salário feminino foi de -14,69% em 2004 para -22,33% em 2013, ou seja, na hipótese da mulher apresentar as mesmas características produtivas dos homens, a mulher sofreria uma perda salarial de -14,69% em 2004 e de -22,33% em 2013.

A representatividade do valor negativo significa a vantagem da mulher em relação ao homem. No que se refere à escolaridade, por exemplo, no ano de 2004 a mulher deixaria de receber -12,54% em seu salário caso tivesse a mesma escolaridade que o homem, já para o ano de 2013 ela deixaria de receber -10,90% em seu salário caso sua escolaridade fosse similar à do gênero masculino.

Contata-se que o impacto salarial da discriminação por gênero apresentou um declínio de 2004 para 2013.

A participação feminina não somente em relação à ocupação, como também na conquista de ofícios de maior destaque, vem crescendo. No entanto, a maior escolaridade não tem sido condição suficiente para reverter as desigualdades salariais existentes entre os gêneros (SOUZA et al., 2015).

Grupos	Coeficientes do salário		Coeficientes na forma exponencial	
	2004	2013	2004	2013
Homens	1,3256*	1,6833*	3,76*	5,38*
Mulheres	1,2534*	1,7163*	3,50*	5,56*

Diferenças	Coeficientes	Participação relativa (%)	Coeficientes	Participação relativa (%)	Impacto percentual no salário
Explicada Total	-0,1589*	-220,01	-0,2527*	764,90	-14,69* -22,33*
Escolaridade	-0,1340*	-185,49	-0,1154*	349,36	-12,54* -10,90*
Experiência	0,1336*	184,96	0,0779*	-235,80	14,29* 8,10*
Experiências2	-0,0732*	-101,42	-0,0442*	133,95	-7,06* -4,33*
Formalidade	-0,0109*	-15,15	-0,0200*	60,48	-1,09* -1,98*

Setores	-0,0227*	-31,39	-0,0451*	136,64	-2,24*	-4,41*
Ocupações	-0,0528*	-73,14	-0,0770*	233,01	-5,15*	-7,41*
Urbanização	0,0012	1,61	-0,0288*	87,25	0,12	-2,84*
Discriminação de gênero	0,2311*	320,01	0,2196*	-664,90	26,00*	24,56*
Diferença total	0,0722*	100,00	-0,0330*	100,00	7,49*	-3,25*

Tabela 3. Decomposição de Oaxaca-Blinder entre homens e mulheres, região Norte, 2004 e 2013

Fonte: Calculado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNAD 2004 e 2013.

Nota: *significativo a 5%; dados não significativos não possuem asteriscos.

A Tabela 4 apresenta as decomposições de Oaxaca-Blinder entre trabalhadores brancos e não brancos em 2004 e 2013. A diferença salarial total entre trabalhadores brancos e não brancos passou de 37,42% em 2004 para 33,73%, em 2013. Este resultado se deve principalmente à queda do impacto causado pelo fator discriminatório.

Em relação ao impacto de cada variável selecionada sobre o salário, caso o trabalhador não branco possuísse a mesma característica educacional do trabalhador branco no ano de 2004, seu salário aumentaria em 11,79% e em 2013 este ganho passaria a ser 9,89%. Este resultado reflete os importantes avanços da homogeneização educacional e à profissionalização dos indivíduos não brancos ocorridos nos últimos anos.

Constatou-se um declínio considerável no impacto salarial da discriminação de cor entre trabalhadores brancos e não brancos. Em 2004 foi de 13,62% e em 2013 passou para 11,43%. Assim, na ausência de discriminação salarial por cor, o ganho salarial da mão de obra não branca seria de 11,43% em 2013.

Grupos	Coeficientes		Coeficientes na forma exponencial		
	2004	2013	2004	2013	
Branco	1,5387*	1,9196*	4,66*	6,82*	
Não brancos	1,2208*	1,6289*	3,39*	5,10*	
Diferenças	Coeficientes	Participação relativa (%)	Coeficientes	Participação relativa (%)	Impacto percentual no salário
Explicada Total	0,1902*	59,82	0,1824*	62,76	20,94*
Escolaridade	0,1115*	35,07	0,0943*	32,43	11,79*
Experiência	-0,0100	-3,14	-0,0151*	-5,20	-0,99
Experiências2	0,0080	2,51	0,0054	1,84	0,80
Formalidade	0,0215*	6,77	0,0316*	10,86	2,18*
Setores	-0,0106*	-3,33	-0,0071*	-2,44	-1,05*
Ocupações	0,0686*	21,60	0,0612*	21,06	7,11*

Urbanização	0,0011	0,35	0,0122*	4,20	0,11	1,23*
Discriminação de cor	0,1277*	40,18	0,1083*	37,24	13,62*	11,43*
Diferença total	0,3179*	100,00	0,2907*	100,00	37,42*	33,73*

Tabela 4. Decomposição de Oaxaca-Blinder entre brancos e não brancos, região Norte, 2004 e 2013

Fonte: Calculado pelo autor com base nos dados do IBGE/PNAD 2004 e 2013

Nota: *significativo a 5%; Dados não significativos não possuem asteriscos.

As desigualdades de gênero e cor em conjunto são expostas na Tabela 5, ao comparar o grupo de vantagem (homem branco) com o de desvantagem (mulher não branca). Ao analisar o impacto percentual da diferença total de salários entre os dois grupos, nota-se que ocorreu uma significativa redução, de 50,83% em 2004 para 32,13 em 2013.

Similarmente, o impacto salarial da discriminação por gênero e cor apresentou considerável declínio, passando de 46,78% em 2004 a 41,15% em 2013. Ainda que tenha havido significativa redução do impacto da discriminação de gênero e cor entre os salários dos homens brancos e das mulheres não brancas, a discriminação existente representa um elevado percentual.

Salienta-se que os maiores diferenciais de salário são encontrados na comparação entre os homens brancos e as mulheres não brancas. Isso ocorre em circunstância de que o gênero e a cor, em conjunto, potencializam as diferenças salariais, corroborando a existência de diferenciais de salários em favor de homens e brancos e elevada discriminação salarial sobre os grupos discriminados, mulheres e não brancos (SOUZA et al., 2015).

Grupos	Coeficientes		Coeficientes na forma exponencial			
	2004	2013	2004	2013		
Homem branco	1,5766*	1,9291*	4,84*	6,88*		
Mulher não branca	1,1656*	1,6504*	3,21*	5,21*		
Diferenças	Coeficientes	Participação relativa (%)	Coeficientes	Participação relativa (%)	Impacto percentual no salário	
Explicada Total	0,0272	6,63	-0,0660*	-23,68	2,76	-6,39*
Escolaridade	-0,0420*	-10,21	-0,0567*	-20,33	-4,11*	-5,51*
Experiência	0,1690*	41,11	0,0832*	29,86	18,41*	8,68*
Experiências2	-0,0994*	-24,18	-0,0480*	-17,23	-9,46*	-4,69*
Formalidade	0,0107*	2,60	0,0130*	4,67	1,08*	1,31*
Setores	-0,0216	-5,26	-0,0228	-8,17	-2,14	-2,25
Ocupações	0,0078	1,89	-0,0243*	-8,73	0,78	-2,40*
Urbanização	0,0028	0,68	-0,0104*	-3,75	0,28	-1,04*

Discriminação de gênero e cor	0,3838*	93,37	0,3446*	123,68	46,78*	41,15*
Diferença total	0,4110*	100,00	0,2787*	100,00	50,83*	32,13*

Tabela 5. Decomposição de Oaxaca- entre homens brancos e mulheres não brancas, região Norte, 2004 e 2013

Fonte: Calculado pelo autor com base nos dados do IBGE/PNAD 2004 e 2013

Nota: *significativo a 5%; Dados não significativos não possuem asteriscos.

Esses resultados, assim como alguns outros indicadores sociais, apontam a dimensão do alto grau de desigualdade salarial, do nível de renda e das oportunidades fornecidas para diferentes tipos de grupos. Mesmo que tenham sido adotadas algumas políticas sociais, direcionadas ao acesso e inclusão social a grupos discriminados, ainda se faz necessário um aprofundamento de políticas que busquem não apenas a equidade dos atributos produtivos entre os trabalhadores, mas também políticas de conscientização que visem o combate a todo tipo de preconceito, para equidade justa.

5 | CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar a discriminação salarial de gênero e cor de pele na região Norte do Brasil em 2004 e 2013. Por meio da das equações de determinação dos salários (minceriana) e da decomposição de Oaxaca-Blinder, foi possível mensurar os níveis de desigualdade e discriminação salarial.

Ao analisar o perfil da PO da Região Norte do país, para os dois anos estudados, constatou-se que o trabalhador do gênero masculino possuía, em média, maior idade em relação ao gênero feminino, maior experiência de mercado, mais horas de trabalho semanais, maior percentual de residentes no meio rural, e também, apresentou maior proporção como chefe de família, nos dois anos estudados. Por sua vez, o gênero feminino obteve índices mais elevados de escolaridade, maior percentual de atuação no mercado formal e de urbanização do que o gênero masculino.

Os resultados estimados das equações de determinação de salários de Mincer, aplicadas aos quatro grupos de trabalhadores, apontaram relações positivas entre variáveis de aspectos produtivos, educação e experiência, com os salários dos indivíduos, sendo que a mulher branca da região Norte apresentou os maiores retornos nos dois anos selecionados. Em relação aos setores, no ano de 2013, exceto o homem branco inserido no comércio, os trabalhadores inseridos na indústria, comércio e serviços obtiveram maiores remuneração do que os inseridos no setor agrícola. Já em relação às ocupações, em relação ao cargo operacional, os dirigentes apresentaram as melhores remunerações, seguido dos profissionais das ciências e artes e dos técnicos.

Por meio da decomposição de Oaxaca-Blinder, constatou-se que o impacto discriminatório foi o principal elemento responsável pela diferença de salários entre gêneros. Examinando o hiato salarial dos trabalhadores conforme sua cor de pele, os fatores produtivos dos indivíduos foram os principais responsáveis pela discrepância na determinação salarial.

Embora o grau de discriminação por gênero e cor tenha se reduzido no período, ainda foi possível observar grande parcela de desigualdade salarial, devido, principalmente, a persistência do fator discriminatório no mercado de trabalho da região Norte, tendo em vista a evolução do nível de escolaridade dos trabalhadores. Tal fato evidencia a necessidade de políticas que busquem a equidade dos atributos produtivos entre os trabalhadores, e que conscientizem a população para o combate ao preconceito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. S.; ALMEIDA, P. M. Diferenciais salariais e discriminação por gênero e raça no mercado de trabalho potiguar (2012). **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Natal, v. 1, n. 2, p. 8-23, 2014.

BECKER, G. S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in Human Beings, p.9-4, 1962.

BORJAS, G. **Labour Economics**. New York, New York. The McGraw-Hill Companies. 2010.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 17-18, p. 157-196, 2001.

CACCIAMALI, M. C., HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda-uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n.4, p.767-795, 2005.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; ROSALINO, J. W. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão? **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 33, p. 195-222, 2009.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. Desigualdade de rendimentos por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 331-350, 2007.

CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n.2, p. 185-210, 2004.

CHOW, G. C. Tests of equality between sets of coefficients in two linear regressions. **Econometrica**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 591-605, 1960.

CAVALIERI, C.; FERNANDES, R. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de economia política**, v. 18, n. 1, p. 69, 1998.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A Moderna Economia do Trabalho**. São Paulo, Makron Books, 2000.

GUEDES, M. C.; ARAÚJO, C. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. **Gênero**, Niterói, v. 12, n. 1, p. 61-79, 2011.

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2016.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa de Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 217-272, 1980.

LOVELL, P. A. Race, Gender, and Development in Brazil. **Latin American Research**, v. 29, n. 3, p. 7-35, 1994.

MAIA, K.; DEVIDE JUNIOR, A.; SOUZA, S. de C. I.; CUGINI, S. C. B. A mão de obra feminina no mercado de trabalho brasileiro: discriminação salarial por gênero. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 14, p. 30-53, 2015.

MINCER, J. **Shcooling, experience and earnings**. New York: NBER. 1974.

OAXACA, R. Male-Female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, v. 14, n. 3, 1973.

RAMOS, C. A. **Economia do trabalho: modelos teóricos e o debate no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SOARES, S. et al. Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais. International Policy Centre for Inclusive Growth, Brasília, DF, n. 50, abr. 2016.

SOUZA, S. C. I.; MAIA, K.; FIUZA-MOURA, F. K.; GOMES, M. R.; SILVA, R. J. Diferenças salariais por gênero e cor e o impacto da discriminação econômica. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 32-49, 2015.

WHITE, H. A Heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and direct test for heteroskedasticity. *Econometrica*, [S. l.], v. 48, n. 4, p. 817-838, 1980.

YUN, M. A simple solution to the identification problem in detailed wage decompositions. *Economic Inquiry*, [S. l.], v. 43, Issue 4, p. 766- 772, 2005.

_____. A simple solution to the identification problem in detailed wage decompositions. New Orleans: Tulane University, 2003. (IZA Discussion Paper, n. 836).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIRIGIDA À MULHER: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 04/08/2020

Mariana Ferrão Bittencourt

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia – Emescam
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6143969900712061>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8629-5115>

Silvia Moreira Trugilho

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia – Emescam
Vitória – Espírito Santo.
<http://lattes.cnpq.br/2312551073489897>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6248-6056>

RESUMO: Este artigo discute a violência doméstica dirigida à mulher no momento atual da sociedade brasileira, considerando o fato do Brasil ocupar a quinta posição no mundo entre os países com maior risco de feminicídio. Entre as medidas que foram realizadas para reduzir esses níveis, destaca-se a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/15) e políticas de proteção e de atenção às mulheres vítimas de agressão. Esse trabalho consiste em um texto de abordagem teórica com aplicação de método bibliográfico que objetiva tratar a violência doméstica dirigida às mulheres sob uma reflexão da realidade brasileira. Verifica-se que o país possui índices elevados e crescentes de violência, que podem ser compreendidos a partir da análise histórica e

estrutural da sociedade, marcada pelo machismo e patriarcalismo. Para o enfrentamento desse contexto, fazem-se necessárias políticas públicas para diminuição das desigualdades sociais, em especial de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Poder, Violência, Relações Interpessoais, Políticas Públicas.

DOMESTIC VIOLENCE AIMED AT WOMEN: A REFLECTION FROM BRAZILIAN REALITY

ABSTRACT: This article discusses domestic violence directed at women at the present time in Brazilian society, considering the fact that Brazil occupies the fifth position in the world among the countries with the greatest risk of femicide. Among the measures that were taken to reduce these levels, the Maria da Penha Law (Law nº 11.340 / 06), the Femicide Law (Law nº 13.104 / 15) and protection and care policies for women victims of aggression stand out. This work consists of a text with a theoretical approach with the application of a bibliographic method that aims to treat domestic violence directed at women under a reflection of the Brazilian reality. It appears that the country has high and growing rates of violence, which can be understood from the historical and structural analysis of society, marked by machismo and patriarcalism. To face this context, public policies are necessary to reduce social inequalities, especially gender.

KEYWORDS: Power, Violence, Interpersonal Relations, Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um problema que assola a sociedade brasileira, com significativa incidência na vida das mulheres, consequência de uma herança de relação social de gênero. A história brasileira é marcada por uma visão machista. O patriarcalismo sempre esteve presente na sociedade, desde o período colonial, em que a mulher era responsável pelos cuidados da casa e pela educação de sua prole. Esta é uma visão que existe até hoje, mesmo depois das conquistas femininas do século XIX, que as inseriram no mercado de trabalho.

Segundo Pifani (2007), a violência contra a mulher apresenta estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Tais relações estão mediadas por uma ordem patriarcal proeminente na sociedade brasileira, a qual atribui aos homens o direito a dominar e controlar suas mulheres, podendo em certos casos, atingir os limites da violência. Embora as mulheres tenham alcançado direitos de igualdade com os homens, essa realidade ainda continua presente no cotidiano feminino associada ao patriarcalismo, ao machismo, às noções de masculinidade, virilidade e defesa da honra. Aludidos valores ainda estão muito impregnados culturalmente e contribuem para a ocorrência desse tipo de violência.

Dados contidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019) revelam que em 2018, 4.069 mulheres foram assassinadas no país. Dessas, 1.206 foram vítimas de feminicídio, ou seja, morte de mulheres em razão do gênero. Entretanto, o anuário expõe que ainda há muita subnotificação dos feminicídios, visto que as pesquisas demonstram que uma minoria ínfima de mulheres vítimas de violência doméstica acessa os órgãos de segurança pública. Além disso, o Atlas da Violência demonstra que houve aumento de homicídio de mulheres de 30,7% no período entre 2007 e 2017. Dito de outra forma, em média são 13 assassinatos de mulheres por dia em 2017 (CERQUEIRA et al., 2019).

Além disso, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2018), os tribunais de justiça de todo o país movimentaram 13.825 casos de feminicídio em 2017. Ressalta-se que esses índices envolvem apenas violência que acabou em morte, ou seja, o número de casos de violência à mulher é muito maior do que o mensurado. Quadra registrar nesse sentido, com base em dados publicados no site do Relógios da Violência do Instituto Maria da Penha (2020), a cada 2 segundos, uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil.

Em razão do alto índice de violência contra a mulher, muitas políticas públicas foram gradativamente tomadas para reduzi-lo. A primeira medida foi a reunião, em 1979, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que adotou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Posteriormente, em 1994, foi realizada a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, também chamada de Convenção de Belém do Pará (Decreto nº 1.973/96). Esta

conceituou a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Em 2006, foi criada no Brasil a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006), que define “toda violência doméstica como crime” e que deve ser apurada por inquérito policial e informada ao Ministério Público para atuar no caso. Para dar suporte a lei e julgar os crimes, foram criados os Juizados Especiais de Violência Contra a Mulher. Mais recentemente, em 2015, passou a vigorar a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015), que passou a prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o incluiu no rol de crimes hediondos.

Entretanto, mesmo com tais medidas, o problema da violência continua e em altos índices. Importante registrar que houve 49.607 homicídios de mulheres no Brasil no recorte entre 2007 e 2017. Com o sancionamento da lei 11.340/06, verificou-se que de uma taxa de crescimento de 2,5% de homicídios de mulheres por ano de 1980 a 2006 caiu para 1,7% por ano de 2006 a 2013. No entanto, percebe-se que o número continuou crescendo mesmo com o advento das novas leis. Em 2017 a taxa foi de 4,7, com aumento 5,4% do ano de 2016 e aumento de 20,7% comparado aos últimos dez anos (CERQUEIRA et al., 2019). Conforme Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), o Brasil ocupa o 5º lugar dos países que mais matam mulheres.

Conhecer e discutir os elevados índices de violência doméstica dirigida à mulher mostra-se relevante para a implantação de políticas públicas de proteção e atenção às mulheres vítimas de agressão por seus parceiros íntimos. Isso em razão de que a cultura machista ainda presente no Brasil, aliada a motivos como dependência econômica e emotiva, resulta na permanência de assimetria de poder entre homens e mulheres, causando exclusão das mulheres na sociedade, o que precisa ser combatida por meio de programas sociais que protejam as mulheres e contribuam para afirmação dos seus direitos e participação na sociedade.

Nesse contexto, o presente trabalho tem o objetivo de tratar a violência doméstica dirigida às mulheres sob uma reflexão da realidade brasileira. Para tanto, consiste em um texto de abordagem teórica com aplicação de método bibliográfico, feito a partir de busca na base de dados online Scielo, embasado nos descritores “poder”, “violência”, “relações interpessoais” e “políticas públicas”.

2 | TECENDO FIOS ENTRE A REALIDADE BRASILEIRA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

O Brasil possui índices elevados de violência, que é consequência de diferentes fatores ligados à sociedade, à cultura e à organização estrutural do Estado, o que resulta em muitos males sociais. Assim, faz-se necessário medidas que diminuam os níveis de violência, em especial políticas públicas para o grupo social diretamente atingido.

Cerqueira et al. (2018) refere a partir do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que, nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. A situação mais agravante está no Norte e Nordeste do Estado. Além disso, em cenário mundial, o continente americano é o que possui a maior taxa de homicídios, em especial a América do Sul. Com base em dados de óbitos causado por agressão mais intervenção legal da Organização Mundial da Saúde (OMS), a América ultrapassou a África a partir de 2007.

Ademais, lamentavelmente, o Brasil e a Colômbia têm a maior taxa da América do Sul de homicídios por 100.000 (cem mil) habitantes. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está em 14^a (décima quarta) posição, com taxa de 25,1, frente ao índice mundial de 8,2 em 2012. Mas, segundo a OMS, os dados são mais pessimistas para o Brasil, que está na quinta posição mundial, mantendo-se com taxa de 28,6 nos anos 2011-2013, frente a taxa mundial de 7,9 deste último ano e 8,4 nos dois anos anteriores. Registra-se também que o número de óbitos por ano aumentou no Brasil desde 2006 a 2016, antes de aproximadamente 50.000 subiu para mais de 60.000.

Incontestável que a violência brasileira atinge elevados índices e, pior, são crescentes. Isso revela uma naturalização do fenômeno, bem como a premência de ações compromissadas e efetivas por parte das autoridades nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal (CERQUEIRA et al., 2018).

A discussão da violência brasileira leva à análise histórica e estrutural do mundo, que verifica a inauguração da era moderna como momento transformador do Estado e da sociedade. O capitalismo ascende-se e se mantém, em especial com o fim da 2^a Guerra Mundial e consequente vantagem global dos Estados Unidos, bem como sua cultura, ideal individualista e política neoliberal.

No âmbito das relações internacionais, a hegemonia dos Estados Unidos alimentou o imperialismo americano e repercutiu na soberania dos países de política e economia mais frágeis. Isso foi favorecido também pelas inovações tecnológicas, que diminuí o tempo e espaço, bem como facilitou a comunicação e, assim, permitiu a globalização. Qualquer nação que resiste aos ideais americanos sofre forte pressão, ameaça e até mesmo confronto bélico, o que produz efeitos deletérios nas funções dos Estados, como, por exemplo, na manutenção da ordem interna e no uso legítimo da força, como referem Gentili, Mongim e Gomes (2004).

Conforme os mesmos autores (2004), esses confrontos também estão ligados aos interesses das indústrias bélicas e demais setores da economia das quais o Estado americano podem obter ganhos. Quadra registrar que nesse campo os Estados Unidos desenvolveram uma agressiva política contra mecanismos protecionistas dos produtos alheios, frente a proteção dos seus.

A globalização gerou um novo mercado, que permitiu a comercialização com empresas transnacionais e novos atores internacionais não estatais, desde grandes

corporações transnacionais, grupos de pressão e de interesses internacionais, a partidos políticos, grupos ideológicos, sindicatos e religiões. No entanto, também surgem diferentes formas de organizações ilícitas, que vão das tradicionais “máfias” às recentes organizações de tráfico de droga, de armas e os novos mecanismos de “lavagem de dinheiro”. Importa registrar que essas atividades ilegais, como a logística de produção e a distribuição de drogas, mobilizam importante volume de capital, estabelecendo uma simbiose da “narcoeconomia” (GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004).

Ações destinadas à legitimação do dinheiro obtido pelas operações ilegais nas chamadas “lavagem de dinheiro”, são muito difíceis de serem precisadas. Podem variar entre cifras de US\$ 1 trilhão, US\$ 1,5 trilhões a US\$ 2,85 trilhões em todo o mundo do crime organizado. Para outros analistas, a variação pode ser mais elástica. Poderia variar de 2% a 5% do PIB mundial (FREITAS JÚNIOR apud GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004, p. 47).

Além disso, a evolução do comércio de drogas demonstrou ter relação com as questões estruturais, como pobreza, determinantes populacionais e investimentos públicos, visto que sua expansão se encontra nos segmentos mais pobres da sociedade. Assim, enquanto os países ricos distribuem e consomem a droga, os pobres ou em desenvolvimento são os produtores. O Brasil enfrenta problemas nas duas pontas, devido sua acentuada desigualdade social (GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004).

Nesse sentido, as raízes da violência estão nas diversas desigualdades sociais, como de classe, etnia, religião e gênero. Assim, o mesmo princípio que direciona à produção de riqueza, integração social e cultural, também é gerador de diversidade, exclusão e desintegração.

A mesma lógica que leva à fabricação de riquezas, bens sociais, culturais e integração social, leva também à desigualdade, desintegração, diversidade, tensões e a exclusão. Cria a fruição e o desencanto. Comércio, indústria, serviços, transporte, lazer, festividade, beleza, conforto e qualidade de vida convivem com a exclusão, desigualdade, furto, roubo, seqüestro, estupro, tráfico de drogas, de órgão, assassinatos, terrorismo, etc. (GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004, p. 51).

A origem desse quadro verificasse na primeira onda industrializante no mundo, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII, na qual surge o fenômeno denominado “pauperismo”. As desigualdades sociais e a polarização entre ricos e pobres são antigas, todavia, nas sociedades precedentes à sociedade capitalista, a pobreza relacionava-se a um quadro de escassez, determinado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais. Por sua vez, atualmente, nesse novo contexto capitalista, está conectada a redução da situação de escassez, ou seja, a pobreza cresce na razão direta em que aumenta a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2012).

Netto (2012) também afirma que nesse cenário surge a expressão “questão social” para designar os desdobramentos sócio-políticos do pauperismo. Ela expressa o

pensamento conservador referente a não conformação dos pauperizados com sua situação, o que resultou em protestos na primeira metade do século XIX, como o manifesto “luddista” e a constituição das “trade-unions”.

A manifestação da “questão social”, causada pela acentuada desigualdade econômica e social, pelo desemprego, fome, doenças, desproteção na velhice etc., passam a ser naturalizadas. A “questão social” é então vista como desdobramento natural na sociedade moderna e burguesa capaz de apenas amenizá-las através de um ideário reformista, que não problematiza estruturalmente a ordem econômico-social estabelecida – são “características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte ‘científico’)” (NETTO, 2012, p. 204).

De acordo com Gentili, Mongim e Gomes (2004), a desigualdade social influencia na interação social e no sentimento de utilidade frente a sociedade, o que também é relevante para a criminalidade. Isso também explica a disseminação da violência entre os jovens pobres e de baixa escolaridade, pois tem poucas condições de competirem no mercado de trabalho formal, acabam por recorrer a violência em troca da recompensa econômica e também político-social. Dessa forma, a violência acaba por gerar e ser alimentada por mais violência, seja pelos que já estão neste meio, seja pelo Estado na busca da solução.

Observa-se que os mesmos fundamentos são verificados com a violência doméstica dirigida à mulher, tanto sob o aspecto histórico quanto estrutural. Desde o início da história ocidental a mulher ocupa um status inferiorizado na hierarquia de poder na sociedade frente a posição privilegiada do homem. Assim, é explícita na sociedade as marcas do machismo e patriarcalismo. Este configura-se como forma de opressão e violência, bem como revela as assimetrias de poder existentes entre os sexos. A mulher sempre foi submissa, subjugada e, quando não, coisificada. Assim, ela é vista como a responsável pelas atividades domésticas, enquanto o homem sempre foi compreendido como o provedor econômico.

Nas sociedades ocidentais verifica-se historicamente a tendência de o homem ditar o que é ser mulher. Nesse sentido, Beauvoir (1990) afirma que o sexo feminino é marcado no interior do discurso masculino, este as determina e faz isso de modo que os enaltece. Essa identidade formada por fatores culturais é a origem da hierarquia injustificada de poder. Assim, Buglione (2000) diz que da inferioridade sexual e intelectual da mulher, do seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos decorre conseqüentemente uma definição de função e de papel - a mulher esposa, mãe e guardiã da casa. Percebe-se que a sociedade e a cultura machista limitam a mulher ao espaço privado e do lar, afastando-as da ciência e categorias superiores na hierarquia de poder.

A sociedade a faz acreditar que o espaço doméstico atribuído às mulheres deriva de suas aptidões naturais para serem mães. Como resultado, há a invisibilidade do trabalho doméstico e a desvalorização do indivíduo que o exerce (FLECK; BINARTE; MELLO, 2018).

Dessa forma, pela divisão sexual do trabalho, “definem-se o que é um homem ou uma mulher, o que é ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 66). Logo, o trabalho feminino concentra-se no que é socialmente desvalorizado.

Essa desvalorização está presente tanto no trabalho que é exercido no lar, como no mercado de trabalho, desde quando se inseriram neste, no final do século XIX. Nesse momento, em sua maioria, as mulheres trabalhavam na manufatura e no setor terciário, que, tradicionalmente, eram menos bem pagas que os homens, além de ocupar funções subalternas (HOBSBRAWM, 1995). Observa-se que a diferença salarial entre os sexos se perpetua ainda hoje, o que se prova pelos dados divulgados pelo IBGE (2019) ao apontar que as mulheres recebem 20,5% menos que os homens no Brasil.

Em razão dessa cultura de dominação do sexo, é constante a violência moral, física, sexual e psicológica no ambiente familiar submetendo a mulher ao papel de vítima. Essa violência ocorre geralmente no sentido homem contra mulher, justamente pela relação historicamente desigual, além da fragilidade própria da mulher. Assim, o feminino encontra-se em um lugar definido de antemão como lugar de vulnerabilidade, sendo este um atributo da vítima desta violência doméstica (SARTI; BARBOSA; SUAREZ, 2005). Isso explica por que a violência de gênero é também chamada de violência contra a mulher, ou doméstica e sexual.

De acordo com dados do Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2019), do total de homicídios contra mulheres, 39,3% ocorrem dentro da residência, que indicam ser casos de feminicídios íntimos, decorrente da violência doméstica, não considerando aqui os óbitos em que o local do incidente era ignorado. Além disso, em 88,8% dos casos de feminicídio o autor era companheiro ou ex-companheiro da vítima (FBSP, 2019).

Importa dizer que a submissão feminina está presente também nas legislações brasileiras, o que demonstra sua característica estrutural. Para analisar os antecedentes até o surgimento da Lei Maria da Penha e da Lei de Feminicídio, aponta-se de início o Código Civil de 1916, que falava em pátrio poder e não em poder familiar, como passou a ser utilizado somente com a Constituição Federal de 1988. Pelo pátrio poder, a mulher deve obediência ao marido, quem pode lhe exigir e inclusive a castigar se desobedecido (FONSECA, 2010). Além disso, cumpre ressaltar que esse código é relativamente recente, pois somente em 2002 foi substituído pelo Código Civil atual.

Tempos depois, foi promulgada a lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, que surgiu para regulamentar a situação jurídica da mulher casada. Essa lei, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, retira a mulher da situação de parcialmente incapaz, atribuindo-lhe capacidade civil plena. No entanto, o marido ainda continuava com a chefia da sociedade conjugal.

Em seguida, surgiu a lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, conhecida como Lei do Divórcio, que propiciou a liberdade na dissolução do casamento. A partir desse momento, as

mulheres começaram a relatar as violências sofridas por seus ex companheiros, entretanto registra-se que nessa época ainda havia a tese de legítima defesa da honra, que gerava impunidade de muitos agressores.

No ano de 1985, surgiu a primeira delegacia da mulher voltada para violência doméstica, porém, ainda não havia previsão normativa para este crime no ordenamento brasileiro. Passou a estar previsto juridicamente tão somente na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Assim, a Constituição Federal passou a conter no artigo 226, §8º, o dever do Estado de assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Além disso, um fato relevante foi o recebimento de petição sobre o caso Maria da Penha Maia Fernandes - que posteriormente deu nome a Lei - pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1997. Em 1999, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher solicita à OEA que acolha as denúncias contra o Brasil. Em seguida, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA admoesta o governo brasileiro pela negligência e omissão, ou seja, o Brasil é repreendido internacionalmente.

Desde agosto de 2006, a supracitada violência é regulada pela Lei nº 11.340/06, também referenciada como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos que buscam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse diploma legal traz o conceito de violência doméstica, bem como esclarece e exemplifica alguns de seus tipos: deve causar lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto.

Em março de 2015 foi promulgada a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015), que altera o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990), para incluir o feminicídio no rol de crimes hediondos. A norma considera feminicídio quando o assassinato ocorre em razão da condição de sexo feminino quando em situação de violência doméstica e familiar ou de menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Ademais, antes da promulgação e vigência da Lei Maria da Penha, outras medidas políticas e instrumentos legislativos internacionais, já existiam para combater essa violência, em especial devido aos seus níveis sempre elevados. Algumas das providências foram as Convenções Interamericanas ratificadas pela República Federativa do Brasil, tais quais a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

No entanto, embora alguns avanços na intenção de coibir a violência dirigida à mulher, bem como a criação de mecanismos de proteção às vítimas, há um longo percurso para sua erradicação, pois ainda se verifica o alto índice de agressões às mulheres e de feminicídios, o que revela que a sociedade brasileira necessita mudar padrões e valores

que permeiam as relações de gênero. Essa temática revela ainda mais relevância no Brasil com a ascensão ao poder de um grupo social que cultua os valores do machismo e do ódio aos diferentes, exteriorizando o pensamento ainda de muitos entre a sociedade, o que representa um ingrediente a mais para o aumento da violência contra as mulheres.

3 | CONCLUSÃO

Após essas breves reflexões, verifica-se que a realidade brasileira é marcada por índices elevados e crescentes de violência, que pode ser compreendida a partir da análise histórica e estrutural da sociedade, que inclui a expansão dos valores americanos quanto ao capitalismo, individualismo e neoliberalismo e as diferentes desigualdades sociais. Assentada nesse contexto, a violência doméstica dirigida à mulher está enraizada na cultura machista e patriarcal brasileira, que confere à mulher uma posição inferior frente ao poder do homem. Observa-se, portanto, a diminuição da violência e dos males sociais causados por ela como um desafio para o governo e a sociedade civil, que não será alcançada se não houver políticas públicas para diminuição das desigualdades sociais, em especial de gênero, e medidas de proteção e atenção às mulheres.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF

_____. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Decreto-Lei nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Belém, PA.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora do Direito Penal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 38, jan. 2000. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/946/a-mulher-enquanto-metaphora-do-direito-penal>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea/ FBSP, 2018.

_____. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: Ipea/ FBSP, 2019.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. de M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha.** Brasília, 2018.

FLECK, C. F.; BIDARTE, M. V. D.; MELLO, E. M. B.. Para o lar: as mulheres que deixaram o mercado de trabalho para se dedicarem à casa e à família. **Gênero**. Niterói, v.19, n.1, p. 6-24. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31289>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FONSECA, Paula Schiavini da. **Histórico da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 20 nov. 2010. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29638&seo=1>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Ano 13, ISSN 1983-7364. 2019. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/12o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2017/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

GENTILLI, R. de M. L.; MONGIM, A. B.; GOMES, A. Repercussões da Nova Ordem na Ecloração da Violência. **Emancipação**, 4(1), p. 35-59, 2004.

HOBSBAWM, E. J.. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Diferenças cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% a menos que homens. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>>. Acesso em 28 abr. 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Relógio da Violência. 2020. Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>>. Acesso em: 17 abr 2020.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**. Vitória (ES), v. 4, n. 1, p. 202-222, 2012.

PIFANI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medida protetivas na contemporaneidade. **Histórica**, n. 21, mai. 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2014.

SARTI, C.; BARBOSA, R.; SUAREZ, M. O atendimento de emergência a corpos feridos por atos violentos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 107-126, 2005

WASELFSZ J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília (DF): FLACSO; 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 10 abr. 2018.

MÃES NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE ACERCA DO HABEAS CORPUS 143.641

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 04/09/2020

Lorena Monteiro Silva

Centro Universitário Tiradentes- UNIT
Novo Lino- AL
<http://lattes.cnpq.br/8769473731462065>

Letícia Francielly Farias Ferreira

Centro Universitário Tiradentes- UNIT
Marechal Deodoro- AL
<http://lattes.cnpq.br/0107674986602019>

Mayara Toledo da Silva

Centro Universitário Tiradentes- UNIT
São Luís do Quitunde- AL
<http://lattes.cnpq.br/4002941207870002>

RESUMO: No dia 20 de fevereiro de 2018, foi julgado pela segunda turma do STF (Supremo Tribunal Federal) o Habeas Corpus nº 143.641, do qual determinou, em caráter coletivo, a conversão da prisão cautelar, pela domiciliar, em favor de todas as mulheres gestantes, puérperas ou que fossem mães de crianças ou dependentes. Tal decisão buscou dar efetividade ao previsto no art. 318, IV e V do código penal, assim como ao art. 117 da Lei de Execução Penal. O julgado pode ser considerado como um marco histórico, visto a crise perpassada pelo sistema carcerário feminino nos últimos ano, seja em sua estrutura física ou no campo formal, onde a quebra de direitos já sedimentados por lei são demasiados. **Objetivos:** Averiguar as consequências fáticas resultantes do novo

entendimento, verificando o seu cumprimento pelo poder judiciário. **Metodologia:** a pesquisa foi desenvolvida através do método qualitativo de caráter exploratório, do qual fez-se uma análise de dados e levantamento bibliográfico.

Resultados: uma pesquisa realizada em 2017 pelo INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) concluiu que, no Brasil, cerca de 74% das mulheres possuem pelo menos um filho, dentre elas, aproximadamente, 350 estão em fase de amamentação e 536 estão gestantes. Entretanto, mesmo os números sendo abrangentes, poucas são as detentas respaldadas pelo Habeas Corpus coletivo, vez que, os juízes e tribunais têm demonstrado uma resistência quanto a sua aplicabilidade. O Estado do Mato Grosso do Sul, é um exemplo, pois, das 448 presas, apenas 68 foram beneficiadas (COELHO, 2018). Desse modo, vê-se a continuidade na submissão das mulheres destinatárias dessa decisão em conviver em um ambiente nocivo, com seus direitos negligenciados, em razão do encarceramento massa.

PALAVRAS-CHAVE: Cárcere feminino, Habeas corpus, prisão domiciliar.

MOTHERS IN JAIL: AN ANALYSIS ABOUT HABEAS CORPUS: 143.641

ABSTRACT: On February 20, 2018, Habeas Corpus No. 143,641 was judged by the second class of the Supreme Court (Supreme Federal Court), which determined, collectively, the replacement of the precautionary prison by the home, in favor of all women who are pregnant, who have recently given birth or who are mothers of children or dependents. This decision sought

to give effectiveness to the provisions of art. 318, IV and V of the penal code, as well as art. 117 of the Criminal Execution Law. The judgment can be considered as a historic landmark, given the crisis that has been pervasive by the female prison system in recent years, either in its physical structure or in the formal field, where the breach of rights already established by law is too many. **Objectives:** To investigate the factual consequences resulting from the new understanding, verifying its compliance by the judiciary. **Methodology:** the research was developed through an exploratory qualitative method, from which a data analysis and bibliographic survey was carried out. **Results:** a research carried out in 2017 by INFOPEN (National Survey of Penitentiary Information) concluded that, in Brazil, about 74% of women has at least one child, among them, approximately 350 are breastfeeding and 536 are pregnant, however, even though the numbers are comprehensive, few are supported by the collective Habeas Corpus, since, the judges and courts have shown resistance to its applicability. The State of Mato Grosso do Sul is an example, because of the 448 inmates, only 68 were benefited. In this way, we see the continuity in the submission of women who are the recipients of this decision to live in a harmful environment, with their rights neglected, due to the mass incarceration.

KEYWORDS: female prison, Habeas Corpus, house arrest.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto- Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 set. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 22 de out. 2019.

BRASIL. **Lei nº7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 22 de out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias– INFOPEN MULHERES**. 2 edição, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/inopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

COELHO, G. **Lewandowski determina acompanhamento de HC coletivo a presas mães**. Revista Consultor Jurídico - Conjur, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-24/ministro-cobra-cumprimento-hc-coletivo-presas-filhos>>. Acesso em: 07 de set. 2019.

CRUVINEL, T. V. **A violação aos Direitos Humanos das gestantes no Sistema Penitenciário Feminino Brasileiro**. 2018. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2018.

MENDES, G. **Maternidade livre, direitos efetivados- O Habeas Corpus coletivo 143.641**. Revista Consultor Jurídico- conjur, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-07/observatorio-constitucional-maternidade-livre-direitos-efetivados-hc-coletivo-143641>>. Acesso em: 01 set. 2019.

SABINO, B. P. **Possibilidade de prisão domiciliar para mulheres grávidas e com filhos até doze anos**. 2019. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2019.

TORRES, N. G . ALMEIDA, M. A. D. **Habeas corpus 143.641 e os problemas do encarceramento feminino no brasil**. Disponível em: <<https://Periodicos.Uff.Br/Revistagenero/Article/View/38497>>. Acesso em: 22 de set. 2019.

EXCLUSIÓN FINANCIERA, USO DE FUENTES NO FORMALES DE FINANCIAMIENTO E INFORMALIDAD EN LOS COMERCIANTES MAYORISTAS DE COLOMBIA. EL CASO DE CORABASTOS

Data de aceite: 01/11/2020

Carlos Julio Moreno

FINAGRO, Profesional Máster, Bogotá-
Colombia
<https://orcid.org/0000-0002-4557-9509>

Sindy Carolina Díaz Perdomo

Máster en Banca y Finanzas - Universidad de
la Coruña
<https://orcid.org/0000-0001-9863-2409>

Cristian Orlando Avila Quiñones

Universidad Nacional Abierta y a Distancia-
UNAD. Docente de ECACEN- Administración
de Empresas.
<http://lattes.cnpq.br/1092922705968851>
<https://orcid.org/0000-0003-3941-7631>

RESUMEN: Este documento analiza la exclusión financiera, el uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad en los comerciantes mayoristas de alimentos en CORABASTOS. Los datos se recolectaron en campo mediante el empleo de un cuestionario estructurado y a partir de estos se estimó la relación de la exclusión financiera respecto al uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad en la central de abastos mediante modelos tipo Probit. Los resultados muestran que las variables: uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad no explican, de manera simultánea, la exclusión financiera, pero si lo hacen de forma separada. De otra parte, la edad, la escolaridad y la tenencia de garantías

explican el acceso al crédito formal; mientras que variables como el uso de efectivo para transacciones y el uso de alternativas informales de financiamiento son significativas para explicar la tenencia de cuentas bancarias.

PALABRAS CLAVE: Informalidad, exclusión financiera, racionamiento de crédito, fuentes no formales de financiamiento, modelo probit.

FINANCIAL EXCLUSION, USE OF NON-FORMAL SOURCES OF FINANCING AND INFORMALITY IN WHOLESALE MERCHANTS IN COLOMBIA. THE CORABASTOS CASE

ABSTRACT: This document analyzes financial exclusion, the use of non-formal sources of financing and informality in wholesale food merchants in CORABASTOS. Data were collected in the field through the use of a structured questionnaire and based on these, the relationship of financial exclusion with respect to the use of non-formal sources of financing and informality in the supply center was estimated using Probit-type models. The results show that the variables: use of non-formal sources of financing and informality do not simultaneously explain financial exclusion, but they do so separately. On the other hand, age, schooling and the holding of guarantees explain access to formal credit; while variables such as the use of cash for transactions and the use of informal financing alternatives are significant to explain the holding of bank accounts.

KEYWORDS: Informality, financial exclusion, credit rationing, non-formal sources of financing, probit model.

1 | INTRODUCCIÓN

Las plazas de mercado y las centrales de abastos se caracterizan por la presencia de altos niveles de informalidad, tanto en sus relaciones comerciales, como en las relaciones laborales y por el alto porcentaje de utilización de efectivo durante buena parte de la operatividad de los negocios (Fajardo, et. al., 2018; Puerto, et. al., 2014). Así mismo, por el bajo cumplimiento de normas regulatorias como el pago de parafiscales, la elevada proporción de negocios que no cuentan con su respectivo registro mercantil vigente y el poco o nulo manejo de contabilidad formal (Cárdenas y Rozo, 2009).

En lo relacionado con la exclusión financiera, parte de los comerciantes ubicados en estos lugares, no identifican plenamente los beneficios del uso de los servicios financieros regulados para el mejoramiento de su negocio, por lo que se ven incentivados a autoexcluirse del sistema. Los comerciantes, sean excluidos o autoexcluidos del sistema bancario, terminan haciendo uso de fuentes financieras no supervisadas, para financiar necesidades de liquidez del negocio o para satisfacer faltantes de liquidez personales.

En Colombia no se ha desarrollado una investigación que analice y vincule las variables de exclusión financiera, el uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad que subyacen en la operatividad de las centrales de abastos. Por tal motivo, y siendo CORABASTOS la central más importante del país y desde la cual se abastecen las demás plazas de mercado locales y regionales de Bogotá, el objetivo de este documento es analizar la exclusión financiera, el uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad en los comerciantes mayoristas de alimentos de la central de abastos mencionada.

La hipótesis de investigación es que la exclusión financiera de los comerciantes mayoristas de alimentos de CORABASTOS está positivamente relacionada con la informalidad y el uso de fuentes de financiamiento no formales; para hacer dicha comprobación se toma como variable dependiente la exclusión financiera en función de las variables independientes: informalidad y el uso de fuentes no formales de financiamiento.

2 | FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA Y CONCEPTUAL

2.1 Racionamiento de crédito

Jaffee & Stiglitz (1990) separan la literatura del racionamiento de crédito en dos partes. La primera, se relaciona con los planteamientos de las imperfecciones del mercado de crédito, y la segunda literatura es aquella cuya fundamentación teórica se centra en la existencia de información imperfecta en los mercados. Jaffee & Stiglitz (1990), indican que las primeras referencias sobre crédito racionado se encuentran en la obra de Adam Smith cuando analiza el uso de techos de usura para los créditos. Históricamente, estos autores sitúan los análisis previos de las imperfecciones del mercado de crédito, en la escuela de la

disponibilidad¹, que dio sus orígenes a finales de la segunda guerra mundial y que estuvo vigente hasta los años 50 del siglo XX.

En lo pertinente a la segunda clasificación, esta encuentra sus fundamentos en el trabajo seminal de Akerlof (1970), quien analiza el mercado de los autos usados en los Estados Unidos, bajo la existencia del riesgo moral y la selección adversa; en donde el riesgo moral hace referencia al comportamiento oportunista de una parte a costa de la otra, a causa de que esta última no puede observar sus actuaciones o conductas; por su parte, la selección adversa se relaciona con la dificultad que tiene una de las partes, para distinguir la calidad de un bien o servicio, debido a que su contraparte dispone de más información que la otra sobre lo que se está transando.

Finalmente, apareció el trabajo de Stiglitz & Weiss (1981) que plantea que las tasas de interés son incapaces de igualar la oferta y demanda de fondos prestables, por lo que existe un racionamiento de crédito, de equilibrio, en donde los bancos no están incentivados a otorgar créditos, aún si las tasas se elevan por encima de las del mercado (Brito, 1995). Es decir, ante excesos de demanda el banco no prestará, aunque los individuos ofrezcan pagar mayores tasas de interés.

En este modelo el banco interpreta que los prestamos otorgados a este tipo de prestatarios presentan un mayor riesgo que el préstamo promedio otorgado al tipo de interés vigente, por lo que el rendimiento esperado de la entidad bancaria sería menor a los rendimientos de los préstamos vigentes (Stiglitz & Weiss, 1981). Es decir, el banco se fija en la calidad de los préstamos ya que esta afecta sus beneficios, en tanto que los prestatarios más riesgosos aumentan la probabilidad de incumplimiento en el pago de los créditos concedidos (Figueroa, 2011).

En este sentido Stiglitz & Weiss (1981) definen que, si un individuo toma prestado una cantidad B , y la tasa de interés es \hat{r} , el individuo incumple su préstamo si la devolución R más la garantía C es insuficiente para pagar la cantidad prometida, es decir:

$$C + R \leq B(1 + \hat{r}) \quad (1)$$

Donde: C : garantías. R : flujos de caja del proyecto de inversión. B : préstamo concedido. \hat{r} : Tipo de interés del préstamo. Así el retorno neto del prestamista $\pi(R, \hat{r})$ el cual se puede escribir como:

$$\pi(R, \hat{r}) = \max(R - (1 - \hat{r})B; -C) \quad (2)$$

1. Esta escuela sostenía que el crédito se restringe únicamente por el agotamiento de recursos, los cuales están sujetos a la expansión o contracción de la cantidad de dinero que hace el Banco de la República; es decir, las tasas de interés funcionan como reguladores perfectos del mercado y, si existe el no otorgamiento de crédito a las personas o empresas por razones diferentes al mecanismo de tasas, entonces hay racionamiento de crédito.

El retorno para el banco es:

$$p(R, \hat{r}) = \min (R+C; B(1-\hat{r})) \quad (3)$$

Esto indica que el prestatario debe devolver la cantidad prometida o el máximo que puede pagar ($R + C$).

Stiglitz & Weiss (1981) suponen la existencia de dos grupos de prestatarios, uno que tomará prestado a las tasas menores a \hat{r}_1 (grupo seguro) y el grupo arriesgado que tomará préstamos a tasas por encima de \hat{r}_1 . Cuando los tipos de interés son moderados $\hat{r} < \hat{r}_1$, los dos grupos demandan crédito, hasta cuándo $\hat{r} = \hat{r}_1$, pero si el tipo de interés supera el nivel \hat{r}_1 todos los clientes seguros desaparecen, por lo que el rendimiento esperado de los créditos se reduce como se muestra en la figura 1.

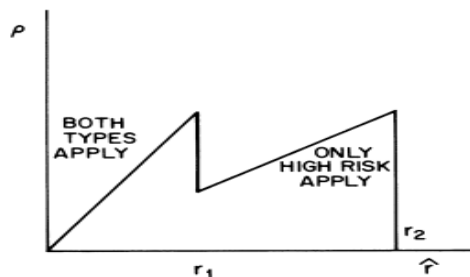


Figura 1. Tasa de interés óptima r_1 . Fuente: (Stiglitz & Weiss, 1981).

En este sistema, los bancos al tratar de tener mayores rentabilidades con aumentos de tasas, lo que hacen es que los buenos deudores se retiren del mercado y se queden los de alto riesgo demandando una mayor cantidad de saldos prestables, pero la demanda efectiva es menor a la que estaba antes del aumento de tasas. De esta manera, los aumentos en la tasa de interés de los créditos bancarios se traducen en una reducción en volumen de otorgamiento de créditos y una menor población atendida.

Bajo el modelo de Stiglitz & Weiss (1981), cualquier perturbación o política monetaria que afecte la oferta de crédito, la decisión del banco no es afectar los tipos de interés, sino que él, lo que hace es dar más o menos crédito (racionar). Las oscilaciones del crédito se reflejan en oscilaciones de los niveles de inversión, lo que lleva a oscilaciones en la demanda, y en consecuencia aparecen las oscilaciones de la economía.

2.2 Exclusión financiera

El término exclusión financiera surgió en los años 90, debido al limitado acceso físico de la población a los servicios bancarios, por el cierre repentino de sucursales bancarias en Estados Unidos y Gran Bretaña, registrado en los inicios de la década (Leyshon &

Thrift, 1995). Así, la exclusión financiera se refiere al proceso mediante el cual las personas presentan dificultades para acceder al uso de servicios y/o productos financieros que sean apropiados a sus necesidades, y les permita llevar una vida normal en la sociedad donde pertenecen (Martínez, et. al., 2016; Zubeldía, et. al., 2008; Thoene & Turriago, 2017).

2.3 Fuentes Informales de financiamiento

La ASOBANCARIA² define el crédito informal como aquellos “préstamos realizados por prestamistas informales como los “gota a gota”, casas de empeño, grupos de autoayuda y cadenas, así como los préstamos pactados entre miembros de la familia y amigos”. Bajo este contexto, en los trabajos de Raccanello (2013), Hernández y Oviedo (2016) y Asbanc (2013) resaltan algunas formas de financiamiento informal que son utilizados por las personas o empresas que enfrentan racionamiento o exclusión crediticia:

Los préstamos de amigos y relacionados, en donde las personas acuden por liquidez a su familia o allegados; cadenas de ahorro, en donde las personas reúnen cantidades de dinero en periodos preestablecidos de tiempo, que son entregados por subasta o sorteo a cada uno de los integrantes del grupo en orden de asignación; crédito de proveedores, utilizado por las empresas que otorgan un término de tiempo para el pago total de insumos, maquinarias, suministros, entre otros, a sus compradores; casas de empeño o prenderías, las cuales se dedican a realizar préstamos prendarios, consistentes en la entrega de sumas de dinero a cambio de cualquier objeto de valor que garantice la devolución del crédito más los intereses; agiotistas o gota a gota, aquí los préstamos se otorgan de forma personal e incluyen el cobro de tasas de interés, generalmente elevadas.

2.4 Informalidad

De acuerdo con la definición dada por Bruton, et. al., (2012), las firmas informales son aquellas cuyos ingresos se derivan de actividades legales, pero que no cuentan con ningún tipo de registro obligatorio ante las entidades gubernamentales. Esta definición incluye las empresas de todos los tamaños. Por lo que, la informalidad en este trabajo es entendida como aquellas unidades productivas que actúan bajo el incumplimiento, parcial o total de las normas que las regulan, en especial la no tenencia del Registro de Cámara y Comercio vigente, véase para más información a Pratap & Quintin (2006).

3 | METODO

Para el desarrollo metodológico se empleó un diseño de investigación de carácter descriptivo correlacional para determinar la relación de la exclusión financiera frente a la informalidad y el uso de fuentes no formales de financiamiento. Teniendo en cuenta la ausencia de datos sobre las variables de interés, se hizo uso de la entrevista a través de un cuestionario estructurado para el levantamiento de información, que permitió la

2. Definición tomada de ASOBANCARIA. Véase: <http://www.asobancaria.com/sabermassermas/credito-informal/>

elaboración de la base de datos a utilizar en las estimaciones econométricas. Es de resaltar que la recolección de información en campo permitió, por un lado, la captura de variables fundamentales para la estimación econométrica y, por el otro, la caracterización de la población objeto de estudio.

3.1 Diseño del instrumento

Para la recolección de los datos se utilizó un cuestionario estructurado partiendo del objetivo propuesto para la presente investigación. El cuestionario consta de 51 preguntas, que recogen datos: Identificación y ubicación unidad de negocio; caracterización del propietario del negocio; descripción del negocio; descripción financiera del negocio; medidas de formalidad; uso de cuentas bancarias y seguros; crédito formal y uso de fuentes alternativas de financiamiento.

3.2 Población y muestra

El universo está compuesto por los comerciantes de alimentos ubicados dentro de las bodegas de la Central de Abastos de Bogotá. Para realizar el muestreo, se tomó como referencia, la clasificación de grupos de alimentos del Sistema de Información de Precios y Abastecimiento del Sector Agropecuario -SIPSA del DANE, obteniendo la siguiente clasificación:

Hortalizas y verduras: ahuyama, arveja verde en vaina, cebolla cabezona blanca, cebolla Junca, chόcolo mazorca, habichuela, lechuga, pepino cohombro, pimentón, remolacha, tomate, zanahoria, entre otros; frutas frescas: aguacate, banano, coco, granadilla, guayaba, pera, limón común, lulo, mandarina, mango, manzana, maracuyá, mora, naranja, papaya, piña, tomate de árbol, entre otros; tubérculos, raíces y plátanos: arracacha, papa negra, papa criolla, plátano hartón verde y yuca; Granos, cárnicos, procesados y abarrotes: arroz de primera, arveja verde seca, frijol seco, garbanzo, lenteja, maíz blanco trillado, huevo, queso, carne de cerdo, perril sin hueso, carne de res, lomo fino, pechuga de pollo, aceite vegetal, azúcar, galletas, harina de trigo, harina de maíz, lomitos de atún en lata, margarina, panela, pastas alimenticias, salsa de tomate, entre otros.

CORABASTOS cuenta con un total de 57 bodegas, en donde se alojan 6.500 comerciantes. Del total de bodegas, el 70% (40 bodegas) están dedicadas al mercado de productos alimenticios, sean estos procesados o no. En este subtotal de bodegas, 5.072 (78% del total) comerciantes desarrollan su actividad. De estos últimos, 1.405 (28%) se encuentran en la bodega 82, denominada por la Central de Abastos como minorista, los cuales se extraen del total de la población, para evitar el sesgo de exclusión e informalidad. Quedando una población de 3.667 comerciantes, la cual se toma como base para calcular el tamaño muestral.

La técnica de muestreo utilizada es el Muestreo Aleatorio Simple (MAS), ya que a partir de los resultados del modelo se pretende obtener conclusiones para el total de la muestra y no por cada uno de los grupos seleccionados, esta técnica es la que mejor se adecua al presente trabajo.

$$n = \frac{Z^2 pqN}{e^2 N - 1 + Z^2 pq} \quad (4)$$

Dónde: Z = valor de la distribución normal asociada al nivel de la confiabilidad del 95%; N = tamaño de la población; p = probabilidad de que ocurra el evento³; q = probabilidad de que no ocurra el evento; e = error de estimación y n = tamaño de la muestra.

Los parámetros de la ecuación 4 se aplicaron en la fórmula como sigue:

$$n = \frac{((1.96)^2)0.17 * 0.83 * 3667}{3666 * ((0.05)^2) + ((1.96)^2) * 0.17 * 0.83} = 205$$

El tamaño de la muestra calculada es 205, pero con el fin de garantizar la muestra en campo, se aplicaron 250 encuestas; es decir, un 22% adicional al tamaño calculado. De este total aplicado, se excluyeron 18 cuestionarios, debido a que los entrevistados no continuaron con la entrevista y/o la información recopilada fue insuficiente. Por lo tanto, la muestra recopilada comprende un total de 232 encuestas, véase la tabla 1. Manteniendo la proporcionalidad del número de encuestas planeadas frente a las realizadas en campo se mantuvo.

Grupo	Sexo		Total
	Mujer	Hombre	
Hortalizas y verduras	27	46	73
Frutas frescas	39	60	99
Tubérculos, raíces y plátanos	2	40	42
Granos, cárnicos, procesados y abarrotos	9	9	18
Total	77	155	232

Tabla 1. Muestra efectiva según género y grupo de producto comercializado

Fuente: Elaboración propia. Nota: La ponderación de comerciantes por grupo de producto se hizo teniendo en cuenta la participación del total de comerciantes dedicados a compra y venta de cada tipo de producto y según la bodega de ubicación.

3. Dado que no fue posible acceder a información sobre el número de clientes atendidos por las instituciones financieras, ubicadas dentro del perímetro de Abastos: Banagrario, Banco Compartir, Banco de Occidente, Banco Popular, Bancolombia, BBVA, Davivienda, por ser considerada información de carácter confidencial, se tomó la información de FINAGRO, como banco de redescuento, y de allí se obtuvo una cifra de clientes atendidos en el sector de 565 beneficiarios de crédito, cifra que se ajustó en un 10% (dando como resultado 621.5), para capturar la probabilidad de que otros clientes posean algún tipo de productos y servicios de las entidades bancarias mencionadas. Por lo tanto, el porcentaje de bancarización es del 17%, como proxy de la inclusión financiera.

3.3 Estadísticas Descriptivas

La composición de la muestra aplicada discriminada por sexo es del 33% de mujeres y el 67% de hombres. Donde alrededor del 91% de la población total se encuentra en el rango de edad entre los 20 y los 59 años.

En cuanto al *grado de escolaridad* de los entrevistados, el 28% de estos alcanza alguna formación en básica primaria, el 50% ha cursado algún grado de bachillerato, mientras que el 8% tiene algún tipo de formación en el nivel de técnico o tecnólogo. Finalmente, es de resaltar que el 14% de los encuestados ha realizado estudios de educación superior en el nivel de pregrado.

El 41.3% de los encuestados manifiesta habitar en *vivienda propia*, el 44.4% lo hace en vivienda arrendada y el restante 14.2% manifestó hacerlo en vivienda familiar.

Al revisar la distribución de grupos por **tipos de financiación** que utilizan los encuestados, se encontró que el grupo de *frutas frescas* es el que más *financiación informal* utiliza. Por su parte el *crédito formal* tiene una mayor aceptación en el grupo de Granos, cárnicos, procesados y abarrotos.

Con relación al uso de **productos financieros**, del total de las personas encuestadas que declararon no tener registro mercantil vigente, el 25% accede a crédito informal y el 22% tiene alguna cuenta bancaria. Por su parte, de los que declararon cumplir con este requisito, el 45% accedieron a crédito bancario y el 43% tienen alguna cuenta bancaria en el sistema financiero.

De la totalidad de encuestados, el 33% manifestaron haber solicitado crédito ante entidades bancarias. Mientras al 67% de comerciantes, se les indagó las razones por las cuales, no habían solicitado préstamos formales.

Con el 57% de los encuestados una de las razones de no acudir a los préstamos bancarios fue porque no lo necesitó. Es decir, financia las actividades propias del negocio con recursos propios. En el mismo sentido el 17% manifestó no haber realizado solicitudes de crédito en el sistema financiero, debido al exceso de trámites. El 15% señaló que una de las razones por no acudir a este tipo de financiamiento fue precisamente las elevadas tasas de interés y el 6% manifestó reportes negativos en las centrales de riesgo.

Ahora bien, con relación con el uso de **créditos informales** se encontró que, del total de los encuestados, el 54% han utilizado algún tipo de crédito informal. Las dos principales razones para el uso de fuentes informales de financiamiento son: la facilidad del préstamo con el 41%, seguida de la facilidad del pago con el 36%. Por su parte, la menor tasa de interés como justificación está de tercer lugar con el 12%, la no exigencia de garantías con un 7% y sin posibilidades de acceso a bancos el 4%.

La tabla 2 muestra cómo el uso de productos financieros, de otras alternativas de financiamiento y de algunas variables de formalidad medidas a través de la tenencia de Registro de Cámara de Comercio, manejo de contabilidad formal y tenencia de RUT, varían según la clasificación por grupos de productos realizada para el presente trabajo.

Así, por ejemplo, el grupo de granos, cárnicos y procesados es el que presenta una mayor proporción en el uso de productos financieros con relación a los demás productos, y el grupo de tubérculos, raíces y plátanos presenta la menor proporción con excepción del uso de crédito financiero.

Principales variables/Grupo de productos	Hortalizas y Verduras (%)	Frutas Frescas (%)	Tubérculos, raíces y plátanos (%)	Granos, cárnicos y procesados (%)
Uso de productos financieros				
Uso de cuentas bancarias	23	34	10	61
Uso de seguros	34	41	31	44
Uso de crédito financiero	27	29	36	44
Uso de otras alternativas de financiamiento				
Familia o amigos	19	45	29	11
Cadenas de Ahorro	11	13	17	6
Gota a gota	23	5	2	0
Registro del negocio				
Tenencia de registro mercantil vigente	22	27	33	94
Manejo de contabilidad formal	42	44	33	100
Tenencia de RUT	81	80	71	100

Tabla 2. Caracterización de las fuentes de financiamiento utilizadas según producto

Fuente: Elaboración propia.

Por otra parte, los grupos también varían en cuanto al uso de otras alternativas de financiamiento. Como se muestra en el segundo panel de la tabla 2, los comerciantes de granos, cárnicos y procesados reportan un uso relativamente bajo de otras alternativas financieras, a diferencia, de los grupos de frutas frescas y tubérculos, raíces y plátanos los cuales reportan una mayor proporción, sobre todo en lo que tiene que ver con la financiación a través de familia o amigos, siendo esta del 45% y 29%, respectivamente, sobre el total de los demás individuos de la muestra.

En lo que tiene que ver con la tenencia de registros formales del negocio y el manejo de contabilidad formal, a excepción del grupo de granos, cárnicos y procesos, los demás presentan bajos porcentajes de tenencia del Registro Cámara de Comercio vigente; al igual que se registra una baja proporción del manejo de contabilidad formal. No obstante, se encontró una proporción relativamente más alta de aquellos que manifestaron la tenencia del RUT.

3.4 Planteamiento del modelo econométrico

Tomando como referencia el modelo de Farazi (2014), definimos la variable dicotómica como aquella que tiene las siguientes probabilidades: $\Pr(y=1|x)$ o la $\Pr(y=0|x)$, que depende a su vez de las variables de control que han sido especificadas a lo largo del modelo, mediante una combinación lineal ($X\beta$). El modelo especificado es:

$$P_i = \Pr(y = 1|x) = \Pr(y > 0) = F(X_i'\beta) \quad (5)$$

La anterior ecuación, siguiendo a Carpeta y Peña (2015), es la parametrización de la probabilidad respecto a un conjunto de variables explicativas en la matriz X ponderadas por un vector de parámetros. En este sentido, el modelo probit, está modelando la probabilidad (condicional) de que un resultado sea “exitoso”, es decir, $y_i = 1$.

$$P[y_i = 1|X_{1i}, \dots, X_{ki}; \beta_0, \dots, \beta_k] = \Psi(\beta_0 + \sum_{k=1}^K \beta_k X_{ki}) \quad (6)$$

Ψ es una función que adopta valores entre cero y uno para todos los valores reales z. De donde se tiene que $\Psi(\cdot)$ es la función de distribución acumulativa de la distribución normal estándar.

$$F(Z_i) = \int_{-\infty}^{Z_i/\sigma} \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \exp\left[-\frac{t^2}{2}\right] dt \quad (7)$$

Es decir, dependiendo de los regresores, la probabilidad de que la variable resultado, y_i sea 1, es una función determinada por la combinación lineal de los regresores. En esta medida, el modelo probit es un modelo de variable dependiente limitada; por tanto, la estimación de los parámetros se hace través del método de máxima verosimilitud (Cameron & Trivedi, 2005).

Derivando parcialmente la ecuación anterior y tomando $\Psi(\cdot)$ como la función de densidad de probabilidad normal estándar, se obtiene lo siguiente:

$$\frac{\partial P[y_i=1|X_{1i}, \dots, X_{ki}; \beta_0, \dots, \beta_k]}{\partial X_{ki}} = \partial \beta_k \Psi(\beta_0 + \sum_{k=1}^K \beta_k X_{ki}) \quad (8)$$

4 | RESULTADOS

4.1 Estimación de modelos econométricos e interpretación de resultados

A continuación, se presentan los modelos estimados sobre los datos recolectados durante el trabajo de campo. Es de aclarar, que a cada uno de estos modelos se les aplicó la prueba de Wald, para verificar la no existencia del problema de endogeneidad.

Identificación variable	Nombre	Etiqueta	Tipo
Variable dependiente	Rechaz	Crédito no aprobado por el banco	Binaria
Variable Explicativa	p2_edad	Edad del encuestado	Discreta
Variable Explicativa	p3_grado	Escolaridad máxima alcanzada	Discreta
Variable Explicativa	p39_1	Falta de garantías	Binaria

Average marginal effects Number of obs = 232

Model VCE : Robust

Expression : Pr(rechaz), predict()

dy/dx w.r.t. : p2_edad p3_grado p39_1

	dy/dx	Delta-method Std. Err.	z	P>z	[95% Conf.	Interval]
p2_edad	-0.0013873	0.0007256	-1.91	0.0560	-0.0028095	0.0000348
p3_grado	-0.0023437	0.0012245	-1.91	0.0560	-0.0047437	0.0000564
p39_1	0.1070549	0.0416342	2.57	0.0100	0.0254533	0.1886565

Modelos Probit 1: Crédito no aprobado por el sistema financiero

Si se aumenta la edad en un año, con todo lo demás constante, entonces se disminuye la probabilidad de obtener un crédito rechazado en 0.13 puntos porcentuales. En el mismo sentido, si se eleva en un año el nivel de escolaridad, todo lo demás constante, se disminuye la probabilidad de que un crédito sea rechazado en 0.23 puntos porcentuales. Ahora, si disminuye la tenencia de garantías (P39_1) en una unidad, aumenta la probabilidad que un crédito solicitado sea rechazado, en 10.7 puntos porcentuales.

Identificación variable	Nombre	Etiqueta	Tipo
Variable Dependiente	Aprob	Tenencia de crédito con el sistema financiero	Binaria
Variable Explicativa	Viprop	Tenencia de vivienda propia	Binaria
Variable Explicativa	P31_4	No confía en las entidades financieras	Binaria
Variable Explicativa	cuentas	Tenencia de cuentas bancarias	Binaria
Variable Explicativa	otrasal	Alternativas informales de financiamiento	Binaria

Average marginal effects Number of obs = 232

Model VCE : Robust

Expression : Pr(aprob), predict()

	Delta-method					
	dy/dx	Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf.	Interval]
viprop	0.234353	0.046081	5.09	0.0000	0.144036	0.32467
p31_4	-0.189434	0.086280	-2.200000	0.028000	-0.358539	-0.020328
otrasalt	-0.247555	0.051376	-4.820000	0.000000	-0.348249	-0.146861
cuentas	0.125465	0.054240	2.310000	0.021000	0.019156	0.231773

Modelos Probit 2: Tenencia de crédito con el sistema financiero

Si se incrementa la tenencia de vivienda en una unidad, entonces se incrementa la probabilidad de tener créditos con el sistema financiero en 23.4 puntos porcentuales, esto manteniendo todo lo demás constante. Ahora, todo lo demás constante, si se incrementa la desconfianza de los comerciantes en el sistema financiero, se reduce la probabilidad de tener crédito bancario en 18.9 puntos porcentuales. En el mismo sentido, si el comerciante tiene otras alternativas para financiarse, por fuera del sistema financiero, entonces esto hace que se reduzca la probabilidad de que se tenga un crédito aprobado en 24.7 puntos porcentuales. Si se tienen cuentas bancarias, todo lo demás constante, esto eleva la probabilidad en 12.5 puntos porcentuales de tener crédito aprobado por el sistema financiero.

Identificación variable	Nombre	Etiqueta	Tipo
Variable Dependiente	Cuentas	Tenencia de cuentas	Binaria
Variable Explicativa	BYE	Manejo de efectivo para transacciones	Binaria
Variable Explicativa	otrasal	Alternativas de financiamiento	Binaria
Variable Explicativa	P48_1	Tenencia de seguros	Binaria
Variable Explicativa	P3_grado	Escolaridad máxima alcanzada	Discreta
Variable Explicativa	P32_1	Solicitud de Crédito formal	Binaria

Average marginal effects Number of obs = 232

Model VCE : Robust

Expression : Pr(cuentas), predict()

dy/dx w.r.t. : bye p48_1 p3_grado p32_1 otrasalt

	Delta-method					
	dy/dx	Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf.	Interval]

Bye	-0.22341	0.04668	-4.79000	0.00000	-0.31489	-0.13193
p48_1	0.09156	0.04971	1.84000	0.06500	-0.00587	0.18900
p3_grado	0.02299	0.00623	3.69000	0.00000	0.01078	0.03521
p32_1	0.12670	0.05380	2.36000	0.01900	0.02125	0.23215
Otrasalt	-0.10617	0.05467	-1.94000	0.05200	-0.21333	0.00098

Modelos Probit 3: Tenencia de cuentas bancarias con el sistema financiero

Todo lo demás constante, al incrementar en una unidad el manejo de efectivo para las transacciones, esto reduce la probabilidad de que el comerciante tenga una cuenta bancaria en 22.3 puntos porcentuales; por su parte, el aumento de la tenencia de alternativas financieras informales, reduce también la probabilidad de tener cuentas bancarias en 10.6 puntos porcentuales; mientras que, la tenencia de seguros, el incremento en un año en la escolaridad del comerciante y la solicitud de un crédito al sistema financiero, elevan las probabilidades de contar con alguna cuenta bancaria en 9.1 puntos porcentuales, 2.30 puntos porcentuales y 12.6 puntos porcentuales, respectivamente.

Identificación variable	Nombre	Etiqueta	Tipo
Variable Dependiente	P48_1	Tenencia de seguros	Binaria
Variable Explicativa	P21_1	Pagos de salud	Binaria
Variable Explicativa	p9_antigue	Antigüedad del negocio	Binaria
Variable Explicativa	P25_1	Balance y estado de pérdidas y ganancias	Binaria
Variable Explicativa	P30_2	Maneja cuenta de ahorros	Binaria

Average marginal effects Number of obs = 232

Model VCE : Robust

Expression : Pr(p48_1), predict()

dy/dx w.r.t. : p21_1 p25_1 p30_2 p9_antigue

Delta-method

	dy/dx	Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf. Interval]
p21_1	0.13923	0.06169	2.26000	0.02400	0.01832 0.26015
p25_1	0.32125	0.10985	2.92000	0.00300	0.10594 0.53655
p30_2	0.14585	0.06979	2.09000	0.03700	0.00906 0.28263
p9_antigue	0.00472	0.00235	2.01000	0.04400	0.00012 0.00933

Modelos Probit 4: Tenencia de seguros

Incrementar en una unidad las contribuciones a la seguridad social hace que las probabilidades de tenencia de algún tipo de seguro, por parte del comerciante, se eleven en 13.9 puntos porcentuales; si se lleva balance, esto hace que se aumente la probabilidad de tenencia de seguros en 32.1 puntos porcentuales; el aumento en una unidad la tenencia de cuentas bancarias hace que se eleve la probabilidad de tenencia de algún seguro en 14.5 puntos porcentuales; y el incremento en un año la antigüedad del negocio aumenta la probabilidad de tenencia de seguros por parte del comerciante en 0.47 puntos porcentuales.

5 I RESUMEN DE MODELOS

Variables	Modelo 1	Variables	Modelo 2
Rechaz		Aprob	
p2_edad	-.0387729**	Viprop	.85961059***
p3_grado	-0.06550032	p31_4	-.69484524*
p39_1	2.9919223***	Otrasalt	-.90803556***
_cons	-0.11283422	Cuentas	.46020666*
		_cons	-0.3559896
Variables	Modelo 3	Variables	Modelo 4
Cuentas		p48_1	
Bye	-.88671828***	p21_1	.39823263*
p48_1	0.36341721	p25_1	.91882714**
p3_grado	.09125464***	p30_2	.41714671*
p32_1	.50287522*	p9_antigue	.01351073*
Otrasalt	-0.42140228	_cons	-1.0003636***
_cons	-.97878112*		
N	232		
legend: * p<.05; ** p<.01; *** p<.001			

Tabla 8. Modelos estimados y su nivel de significancia

Fuente: Elaboración propia.

Desde el nivel de significancia al 5%, 1% y 0.1% las variables que resultan altamente significativas en cada uno de los modelos estimados son: En el **modelo 1**; la edad y la ausencia de garantías, en el **modelo 2**; la tenencia de vivienda, la confianza que el comerciante tiene sobre las instituciones financieras, las alternativas no formales de financiamiento y, la tenencia de cuentas bancarias; en el **modelo 3**; resultan significativas el manejo de efectivo, el grado de escolaridad máxima alcanzada y las solicitudes de créditos ante el sistema financiero; y finalmente, en el **modelo 4**; todas las variables resultan ser significativas para explicar la tenencia de algún tipo de seguros por parte del comerciante.

Aunque se rechaza la hipótesis de que la exclusión financiera de los comerciantes mayoristas de alimentos de CORABASTOS está positivamente relacionada con la informalidad y el uso de fuentes de financiamiento no formales, las diferentes estimaciones permiten inferir que, las fuentes informales de financiamiento de forma separada de las variables definidas para medir la informalidad, si ejercen presión sobre la exclusión financiera, incentivando su uso para cubrir faltantes de liquidez, ya sea para el negocio o personal. Por su parte, la informalidad influye sobre el acceso a productos financieros especializados como es el caso de los seguros, sin dejar de lado que la informalidad puede en cierta medida estar influyendo en la decisión final del banco de otorgar un producto o servicio financiero.

6 I CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

Fenómenos como la exclusión financiera, la informalidad, el racionamiento de crédito y la financiación no regulada, son una constante en las preocupaciones de los gobiernos de turno, así como de analistas e investigadores económicos, bajo el entendido de explorar y aplicar políticas de intervención en los sectores bancario y real, dirigidas a minimizar los efectos negativos que tienen estas anomalías de mercado sobre el aparato productivo. Sin embargo, pese a los esfuerzos que se han realizado en las últimas décadas, tanto en Colombia como en el mundo, para el logro efectivo de la integración de los agentes económicos marginados en el aparato productivo, los resultados no son satisfactorios; debido, en parte, a que el mercado no exterioriza un estado total de inclusión, exclusión, formalidad o informalidad, sino que, por el contrario, estos fenómenos tienden a coexistir en la conformación y funcionamiento de la estructura económica.

En todas las estimaciones se rechaza la hipótesis nula de que la informalidad y el uso de otras fuentes informales de financiamiento explican de manera simultánea la exclusión financiera. Sin embargo, los resultados arrojan que estas variables en forma separada, si explican la probabilidad de incidir positivamente en la exclusión financiera de los comerciantes objeto de estudio.

De acuerdo con los resultados, para incrementar los niveles de inclusión financiera y reducir los grados de informalidad que se registran en la central de abastos, es necesario implementar acciones que van desde iniciativas en el campo de educación financiera, mejoras regulatorias para afianzar la formalidad y la permanencia en ella, hasta programas de educación focalizados para que la población objeto de estudio, aumente su nivel de escolaridad y mejore sus índices de productividad.

Finalmente, durante el desarrollo de este documento quedaron abiertas otro tipo de discusiones que se desvían del alcance propuesto, como son el impacto que representa para los comerciantes la introducción de disposiciones regulatorias para mejorar el acceso al crédito, la incidencia de la tributación sobre el tamaño del sector informal y el

comportamiento de estos individuos y sus creencias frente el sector financiero formal. Las cuales podrían arrojar resultados interesantes para reducir las anomalías de mercado allí identificadas.

REFERENCIAS

AKERLOF, G. A. (august de 1970). The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, 84(3), 488-500.

ASBANC. (22 de Octubre de 2013). Estudio: Costo del crédito bancario Vs. crédito informal. Obtenido de Asociación de Bancos del Perú: http://www.asbanc.com.pe/Publicaciones/ESTUDIO%20CREDITO%20FORMAL%20VS%20%20INFORMAL_20131022090301349.pdf#search=ESTUDIO%3A%20%20%20%20COSTO%20DEL%20CR%C3%89DITO%20BANCARIO%20VS%2E%20CR%C3%89DITO%20INFORMAL

BRITO, R. M. (1995). El racionamiento del crédito: análisis econométrico con datos de panel de su incidencia en las decisiones de inversión de las empresas. Tesis Doctoral, Universidad de La Laguna.

BRUTON, G. D., IRELAND, R. D. & KETCHEN Jr., D. J. (2012). Toward a research agenda on the informal economy. *Academy of Management Perspectives*, 1-11.

CAMERON, A. C. & TRIVEDI, P. K. (2005). *Microeconometrics: Methods and Applications*. New York: Cambridge: Cambridge University Press.

CANO, C. G., ESGUERRA, M. D., GARCÍA, N., RUEDA, J. L. y Velasco, A. M. (2014). Inclusión financiera en Colombia. Obtenido de Banco de la República: http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/eventos/archivos/sem_357.pdf

CÁRDENAS, S. M. Y ROZO, V. S. (2009). Informalidad empresarial en Colombia: problemas y soluciones. *Scielo*(63), 211-243.

CARPETA, W. Y PEÑA, J. (2015). Cotizaciones en el Sistema General de Pensiones Colombiano: Aproximación con un modelo de respuesta binaria. *Universidad Nacional de Colombia - FCE*, 1-29.

FAJARDO, Z. Á., HERNÁNDEZ, N. J., GONZÁLEZ, V. Y TORRES, P.M. (2018). Caracterización y Percepción del Riesgo en Vendedores Informales de las Plazas de Mercado de la Ciudad de Bogotá, D.C. *Ciencia & trabajo*, 20(63), 151-154. doi:<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-24492018000300151>.

FARAZI, S. (2014). *Informal Firms and Financial Inclusion. Status and Determinants*. World Bank Policy Research Working Paper(6778).

FIGUEROA, A. (Diciembre de 2011). La desigualdad del ingreso y los mercados de crédito. *Revista CEPAL*(105), 39-54.

HERNÁNDEZ, G. E. Y OVIEDO, G. A. (2016). Mercado del crédito informal en Colombia: una aproximación empírica. *Universidad Nacional de Colombia*, 137-156. Obtenido de <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ede/article/view/63820>

JAFFEE, D. & STIGLITZ, J. (1990). Credit rationing. En B. M. Friedman, & F. H. Hahn, Handbook of monetary economics (págs. 837-888). New York: North - Holland.

LEYSHON, A. & THRIFT, N. (1995). Geographies of Financial Exclusion: Financial Abandonment in Britain and the United States. The Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers), 312-341.

LOAYZA, N. A. (February de 1997). The Economics of the Inform al Sector. A Simple Model and Some Empirical Evidence from Latin America. Policy Research Working Paper(WPS 1727).

MARTÍNEZ, C. P., MUÑOZ, S. A., EID, M. Y COLINO, S. J. (2016). Inclusión financiera en el ámbito rural mediante cajas de ahorro. Estudio de una experiencia en México. Redalyc, 28. Obtenido de <http://www.redalyc.org/pdf/115/11547020008.pdf>

MASCAREÑO, A. Y CARVAJAL, F. (Agosto de 2015). Los distintos rostros de la inclusión y la exclusión. Revista de la CEPAL, 132-146.

PRATAP, S. & QUINTIN, E. (2006). The Informal Sector in Developing Countries: Output, Assets and Employment. Working Papers RP2006/130, World Institute for Development Economic Research (UNUWIDER). doi:10.1093/acprof:oso/9780199548880.003.0018 · Source: RePEc

PUERTO, A., TORRES, P., ROA, F. Y HERNANDEZ, J. (2014). Modo de Vida de un grupo de trabajadores informales, Bogota D.C., 2014. Revista Facultad Nacional de Salud Publica, 8. Obtenido de <http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/fnsp/article/view/22310/20779292>

RACCANELLO, K. (2013). Fuentes Informales de Financiamiento. En Un acercamiento a la eficiencia del microfinanciamiento en México (págs. 573-601). Puebla: Universidad de las Américas.

STIGLITZ, J. & WEISS, A. (1981). Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. The American Economic Review, 71(3), 393-410. Obtenido de <http://www.jstor.org/stable/1802787>

THOENE, U. & TURRIAGO, H. A. (2017). Financial inclusion in Colombia: A scoping literature review. Redalyc, 582-614.

ZUBELDIA, A. M., GRAJINERA, J. M., SOGORB, A. O. Y ZUBIAURRE, M. Z. (2008). Reflexiones sobre el origen y las implicaciones de la exclusión financiera. International Conference. Asociación Europea de Dirección y Economía de Empresa, 209-218. Obtenido de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2751715.pdf>

ILEGALIDADES NA TAXAÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Data de aceite: 01/11/2020

Silvana Potrich Cescon

Universidade de Rio Verde-UniRV

João Porto Silvério Junior

Faculdade de Direito da UniRV (Graduação e Pós-graduação)

Bolsista pesquisador Chamada 01/2016 UniRV

RESUMO: Este estudo parte do problema relacionado à incidência infundada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre operações de exportação de produtos primários e demais operações equiparadas, a despeito da imunidade tributária constitucional. Para compreender a legitimidade de aplicação desse imposto foi preciso analisar a norma constitucional e lei complementar que disciplinam o tema, buscando entender o seu alcance e o objetivo do legislador ao conceder a referida imunidade. Analisou-se os argumentos utilizados pelo Fisco Estadual de algumas Unidades Federativas para fundamentar a supracitada exação fiscal. Priorizou-se a doutrina majoritária, a jurisprudência pacificada e leitura cuidadosa do texto constitucional, o que resultou numa conclusão que respeita a arrecadação dos entes federados, mas inibe a exação estatal.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, exportação, tributação.

ILLEGALITIES IN THE TAXATION OF EXPORTS OF AGRICULTURAL PRODUCTS IN THE BRAZILIAN MIDWEST

ABSTRACT: This study is based on the problem related to the unfounded incidence of the Tax on the Circulation of Goods and Services (ICMS), on primary products export operations and other similar operations, despite the constitutional tax immunity. In order to understand the legitimacy of applying this tax, it was necessary to analyze the constitutional norm and complementary law that regulate the subject, trying to understand its scope and the objective of the legislator in granting the said immunity. The arguments used by the State Treasury of some Federative Units were analyzed to substantiate the aforementioned tax exaction. The majority doctrine, pacified jurisprudence and careful reading of the constitutional text were prioritized, which resulted in a conclusion that respects the collection of the federated entities, but inhibits the state exaction.

KEYWORDS: Agribusiness, export, taxation.

1 | INTRODUÇÃO

As exportações do agronegócio brasileiro atingiram uma receita recorde de US\$ 101,6 bilhões no ano de 2018; valor superior ao de 2017 em 5,9%. O referido valor corresponde a 42,3% de todas as exportações do País. Em vista disto, o agronegócio passa a ser, cada vez mais visado pelos governos estaduais que, com problemas financeiros, pretendem elevar a

taxação nas exportações do setor, visando aliviar as contas públicas. O exemplo mais evidente encontra-se no estado do Mato Grosso, estado líder na produção nacional de grãos como soja, que se reveste como carro-chefe das exportações brasileiras.

A administração estadual sancionou lei que amplia o escopo de um encargo que já incidia sobre a comercialização dos principais produtos agropecuários do Estado, o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab). Na sistemática da referida lei, o produtor que providenciar o credenciamento ao programa, deixará de recolher o ICMS nas operações interestaduais. Contudo, ao optar pelo malfadado diferimento, passará a recolher a citada taxa, também sobre as operações de exportação. Salienta-se que, caso não ocorra a opção pelo diferimento, ou não sejam atendidas as suas condições, o credenciamento no regime especial de exportação será suspenso, o que ensejará o recolhimento do ICMS em cada uma das operações de exportação, a despeito da imunidade prevista no artigo 3º da Lei Complementar número 87/96 (Lei Kandir), bem como a previsão constitucional elencada no artigo 155, §2º, inciso X, alínea “a” da Constituição Federal de 1988.

Outro caso evidente de exação fiscal é a cobrança de ICMS nas operações de exportação de algodão, efetuadas pelo Fisco Estadual de Goiás, fundada em interpretação normativa e no Regulamento do Código Tributário do Estado, que estabelece condicionantes ao deferimento da isenção.

Desta forma, o que se verifica é uma tentativa dos Fiscos Estaduais, sobremaneira na região Centro- Oeste, de suprir o déficit dos Estados mediante a taxação sobre as operações de exportação de produtos agropecuários. Contudo, forçoso relembrar que a temática das imunidades tributárias deve ser cuidadosamente analisada, uma vez que essa desoneração constitucional não se reveste como uma renúncia fiscal ou perda de receita, a que os Entes teriam direito.

O que deve ser lembrado, nas palavras de Misabel De Derzi (1988), é que as imunidades tributárias são uma vedação absoluta ao poder de tributar, não havendo qualquer renúncia fiscal, sempre que se verifica tal impossibilidade material de imposição, interdição, proibição ou vedação de o poder tributante atingir pessoas, áreas, ações ou atividades protegidas pelo princípio constitucional.

Assim, ninguém pode renunciar ao que não tem, e o constituinte, ao criá-las estabeleceu que aquelas situações lá definidas, estão protegidas de qualquer veleidade impositiva, risco de o poder que a violar incorrer na mácula maior, qual seja, a da inconstitucionalidade. É o caso em comento.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Neste trabalho, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, de procedimento técnico bibliográfico, através do método exploratório, de acesso a livros, artigos, periódicos, os quais possibilitaram a leitura, reflexão e conhecimento, de modo a sistematizar as informações relevantes sobre o objeto de estudo.

Para tanto, a análise do desenvolvimento da jurisprudência que diz respeito às imunidades constitucionais tributárias foi imprescindível, à luz dos conceitos obtidos e, partindo-se do problema inicial, possibilitou confrontar-se o acervo bibliográfico com o material documental (memorandos e peças processuais dos Fiscos Estaduais), chegando-se a uma hipótese provável para a solução do problema.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas palavras de SABBAG (2010), a imunidade para tributos representa uma delimitação negativa da competência tributária. O legislador constituinte adotou a técnica de traçar, de modo cuidadoso, as áreas que refutam a incidência das exações tributárias, levando-se em consideração nosso sistema rígido de distribuição das competências impositivas.

Em outras palavras, a Constituição disciplinou, rigorosa e exaustivamente, o exercício das competências tributárias, retirando do legislador ordinário a faculdade de definir, de modo livre, o alcance das normas jurídicas que criam, *in abstracto*, os tributos.

Neste sentido, a imunidade tributária que beneficia as operações de exportação ou a ela equiparadas, encontra previsão constitucional no artigo 155, §2º, inciso X, alínea “a” da Constituição Federal de 1988 que determina não incidir o ICMS: *“sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores”*.

Tem-se cediço que a imunidade do ICMS sobre exportação, ou seja, vendas destinadas ao exterior, tem por finalidade principal a desoneração sobre tais operações mercantis. Entende-se, assim, que tal política tributária visa tornar os produtos nacionais mais competitivos no mercado externo e, conseqüentemente, beneficiar a balança comercial, a geração de empregos e o aumento do capital interno.

No mesmo giro, a Constituição Federal prevê em seu artigo 155, §2º, inciso XII, alínea “e”, que caberá a Lei Complementar tratar da não incidência do ICMS referente às operações de exportação, ou seja, sua regulação.

Por derradeiro, a Lei Complementar nº 87/96, também conhecida como Lei Kandir, consigna a não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas operações para exportação em seu artigo terceiro, estabelecendo que o citado tributo não incide sobre as operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços, especificando ainda que se equipara à estas operações, toda e qualquer saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa e armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

Desta feita, torna-se clarividente que o legislador constitucional objetivou conceder a imunidade relativa ao citado imposto sobre toda e qualquer operação de exportação e operações a ela equiparadas. Nos dois casos específicos, aqui retratados, a prática do Fisco em cobrar o ICMS nas operações de exportação reveste-se de ilegalidade.

O Estado do Mato Grosso, a exemplo disso, promulgou no ano de 2000, a Lei 7.263 que criou o Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB. Em seu artigo sétimo, estabelece que *“o benefício do diferimento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, previsto na legislação estadual para as operações internas de soja, gado em pé, madeira serrada e madeira em tora, fica condicionado a que os contribuintes, remetentes da mercadoria, contribuam para o FETHAB (...)”*

Assim, pela leitura do mencionado dispositivo legal, tem-se evidenciada a condição de que o contribuinte do ICMS, para que possa usufruir do benefício do diferimento do tributo, deve recolher, em contrapartida, contribuição ao FETHAB ou fundos afins.

Ocorre que, no ano de 2019, visando a majoração da arrecadação, foi dada nova redação ao citado artigo, através da Lei 10.818/19 que entrou em vigor em 1º de fevereiro do corrente ano. A citada norma estabelece no artigo 7º-C-1, que *“os contribuintes mato-grossenses que promoverem saídas de soja, em operações interestaduais ou de exportação, bem como nas operações equiparadas à exportação, previstas no parágrafo único do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetuarão na forma e prazos indicados no regulamento, o regulamento das contribuições, por tonelada transportada.”*

Por conseguinte, o artigo 8º, inciso III, também alterado pela Lei 10.818/19, estabelece que a não incidência do ICMS, por meio do credenciamento no Regime Especial de Exportação, fica vinculada ao pagamento das mesmas contribuições.

Nota-se que a Lei estadual fixa obrigações ao contribuinte, vinculando o seu cumprimento à concessão do benefício de imunidade quanto ao pagamento do ICMS nas operações de exportação e equiparadas, o que não pode ser tolerado.

No caso do Estado de Goiás, a cobrança vem fundada em interpretação normativa da Superintendência da Receita (SRE), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, que emitiu parecer através do Memorando nº 042/2016-SRE. Segundo o entendimento do Órgão, e orientações repassadas a todas as Delegacias Regionais de Fiscalização, as operações de saídas internas realizadas por produtores goianos, e destinadas a empresa Comercial Exportadora, são tributadas, exceto se a referida empresa for signatária de Termo de Acordo a Regime Especial na forma disposta no Decreto 8.548/2016.

Além deste argumento, o Fisco entende como fator preponderante para a cobrança, o disposto no artigo 1º, § único do Decreto-Lei n 1.248/72, que dispõe considerar operação com fim específico de exportação para o exterior, unicamente aquelas operações em que as mercadorias são remetidas pelo estabelecimento do produtor, diretamente para a exportação por conta e ordem.

A referida interpretação é uma robusta e evidente afronta ao disposto no Parágrafo Único, inciso I do artigo 3 da Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir) que equipara às operações e prestações que destinem ao exterior, mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços, todas aquelas saídas de mercadorias realizadas com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa.

Além disso, o Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás adota, em seu Parágrafo Segundo do artigo 79, a necessidade de cumprimento de obrigação acessória - cadastro da empresa exportadora no Cadastro de Exportadores e Importadores da Secretaria do Comércio Exterior – SECEX, do Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo – como requisito essencial para que seja conferida a imunidade constitucionalmente prevista.

Imperioso destacar que o regime especial de fiscalização deve constituir-se de mecanismos administrativos que objetivem atestar a efetiva concretização da operação de exportação, de forma a evitar que, eventualmente, seja utilizada a imunidade em operações internas.

Os mecanismos administrativos, ou obrigações acessórias, desta forma, não podem condicionar à cobrança de contribuições, sob pena de violação à não incidência, bem como à competência legislativa tributária. A Constituição Federal, desta forma, ao realizar a repartição de competência, coloca fora do campo tributário certos bens, pessoas, patrimônios ou serviços. Na imunidade, como na não-incidência, não há fato gerador porque a própria Constituição não permite que se encontre nos acontecimentos características de fato gerador de obrigação principal, e não porque a lei não descreva o fato como hipótese legal.

No caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, a imunidade conferida às operações de exportação e equiparadas, não pode, sob hipótese alguma, ser desconsiderada em vista de descumprimento de obrigações acessórias ou não adesão a qualquer outra espécie de convênio, uma vez que, conforme mencionado em linhas volvidas, não há fato gerador.

Nas palavras de MACHADO (2008), a imunidade é o obstáculo criado por uma norma da Constituição que impede a incidência de lei ordinária de tributação sobre determinado fato, ou em detrimento de determinada pessoa, ou categoria de pessoas.

4 | CONCLUSÃO

Após análise curada do tema levado a estudo, denota-se que o intuito do legislador constitucional, consubstanciado na promulgação da Lei Kandir, era conceder a imunidade tributária nas operações de exportação e outras a elas equiparadas, visando fomentar tal prática.

A regulamentação estadual não pode, sob o risco de violar dispositivo constitucional e a própria competência legislativa tributária, convencionar a imunidade a outras obrigações acessórias ou adesão à programas estaduais específicos.

O inciso X, letra “a”, do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal, que trata da imunidade concedida para as operações de exportação, estabelece uma autêntica imunidade constitucional, sem restrições. Há, portanto, imunidade absoluta em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, sobre mercadorias ou serviços exportados para o exterior, não podendo sequer carregarem tais mercadorias ou serviços, a carga do citado imposto, incidente sobre as operações anteriores, seja sobre mercadorias, insumos ou bens do ativo permanente.

Assim, a lei não impõe limites ou restrições ao gozo destas imunidades, que são de usufruto pleno pelos contribuintes, nos termos conformados pelo legislador supremo.

Uma outra consideração torna-se necessária: a de que as imunidades a que se refere o supracitado diploma legal não são isenções, incentivos ou benefícios fiscais concedidos pelo Poder Tributante, mas limitação ao Poder de Tributar imposto pelo autor da Carta Magna, fugindo aos Estados, ao Distrito Federal, bem como ao Confaz sua competência regulatória.

AGRADECIMENTOS

Aos docentes do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Agronegócio, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Rio Verde-UniRV, pelos notáveis conhecimentos transmitidos ao longo do curso a todos os seus alunos e em especial a esta aluna/autora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Seção II, Artigo 216, *caput*, incisos, parágrafos.

DERZI, Misabel de. Direito tributário, direito penal e tipo, **Revista dos Tribunais**, 1988, p. 206.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 29. Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VIEIRA JUNIOR, Adonídio Neto. **Memorando 042/2016-SRE**: esclarecimento sobre remessa para formação de lote para exportação. Goiânia-GO: Superintendência da Receita (SRE), 2016.

CAPÍTULO 15

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TESTE HOUSE-TREE-PERSON (HTP) NO PROCESSO SELETIVO DE UMA EMPRESA PETROLÍFERA

Data de aceite: 01/11/2020

Letícia Martins Ribeiro Candido

<http://lattes.cnpq.br/3260335981291415>

Ana Karolina Sousa Leite

Verilânia Alves da Mata

RESUMO: Este estudo se insere no campo da psicologia organizacional em interface com a avaliação psicológica. Trata-se de uma pesquisa documental de natureza qualitativa que objetivou identificar os pontos positivos e negativos do teste HTP no processo seletivo de uma empresa petrolífera no interior do estado de Goiás. Utilizou-se os dados de 4 protocolos do setor de gestão de pessoas, seguidos de uma análise rigorosa do manual e guia de interpretação vigente. Os resultados evidenciam a validade e fidedignidade do teste HTP na análise das características de personalidade que o mesmo se propõe e aponta sua metodologia projetiva como pontos positivos. O tempo necessário para aplicação e correção do instrumento e a subjetividade na interpretação do teste somam pontos negativos identificados.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Pessoas, Recrutamento e Seleção, Avaliação Psicológica, HTP.

POSITIVE AND NEGATIVE POINTS OF THE HOUSE-TREE-PERSON (HTP) TEST IN THE SELECTIVE PROCESS OF A PETROLEUM COMPANY

ABSTRACT: This study is part of the field of organization psychology in interface with psychological evaluation. It's a documentary research of a qualitative nature that has as objective identify positive and negative points of HTP test in the selective process of an oil company in the interior of the state of Goiás. Data of 4 protocols of the people management sector were used, followed of rigorous analysis of manual and interpretation guide in force. The results evidenced the validity and reliability of HTP test in the analysis of personality characteristics that it proposes and points out its projective methodology as positive points. The time required for the application and correction of the instrument and the subjectivity on the test interpretation add up to identified negative points.

KEYWORDS: People Management, Recruitment and Selection, Psychological Evaluation, HTP.

1 | INTRODUÇÃO

Na atualidade, o campo da psicologia organizacional ganha cada vez mais espaço dentro das organizações. Essa afirmativa pode ser confirmada no aumento significativo do profissional psicólogo dentro das organizações, em função da valorização dos colaboradores a partir da reorganização do modelo empresarial, na qual reconhece o capital humano como o maior diferencial da organização (OLIVEIRA, 2010).

A atuação do psicólogo dentro da área de gestão de pessoas se configura nos 6 (seis) subsistemas de recursos humanos, dentre eles o subsistema de agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas dentro das organizações (CAXITO, 2012).

Segundo Oliveira (2010) uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos ABRH, constata que no Brasil as empresas de pequeno e médio porte são as que menos investem em gestão de pessoas. Estatísticas apontadas pelo Congresso Nacional de Gestão de Pessoas (CONARH) em 2009, afirmam que os participantes que pagaram para assistir uma palestra realizada por especialistas em recursos humanos, foram 52% de empresas do setor privado, 71% ocupavam cargo de gestão, 88% atuavam nos recursos humanos e 65% trabalhavam em empresas com mais de 500 funcionários (OLIVEIRA, 2010). Apesar do período transcorrido, não foram encontradas pesquisas e dados mais recentes.

O psicólogo se destaca na organização por estudar o sujeito e seus comportamentos de maneira holística. Nesta perspectiva, o profissional possui melhor percepção do comportamento humano, adotando um olhar humanizado que potencializa e promove melhor qualidade de vida dos colaboradores na organização (OLIVEIRA, 2010).

Além da promoção na qualidade de vida dos colaboradores, o profissional de psicologia está diretamente ligado aos processos de agregar pessoas dentro das organizações, esse processo é conhecido como o subsistema de agregar pessoas que será contextualizado ao longo do estudo. A entrevista e os testes psicológicos são ferramentas que auxiliam o profissional que atua neste subsistema com vistas a recrutar e selecionar o melhor perfil a ser preenchido pela organização. O teste *House-Tree-Person* (HTP) pode ser citado como uma dessas técnicas e será apresentado mais adiante.

A pergunta norteadora desta pesquisa surge a partir de uma reflexão das autoras que propuseram compreender quais são os pontos positivos e negativos do teste HTP no processo de recrutamento e seleção em uma rede de posto de combustíveis?

Neste sentido, o estudo se restringe a discorrer sobre o subsistema de agregar pessoas e tem como objetivo geral, verificar os pontos positivos e negativos do teste HTP em interface com a psicologia organizacional, especificadamente no processo seletivo de uma empresa petrolífera no interior de Goiás. O estudo permite ainda apresentar os fundamentos teóricos do teste HTP e do processo de avaliação psicológica, além de descrever as características comportamentais exigidas ao cargo de frentista e revisar conceitos básicos da teoria de gestão de pessoas.

Contudo, acredita-se que esse estudo pode contribuir com gestores e administradores da área da gestão de pessoas na elaboração e estruturação do processo de recrutamento e seleção dentro das organizações, também contribui com os psicólogos no sentido de orientar às ferramentas a serem utilizadas no processo seletivo. A relevância social do estudo diz respeito à contribuição na redução de injustiças que podem ocorrer em função das características subjetivas dos candidatos que devem ser consideradas neste processo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão de pessoas e o subsistema de agregar pessoas

O processo histórico da teoria de gestão de pessoas apresentam as teorias da administração científica elaborada por Taylor, da administração clássica de Fayol, bem como da administração das relações humanas de Mayo. Segundo Franco (2008), foram essas teorias que deram origem a evolução de gestão de pessoas na atualidade.

A teoria da administração científica teve início no século XX, na qual tem como precursor o engenheiro americano, Frederick Winslow Taylor (1856-1915) (CHIAVENATO, 2003). Para o autor, a principal preocupação dessa teoria é o aumento da produtividade da empresa por meio da operacionalização, isto é, a principal fonte de produtividade parte dos trabalhadores, bem como, da divisão do trabalho. Essa abordagem parte de baixo (operários) para cima (supervisor e gerente).

Em contrapartida, a teoria de Henri Fayol (1841-1925), defendia a anatomia e fisiologia da estrutura organizacional, ou seja, a departamentalização. Esta teoria é inversa à escola da administração científica, tendo em vista que, parte dos administradores para os operários (FRANCO, 2008).

O sociólogo George Elton Mayo (1880–1949), postula a teoria das relações humanas, na qual se opõem as duas teorias supracitadas. A escola das relações humanas tem como propósito enfatizar a humanização dentro das organizações, respeitando o ser humano na sua subjetividade (FRANCO, 2008). Nessa perspectiva percebe-se que as transformações sociais causam impactos diretamente nos modelos de organizações, nesse sentido passa-se a criticar as teorias reducionistas de Fayol, Taylor e a teoria interacionista de Mayo. As teorias apresentam uma visão reducionista do ser humano, desconsiderando seus aspectos biopsicossociais e culturais, bem como as particularidades que devem ser levadas em consideração para o processo organizacional.

A gestão de pessoas surgiu no século XX, na era da informação e está presente nas organizações até os dias atuais. Gestão de pessoas remete a vários sentidos e fatores dentro de uma organização. Segundo Chiavenato (2010) sem pessoas não existem organizações e sem organizações não existiriam os trabalhadores, numa relação de troca que envolve objetivos pessoais e organizacionais. De um lado, os trabalhadores que precisam das organizações para suas realizações pessoais e de outro, as organizações que necessitam das pessoas para obtenção de lucro, crescimento, competitividade e estabilidade no mercado.

Na gestão de pessoas, Chiavenato (2010) defende a implantação de seis (6) subsistemas, que serão apresentados a seguir. Agregar pessoas é o primeiro subsistema desse processo e diz respeito ao processo de incluir novas pessoas na organização. O processo de aplicar pessoas está relacionado à modelagem do trabalho e a avaliação de desempenho. Outro processo defendido pelo autor é de recompensar pessoas, está

relacionado à remuneração e benefícios ofertados pela empresa aos colaboradores. O processo de desenvolver pessoas está ligado ao treinamento ofertado pela empresa, desenvolvimento das habilidades pessoais e profissionais dos indivíduos. Manter pessoas é o processo que se configura pela higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho. O último e não menos importante é o processo de monitorar pessoas, que corresponde aos bancos de dados e demais sistemas de informações gerenciais objetivando acompanhar e controlar os resultados gerados pelos colaboradores inseridos na organização.

Neste primeiro momento foram apresentados brevemente os seis subsistemas de gestão de pessoas de formas separadas didaticamente, porém estes subsistemas acontecem e se estruturam simultaneamente na gestão de pessoas. Para alcançar o objetivo geral do estudo aprofundaremos no primeiro subsistema de gestão de pessoas, isto é, o processo agregar pessoas.

Agregar pessoas na organização é uma atividade complexa que deve ser entendida como um dos processos mais importantes da gestão de pessoas, pois “[...] representam a porta de entrada para as pessoas com as características, habilidades e competências exigidas na organização” (CHIAVENATO, 2010, p. 100).

É comumente confundido o processo de recrutamento e seleção como termos equivalentes no processo de agregar pessoas, porém, torna-se necessário a diferenciação dos termos.

Chiavenato (2010) considera o recrutamento uma parte integrante do processo holístico de agregar pessoas. Para o autor, esta etapa consiste na divulgação de vagas que uma organização precisa preencher. O objetivo dessa fase é prover o processo de seleção. Dentro dessa etapa existem diversas funções, como por exemplo, à utilização dos meios de comunicação para o anúncio e publicação das vagas. As triagens de currículos dos candidatos que funciona como uma pré-seleção, objetivando reduzir o número de candidatos por vaga, selecionando apenas aqueles que possuem os pré-requisitos para o cargo a ser ocupado, bem como a convocação para as próximas etapas do processo seletivo.

Para Bailão e Rocha (2014) o processo de recrutamento passa por vários momentos tais como: a decisão de preenchimento de um cargo e requisição de pessoal pelos gestores, a definição do perfil da função requisitada e a escolha do tipo de recrutamento, seja ele interno, externo ou misto.

A seleção, por sua vez, caracteriza-se pela tomada de decisão a respeito dos candidatos pré-selecionados. É o período de classificação que visa essencialmente introduzir, no local de trabalho, os candidatos mais apropriados às necessidades do cargo e da organização de acordo com o seu desempenho durante as etapas do processo que antecederam essa fase. Chiavenato (2010) enfatiza que, para que os conhecimentos e as habilidades dos candidatos sejam avaliados torna-se necessário realizar um levantamento prévio de informações a respeito do cargo a ser preenchido.

Em suma, Chiavenato (2010), considera que a fase da seleção de pessoal se resume na comparação entre duas variáveis: os requisitos exigidos para a execução das atividades relacionadas ao cargo e o perfil (conhecimentos, habilidades, atitudes e outras características pessoais e comportamentais) dos candidatos.

Para Mazon e Trevizan (2000) o processo de seleção passa por etapas como análise curricular, avaliação psicológica, entrevista e verificação ou checagem de referências. Os autores consideram os testes aplicados na etapa de avaliação psicológica (tema que será discutido no próximo capítulo), como uma das etapas mais importantes nessa fase do processo, sendo eles (os testes) responsáveis pela identificação das características e habilidades dos candidatos.

2.2 Avaliação psicológica

Para melhor contextualização e entendimento sobre os processos de uma avaliação psicológica é de grande valia apresentar, brevemente, o surgimento da psicologia enquanto ciência. A psicologia foi reconhecida como ciência no século XIX, por Wundt, o autor criou o primeiro laboratório de pesquisa na Alemanha (AMBIEL, 2011).

A psicologia no Brasil se iniciou através da produção médico-científica acadêmica nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, estabelecendo a tentativa de formar o primeiro laboratório de psicologia aplicada e publicava estudos sobre problemas psicológicos no meio acadêmico (ALCHERI; CRUZ, 2003).

Segundo Anastasi e Urbina (2000) na primeira guerra mundial os psicólogos estavam preocupados em desenvolver testes que pudessem ser submetidos a todos os soldados, considerando seu nível de escolaridade e nacionalidade, pois identificavam-se muitos analfabetos e estrangeiros.

O psicólogo e biólogo Robert Yerkes (1876-1956) desenvolveu em 1917 juntamente com Henry Herbert Goddard (1866-1957) e Lewis Terman (1877-1956) o teste *Army Alpha* para soldados alfabetizados. Para os recrutas estrangeiros e analfabetos aplicava-se o teste *Army Beta*. Os instrumentos são modelos de testes cognitivos que avaliavam a linguagem, a percepção, o pensamento, a memória, o raciocínio etc., e tinha por objetivo sugerir as funções que os soldados estariam aptos a desempenhar (JACÓ-VILELA *et al*, 2018).

Na década de 1980 e 1990 os testes psicológicos estavam sendo utilizados de forma abusiva e sem os devidos conhecimentos, manejo e formação adequada necessária, principalmente na área de seleção de pessoas. Ao atingir essa situação a comunidade científica e acadêmica passou a exigir maior qualidade na formação profissional, nos testes psicológicos, bem como nos instrumentos de avaliação (AMBIEL, 2011).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) o psicólogo dispõe de um conjunto de ferramentas para sua prática profissional. A lei 4119 de 1962 no seu artigo 13, inciso primeiro estabelece:

[...] que o psicólogo poderá utilizar métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1962).

A resolução do CFP de número 02 de 2003, em seu artigo terceiro, definiu os requisitos mínimos que os instrumentos devem possuir para serem reconhecidos como testes psicológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003a). O Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) foi desenvolvido para divulgar informações sobre os testes psicológicos para a comunidade e para os psicólogos. O SATEPSI atribui parecer favorável ao teste HTP, ferramenta que faz parte do objeto de pesquisa desse estudo e será apresentado no capítulo seguinte.

Uma das principais chaves para a construção, adaptação e validação dos testes psicológicos no Brasil, segundo Ambiel (2011) foi à criação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP). Desde então, para melhorar a qualidade dos testes, a IBAP promove publicações em revistas científicas, congressos, eventos e reuniões com profissionais da área e realiza investimentos na produção científica.

Os testes psicológicos são ferramentas exclusivas do psicólogo e são úteis para obtenção de um diagnóstico com maior precisão e fidedignidade. Quando usados adequadamente podem trazer informações importantes e necessárias para o avaliando. Através dos testes os psicólogos (as) coletam informações relevantes que dificilmente poderiam ser percebidas em uma entrevista (OLIVEIRA; BUENO, 2018).

Os instrumentos e os testes psicométricos têm uma importante participação para auxiliar os psicólogos (as) nos diagnósticos de fenômenos psicológicos, ou seja, o teste informa aos profissionais quais são as atitudes que ele pode, ou não, tomar, com base nos dados coletados do avaliando (SARTES; SOUZA-FORMIGONE, 2013).

Nas organizações o teste tem papel fundamental no que se refere à seleção de pessoas. Segundo Souza (2013), em um processo de seleção, os psicólogos (as) buscam a avaliação da personalidade, das competências, dos distúrbios psicológicos ou quaisquer outras características associadas ao cargo pretendido. Diante disso, a autora faz questão de enfatizar que não é possível encontrar um único teste que possa avaliar todas as características necessárias para determinadas funções dentro de uma organização. Por isso, torna-se necessário aplicar dois ou mais instrumentos de testagem psicológica para que a avaliação seja suficientemente válida.

Segundo a resolução de número 7 de 2003 do CFP, os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo humano, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar, não somente sobre o indivíduo, como também na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003b). Até aqui é possível

compreender o quanto o órgão normativo considera e se preocupa com o processo de avaliação psicológica, em função da sua importância e validade, tanto para o sujeito que está sendo avaliado quanto para seu contexto familiar e social.

2.3 Teste projetivo de personalidade: house-tree-person (htp)

O desenho como método de expressão existe antes mesmo de ser considerado instrumento de avaliação. Desde os primórdios da humanidade o desenho é usado como forma de externalizar os pensamentos, os sentimentos e as experiências vividas por uma pessoa. Como exemplos disso, temos os desenhos pré-históricos (HAMMER, 1991). Atualmente, constata-se este fato em crianças que aprendem a desenhar, antes mesmo de aprenderem a escrever.

O primeiro teórico a notar as simbolizações nos desenhos foi o psiquiatra francês Max Simon, no século XIX. A partir disso, surgiram estudos e investigações sobre o simbolismo nos desenhos, levando a compreensão de que os desenhos expõem o inconsciente (CAMPOS, 2014). A autora enfatiza que a história dos desenhos como formas de avaliação iniciou-se com trabalhos sobre desenhos expressivos seguidos por estudos sobre a análise dos desenhos pela psicologia infantil.

De acordo com Suehiro (2016), o primeiro a desenvolver pesquisas sobre o desenho como forma de avaliar a inteligência foi o teórico Goodenough. O autor apontou a ligação entre os desenhos e os processos mentais, tais como, a associação, a memória de detalhes, a discriminação, a orientação espacial, a análise, a abstração, a coordenação viso-motora, dentre outras. Afirmando ainda que o desenho do indivíduo evolui de acordo com sua idade cronológica.

As avaliações que se utilizam de desenhos possibilitam maior indicação fidedigna de características da personalidade, pois os sujeitos submetidos a ela, na maioria das vezes, não conseguem compreender previamente o que é esperado deles. Portanto, essa metodologia diminui as chances de fornecerem respostas que considerem corretas apenas para terem sucesso nas avaliações (WEINER; GREENE, 2008 *apud* AMPARO, 2012).

De acordo com Pinto (2014), o conceito de teste projetivo foi formulado para classificar todos os instrumentos que tinham por objetivo expressar o que é interno, inconsciente ou desconhecido pelo próprio indivíduo, tendo essas técnicas à intenção de fornecerem dados a cerca da personalidade.

Segundo Tardivo (2008, *apud* TARDIVO, 2017), os testes projetivos possuem características regressivas e patológicas e por isso, orienta-se aplicar uma bateria de instrumentos para que não se reduza o sujeito às situações patológicas comuns encontradas nesses testes. Deve-se ainda considerar o seu nível socioeconômico, cultural, idade cronológica e nível de maturidade evolutiva para evitar erros de interpretações.

De acordo com Hammer (1991) a projeção provocada pelo teste permite ao sujeito projetar ou externalizar seus pensamentos, desejos e sentimentos. Em uma breve relação

entre esta proposição e o teste HTP, considera-se que os desenhos são sempre uma maneira de externalização do sujeito.

O teste HTP é um instrumento criado por John N. Buck e destina-se a pessoas a partir de 08 (oito) anos de idade. É uma técnica projetiva de desenhos que fornece informações para a compreensão da personalidade. De acordo com Buck (2003) o teste foi elaborado para conter duas fases. Uma conhecida como não estruturada, isto é, os desenhos da casa-árvore-pessoa, seguidos, ou não, do quarto desenho de uma pessoa do sexo oposto e a fase estruturada, que se configura pelo inquérito posterior aos desenhos.

De acordo com a Resolução do CFP de 002/2003, em seu artigo quinto, existem requisitos mínimos obrigatórios para que os instrumentos de avaliação psicológica sejam classificados como testes projetivos, dentre eles a resolução destaca a apresentação da fundamentação teórica do instrumento, das evidências empíricas e do sistema de correção e interpretação dos escores, explicitando a lógica que fundamenta todo o procedimento.

Neste sentido é imprescindível que os psicólogos (as) apresentem, de forma clara, os procedimentos de aplicação e interpretação para garantir uniformidade. As informações necessárias que devem conter, obrigatoriamente, no manual para os profissionais de psicologia, são: aspectos técnico-científicos, aspectos práticos e a literatura científica relacionada ao instrumento, respectivamente.

Nesta perspectiva, o teste HTP parte da conjectura de que o homem compreende o mundo de forma antropomórfica, uma habilidade de atribuir características humanas a objetos inanimados. Sendo assim, a casa, a árvore e a pessoa desenhadas no teste HTP são representações da imagem que o sujeito possui de si mesmo. De acordo com Hammer (1991), o desenho da casa provoca associações com a vida familiar do sujeito. O desenho da árvore provoca as projeções dos sentimentos mais profundos da personalidade do indivíduo, enquanto o desenho da pessoa esta relacionada com a visão de si mais próxima da consciência.

A administração dos desenhos do teste HTP pode ser realizada de duas maneiras. De acordo com Hammer (1991), o profissional deve, obrigatoriamente, apresentar uma folha de papel por vez, sendo que, na folha de papel que será desenhado a casa deverá ser entregue na posição horizontal e as folhas destinadas ao desenho da árvore e da pessoa devem ser entregues na posição vertical. Alguns autores propõem que os três desenhos sejam realizados em uma única folha de papel (CUNHA, 2003). Segundo Buck (2003) pode-se ainda solicitar uma quarta figura, que seria uma pessoa do sexo oposto ao desenho da terceira figura, que também deverá ser entregue na posição vertical.

A proposta de Hammer (1991) e Buck (2003) é validada no Brasil e possibilita analisar cada desenho separadamente, explorando seus aspectos individuais, bem como, localização e tamanho. Ao propor o desenho em folhas separadas torna-se possível analisá-los de forma contínua, examinando as relações existentes entre cada desenho. O autor propõe ainda três desenhos adicionais, estes sendo cromáticos (coloridos).

Buck (2003), fornece em seu manual um protocolo de interpretação padronizado, na qual apresenta uma lista de conceitos interpretativos de cada desenho, associados a possíveis características psicopatológicas da personalidade existentes ou potenciais. As análises são realizadas observando aspectos como: proporção, movimento, transparência, presença ou ausência de determinadas partes (detalhes), localização, perspectiva, qualidade da linha e uso adequado das cores em casos de desenhos cromáticos.

De acordo com o manual de interpretação as características apresentadas pelo teste não apresentam uma interpretação única, fixa ou absoluta. Sendo assim, os dados qualitativos identificados no HTP podem se mostrar como indicativos diagnósticos variáveis (BUCK 2003). Corroborando, Anastasi e Urbina (2000) criticam os testes ditos como projetivos pelo fraco perfil psicométrico dos mesmos, defendendo que os resultados não possuem objetividade, pois mesmo que exista uma padronização a última etapa de correção é subjetiva, isto é, depende da habilidade e experiência do profissional de psicologia.

Borsa (2010) sugere que o teste seja utilizado de forma individual e preferencialmente no âmbito clínico, pois dessa maneira é possível captar as especificidades e os aspectos da natureza individual que dificilmente seriam encontrados em um processo de curto prazo ou de aplicação coletiva. A autora critica ainda o protocolo de interpretação, apontando seu viés reducionista e psicopatologizante, defendendo então a utilização do mesmo como guia de orientação e como complemento para uma avaliação psicológica fidedigna.

3 | METODOLOGIA

Para este estudo foram selecionados registros do setor de gestão de pessoas de uma empresa petrolífera localizada no interior de Goiás. A empresa supracitada atua no mercado de combustível desde 1980 e possui postos revendedores nos estados de Goiás, Tocantins, São Paulo e uma distribuidora de petróleo em Goiás.

A pesquisa utilizou-se da metodologia de pesquisa documental devido suas características. Os testes utilizados são considerados documentos de segunda mão, pois já foram analisados pela área de gestão de pessoas. A abordagem de natureza qualitativa se efetiva em função do pesquisador manter contato direto com o ambiente e o objeto de estudo, preocupando-se muito mais com o processo do que com o produto (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Foram selecionados 04 (quatro) testes HTP, que incluem os desenhos produzidos pelos candidatos, os inquéritos posteriores aos desenhos e o manual e guia de interpretação do teste. Tais instrumentos buscam avaliar as principais características da personalidade através do estímulo a projeção de elementos da personalidade, permitindo que os mesmos sejam identificados com o propósito de avaliação. Salienta-se que existem estudos de validade e precisão do instrumento, sendo este, adaptado para a população brasileira (CAMPOS, 2014).

O acesso aos arquivos foi previamente autorizado pela organização. Os critérios de inclusão para a amostra desejada, foram registros de 4 (quatro) candidatos ao cargo de frentista de uma filial no interior do estado de Goiás, no ano de 2018, cuja classificação pelo setor de gestão de pessoas, após o processo seletivo, se configurou como: a) apto com perfil desejado, b) apto, c) apto com restrição e d) inapto. Os critérios de exclusão foram testes aplicados em outras regiões do país e protocolos anteriores ao ano de 2018.

Após a seleção dos instrumentos realizou-se a análise e correção de acordo com o manual e guia de interpretação vigente. Os próximos parágrafos apresentam uma correlação entre os resultados apresentados e as características exigidas para o perfil do cargo em questão.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para apresentação dos resultados identificados a partir da pesquisa realizada, a tabela 1 apresenta os dados sociodemográficos dos candidatos selecionados para a pesquisa.

Identificação	Idade	Sexo	Escolaridade	Local de Nasc.	Classificação
Candidato A	32	Masculino	Ens. Médio Completo	Goiás	Inapto
Candidato B	21	Masculino	Ens. Médio Completo	Goiás	Apto com restrição
Candidato C	19	Masculino	Ens. Médio Cursando	Pará	Apto
Candidato D	24	Masculino	Ens. Médio Completo	Bahia	Apto com perfil desejado

Tabela 1: Dados sociodemográficos

Fonte: Protocolo de interpretação HTP (2009)

Na tabela 2 apresenta-se um levantamento sistemático realizado a partir do manual de atribuições do cargo de frentista na empresa petrolífera. Este levantamento elenca as principais características exigidas para que o colaborador possa ocupar o cargo de frentista na organização.

Aspectos Cognitivos e aptidão	Características	Aspectos de Personalidade
	Atenção	Proatividade
	Agilidade	Sociável
	Rapidez	Receptividade

Agradabilidade	Organização
Assiduidade / Pontualidade	Zelo
Produtividade	Respeito à hierarquia
Boa maneiras	Juízo / Flexibilidade
	Responsabilidade / Compromisso

Tabela 2: Características exigidas ao cargo de Frentista

Fonte: Manual de atribuições da empresa petrolífera

De acordo com a tabela 2, observa-se que a empresa exige características importantes como “atenção, agilidade, rapidez, agradabilidade, assiduidade, pontualidade, boa maneiras e produtividade” para que o colaborador desempenhe esta função. Porém, com base nas interpretações do manual vigente o teste HTP não possui a sensibilidade para identificar as características acima mencionadas em função da sua estrutura, haja vista que o mesmo possui validade em analisar elementos estruturais e dinâmicos da personalidade, não sendo apto para avaliar aspectos cognitivos ou aptidões.

Com exposto acima, é relevante citar pesquisas sobre o uso dos testes psicológicos quais identificam os problemas mais frequentes na prática da avaliação psicológica, dentre os achados estão à utilização de testes inadequados para algumas situações específicas e o não conhecimento dos profissionais quanto as limitações dos instrumentos (ALMEIDA *et al.*, 1998 *apud* NORONHA, 2002).

A tabela 3 aponta as características identificadas e avaliadas no teste HTP conforme guia interpretativo de Buck. As análises seguiram, com rigor, a proposta do manual que propõe a verificação das características incomuns que possam indicar sinais de patologias ou potencial para patologias (BUCK, 2003). Neste sentido, o estudo elenca as principais características que são exigidas pela empresa aos colaboradores que exercem ou irão exercer a atividade numa perspectiva de *locus*, isto é, onde tais características se apresentam nos desenhos dos candidatos.

Perfil do cargo	HTP		
	CASA	ÁRVORE	PESSOA
Juízo / Flexibilidade	Proporção, telhado, detalhes, simetria, posição, paredes e localização.	Proporção, localização, qualidade, tronco e movimento.	Proporção, localização, movimento, cabeça, braços, ombros, pés e pernas.
Responsabilidade / Compromisso		Galho.	Dedos.
Proatividade	Margem inferior e porta.	Margem inferior, tronco e frutos.	Margem inferior, pernas, braços, pés e boca.

Sociabilidade	Telhado, porta, janela, localização, caminho, detalhes, proporção, traços faciais e perspectiva.	Localização, montanha, tronco, proporção, galhos, perspectiva e detalhes.	Localização, proporção, tronco, ombro, mãos, perspectiva, braços, movimento, queixo, cabeça e detalhes.
Organização / Zelo		Tronco.	Pés.
Respeito à hierarquia	Rotação da Página, proporção, perspectiva e janela.	Rotação da página, proporção, perspectiva, galho, tronco e simetria.	Rotação da página, proporção, perspectiva, ombros, dedos, queixo e pernas.

Tabela 3 - Análise realizado relacionando traços do HTP com o perfil do cargo.

Fonte: Guia de interpretação HTP (2009)

O quadro 1 apresenta, de forma didática, os conceitos interpretativos identificados nos testes dos candidatos. Estes conceitos foram retirados da tabela 3 e tem por objetivo realizar uma análise qualitativa das características apresentadas pelos sujeitos e facilitar o processo de discussão e compreensão das classificações apontadas pelo setor de gestão de pessoas da organização.

Conceitos HTP	Candidato A	Candidato B	Candidato C	Candidato D
Boca		X		
Braços	X	X	X	
Cabeça	X	X		X
Caminho	X			X
Dedos	X	X		
Detalhes	X	X		X
Frutos	X	X	X	
Galhos	X			
Janela	X	X		
Localização	X	X	X	X
Mãos		X		
Margem			X	X
Montanha	X			
Movimento	X		X	
Ombros	X			
Paredes		X	X	
Pernas	X	X	X	
Perspectiva	X	X	X	
Pés	X	X		
Portas	X	X	X	X
Posição	X	X	X	

Proporção	X	X		X
Qualidade	X	X	X	
Queixo	X			
Rotação da página	X	X		
Simetria	X			
Telhado	X			
Tronco	X	X	X	
Traços faciais		X	X	

Quadro 1 - Análise realizado relacionando traços do HTP com o perfil do cargo

Fonte: Dados extraídos do Guia de interpretação HTP (2009)

Os conceitos identificados a partir do teste HTP de cada candidato apontam que, quanto menos conceitos interpretativos apresentados maiores as chances destes se enquadrarem no perfil desejado pela organização conforme apresentado na quadro 1. Esses achados parecem corroborar com os apontamentos de Borsa (2010) ao enfatizar as características normativas, patologizantes e reducionistas do teste. Pinto (2014) enfatiza o cuidado que os psicólogos (as) devem tomar com as interpretações reducionistas dos testes projetivos, dado que os mesmos avaliam características ou funções específicas.

Conforme apresentado na tabela 1, o candidato A foi classificado pelo setor de gestão de pessoas da organização como inapto, este por sua vez, apresenta a maior quantidade de conceitos interpretativos aparentes conforme quadro 1. Ao compararmos com a tabela 3, que diz respeito às características exigidas ao cargo o candidato A, no momento, apresenta dificuldades de sociabilidade, ausência de flexibilidade e hostilidade, podendo apresentar ainda comportamentos explosivos e opositores, dificultando sua relação e respeito com a hierarquia.

Enquadrar o sujeito como inapto, ou qualquer outra nomenclatura, parece ser uma ação taxativa de enquadramento em um rótulo e por vezes preconceituosa. Porém, em uma perspectiva organizacional ressalta-se as ponderações de Nogueira (1982) ao afirmar que nenhuma organização moderna e consciente “pode se dar ao luxo de admitir ou incorporar mão-de-obra desqualificada ou pouco adequada às suas reais necessidades” (p. 20). Isso em função da competitividade organizacional, bem como do reconhecimento das organizações de que seus colaboradores são os recursos mais importantes que estas possuem confirmando a importância, eficácia e validade das variadas metodologias de recrutamento e seleção.

O sujeito B é o segundo candidato que mais apresentou conceitos interpretativos no teste HTP de acordo com a quadro 1. Este por sua vez, foi classificado pelo setor de gestão de pessoas como apto com restrição conforme apresentado na tabela 1. O candidato apresenta dificuldade de sociabilidade, ausência de flexibilidade e grande

necessidade de dependência, podendo impactar na proatividade, uma vez que esta é uma das características exigidas para o cargo.

Gramigna (2007) defende que o crescimento do sujeito e o desenvolvimento das habilidades exigidas ao cargo que não foram identificadas no sujeito B, podem ser adquiridas a partir das estratégias de capacitação, treinamento e desenvolvimento dentro da organização. Para Leme (2005) o processo de capacitação é realizado através da identificação das características que o cargo exige e que o colaborador não possui traçando, a partir, disso um plano de desenvolvimento específico para o objetivo em questão.

Ao analisar a tabela 1, identifica-se que o candidato C foi classificado pelo setor de gestão de pessoas como apto. O candidato, no momento, não apresenta proatividade e, em alguns momentos e situações específicas pode apresentar comportamentos que dificultam sua interação social.

Neste sentido, ao considerar as características sociodemográficas do candidato C, identifica-se que este apresenta um perfil que merece atenção especial da organização, haja vista que o mesmo necessita desenvolver habilidades que potencialize seu crescimento e adaptação à nova cultura, pois se trata de um sujeito natural de outro estado brasileiro. Corroborando, Tardivo (2008, *apud* TARDIVO, 2017) defende que ao se interpretar os testes psicológicos é necessário considerar os aspectos sociodemográficos do indivíduo, para evitar erros de interpretação.

O desenvolvimento organizacional é realizado pelo subsistema de treinamento e desenvolvimento e tem por objetivo desenvolver e capacitar à aprendizagem do sujeito para que este possa atender as expectativas e exigências da organização em que está inserido (CHIAVENATO, 2010). Ressalta-se que existem diferenças entre os dois métodos. O treinamento é focal e o desenvolvimento está relacionado ao cargo que o colaborador possa assumir futuramente dentro da organização.

Diante disso, o treinamento detém possibilidades transformadoras em comportamentos conservadores de alguns colaboradores, podendo ser modificado através destes. É a partir dos treinamentos que se torna possível desenvolver qualidades e trabalhar fraquezas, tendo em vista a interação social desses colaboradores dentro das organizações (CHIAVENATO, 2010).

Numa perspectiva descritiva, o candidato D apresenta a menor quantidade de conceitos interpretativos comparado aos candidatos A, B e C. Este por sua vez foi classificado pela organização como apto com perfil desejado conforme aponta a tabela 1. Seu perfil profissional indica que o mesmo, em alguns momentos, pode manter dificuldades de respeito à hierarquia caso se sinta em um ambiente restritivo. Sujeitos com características de liderança dificilmente conseguem se sentir bem em ambientes que os restrinjam ou limitam seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Existem algumas características de personalidade que um bom líder possui para que possa alcançar seus objetivos e os das organizações. Roque (2014) cita a

qualificação e especificação, motivação, credibilidade, dinamismo, comunicação clara e objetiva, humildade, transparência, zelo, firmeza, integridade, honestidade, mudanças, proatividade, agradável, competência, dedicação, empenho, autoconfiança, conhecimento, confiabilidade, cuidado, compromisso, respeito, encorajamento, positividade e entusiasmo como características comuns aos grandes líderes.

Aqui vale ressaltar que um bom líder geralmente possuem algumas dessas características natas, isto é, fazem parte da personalidade do sujeito. As demais características necessárias ao líder podem ser desenvolvidas ao longo da sua vida pessoal e sua carreira profissional a partir de ferramentas metodológicas apropriadas para o desenvolvimento de tais características.

O desenvolvimento dessas características se tornam possíveis a partir de sua essência que Bock (1997) vai chamar de “Eu verdadeiro”. A autora aponta que o sujeito detém infinitas potencialidades e habilidades que podem não se manifestarem de forma imediata. Neste sentido o “Eu” deve ao longo da vida, a partir das experiências vividas, realizar-se, presentificar-se, atualizar-se por meio de suas condições e interações sociais, inclusive no ambiente de trabalho.

Para encerrar, sem a pretensão de esgotar a discussão, verifica-se que as possibilidades dos sujeitos trazem consigo a capacidade de mudanças, tanto em seus comportamentos, atitudes e sua personalidade e levam ao crescimento pessoal e a auto-realização.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs verificar os pontos positivos e negativos do teste HTP no contexto organizacional. Os resultados aqui apresentados evidenciam a validade e fidedignidade do teste HTP em analisar as características de personalidade que o mesmo se propõe. Esta afirmativa pode ser confirmada a partir da pesquisa, pois foi possível identificar nos testes dos candidatos as características de personalidades exigidas ao cargo de frentista. Por outro lado, às características cognitivas exigidas ao cargo não são passíveis de análise a partir do instrumento.

Outro ponto positivo do teste HTP diz respeito a sua metodologia projetiva, haja vista que o candidato não consegue prever o que é esperado no momento da avaliação, fazendo com que o mesmo não induza respostas prontas ou esperadas, como podem acontecer em testes psicométricos.

Os pontos negativos do teste HTP no contexto da organização pesquisada se referem à demora na administração e interpretação do teste haja vista que, devido ao imediatismo das organizações as mesmas tendem a exigir agilidade nos processos de recrutamento objetivando a lucratividade e a redução dos prejuízos.

Em consoante, a subjetividade da interpretação pode ser outro aspecto negativo no processo, pois o profissional, quando não preparado ou habilitado pode produzir injustiça no processo de recrutamento e seleção. Por isso, exige-se destes profissionais conhecimentos e habilidades nas técnicas projetivas e a integração de outras técnicas como, por exemplo, as entrevistas por competência.

Como orientação, sugere-se que o processo seletivo seja realizado através de uma bateria de testes que, além da utilização do teste HTP, inclua testes que avaliam aspectos cognitivos, como por exemplo, o teste R1, D2 ou AC e instrumentos que avaliem desempenho como, por exemplo, o teste expressivo palográfico.

A guisa de conclusão, a pesquisa permitiu novas experiências no campo relacional entre as pesquisadoras, bem como dos envolvidos no estudo e promoveu a ampliação dos conhecimentos teóricos, metodológicos e acadêmicos no campo da psicologia organizacional e da avaliação psicológica, em especial o teste projetivo de personalidade HTP.

É possível afirmar que a pesquisa respondeu o questionamento inicial que objetivou e guiou este estudo, porém, despertou um leque para novas provocações e inquietações, por isso, orienta-se que sejam realizadas pesquisas experimentais posteriores com a aplicação do teste HTP, D2 e palográfico em candidatos para verificar se as combinações destes instrumentos possuem a sensibilidade para avaliar todas as características exigidas ao cargo de frentista da empresa pesquisada. Pensa-se também na realização de pesquisas que objetivem verificar a eficácia dos mais variados testes projetivos no contexto organizacional brasileiro haja vista que sua predominância diz respeito à cultura de utilização e validação no contexto clínico.

REFERÊNCIAS

ALCHIERI, João Carlos; CRUZ, Roberto M. **Avaliação psicológica: Conceitos, Métodos e Instrumentos**. 1ª ed. São Paulo. Casa do psicólogo. 2003.

AMBIEL, Rodolfo A. M. *et al.* **Avaliação psicológica: Guia de consulta para estudantes e profissionais da psicologia**. 1ª ed. São Paulo. Casa do psicólogo. 2011.

AMPARO, Deise Matos *et al.* **Métodos projetivos e avaliação psicológica: Atualizações, avanços e perspectivas**. Brasília, DF. 2012.

ANASTASI, Anne; URBINA, Susana. **Testagem psicológica**. 7º ed. São Paulo, Editora Artmed, 2000.

BAYLÃO, André Luis; ROCHA, Ana Paula. A Importância do Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal na Organização Empresarial. **SEGeT**, Vol 14, nº 8 2014.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate sobre o significado do fenômeno psicológico. **Psicol cienc. prof.** Brasília, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997.

BORSA, Juliane Callegaro. Considerações sobre o uso do teste Casa-Árvore-Pessoa: HTP. **Avaliação Psicológica** [online] Vol. 16 n° 3, 2010.

BUCK, John N. **Casa-Árvore-Pessoa técnica projetiva de desenho: Manual e guia de interpretação**. São Paulo. Editora Vetor. 2003.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **O teste do desenho como instrumento de diagnostico da personalidade**. 46° ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2014.

CAXITO, Fabiano de Andrade. **Recrutamento e seleção de pessoas**. Curitiba. IESDE Brasil S.A. 2012.

CHIAVENATO, Idalberto, **Introdução à teoria geral da administração: Uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7° ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3° ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Lei 4119/62, 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo**.

_____. Resolução nº 002/2003, 24 de março de 2003. **Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001**.

_____. Resolução nº 007/2003, 14 de junho de 2003. **Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002**.

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico – V**. 5° edição. São Paulo, Editora Artmed, 2003.

FRANCO, José de Oliveira. **Recursos Humanos: Fundamentos e processos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e Gestão dos talentos**. 2° edição. São Paulo, Editora Pearson Prentice Hall, 2007.

HAMMER, Emanuel F. **Aplicações clínicas dos desenhos projetivos**. Rio de Janeiro: Interamericana. 1991.

JACÓ-VILELA, Ana Maria *et al.* **Historia da psicologia rumos e percursos**. Editora NAU. Rio de Janeiro, 2018.

LEME, Rogerio. **Aplicação prática de gestão de pessoas: mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento**. 2° edição. Rio de Janeiro. Editora Qualitymark, 2008.

MAZON, Luciano; TREVIZAN, Maria A. Recrutamento e seleção de recursos humanos em um hospital psiquiátrico de um município paulista. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 4, p. 81-87, agosto 2000.

NOGUEIRA, Paulo Roberto. Efetividade organizacional através do sistema recursos humanos. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 22, n. 1, p. 19-24, Mar. 1982 .

NORONHA, Ana Paula Porto. Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. **Psicologia: reflexão e crítica**. V. 15, n. 1, 2002.

OLIVEIRA, Camila Miles; BUENO, Ângela V.P. Uma análise da contribuição dos Testes Psicológicos no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal. **UNIVAG**. Vol. 5 n° 3, 2018.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo. A influência da área de RH na produtividade das pequenas empresas. **XIII SemeAD Seminário em Administração**. Setembro de 2010.

PINTO, Elza Rocha. **Conceitos fundamentais dos métodos projetivos**. Rio de Janeiro v. 17, n. 1, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROQUE, Fabio Aparecido. Liderança: o diferencial das empresas de sucesso. **Revista InterAtividade**, Andradina, SP, v.2, n. 1, 1º sem. 2014.

SARTES, Laisa M.A; SOUZA-FORMIGONI, Maria Lucia O. Avanços na Psicometria: Da Teoria Clássica dos Testes à Teoria de Resposta ao Item. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto alegre, v. 26, n 2, 2013.

SOUZA, Barbara. Recrutamento e Seleção: Um Desafio ao Psicólogo organizacional. **UFRGS. Instituto de Psicologia. Curso de Especialização em Psicologia Organizacional**. Porto Alegre. 2013.

SUEHIRO, Adriana Cristina Boulhoça; BENFICA, Taiane de Souza; CARDIM, Nemeia Aiêxa. Produção Científica sobre o Teste Desenho da Figura Humana entre 2002 e 2012. **Psicologia: Ciência e Profissão** Vol. 36 n° 2. 2016.

TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury. O desenho da figura humana em crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.** São Paulo , v. 37, n. 92, p. 63-78, jan. 2017.

COOPERATIVISMO: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 06/09/2020

Neiva Feuser Capponi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Doutoranda no Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, Unioeste campus Marechal Cândido Rondon-PR.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3460-2451>

André Fernando Hein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Unioeste.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0373-3811>

Lígia Fiedler

Universidade Estadual de Maringá. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da UEM.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0373-3811>

Marines Luiza Guerra Dotto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutoranda no Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, Unioeste campus Marechal Cândido Rondon-PR.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5880-902X>

Milena Bortoleti Ewerling

Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Graduanda no Curso de Ciências Contábeis da Unioeste – Cascavel-PR.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4886-7159>

RESUMO: O estudo tem por objetivo analisar os aspectos relevantes para formalização e constituição de uma cooperativa de costureiras, bordadeiras e serigrafistas na cidade de Cascavel – PR. Trata-se de uma pesquisa participativa, com análise descritiva, que ocorreu no ano de 2016. Após identificação das necessidades do grupo de pessoas, relacionou-se as formalidades, os procedimentos e exigências para a constituição de uma cooperativa, foram estruturadas as necessidades pertinentes à sua constituição. Direitos e deveres, qualidade dos produtos, metas de crescimento e qualificação foram sempre pautas nas reuniões, com a finalidade de deixar claro à que seus cooperados tinham que ter quando aderissem ao propósito da cooperativa. Como lacuna para futuras pesquisas, sugere-se a sequência dos trabalhos dos cooperados, tais como o plano de trabalho, cursos de qualificação, ganhos e quais são os novos desafios propostos para o grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Princípios do Cooperativismo, Constituição, Cooperado.

COOPERATIVISM: CONSTITUTIONAL AND SOCIAL ASPECTS

ABSTRACT: The study aims to analyze the relevant aspects for the formalization and constitution of a cooperative of seamstresses, embroiderers and serigraphists in the city of Cascavel - PR. It is a participatory research, with descriptive analysis, which took place in 2016. After identifying the needs of the group of people, the formalities, procedures and requirements for the constitution of a cooperative were listed, the relevant needs were structured to its constitution.

Rights and duties, product quality, growth and qualification goals were always discussed at the meetings, with the purpose of making it clear what their members had to have when they adhered to the cooperative's purpose. As a gap for future research, it is suggested the sequence of the members' work, such as the work plan, qualification courses, earnings and what are the new challenges proposed for the group.

PALAVRAS-CHAVE: Principles of Cooperativism, Constitution, Cooperated.

1 | INTRODUÇÃO

O setor econômico cresce constantemente permitindo que com isso a sociedade busque alternativas de trabalho, como opção surgem as cooperativas, que apresentam suas origens e princípios, pontos relevantes para a constituição e a contribuição para os cooperados, assim como também descreve algumas das principais relações entre os cooperados. Sabendo que os interessados se aproximam por afinidades nos negócios ou nas atividades desenvolvidas ou ainda pela finalidade dos serviços, entre outros. Diferindo em alguns pontos específicos e em alguns aspectos relevantes, tais como: constituição, composição da diretoria, aspectos que devem estar explícitas desde sua formação, assim como no andamento e nas perspectivas futuras dos negócios.

Nem todas as características das cooperativas são conhecidas, tornando-se necessário o esclarecimento sobre suas particularidades. Reflexões que são abordadas neste trabalho levando em consideração as necessidades essenciais para constituição de uma cooperativa. Que não podem ser confundidas, pois todas as decisões ficam registradas no estatuto, no regimento e no regulamento, entre elas estão as proibições e peculiaridades referente as atividades desenvolvidas.

A informalidade cerca uma grande parte da população brasileira devido aos altos custos trabalhistas. Fatores que levam as pessoas a assim se submeterem, para poder aumentar seu rendimento, desta forma, o trabalho por conta própria, ou seja informal, aparece como solução momentânea.

A partir destas contextualizações, esta pesquisa objetiva analisar os aspectos relevantes para a formalização e a constituição de uma cooperativa de costureiras na cidade de Cascavel - PR. Justifica-se este trabalho pela necessidade, de permitir que estes profissionais, que vivem da atividade da costura, possam se estruturar na cooperativa, melhorando os aspectos relacionados à formalidade através da constituição da cooperativa de costureiras, partindo das origens do cooperativismo com destaque para os princípios cooperativistas.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

Nesta etapa da pesquisa são abordados temas que apresentam o entendimento sobre o cooperativismo e seu surgimento, sendo abordados ainda, os princípios do cooperativismo, direitos e deveres dos cooperados.

2.1 Origens do Cooperativismo

Ressalta-se que as conquistas realizadas por meio do cooperativismo, coloca em destaque os bons resultados apresentados pelos mais diversos segmentos das cooperativas. Mas também se torna oportuno identificar as dificuldades encontradas para consolidar e fundar as cooperativas, aspectos relacionados às pessoas, ao segmento em si, pelas particularidades das atividades desenvolvidas e pela própria legislação.

Vale destacar que o próprio termo cooperação apresenta um sentido especial e pouco comum na atualidade, porém para Etgeto (2005), etimologicamente a palavra cooperação, vem do verbo latim *cooperari*, de *cum* e *operari*, ou seja, operar juntamente com alguém, expressa ainda, a prestação de auxílio para um fim comum. Cooperativismo é a doutrina que tem em vista à renovação social através da cooperação. Na visão sociológica, cooperação é uma forma de integração social e pode ser percebida como ação combinada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo.

Seguindo a trajetória de crescimento, união e participação, tem-se que: *a cooperação quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais*. As cooperativas fazem parte dos grupos, uma vez que, mesmo com a atribuição dos fins econômicos, ainda assim, mantém os fins sociais e educativos (PINHO, 1982, p. 8).

No Brasil, a organização das Cooperativas, teve seu início com o fim da escravidão e a proclamação da República. Michels (1995), atribui que desde então, se vê uma forma de associativismo, uma vez que já eram respeitados os costumes e as tradições. Circunstâncias que foram estabelecendo normas e metas para a organização desta ação cooperativa, que com aprimoramento e aperfeiçoamento responde por grande parte da produção e comercialização no país.

Para Etgeto (2005), o exemplo de Rochdale se irradiou pela Inglaterra e logo se difundiu para outros países, por meio de seu aprendizado, muitas cooperativas foram constituídas seguindo seus princípios. Para a atualidade a cooperativa de Rochdale é considerada como a mãe de todas as cooperativas. O movimento cooperativo apresenta números expressivos, é responsável pelo crescimento e desenvolvimento de parte da nação brasileira, o que remete ao próximo assunto, que é relatar um breve histórico sobre o cooperativismo no Brasil.

2.2 Cooperativismo no Brasil

No Brasil a Lei 5.764 instituída em 16 de dezembro de 1971, apresenta em seu Art. 4º, a definição: *as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]* (BRASIL, 1971). O crescimento do número de cooperativas ocorre de acordo com o progresso do país. É constante a criação de novas cooperativas, nos mais diversos segmentos da sociedade.

O cooperativismo se instalou legalmente no Brasil por meio do Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932 (BRASIL, 1932). Momento em que aconteceu forte desenvolvimento do sistema cooperativo e por meio da Lei 5.764/1971 são estabelecidas as condições de organização e funcionamento das Cooperativas, que seguem uma ordem de classificação, correspondendo há:

a) Cooperativas Singulares – que são as de 1º grau: são as que atuam com o público alvo. Formadas por número mínimo de cooperados, compõe o quadro organizacional da cooperativa, podendo ser pessoas físicas e/ou jurídicas. Caracterizam-se pela prestação direta de serviços aos associados. Objetivam estimular a formação, a capacitação e a organização dos associados a fim de ampliar o controle social, orientando as relações de parceria. Os recursos captados pelas singulares são aplicados localmente, contribuindo com a economia e desenvolvimento dos municípios.

b) Centrais ou Federações – que são as de 2º grau: entidades com assentos legais e estatutários que, em cada estado, coordena as ações das Cooperativas singulares. Constituídas por, no mínimo, três cooperativas singulares. Objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, unificando e orientando suas atividades, além de facilitar a utilização recíproca dos serviços.

c) Confederações de Cooperativas – que são as de 3º grau: são no mínimo três centrais ou federações de diferentes modalidades. Objetivam guiar e coordenar as atividades das filiadas (BRASIL, 1971).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), para que elas sejam instaladas ou criadas, é necessário seguir os procedimentos e princípios que fazem parte do que determina a legislação específica para o cooperativismo, assuntos abordados no próximo assunto.

2.3 Princípios do Cooperativismo

A doutrina cooperativista teve rápida evolução dos princípios originais para realidade moderna, em especial os Rochdaleanos. A entidade representativa em âmbito mundial, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), aprovou uma série de princípios no Congresso de Manchester em 1995, adicionando outros, além dos de Rochdale, que de acordo com Santos, Gouveia e Vieira, (2008), são:

A *adesão* que é livre e voluntária: As Cooperativas são sociedades abertas às pessoas, que podem entrar voluntariamente, com número ilimitado, desde que estejam aptas a usar seus serviços com a mesma afinidade e finalidade de cooperação. Refere-se também, sobre a singularidade do *voto*, que é o controle democrático dos sócios. As cooperativas são organizações democráticas, definindo suas estratégias e atuações por todos os sócios (um sócio, um voto), sendo seus representantes eleitos diretamente entre os associados.

As *quotas-partes* do capital são limitadas à participação econômica dos sócios, que decidem democraticamente o destino de seus recursos, sendo intransferíveis para terceiros. Cumprem o que determina o objetivo social, constituição de fundos usados na própria manutenção e desenvolvimento da sociedade.

O retorno das *sobras líquidas do exercício* será rateado proporcional às operações realizadas pelo cooperado. Deliberações que são asseguradas pelo estatuto. O *fundo de reserva* e de *Assistência Técnica Educacional e Social*, são indivisíveis, como determina a própria legislação.

O *Estatuto Social* uma vez definido e aprovado pelos cooperados, deve ser cumprido rigorosamente e quando surgirem fatos novos, estes serão levados em assembleias para análise e decisão. Sendo que para seu funcionamento, deve ter um número mínimo de cooperados para que a mesma aconteça, seguindo a legislação e o Estatuto da cooperativa.

Educação, treinamento, assistência e informação, são ações sociais da cooperativa, que oferecerá treinamento e educação para seus sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para seu desenvolvimento.

Quando da admissão de novos cooperados, deve-se seguir as normas dos estatutos, com participação em reuniões, mantendo a afinidade de desempenho de funções e estar de acordo com o objeto social da cooperativa. Não se pode impedir novos integrantes por questões de religião, raça ou aspectos sociais. Princípios cooperativos que servem para proteger os cooperados. Tornam-se amparados por uma legislação, mantendo a organização como um todo. Para que isso ocorra são acordados alguns direitos e deveres de cada cooperados, apresentados na sequência.

2.4 Direitos e deveres dos cooperados

A Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (SESCOOP/SP 2017), redigiu alguns procedimentos como Direitos e Deveres aos associados de uma cooperativa, como podem ser observados no Quadro 1.

Direitos dos cooperados	Deveres dos cooperados
- Votar e ser votado;	- Operar com a Cooperativa;
- Participar de todas as operações da Cooperativa;	- Participar das Assembleias Gerais;
- Receber retorno de sobras apuradas no fim do ano;	- Pagar suas quotas-partes em dia;
- Examinar os livros e documentos;	- Aumentar o capital na Cooperativa;
- Convocar assembleia, caso seja necessário;	- Acatar as decisões da maioria;
- Pedir esclarecimento aos Conselhos de Administração e Fiscal;	- Votar nas eleições da Cooperativa;
- Opinar e defender suas ideias;	- Cumprir com os compromissos;
- Propor ao Conselho de Administração, ou à Assembleia Geral, medidas de interesse da Cooper.	- Zelar pela imagem da Cooperativa.

Quadro 1 – Direitos e deveres dos cooperados

Fonte: Adaptado de (SESCOOP/SP 2017).

Dentre estes direitos e deveres que os cooperados têm, algumas das responsabilidades são individuais e outras são coletivas. De acordo com a Lei 5.764/1971 (BRASIL, 1971), as decisões que os diretores não podem tomar sem a aprovação da Assembleia Geral dos cooperados, são:

- Aprovação dos planos de trabalhos da Cooperativa;
- Aprovação da prestação de contas do Conselho de Administração e parecer do Conselho Fiscal;
- Aprovação de distribuição de sobras;
- Aumento de Capital da Cooperativa;
- Reforma do Estatuto;
- Dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidantes;
- Aquisição e vendas de bens móveis e imóveis;
- Fusão, Incorporação ou desmembramento da Cooperativa

2.4.1 Definições sobre o Ato Cooperativo

É importante destacar que a Lei 5.764/1971 em seu Art. 79, estabeleceu que o ato cooperativo se refere às atividades desenvolvidas entre as cooperativas e seus associados. Ou seja, atos que ocorrem entre estes e aqueles, ao mesmo tempo em que é feito pelas cooperativas entre si quando associados, visando sempre os objetivos sociais. Porém, no seu parágrafo único estabeleceu que o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria (BRASIL, 1971).

3 | METODOLOGIA

Este estudo visa expor sobre a origem da cooperativa das costureiras de Cascavel - PR, os princípios constitucionais e sociais da cooperativa e as dificuldades e esperanças das pessoas envolvidas. A pesquisa se caracteriza como participante, uma vez que os pesquisadores acompanharam toda a evolução e constituição da cooperativa (BEUREN, 2010). Por meio de reuniões foram estabelecidos todos os pontos necessários às normativas no segmento de facção, bem como a análise dos custos individualmente e coletivamente, a estrutura e composição dos membros para a efetiva organização da cooperativa. A dinâmica dos trabalhos ocorreu durante o ano de 2016.

Desta forma, os membros foram conhecendo a importância de uma cooperativa e o que é necessário para sua constituição. Para isso, eles se comprometeram a convidar mais pessoas, a fim de que o número fosse condizente com um estatuto de cooperativa. Situação que passa a ser explicada por meio de uma análise descritiva e qualitativa, uma

vez que se objetiva descrever os aspectos relevantes que permearam a formalização e constituição da cooperativa das costureiras.

4 | DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo por base a legislação, as normas, os regulamentos e as decisões tomadas pelo grupo de pessoas, que passam a ser denominados cooperados, descreve-se os passos da constituição da *cooperativa de facção*.

Tendo interesse em conhecer a realidade para a estruturação de um mecanismo que pudesse atender seus anseios, alguns profissionais da área de costura, determinada como faccionistas, foram orientados a procurarem o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, buscando aporte quanto à elaboração de uma associação ou cooperativa, uma vez que eles se sentiam explorados e em condições, muitas vezes insalubres, pelo excesso de costuras e baixo valor que lhes é pago. Para isso, estruturou-se uma equipe de professores dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, além de alunos para acompanhar os trabalhos que seriam necessários.

Foi analisado o interesse e o compromisso que estas pessoas tinham e queriam com a elaboração de algo concreto, chegando-se à primeira reunião que ocorreu em 04/07/2016 com a pauta cooperativismo; associativismo; viabilidade de ambas e esclarecimento das dúvidas. Destacou-se a origem do cooperativismo, que aparece das necessidades das pessoas, principalmente pela dificuldade de conseguirem realizar o seu plano de trabalho individual. Assim como na sociologia, que explica o cooperativismo como uma ação combinada de pessoas que se unem de modo formal ou informal, para alcançarem o mesmo objetivo.

Foi marcado um novo encontro, nesse intervalo de tempo eles fizeram outras reuniões e convidaram mais pessoas com interesses a fim. Os cooperados estavam bem confiantes e decididos sobre o que queriam. Outras pessoas apareceram, sendo necessário retomar os conceitos de cooperativas, porque formar uma cooperativa e o que se ganha com todo esse trabalho. Mesmo alguns dizendo que não ia dar certo, o grupo estava firme e foram agendadas reuniões semanais. Passou-se a fazer uma pauta para as reuniões e ficou combinado que eles deviam convidar mais costureiras que estão nessas condições. Mesmo sabendo que existem problemas de resistência, conflitos e urgência da causa, foram abordados os assuntos pertinentes, esclarecendo-se a diferença entre associativismo e cooperativismo e a viabilidade de cada uma. Uma vez que no princípio eles pensavam nesta modalidade de participação.

Sendo o Cooperativismo uma maneira de melhorar as condições das pessoas que exploram a mesma atividade, valorizando seu trabalho e proporcionando melhor rendimento financeiro, qualidade de vida, aperfeiçoamento profissional, novos equipamentos, seguro

de vida e contribuição para a aposentadoria. A cooperativa permite ainda remunerar os cooperados conforme a produção, sendo justa, pois vai receber mais quem produzir mais e ainda pode distribuir sobras, qualificar os cooperados e proporcionar o bem comum.

Dadas as explicações entre as duas opções da cooperativa ou associação, estes refletiram e chegaram à conclusão sobre o que seria melhor, neste momento, para a pretensão do grupo. No dia 11 de julho de 2016, ocorreu a decisão em conjunto sobre a constituição da cooperativa das costureiras de Cascavel - PR, marcando uma nova etapa a partir deste momento.

Com a decisão tomada foi exposto o que era necessário para constituir a cooperativa e partiram para realizar o que até então era um sonho. Tinham várias tarefas, começando pela escolha da Razão Social, ter um endereço, número mínimo de participantes, definições de quota parte, logotipo da cooperativa, assuntos que foram esclarecidos e que eles levaram como tarefa para no próximo encontro apresentar as sugestões.

Assim foram os primeiros passos dentro do grupo, cumprindo assim um dos princípios do cooperativismo que é a união e adesão voluntária de um grupo de pessoas. E que seus membros possuem direitos e deveres, tais como: votar e ser votado.

Sucessivamente as etapas foram acontecendo: levantamento dos custos, escolha do local, pois se fazia necessário um endereço, para a vistoria dos bombeiros. Alinhamento das novas reflexões, como filiação, a quota parte que cada um teria que bancar para atendimento das obrigações estatutárias. Além, da equipe central da cooperativa que se fazia necessário para estar à frente das decisões mais eminentes. Foi convidado um contador de um escritório de contabilidade que passou todas as informações quanto a parte contábil, legalização (contrato social, CNPJ) e que a cooperativa só poderia ser estabelecida pelo regime do Lucro Real. Orientou, também que ocorresse a abertura da conta em um banco para o depósito da quota parte que já estava sendo paga pelos integrantes.

Foi também esclarecido que todos participariam das operações da Cooperativa; como o retorno de sobras apuradas no fim do ano seriam divididas; a examinação dos livros e documentos; a forma para pedir esclarecimento aos Conselhos de Administração e Fiscal. Como deveres, estabeleceu-se que todos deviam participar das Assembleias Gerais; pagar as quotas-partes em dia; e os valores das quotas parte para os futuros ingressantes. Quem poderia votar nas eleições e que todos deviam zelar pela imagem da Cooperativa.

O grupo que começou com 12 pessoas com atividades comum, como costuras, bordados e serigrafia, se estruturou e ao observar seu potencial, uniram-se e formaram a cooperativa. No momento, já são 22 profissionais que exercem as funções como corte, estamparia, serigrafia e outros envolvidos e comprometidos. Outras pessoas manifestaram interesse, mas estão aguardando os primeiros resultados para depois ingressar.

Os desafios para o futuro dos cooperados foram estabelecidos como: analisar os custos de produção, melhorar a qualidade do trabalho e aumentar a produtividade. Para isso, alguns limitantes para que esse aumento ocorresse foram instituídos: iniciar as atividades

como cooperados; analisar a qualidade da produção de cada costureira; baixa quantidade de pedidos para garantir o sustento das famílias; alternativas para melhorar a produção; busca de financiamentos com custos baixos; competir com preços e a tecnologia de forma a inovar o processo e garantir a produtividade; elaborar planos de trabalhos à Cooperativa; aumentar a renda; qualificar as costureiras para atender a demanda; e organizar um Plano de Marketing.

Toda evolução requer amadurecimento dos envolvidos no cooperativismo, mudar a forma de pensar, que passa a ser de forma coletiva e não mais individualmente, é um processo lento, mas aos poucos foram adquirindo confiança, credibilidade e solidariedade entre todos os envolvidos.

Com atitudes sociais, qualificação das pessoas, busca pela excelência na produtividade, esclarecimento dos procedimentos gerais do empreendimento, aspectos administrativos e gerenciais, bem como a solidariedade mútua dentro da realidade de cada cooperado, evidenciação das formas de negociação, das práticas de gestão e todo o processo de produção permitiu que o sonho de algumas pessoas, que tinham vontade de crescer e sentirem-se realizadas pelo próprio trabalho, conduziu à cooperativa do vestuário.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação da possibilidade de trabalhar com uma equipe de pessoas que estavam interessadas em melhorar as condições de trabalho e ganhos financeiros no ramo de facção, uma equipe de docentes e alunos foram mobilizados para juntos atuarem no planejamento e procedimento de organizar os interesses de todos na estruturação da cooperativa.

O objetivo da cooperativa compreendia a organização dos associados, proporcionando-lhes condições de desenvolverem suas atividades junto a indústrias têxteis, confecções, Órgãos Públicos, empresas privadas, Ong's entre outras, por meio de convênios, contratos e/ou parcerias. Depois de várias reuniões as decisões foram se consolidando, tal como o estatuto, a diretoria executiva, o conselho fiscal, valores de quotas-partes do capital social por associado, seus direitos, deveres e obrigações. E com isso a cooperativa de artigos do vestuário do oeste do Paraná teve seu nome aceito, devidamente registrado e com logotipo formalizada.

Vale destacar que a adesão em uma cooperativa é livre e voluntária; o controle é democrático entre os sócios; há a participação econômica de todos; estes possuem autonomia e independência; e prezam pela educação, treinamento e informação entre os cooperados envolvidos no sistema. A relação dos cooperados é de proximidade, especialmente quando se trata de direitos e deveres entre eles.

Todos estes pontos foram discutidos e observados dentro do grupo que se formou para estruturar a cooperativa de facção na região Oeste do Paraná. Os procedimentos para

abertura da cooperativa, a importância da união e partilha do conhecimento e informações, trabalho em conjunto, bem como, algumas formas para a redução dos conflitos. Pode-se atribuir que foi pela persistência e coragem do grupo de faccionistas, bordadeiras e serigrafistas que a cooperativa do vestuário chegou ao seu objetivo – constituir-se!

Deste modo, observa-se que o objetivo deste trabalho foi respondido, uma vez que a cooperativa conseguiu se alicerçar e gerar frutos a partir da cooperação de todos os seus membros. Os fatos que ocorreram na constituição desta cooperativa, lhes são particulares, não sendo possível que estes, necessariamente, ocorram em outras constituições. Deixa-se como sugestão para futuras pesquisas, a análise da sequência dos trabalhos da cooperativa: como seguiu, se os objetivos iniciais, assim como o Plano de Marketing, foram atendidos e quais são os novos desafios propostos para o grupo.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. e. 3. Atlas: São Paulo. 2010.

BRASIL. 1932. **Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10 de julho de 2017.

_____. 1971. **Lei nº 5.764/1971, de 16/12/1971**. Define a Política Nacional do Cooperativismo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 10 de julho de 2017.

ETGETO, A. A. et al. **Os princípios do Cooperativismo e as cooperativas de crédito do Brasil**. *Revista de Ciências Empresariais*, v. 2, n.1, p. 7-19, jan. /jun. 2005.

MICHELS, V. **Contabilidade e Gestão em Cooperativas de Produção Agrícola**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e contabilidade da Universidade de São Paulo.

OCB - **Organização das Cooperativas do Brasil**. Disponível em: <http://www.sescoop.org.br/site/cooperativismo/historia.asp> Acesso em: 11 de julho de 2017.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

SANTOS A.; GOUVEIA F. H. C.; VIEIRA P. S. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**. Aspectos Gerais e Prestação de contas. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SESCOOP/SP. 2017. **Brasil Cooperativo**. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br> Acesso em: 11 de julho de 2017.

FEIRA DE NOVOS NEGÓCIOS: INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE EM AÇÃO

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 12/08/2020

Márcia Célia Galinski Kumschlies

Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP –
campus Guarujá
Guarujá, São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8094907536580554>

RESUMO: Atualmente o cenário global é caracterizado por constantes mudanças, e estas acontecem em um ritmo e velocidade cada vez mais intensos, exigindo assim, uma busca incessante por atualização e novos aprendizados. Desta forma, a construção do conhecimento parte de um referencial que serve de base reflexiva e analítica no processo do saber, e se torna a mola propulsora para o processo de inovação. O projeto da Feira de Novos Negócios da UNAERP campus Guarujá iniciou em 2012 com os alunos do curso de Administração e a posteriori envolveu também os alunos do curso de Engenharia de Produção. O objetivo é despertar e treinar nos alunos a capacidade da inovação e criatividade no desenvolvimento conceitual de novos produtos, e a aplicabilidade, forma interdisciplinar, de importantes conceitos adquiridos durante a formação acadêmica. Este trabalho parte de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo. Verifica-se que o projeto contribui para exercitar a criatividade de forma empreendedora e com foco na inovação, fomentando nos alunos a importância da visão estratégica direcionada

às demandas de mercado. Nestes anos foram apresentados produtos e serviços com forte apelo mercadológico e com viabilidade operacional e econômica de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Novos negócios, inovação, empreendedorismo, criatividade.

NEW BUSINESS FAIR: INNOVATION AND CREATIVITY IN ACTION

ABSTRACT: Currently, the global scenario is characterized by constant changes, and these happen at an increasingly intense pace and speed, thus requiring an incessant search for updating and new learning. In this way, the construction of knowledge starts from a reference that serves as a reflexive and analytical base in the process of knowledge, and becomes the driving force for the innovation process. The UNAERP Campus Guarujá New Business Fair project started in 2012 with students from the Administration course and after also involved students from the Production Engineering course. The objective is to awaken and train in students the capacity for innovation and creativity in the conceptual development of new products, and the applicability, in an interdisciplinary way, of important concepts acquired during academic training. This work is part of an exploratory qualitative research. It appears that the project contributes to exercising creativity in an entrepreneurial way and with a focus on innovation, fostering in students the importance of strategic vision directed to market demands. In these years, products and services with strong market appeal and operational and economic feasibility of the market were presented.

KEYWORDS: New business, innovation, entrepreneurship, creativity.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mundo dos negócios sofreu drásticas transformações e verifica-se que outras grandes mudanças já estão impactando diretamente na competitividade das organizações.

Sem dúvida que a tecnologia é um forte indicador e a mola propulsora para mudanças em áreas distintas, como saúde, educação, automação industrial, robotização, inteligência artificial, dentre outras.

Neste contexto, devemos ser aliados e compactuar com o processo de mudança. Desenvolvendo produtos e serviços que venham ao encontro das novas demandas e exigências de mercado.

Segundo Taurion (2018) as mudanças deverão trazer um impacto mais profundo que as demais ondas tecnológicas anteriores, como a Revolução Industrial. Além disso, sua amplitude e velocidade são únicas na história humana e, muito provavelmente, seus impactos sociais e econômicos serão duramente sentidos pela obsolescência rápida de muitas profissões.

Este cenário impõe que as empresas atuem de uma forma muito mais inovadora e com responsabilidade social e ambiental nas suas ações e intenções.

E assim, surgem grandes desafios para os profissionais: desenvolver produtos e serviços que atendam e superem as expectativas dos clientes, gerando lucro para as organizações e contribuindo para o bem-estar da sociedade e com sustentabilidade ambiental.

1.1 Objetivos

Os objetivos deste projeto são:

- a. Exercitar nos alunos o senso de criatividade e inovação no desenvolvimento de produtos (bens e serviços);
- b. Propiciar a aplicabilidade de conceitos teóricos;
- c. Desenvolver uma ideia ou conceito de produto e realizar todo o planejamento para análise de viabilidade mercadológica;
- d. Apresentar a ideia ou conceito de produto em uma Feira de Novos Negócios.

1.2 Justificativa

Durante a vida acadêmica o aluno se apropriou de importantes conceitos e teorias por meio de disciplinas como planejamento estratégico, empreendedorismo, marketing, gestão de desenvolvimento de produto, finanças, logística, dentre outras.

O projeto Feira de Novos Negócios possibilita ao aluno aplicar o conhecimento adquirido em diversas disciplinas para criar um produto que apresente um diferencial de mercado. Isto é, o produto tem que ter um fator inovador.

E é isso que o mundo corporativo necessita, profissionais visionários e conectados ao mercado e às suas necessidades e expectativas.

Segundo Costa e Carvalho (2011, p.22) “neste contexto, a educação para o empreendedorismo torna-se premente como instrumento potenciador da criação de emprego, e, por sua vez da inclusão social.”

Todo o saber requer envolvimento e interação orientados ao micro e ao macroambiente para agregar valor e assim, criar uma vantagem competitiva sustentável.

Jones e Wadhvani (2006) destacam a importância de buscar uma interface entre as instituições de ensino e o mundo corporativo para fomentar o crescimento econômico.

Desta forma, este projeto é uma importante ferramenta para inspirar novas ideias e levar o aluno a explorar novas oportunidades e possibilidades de negócios.

1.3 Materiais e métodos

Este é um projeto com uma aproximação metodológica de natureza exploratória, de cunho qualitativo e quantitativo.

O projeto desenvolve-se a partir de algumas etapas onde o aluno inicia todo o planejamento para o desenvolvimento de um produto inédito e passa por análise de viabilidade operacional, financeira e mercadológica.

Ao final os alunos deverão apresentar a sua ideia em uma Feira de Novos Negócios que é promovida na Universidade de ribeirão Preto no campus Guarujá.

Nesta Feira os alunos montam estandes que são ambientalizados de acordo com a sua proposta de produto.

A Feira é visitada por alunos de diversos cursos, professores, coordenadores, supervisão acadêmica, funcionários da instituição e, também, pela comunidade da cidade.

Os alunos são avaliados durante toda a execução do projeto pela coordenadora e idealizadora do projeto e no dia da Feira pelo corpo docente da instituição.

Nesta avaliação do corpo docente são mensuradas questões como:

- a. Qual estande você achou mais criativo (decoração e ambientalização com foco no produto)?
- b. Qual foi o produto/serviço mais inovador (maior benefício e utilidade)?
- c. Qual o estande apresentou o melhor atendimento (recepção, demonstração, profissionalismo, atenção, clareza e segurança nas informações)?

Esta avaliação sinaliza a importância de cada produto nas dimensões inovação, criatividade e *performance* dos alunos na apresentação.

2 | A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO E DA INOVAÇÃO

Nas últimas décadas tem crescido a importância dada ao indivíduo empreendedor quanto ao seu papel na atual conjuntura de mercado

E cada vez mais o termo empreendedorismo ganha força e visibilidade no mundo dos negócios. Verifica-se que é o principal fator promotor de desenvolvimento econômico de um país. De acordo com Roldão et al (2018, p. 1) “além de induzir a inovação de produtos e processos, propicia o aumento da concorrência, produtividade e do nível de empregos, fatores todos catalizadores do aquecimento da economia.”

Para Hisrich e Peter (2009, p. 33) “o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda per capita; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade”.

A palavra empreendedor (*entrepreneur*) surgiu na França por volta dos séculos XVII e XVIII, com o objetivo de designar aquelas pessoas ousadas que estimulavam o progresso econômico, mediante novas e melhores formas de agir.

O termo Empreendedor é utilizado para qualificar, ou especificar, principalmente, aquele indivíduo que detém uma forma especial, inovadora, de se dedicar às atividades de organização, administração, execução; principalmente na geração de riquezas, na transformação de conhecimentos e bens em novos produtos – mercadorias ou serviços; gerando um novo método com o seu próprio conhecimento.

É o profissional inovador que modifica, com sua forma de agir, qualquer área do conhecimento humano. E é também utilizado para designar o fundador de uma empresa ou entidade.

Segundo Dornelas (2008) empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados ou ainda é a pessoa que inicia e/ ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente.

E a inovação pode estar relacionada aos produtos, processos, pessoas, gestão e tecnologias. Assim, a função empreendedora está relacionada a “fazer coisas novas ou de fazer as coisas que já vinham sendo feitas de novas maneiras”. (SCHUMPETER, 1991, p.412).

Desta forma, empreendedores são pessoas que têm a habilidade de ver e avaliar oportunidades de negócios; prover recursos necessários para colocá-los em vantagens; e iniciar ação apropriada para assegurar o sucesso. São orientadas para a ação e altamente motivados, assumindo riscos para atingirem seus objetivos.

Normalmente a motivação para empreender acontece por necessidade ou por oportunidade. Quando é por necessidade pode ser decorrente de uma dificuldade em arrumar uma colocação no mercado profissional e por oportunidade quando identifica-se uma possibilidade de novo negócios.

Assim, descobrir oportunidades de negócios é a principal competência do empreendedor. Neste sentido, algumas reflexões são importantes:

- a. O que eu poderia fazer a mais ou diferente neste ramo de atividade?
- b. Quais são as necessidades mal atendidas ou não atendidas na sua região? Que problemas as pessoas estão enfrentando?
- c. Qual o diferencial que o consumidor apreciaria neste setor?
- d. Existe a possibilidade de expansão?

Segundo o SEBRAE (2018), algumas questões devem ser consideradas para a sobrevivência das empresas:

- a. Planeje-se sempre;
- b. Respeite sua capacidade financeira;
- c. Não misture as finanças da empresa com finanças pessoais;
- d. Fique de olho na concorrência;
- e. Prospecte novos fornecedores;
- f. Tenha controle do seu estoque;
- g. Marketing não se resume a anúncio, invista em outras estratégias;
- h. Inove mesmo que seja um produto/serviço de sucesso;
- i. Invista sempre na formação empresarial;
- j. Seja fiel aos seus valores e do seu negócio.

Para o empreendedor que pretende atuar no próprio negócio, após a oportunidade identificada, é fundamental o estudo de viabilidade (econômica, operacional, mercadológica) e a busca da capacitação gerencial para que possa atuar de forma eficiente e responder de forma eficaz às complexas exigências do mundo corporativo.

E considerar questões importantes, segundo Endeavor (2018), como por exemplo, avaliar para as tendências, tanto econômicas quanto de consumo, para encontrar indicadores de que a sua companhia terá fôlego para crescer e preparar um plano de negócios integral para a nova unidade.

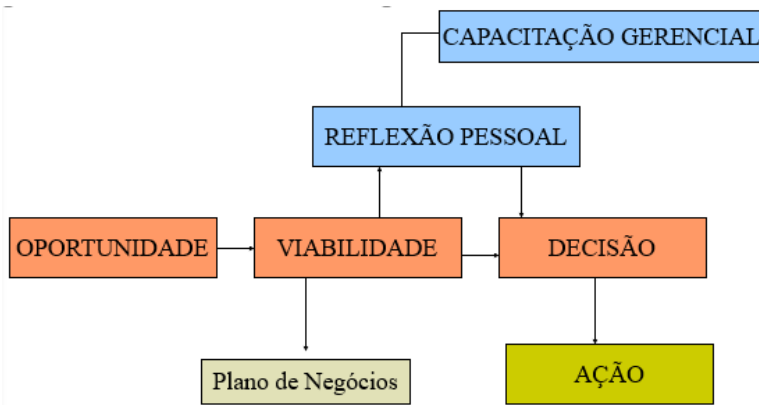


Figura1 – Empreender no próprio negócio

Fonte: SEBRAE (2018)

As principais características do empreendedor são: concentração, organização, iniciativa, coragem, persistência, curiosidade, superação, persuasão, comprometimento, autoconfiança, liderança e capacidade de correr riscos, dentre outras.

3 | ELABORAÇÃO DO PROJETO FEIRA DE NOVOS NEGÓCIOS

O projeto Feira de Novos Negócios – Inovação e Criatividade em Ação, iniciou no ano de 2012 com os alunos do 4º. ano do curso de Administração de Empresas na disciplina Tópicos Especiais. Foi uma atividade desafiadora e que exigiu a aplicação de diversos conteúdos aprendidos em sala de aula no decorrer do curso, em diversas disciplinas. A partir de 2016 os alunos do curso de Engenharia de Produção também ingressaram no projeto por meio da disciplina Gestão de Desenvolvimento de Produto.

Cada turma foi dividida em grupos e cada um teve a incumbência de desenvolver um produto (bem ou serviço) que apresentasse um diferencial de mercado. O objetivo é identificar uma necessidade de mercado não satisfeita é criar um produto que atenda à esta necessidade dentro de um estudo de viabilidade e planejamento por meio de um plano de negócios.

As etapas desenvolvidas são:

- a. Geração de ideias: *brainstorm* – identificar necessidade não atendida, tendências de mercado, problemas que precisam de soluções, segmentos e nichos em crescimento, pesquisa e reflexão.
- b. Definição do produto (bem ou serviço): escolher dentre as opções identificadas na geração de ideias.

- c. Justificativa da importância do produto: apresentar os requisitos de inovação; benefícios; mercado/demanda – apresentar dados; perfil do consumidor/usuário.
- d. Pesquisa de mercado: elaborar uma pesquisa de mercado para verificar a percepção dos consumidores com relação aos atributos do produto e para direcionar o desenvolvimento e adequações do produto.
- e. Detalhamento do produto: apresentar uma descrição do produto com características, matéria-prima utilizada, forma, desempenho, design, embalagem, formato, capacidade, desempenho etc.
- f. Missão, visão, valores: criar uma filosofia empresarial.
- g. Análise SWOT: estabelecer a análise para estudo de forças, fraquezas, ameaças e oportunidades.
- h. Criação da marca: criar o nome, logotipo e slogan do produto.
- i. Planejamento financeiro: estimar custos e margem de lucro.
- j. Estratégia de promoção: estabelecer as ferramentas de comunicação e promoção do produto.
- k. Estratégia de distribuição: dimensionar a logística do produto.
- l. Engenharia do produto: transformação das informações geradas nas fases anteriores em desenhos e normas, ou seja, um projeto especificando o processo do produto. Fluxograma.
- m. Protótipo: construir o modelo físico ou virtual (*cad/dmu- digital mock-up*) para simular a funcionalidade do produto.
- n. Apresentação do projeto na Feira de Novos Negócios.

Todas as etapas são desenvolvidas com a orientação da coordenação do projeto e ao final realiza-se a Feira de Novos Negócios para que os alunos possam apresentar os seus produtos para o público. A gestão do projeto é feita por meio do *Project Model Canvas*.

Vale ressaltar, que os alunos desenvolvem o conceito e a ideia do produto, e nem sempre existe a possibilidade de executar o desenvolvimento real do mesmo, em razão da tecnologia, custos e aspectos legais.

Nestes anos foram muitos projetos realizados e surgiram ideias com um forte apelo de mercado. Cabe destacar alguns dos produtos desenvolvidos:

Mix delícia: pacote de bolacha recheada com três sabores diferentes.	Speed Ice: microondas que esfria rapidamente.	Dental pratic: escova com creme dental acoplado na embalagem.	Home safety: detector para vazamento de gás.
Ziply: refrigerante em pó para adicionar água com gás.	Two in one: sapato feminino com opção de dois saltos (alto e baixo).	Dona Xica: pacote de farinha de trigo com sachês na medida de uma xícara.	Easy market: aplicativo para pesquisa de preços no supermercado.

Uno: aplicativo para estudantes universitários.	Spray wax: parafina em spray.	Ninho animal: creche para animais.	Alfa: anticoncepcional masculino.
Intimos free: absorvente com estampa.	Motocam: motocicleta com teto.	Telha foto: telha para captação da energia solar.	GDA: caixa de pizza com alças.
PrevDog: anticoncepcional para cachorros.	Cura goro: pastilha para tirar o efeito da bebida alcoólica.	Biofibra: biscoito à base de cascas de frutas.	No drunk: bala de glicose à base de cafeína.
Doce expresso: <i>vending machine</i> para doces artesanais.	Easy drink: máquina com cápsulas de caipirinha em diversos sabores.	Delicious: salgadinho com sachê de queijo cheddar e requeijão; e luva descartável.	Thermal Cream: creme corporal que esfria ou aquece a pele.
Pill cat: vermífugo sabor peixe para gatos.	FAPP: aplicativo para fisioterapia facial.	Tecno Seguro: chip proteção dados para celular.	EARGH: tomada e USB com cabo extensor.
Mamma pet: leite para filhotes.	Glamour mirim: loja de aluguel de roupas infantis.	Insulkids: comprimido de insulina para crianças.	Power protein: cápsulas efervescentes de proteína.
Pedação fácil: embalagem de pizza com os pedaços picotados para destacar.	Car service: serviço de manutenção preventiva delivery.	Ecovasos: suporte para vasos feito de material reciclado.	ConstruOffers: site/ aplicativo para cotação de preços de material de construção.
Cat meal: embalagem de ração para gatos com sachês de diferentes sabores.	FI – família inteligente: geladeira com sensores internos para detectar a validade dos produtos.	Eco pool: sistema hidráulico para aproveitamento da água da piscina.	Meu acesso: sistema de controle para estacionamento de pessoas com necessidades especiais.
Smart window: janela inteligente – fecha quando inicia a chuva.	Visual alarmes: sistema de alerta de incêndio para deficientes auditivos.	ADMV: aplicativo para consultoria de serviços de manutenção de residencial.	Bengala sensorial: para deficientes visuais.
Space move: espaço móvel para locação de lojas.	Pick fit: <i>app personal traineer.</i>	Beach box: guarda-volumes na praia.	FocaTCC: app para realizar o TCC.
Dry spray: desodorizador de roupas.	Rota 013: luva com sinalizador de gps.	Suporte AG 19 Extreme: suporte para troca de pneu.	Tech helmet: capacete com conectividade.
Sweet Dreams: <i>colchão térmico.</i>	Puse Tech: pulseira rastreadora.	Azank: suco multivitamínico.	Transcard: cartão digital para transporte público.
Easy Service: <i>plataforma virtual de serviços domésticos.</i>	Tela Sol: tela protetora de insetos com energia solar.	Citronex: pastilha de citronela com efeito repelente.	Doce expresso: <i>vending machine</i> para doces artesanais.

Quadro 1 – Projetos desenvolvidos entre 2012 e 2020

Fonte: autora (2020)

A inovação é a mola propulsora para o desenvolvimento. E o empreendedor é, por aptidão e vocação, o agente protagonista dos processos de mudança. Neste cenário, é fundamental buscar oportunidades de novos negócios por meio do monitoramento do macroambiente, identificando necessidades não satisfeitas ou mal satisfeitas. Para Vale

et al (2008, p.1) as inovações contribuem para impulsionar a economia e dinamizar as atividades corporativas. “A habilidade de identificar e perseguir novas formas de associação de recursos e novas oportunidades no mercado é a atividade empreendedora por excelência.”

O projeto ainda estimula as práticas sustentáveis na elaboração de novos modelos de negócios. Segundo Porcar et al (2018) esta temática cada vez mais se torna fundamental na articulação das estratégias corporativas e para a criação de empreendimentos comerciais, assim como aliar os princípios e valores éticos à inteligência competitiva.

4 | CONCLUSÃO

O projeto possibilitou aos alunos exercitarem aspectos conceituais e comportamentais fundamentais para a construção do profissional do século XXI. O trabalho em equipe exigiu que os participantes desenvolvessem muitas habilidades que são fundamentais para um posicionamento assertivo frente às novas e complexas demandas do mundo do trabalho.

Além de aplicar vários conceitos, os alunos tiveram que colocar em prática a criatividade, trabalho em equipe, comunicação, liderança, negociação, administração do tempo, trabalho sob pressão, dentre outros.

A competência profissional está apoiada no tripé conhecimentos, habilidades e atitudes. Desta forma, procurou-se articular a atividade de forma a promover o engajamento capaz de enriquecer e agregar valor a todos os envolvidos de maneira a transbordar o conhecimento para além do âmbito da sala de aula, mas considerando toda a exigência do mundo dos negócios.

Verifica-se que o projeto contribuiu para exercitar a criatividade de forma empreendedora e com foco na inovação, despertando nos alunos a importância da visão estratégica direcionada às demandas de mercado. Nestes anos foram apresentados produtos e serviços com forte apelo mercadológico e com viabilidade operacional e econômica de mercado.

REFERÊNCIAS

COSTA, Maria Teresa Gomes; CARVALHO, Luisa Cagica. **A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior.** Rev. Lusófona de Educação, nº 19. Lisboa, 2011.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 3.ed. São Paulo: Elsevier, 2008.

ENDEAVOR. Disponível em: <https://endeavor.org.br/inspiracao/>. Acesso em 22/09/18.

HISRICH, Robert D; PERTERS, Michael; SHEPHERD, Dean. **Empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2009.

JONES, Geoffrey G.; WADHWANI, R. Daniel. **Entrepreneurship and Business History: Renewing the Research Agenda**. Harvard Business School. Disponível em: <https://hbswk.hbs.edu/item/entrepreneurship-and-business-history-renewing-the-research-agenda>. Acesso em 22/07/20.

PORCAR, Ana Tur; TIERNO, Norat, Roig; MESTRE, Anna Llorca. Factors Affecting Entrepreneurship and Business Sustainability. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10020452>. Acesso em 22/07/20.

ROLDÃO, Tarciane; MONTE-MOR Danilo Soares; TARDIN, Neyla. **A influência da recessão econômica na intenção de empreender**: uma análise cross-country baseada na crise do subprime. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325198104_A_influencia_da_recessao_economica_na_intencao_de_empreender_uma_analise_cross-country_baseada_na_crise_do_subprime. Acesso em 22/09/18.

SEBRAE. **Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/6-passos-para-iniciar-bem-o-seu-novo-negocio,a28b5e24d0905410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em 15/09/18.

SCHUMPETER, J. A. (1991). Comments on a plan for the study of entrepreneurship. In R. Swedger (Ed.). **Joseph A. Schumpeter: the economics and sociology of capitalism**. Princeton: Princeton University Press. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1415-655201400060087400060&lng=en. Acesso em 20/07/2020.

TAURION, Cesar. **No futuro de trabalho não haverá espaço para complacência**. Disponível em: <http://cio.com.br/opiniao/2018/09/22/no-futuro-de-trabalho-nao-havera-espaco-para-complacencia/>. Acesso em 22/09/18.

VALE, Gláucia Vasconcelos; Wilkinson, John; Amâncio, Robson. **Empreendedorismo, inovação e redes**: uma nova abordagem. Ufla RAE-eletrônica, v. 7 n. 1, art. 7, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4331&Secao=ARTIGOS&Volume=7&Numero=1&Ano=2008>. Acesso em 22/07/20.

PSYCHOLOGICAL SAFETY: DISCUSSIONS ON THE MEANING AND IMPLICATIONS IN ORGANIZATIONAL PRACTICES

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 26/08/2020

Pérola Cavalcante Dourado

Universidade Federal da Bahia, Centro
Universitário Internacional, Universidade
Estadual de Feira de Santana

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0510095423506408>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0590-2735>

Adriana Souza D’Almeida

Universidade Federal da Bahia, Faculdade
Ruy Barbosa, Faculdade Ruy Barbosa, Centro
Universitário Jorge Amado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5891626465936822>

ABSTRACT: Psychological Safety describes the perceptions of the consequences of taking risks in interactions in a given environment. That is, whether one feels safe and capable of taking a position, expressing oneself, and achieving goals instead of disengaging or keeping quiet, for example. In the organizational context, Psychological Safety facilitates “Voice” behavior, that is, the sharing of ideas, information, knowledge; contributing with suggestions and in the initiative to develop new products and services. This is an important factor because collaboration to achieve goals, and sharing ideas and perspectives, are behaviors expected of employees in companies. Such constructs could also be related to the learning of socio-emotional competencies, in that the expression of ideas and contributions requires a socially competent performance. On the other hand, considering that social competence is situational, an individual may not

use such skills in various contexts due to anxiety, beliefs, psychological safety, among others. In this article we aim to better understand about the relationships between the concepts of Psychological Security, Learning and Voice in organizations, as factors that influence organizational performance. It was possible to perceive overlaps between the constructs evaluated and that they are multivariate phenomena, which demands further investigation.

KEYWORDS: Psychological safety, socio-emotional learning, voice.

1 | INTRODUCTION

The pressures around competitiveness, the intensification of globalization processes, and the profound transformations in market structures show the importance of organizations revisiting their management models and instruments, particularly those directed toward the management of their human elements.

In this context, the Psychological Safety construct emerges as an important element for the organizational environment. Although not a recent construct, there is a gap with respect to research on Psychological Safety, especially in relation to empirical research. Edmondson and Lei (2014) carried out an important work mapping studies on the subject, in which they were investigated at different levels of analysis (organizational, group, and individual). This meta-analysis enumerated group-level studies dealing with Psychological Safety as

an antecedent. These indicate that the construct has effects on group learning practices, leading to improved performance. According to these authors, Psychological Safety would not influence learning in itself, but the search for knowledge. Ultimately, a psychologically safe environment creates space for divergent thinking, creativity, risk-taking, and motivates engagement to explore new solutions, thereby promoting improved team performance. Considering what has been said, is it possible to establish relationships between the concepts of Psychological Security, Learning and Voice in organizations, and relate them to organizational performance?

Considering the individual level, several studies described by Edmondson and Lei (2014) investigated how Psychological Safety interacts with other predictors of performance, such as problem solving and sense of responsibility. It was then verified that Psychological Safety acts as an antecedent when associated with challenging tasks and with social interactions, thus generating the development of synergistic knowledge and performance improvement as perceived by the group. Psychological Safety is also associated with trust and cooperation as predictors of team learning and effectiveness.

Regarding Psychological Safety at the group level, it is assumed that Psychological Safety acts as a mediator of relationships between antecedents (organizational context, team characteristics, and team leadership), influencing results such as innovation, performance, learning, and improvement within the team or promoted by it.

It is also presented by Edmondson and Lei (2014) that there is better performance in tasks with high uncertainty and scarce resources when there is Psychological Safety in the team. This construct emerges as a mediator between leadership and performance improvement. As a result, using data from longitudinal studies, the authors found that psychological safety differs significantly between teams within the same organization, and also differs between organizations.

Psychological Safety can act by moderating the relationships between antecedents, such as clarity, goal, or necessity of learning and performance results. We investigated how, moderated by psychological safety, the relationships between the factors: team diversity, innovation, and team performance, make it easier to leverage the benefits of diversity through open, more respectful conversations involving interactions.

Regarding the influence of Psychological Safety on learning, innovation, and performance, there is a need to develop a better understanding of the moderating role played by Psychological Safety in teams. The relationship between Psychological Safety and Learning is mainly positive in the literature. In addition, the direct relationship between safety and learning, and the indirect relationship between safety and performance (mediated by learning) were stronger in studies conducted in environments that motivated learning more strongly. It is emphasized that Psychological Safety alone cannot lead to team learning and performance, but rather requires the presence of conditions that require learning and communication.

Although the subject of Psychological Safety has been of interest in recent decades in the areas of management, organizational behavior, social psychology, and health care management, evidence from empirical studies is still lacking. Edmonson (1999; 2003) and Edmonson and Lei (2004) point out some of these studies, carried out in diverse contexts, such as organizational and industrial, in various countries and regions, which support the idea that it has a decisive influence on the local effectiveness of work, and suggests a surprising level of generalization of their research results. The discussion of the theme covers three key ideas:

1) The various correlated studies have consistently shown a determinant role in performance. It is noted that the relationship between Psychological Safety and effective Performance is theoretically logical, particularly when there is uncertainty and a need for any creativity or collaboration to carry out the work. Without elements of uncertainty or collaboration, the need to face and overcome interpersonal risks is simply less salient, and thus the presence of psychological safety should have less theoretical weight.

2) Psychological Safety is particularly relevant for understanding organizational learning, which is valid at all levels of analysis (individual, group, and organization). Much of the learning in today's organizations works through interpersonal interactions between highly interdependent members, and learning behaviors can be limited by individual concerns about interpersonal risks or consequences, including fear of not meeting one's goals, and the anxiety generated by feelings of incompetence that occur during learning (Schein, 1996). Overall, a climate of psychological safety can mitigate the inherent interpersonal risks of learning in hierarchies. People are more likely to offer ideas, admit mistakes, ask for help, or provide feedback if they believe it is safe to do so.

3) The studies described show that individuals who experience greater Psychological Safety are more likely to express themselves at work. Upward communication can be a vital force to help present-day organizations learn and succeed; by talking with their leadership, employees can help challenge the status quo, identify problems or opportunities for improvement, and offer ideas to improve the well-being of their organizations. Although there is evidence that expressing oneself in such situations may seem risky, research by Burris et al. (2008) and Nembhard & Edmondson (2006), suggest that the mitigation of this risk is possible.

Similarities between the levels of analysis are described, notably, the association of Psychological Safety with Learning, on the three levels. The interpersonal experience of Psychological Safety is fundamental for allowing behaviors essential to Learning and to change, whether the entity that needs to change is a person, a team, or a company; another consistency between the levels is the consideration of performance as a dependent variable. Investigations at the individual, organizational, and group levels identify clear and significant relationships between psychological safety and performance, using aggregate response data. They also emphasize the conceptual and empirical connections to collective learning processes.

One difference in emphasis at the individual level, as compared to the other two, is a focus on results related to growth and satisfaction (i.e., involvement in the work and organizational commitment) in addition to performance (e.g., internal quality audit and creative involvement in the work).

In addition, only individual-level research distinguishes between internal and external behaviors in relation to certain activities that are expected in carrying out a job, but not always consistently delivered, in parallel with those who voluntarily assisted with others, for the collective good. This distinction does not include the discussion of psychological safety at the collective levels of analysis, but only at the individual level. Finally, despite the predominance of similarities, only the group level explicitly argues that it is the appropriate level of analysis for conceptualizing psychological safety measures. The studies indicated statistically significant variation in psychological safety between groups within the organizations; those who work together tend to have similar perceptions of psychological safety, which varies in relation to other groups within the same organization.

One of the most fundamental challenges for organizations is to foster a positive interpersonal climate that facilitates learning and performance, mitigating conditions of uncertainty, which does not emerge naturally. Included in this scenario are variables such as behaviors of local managers and supervisors, and their capacity for not underestimating the extent of congruent communication and intentional intervention needed for psychological safety to be consistently effective. We mention the action that causes a job holder to solve a problem in an individual and immediate way, without reporting it, the so-called first-order learning, noting that it allows the work to continue, but hinders organizational learning, potentially being more harmful than useful. However, if on the one hand this raises the estimation of profiles that speak freely, question existing practices, and suggest new ideas, on the other, excessive psychological safety can cause the loss of precious time in unimportant things or a demotivating path for actual learning. Managers need to work to achieve a balance of encouraging open communication related to the task, and providing constructive feedback to limit irrelevant questions, comments, or discussions. From that balance, the interpersonal safety climate must be combined with others (e.g., strategy, vision, goals, supportive leadership, etc.) to better enable learning and performance.

While existing research sheds light on the challenges and opportunities underlying collaboration and innovation in organizations, additional research is needed to expand the understanding of how psychological safety works.

2 | RELATIONSHIPS WITH COMPETENCY LEARNING

In recent years we have seen a growing interest in the study of the application of learning to the organizational environment, and consequently its relationship to performance in the organizational context. This interest is due, in part, to the fact that many organizations

have come to adopt work teams with professionals from different areas of knowledge as a way of guaranteeing diversity in the application of individual learning, and thus obtaining the desired performance in the dynamic and competitive contexts in which they are placed. Regarding acquired competencies, in an empirical study conducted with employees of a Federal Institution, Dourado (2015) observes the fundamental importance attributed by these workers to competency-based management, as a tool for diagnosis and allocation pertaining to the human capital of organizations.

Psychological safety can be defined as a “climate characterized by trust and mutual respect in which people feel comfortable to be themselves” (Edmondson, 1999, p. 354). Various authors suggest that psychological safety facilitates the organizational learning process itself (Decuyper et al., 2010; Edmondson, 1999), since it allows members to reduce excessive concern with other’s reactions to behaviors and actions that, under other circumstances, could be understood as threatening to the team itself. The existence of a psychological safety climate has been pointed out as a possible moderating variable in the relationship between a team’s learning objectives and learning processes (Edmondson, 2003), and consequently in the relationship between innovation and performance (Baer & Frese, 2003). In particular, it has been suggested that a climate characterized by greater psychological safety will act as a facilitator of learning, discussion, and innovation, and will mitigate the interpersonal risks associated with learning.

A number of authors point to learning in the organizational context as a central process that enhances the effective adaptation of organizations in the context in which they operate (e.g., Decuyper, Dochy, & Bossche, 2010; Kozlowski & Bell, 2008; Zaccaro, Ely, & Shuffler, 2008). According to Edmondson (1999), the concept of team learning is:

“a continuous process of reflection and action characterized by posing questions, seeking feedback, experimenting, reflecting on results, and discussing errors or unexpected results of actions” (p. 353).

Although teams are often seen as a learning unit (Kozlowski & Bell, 2003), it is important to recognize that the mere restructuring of work based on teams, rather than on individuals alone, does not guarantee the levels of learning, adaptation, and effectiveness advocated in the current context. Along these lines, we find in the literature different proposals that seek to identify the conditions and the dynamics of the team that promote learning. When the learning and performance constructs were correlated, in a study with teachers from a Federal Institution of Higher Education, Dourado, Gondim, Loiola, Ferreira and Alberton (2018) verified through confirmatory analysis and prediction and moderation models that learning predicts the perception of performance in the teaching activity. In this aspect, factors that may facilitate and even ensure that this connection is established, factors such as organizational support for knowledge transfer and psychological safety, stand out. Therefore, the development of appropriate strategies is influenced by the quality

of the scenario proposed by the organization, and by the relationships established within the institution.

Such aspects are important factors for the development and performance of individuals, favoring the development of social skills and competencies, and consequently, their capacity to adapt to the challenging situations of the organizational scenario (Almeida, 2010).

3 I RELATIONSHIPS WITH VOICE IN ORGANIZATIONS

Historically, the behaviors of Voice and Silence in Organizations have been studied since the 1970s, being initially associated with organizational change. Today, studies on Voice are linked to the expression of the employee (individual level of analysis) directed toward superiors, peers, subordinates, or the external public as an intentional behavior. In addition, studies on Voice are also associated with Organizational Learning, considering the sharing of information with superiors, peers, or subordinates and the related consequences at the individual, group, and organizational levels (BRAINSFIELD, EDWARDS & GREENBERG, 2009).

When we analyze the studies on Voice in organizations, we can see that such behaviors are described from different perspectives. That is, employees can respond to organizational actions in different ways. In general, organizational Voice is considered a phenomenon in which people express opinions and thoughts and share knowledge, in order to bring about some organizational change. The notion of Voice stems from the idea that employees recognize some source of dissatisfaction and occasionally identify opportunities to improve their own well-being and that of their organization. Voice is the verbal activity used to promote constructive change in the status quo (MISHRA & SAXENA, 2011).

According to Brainsfield, Edwards and Greenberg (2009), the expression of ideas, information, opinions, or concerns in an organizational context is called “Voice”, while the non-verbalization of these issues is defined as “Silence”. According to this perspective, Voice and Silence would be antagonistic constructs, as opposite poles of the same continuum. While Edmondson and Lei (2014) define “Voice” as active verbal communication, either for changing the status quo or suggesting ideas for process improvement, for example.

Morrison (2014), in turn, defines the Voice behavior as the informal and discreet communication from employees concerning ideas, suggestions, concerns, information about problems, or opinions. Such communication would be directed to people who could take the appropriate actions oriented toward solutions, improvements, or changes. According to the model proposed by Morrison (2014), faced with a latent opportunity for verbal expression, the subject is exposed to motivating or inhibiting factors such as: individual dispositions; attitudes and perceptions about the work and the organization; emotions, beliefs, and schemas; behavior of the leader or boss; and other situational factors. After assessing such

factors, the subject decides to speak or remain silent. If the subject wants to talk, he/she still evaluates what he/she will say, how, and to whom.

Van Dyne & Botero (2003) broaden the concept of Voice and Silence in proposing six specific behaviors based on three motivations of the employees. They are: Acquiescent Silence, Acquiescent Voice, Defensive Silence, Defensive Voice, Pro-social Silence, and Pro-social Voice. This approach considers Voice and Silence as distinct expressions in the organizational environment that do not constitute “two sides of the same coin”. In addition, both Voice and Silence could bring benefits or harm to organizations.

According to the model proposed by Van Dyne, Ang & Botero (2003), an employee with a behavior pattern oriented to resignation would tend to quit because he/she felt incapable of implementing changes. Such a perception would lead such employees to express Acquiescent Voice or Silence, that is, not to express their opinions or contributions (Acquiescent Silence) or to agree with the opinion of the group (Acquiescent Voice).

In adopting a pattern of behavior based on self-preservation, individuals would act based on fear, being able to adopt Defensive Voice or Silence and thus withhold information or not communicate problems out of fear or for their own protection (Defensive Silence), or propose other ideas and suggestions in order to divert focus and attract people’s attention to other issues (Defensive Voice).

People who tend to adopt conduct based on cooperation and altruism would opt for Pro-social Voice or Silence behavior. Opting for this kind of Silence would lead people to keep information confidential for cooperation, or preserve knowledge to benefit the organization. Pro-Social Voice would lead employees to express their contributions, suggestions, proposals for improvement (VAN DYNE, ANG & BOTERO, 2003).

Considering what has been said about Voice, i.e., that it is traditionally understood that the initial condition for choosing Voice is based on the premise that the employee is aware of a problem, opportunity, has an idea, concern, or point of view that he/she considers relevant to be shared (MORRISON, 2014). It is understood, therefore, that the employee realizes and understands that he/she has something valuable to say. Edmondson and Lei (2014), for example, indicate Psychological Safety as an antecedent of Voice, point to the need for the existence of a latent episode of Voice or a latent opportunity for Voice, that is, the employee’s perception about the opportunity speak. Van Dyne et al. (2003), however, argue that it is not enough to have an opportunity for engaging in Voice. There is also the need for a motivation, a belief, or feeling that triggers the Voice behavior. Thus, since the sharing of opinions, suggestions, concerns (Voice) contributes to Organizational Learning, it becomes important that Psychological Safety be present for the triggering of such behaviors.

4 | CONCLUSIONS

We aimed in this work to contribute to a better understanding of the relationship between the concepts of Psychological Safety, Learning, and Voice in organizations, as a determinant process for organizational performance. Dourado et al. (2018) notes the practical applicability of learning to performance, mentioning support as a desirable element for this transfer to take place. Holistically, we perceived in the selected articles that the results denote a direct influence on the orientation towards learning and of psychological safety, as well as on voice and silence in organizations. Through analysis of the available theory, anchored in the literature of psychology and management, it is possible to draw inferences about the possible relationships of these concepts concerning the meaning attributed by workers to their professional activities. This discussion is relevant, due to the current context of crisis and change in the contemporary social, economic, and political scenario.

From the bibliography reviewed, it can be affirmed that: Psychological Safety is considered a mediating variable between other variables and “Voice” behavior; such behavior involves the sharing of information (Pro-Social Voice), which, in turn, is related to Learning. Thus, it is hypothetically possible to establish a parallel between the constructs presented.

We believe that this theme has relevant implications both for studies on learning and for those on voice. The reading of the articles also suggests an interaction between the climate of orientation toward learning and the psychological safety climate, and the combination of these different types of climate would provide the desired increase in organizational performance. So emerges the need to stimulate the development of competencies relevant to the task, and yet simultaneously, the development of a set of actions that promote trust and mutual respect among team members, thus creating a favorable environment for information sharing.

REFERENCES

ALMEIDA, L. R. (2000). Wallon e a educação [Wallon and education]. In A. A. Mahoney, & L. R. Almeida (Orgs.), Henri Wallon: **Psicologia e Educação** (pp.71-87). São Paulo: Loyola.

BAER, M., & FRESE, M. (2003). Innovation is not enough: Climates for initiative and psychological safety, process innovations, and firm performance. *Journal of Organizational Behavior*, 24, 45-68

BRAINSFIELD, C., EDWARDS, M., GREENBERG, J. (2009). Voice and Silence in Organizations: Historical Review and Current Conceptualizations. In: GREENBERG, J, EDWARDS, M. **Voice and Silence in Organizations**.

DECUYPER, S., DOCHY, F., & VAN DEN BOSSCHE, P. (2010). Grasping the dynamic complexity of team learning: An integrative model for effective team learning in organizations. **Educational Research Review**, 5, 111–133.

DOURADO, P. C. (2015). Impactos da gestão por competências na motivação e desempenho profissional [Impacts of competency-based management on motivation and professional performance]. **Revista Organização Sistêmica**, 7(4), 95-114.

DOURADO, P. C, GONDIM, S. M. G., LOIOLA, E, FERREIRA, A. M., DEBIASI. G. A. (2018). Aprendizagem individual, suporte organizacional e desempenho percebido: um estudo com docentes universitários [Individual learning, organizational support and perceived performance: a study with university teachers]. **Educação em Revista**, vol. 34. DOI: 10.1590/0102-4698178191.

EDMONDSON, A.C. (1996). Learning from mistakes is easier said than done: Group and organization influences on the detection and correction of human error. **Journal of Applied Behavioral Science**, 32 (1), 5-28.

EDMONDSON, A. (1999). Psychological safety and learning behavior in work teams. **Administrative Science Quarterly**, 44(2), 350-383.

EDMONDSON, A.C. (2003). Managing the risk of learning: Psychology safety in work teams. In M. West (Ed.), **International handbook of organizational teamwork and cooperative working** (255-276). London: Blackwell.

EDMONDSON, A, LEI, Z. (2014). Psychological Safety: The History, Renaissance, and Future of an Interpersonal Construct. **The Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior**.

KOZLOWSKI, S. W. J., & BELL, B.S. (2008). Team learning, development, and adaptation. In V. I. Sessa & M. London (Eds.), **Group learning** (pp.15-44). Mahwah, NJ: LEA 289 Psychologica, 2011, 55

KOZLOWSKI, S. W. J., & BELL, B. S. (2003). Work groups and teams in organizations. In. C. Borman, D. R. Ilgen & E. J. Klimoski (Eds.), **Handbook of psychology: Industrial and organizational psychology** (vol.12, pp. 333-375). London, UK: Wiley.

MISHRA, S. K., SAXENA, R. (2011). Voice or Neglect: Understanding Employee Behavior in Two Multinational Corporations. **Indian Institute of Management** , 34-48.

MORRISON, E. W. (2014). Employee Voice and Silence. **The Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior**.

VAN DYNE, L, ANG, S, BOTERO, I. (2003). Conceptualizing Employee Silence and Employee Voice as Multidimensional Constructs. **Journal of Management Studies**, 40, 1359-1392.

A IDEOLOGIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

Data de aceite: 01/11/2020

Gisele Ferreira Kravicz

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo compreender as relações entre as representações sociais e a ideologia enquanto elemento presente na constituição das representações sociais. Em um primeiro momento, aborda os conceitos sobre as representações sociais, suas funções e significações na realidade social. Num segundo momento realiza as definições sobre a ideologia a partir da perspectiva marxista. A partir destes dois momentos, procura-se estabelecer as aproximações e divergências com as representações sociais. A metodologia utilizada neste artigo é a pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Representações sociais, ideologia, imaginário social.

ABSTRACT: This article aims to understand the relationship between social representations and ideology as an element present in the constitution of social representations. At first, it addresses the concepts of social representations, their functions and meanings in social reality. In a second step, it makes the definitions about ideology from the Marxist perspective. From these two moments, it is sought to establish the approximations and divergences with the social representations. The methodology used in this article is bibliographic research.

KEYWORDS: Social representations, ideology, social imaginary.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem como ponto de partida compreender quais são as relações entre as representações sociais e a ideologia. Antes de inferir a estas questões é necessário compreender que a produção de ideias, crenças, representações são construídas pelos homens. No livro “A Ideologia Alemã”, Marx expõe que os homens são produtores das representações. Estas representações estão condicionadas a atividade produtiva e orientam os sujeitos a um modo determinado de estabelecerem as relações sociais, as quais constituem o real. Os homens são responsáveis pela produção material, pelas relações materiais e possuem a capacidade de transformá-las a partir da realidade que os cercam. É a partir da consciência de estar-se inserido em um mundo e buscar uma relação com ele que as representações sociais restauram um sentido imediato de ligação entre o sujeito e o espaço onde vive. O ato de comunicar aquilo que pensa e sente impõe exteriorizar uma percepção da realidade que pode ser partilhada, reproduzida ou negada por outros sujeitos.

A partir desta compreensão, questiona-se qual a relação entre as representações sociais e a ideologia? De que forma a ideologia contribui para a constituição das representações sociais?

No decorrer deste artigo, pretende-se responder a estas questões. Entretanto, é

necessário compreender o que são as representações sociais e sua dinâmica na realidade social, trazendo os elementos principais e os autores que fundamentam: Moscovici (2003, 2011), Jodelet (2001), Guareschi (2000), Abric (1998).

Para a análise da categoria ideologia, parte-se da compreensão de que a ideologia possui um amplo conjunto de concepções que foram no decorrer da história recebendo contribuição de diferentes pensadores. Entretanto, define-se a concepção marxista para abordá-la. Os autores utilizados para a compreensão da categoria foram: Marx e Engels (2001), Löwy (1985), Chaui (2004, 2007), Guareschi (2000).

2 | REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS

Neste artigo, parte-se da perspectiva que as representações sociais são dinâmicas, produzidas pelas múltiplas determinações históricas e do cotidiano, possuindo a função de orientar e situar os sujeitos no mundo e também definindo seu ser social. (SPINK, 1995).

Para Moscovici (2003) as representações sociais situam-se entre conceitos, sendo estes de acordo com Guareschi (2000) difíceis de defini-la. Entretanto, apresenta-se, algumas definições das representações sociais, sendo: “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET, 2001, p. 22).

Para Abric é “[...] uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito”. (1998, p.27-28).

Uma das funções das representações sociais é de abstrair um sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepção, reproduzindo o mundo de uma forma mais significativa. É a partir do conhecimento do senso comum (espaço consensual) que as representações sociais são criadas, (re)apropriadas ou compartilhadas. Entretanto, as representações também são edificadas a partir do conhecimento científico (espaço reificado).

Para se constituírem como representações sociais, estas precisam ser compartilhadas por um maior número de sujeitos, isto é, abrangem grupos que partilham destas mesmas representações. Além disso, elas estão em constante movimento, uma representação situada em um determinado tempo-espaço, pode no decorrer do processo histórico deixar de existir ou se transformar.

As representações sociais possibilitam determinar comportamentos e estabelecer antecipadamente situações que precedem a ação e a interação do sujeito. Além disso, traduzem o que foi constituído socialmente pelos sujeitos, isto é, as normas e regras regulamentam as relações sociais entre os sujeitos, expõe Moscovici,

[...] a representação social é a ‘preparação para a ação’, não só porque guia os comportamentos, mas sobretudo porque remodela e reconstitui os elementos do ambiente no qual o comportamento deve acontecer. Ela possibilita dar sentido ao comportamento, integrá-la numa rede de relações na qual está ligado ao objeto, fornecendo, ao mesmo tempo, as noções, as teorias e o

fundo de observações que tornam essas relações possíveis e eficazes. (2012, p. 46).

É a partir de fornecer uma explicação sobre os objetos, fatos ou acontecimentos que as representações sociais possibilitam restaurar a consciência coletiva, a qual se torna acessível a qualquer um, e vai ao encontro dos interesses imediatos. O fenômeno das representações sociais se caracteriza a partir de duas questões: a primeira é a de que as representações sociais são funções psíquicas, isto é, mentais. A segunda é a de que as representações sociais constituem-se como “realidades sociais”.

Outro elemento presente nas representações sociais impõe um aspecto prescritivo, isto é, impõe uma ordem, reorganizando o que deve ser pensado, é de acordo com Moscovici “[...] uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado.” (2003, p. 36).

A finalidade das representações sociais é tornar familiar algo não familiar ou como expõe Moscovici “[...] a própria não-familiaridade.” (2003, p. 54). Assim, ao tornar familiar aquilo que me inquieta ou instiga, passo a dar sentido ao mundo que me cerca e, portanto, ter segurança diante do que é novo.

As representações sociais possuem dois processos fundamentais que são a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é o processo de classificação, de denominar e atribuir um nome a um dado, sujeito, objeto, acontecimento. Expõe Moscovici que a ancoragem é um ato de “[...] escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele.” (2003, p. 63). Está relacionada as experiências que os sujeitos ou os grupos possuem. A objetivação¹ é o processo pelo qual se materializa aquilo que existia apenas no abstrato e se tornam expressões de uma realidade.

As representações sociais possuem três funções que são apresentadas por Abric: função do saber, de orientação e justificadora.

a) função do saber: refere-se a capacidade que as representações sociais para fomentar uma explicação sobre a realidade a partir do conhecimento prático;

b) função de orientação: as representações sociais possibilitam interpretar a realidade, fornecendo uma orientação na forma de agir;

c) função justificadora: sua finalidade é explicar e justificar as atitudes, permitindo apoiar-se em determinadas posições abdicando de outras. (1998, p. 28-30).

Deste modo, compreende-se que as representações sociais têm o potencial de comunicar, traduzir e interpretar a realidade social, a partir do contexto e das interações em que os sujeitos estabelecem.

Antes de adentrar na ideologia é necessário compreender como as representações sociais são formadas, de acordo com Moscovici (2003) existem três processos, sendo:

1. Na objetivação há três processos pelos quais as representações sociais ganham materialidade, sendo: construção seletiva, núcleo figurativo e a naturalização.

difusão, propagação e propaganda. A difusão pode ser compreendida a partir da transmissão da fonte até o receptor, isto é, aquilo que é comunicado, a função da difusão esta em produzir opiniões.

A propagação refere-se à assimilação de outros saberes que estão previamente estabelecidos e possibilita a formação de atitudes. Esta influencia o comportamento, preparando-o para a ação, conduzindo, modificando ou reconstruindo estes comportamentos.

E enfim, a propaganda consiste em uma forma de comunicação presente nas relações sociais, sendo estas antagônicas, isto é, expressa as diferenças entre bom e mau, certo e errado, gera as incompatibilidades e as oposições. A principal função da propaganda consiste em formar estereótipos. Para Moscovici estes processos visam manipular o pensamento, sendo como:

[...] uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade, semelhantes àqueles métodos de controle 'comportamental' e de propaganda que exercem uma coerção forçada em todos aqueles a quem eles estão dirigidos. (2003, p. 54).

É a partir destes processos de difusão, propagação e propaganda que a ideologia pode encontrar espaços e estabelecer as relações de poder na formação das representações sociais. Um exemplo, destas relações foi a propagação do nazismo na Alemanha. Hitler utilizou-se destes três elementos: difusão por meio da transmissão do sentimento de nacionalismo, crenças em uma raça pura, a partir dos valores construídos historicamente pelo povo alemão. A propagação, a partir da formação das atitudes, contribuindo para abranger cada vez mais um número maior de sujeitos em reuniões, associados ao partido nazista e os meios de comunicação, tendo como propagadores os sujeitos que partilhavam destes ideais. A propaganda que apresentava a superioridade da raça ariana e detrimento do povo judeu. Os estereótipos produzidos pelo nazismo que dizimou milhares de vidas para difundir uma ideologia. Observa-se, portanto que a ideologia pode se apropriar das representações sociais, mas cabe ainda a compreender o que é a ideologia.

3 | A IDEOLOGIA

O termo “ideologia” tem sua origem no século XVIII, a partir da obra de um filósofo francês chamado de Destutt de Tracy². Posteriormente, o termo foi retomado por Napoleão Bonaparte que aferiu aos ideólogos o sentido destes serem metafísicos, os quais realizam abstrações da realidade.

De acordo com Löwy (1985) no século XIX, Marx encontra este termo nos jornais e revistas da época e a partir da definição napoleônica sobre a ideologia que no ano de 1846 Marx escreve o livro a Ideologia Alemã.

Para Guareschi (2000) a ideologia possui dois sentidos que é definido pelo autor de positivo e negativo. A ideologia é compreendida a partir de uma cosmovisão, isto é, um conjunto de ideias, valores, práticas que orientam um determinado grupo. Deste modo,

todos os sujeitos possuem uma ideologia e ideais que orientam suas ações. Além disso, a ideologia a partir de uma perspectiva positiva, ainda tem o potencial de agir, criar e produzir ou manter as relações sociais. A ideologia ressalta Guareschi “[...] seria também a produção, reprodução e transformação das experiências vitais, na construção de subjetividades.” (2000, p. 41).

No sentido negativo a ideologia perpassa um conjunto de ideias dissimuladas, mistificadas e distorcidas que contribui para obscurecer a realidade. Além disso, ela expressa os interesses dominantes.

A ideologia, portanto, pode ser considerada como um fenômeno socialmente construído e derivado dos modos de produção econômico. Para Chauí a ideologia é um “[...] sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, [...]” (2004, p. 26).

Parte-se do pressuposto de que a ideologia possui uma desvinculação, isto é, separa as ideias da produção material das condições da existência. As ideias tornam-se um atributo apenas do pensamento. Este momento, onde a ideologia ultrapassa a representação da vida e das práticas sociais, para tornar-se um discurso e é “[...] o momento no qual pretende fazer coincidir as representações elaboradas sobre o social e o político com aquilo que o social e o político seriam na realidade.” (CHAUI, 2007, p. 31). Para esta autora, a compreensão sobre a ideologia, que busca oferecer um sentido para as coisas, é necessário vincular a ideologia com o advento do Estado Moderno, pois é uma instância que se vê separado do social.

Para Löwy a ideologia para Marx possui um conceito pejorativo, isto é, insere um conceito crítico que confere a ideologia a compreensão de ser uma ilusão, a medida que “[...] se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes da sociedade.” (1985, p. 12).

Marx ainda tem como compreensão que a ideologia advém das classes dominantes, pois ao conferir um sentido de classe, já perpassa pela ideologia:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente, também pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que estes indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante. (2001, p. 72).

Para Chauí (2007) a ideologia presente na classe dominante pode ser compreendida a partir do seguinte exemplo: ao conferir que todos possuem direitos a educação, saúde e outras questões fundamentais relacionadas as necessidades dos sujeitos, realiza-se uma afirmação que não ocorre na realidade. É a partir do aspecto de contradição entre estas ideias e a realidade que se observa como a ideologia pode sobrepor a realidade. Ainda Chauí expõe que há outra contradição:

[...] entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas, excluindo delas os produtores. Porque estes se encontram excluídos do direito de usufruir os bens que produzem, estão excluídos da educação, que é um desses bens. Em geral, o pedreiro que faz a escola; o marceneiro que faz as carteiras, mesas e lousas, são analfabetos e não têm condições de enviar seus filhos para a escola que foi por eles produzida. (2007, p. 26).

Outro aspecto apontado por Marx e Engels (2001) refere-se a perda de autonomia presente na ideologia e a negação da história. A ideologia não tem história e nem desenvolvimento, ao contrário, são os homens que desenvolvem suas produções materiais, transformando o seu pensamento, a partir da realidade em que vivem. Expõe Chauí:

Ao afirmarmos que a ideologia não tem história é conveniente não supor que a sua ausência, na ideologia, se deva ao fato de que a história efetiva se realizaria em um outro lugar (por exemplo, na economia e não na política; por exemplo, nos países centrais e não na periferia). O que devemos compreender é que a ideologia procura neutralizar o perigo da história, ou seja, opera no sentido de impedir a percepção da historicidade. (2007, p. 40).

Porém, é importante ressaltar que a ideologia no sentido positivo possibilita interligar as relações entre os sujeitos, sendo capaz de criar alternativas e romper com algumas formas de dominação e manter as relações sociais. Os principais autores que são adeptos desta perspectiva sobre a ideologia estão Lukács e Lenin.

Deste modo, cabe compreendermos de que modo a ideologia pode se constituir as representações sociais.

4 | A INTERFACE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA

No início deste artigo foram colocadas duas questões norteadoras, sendo: qual a relação entre as representações sociais e a ideologia? De que forma a ideologia contribui para a constituição das representações sociais?

Primeiramente, parte-se do pressuposto de que as representações sociais e a ideologia possuem elementos conceituais e espaços definidos. As relações que aproximam as representações sociais e a ideologia são de que ambas são produzidas a partir de ideias, compreensões, do entendimento que se tem de si e do mundo em que vivem. Entretanto, é necessário estabelecer quais são as diferenças.

Para Moscovici (2011) uma forma de qualificar uma representação de social não é suficiente definir apenas quem é o sujeito que a produz, mas também o “por que” estas representações sociais foram produzidas. Deste modo, a principal diferença entre as representações sociais e a ideologia assenta-se na função social que as representações sociais possuem. Esta função ou finalidade que determina a formação de condutas e orientação nas relações sociais, a partir das comunicações sociais diferem da ideologia. Outro elemento que diferencia as representações da ideologia é que a ideologia procura

fornecer um sistema geral de pressupostos ou justificativas para as ações das classes e grupos. São formas de agir e pensar que exigem ações diferenciadas para que os objetivos sejam alcançados. Neste sentido, que Chauí expõe:

È elaborado, assim, um discurso que, partindo do discurso social (o discurso do social) e do discurso político (o discurso da política), se transforma num discurso impessoal sobre a sociedade e sobre a política. Essa passagem do discurso sobre constitui o primeiro momento na elaboração da ideologia. (2007, p. 30).

Além disso, o campo da ideologia é o campo do imaginário. O imaginário social pode ser definido como ressalta Moraes:

[...] um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade. (2002, p.?).

È a partir deste imaginário que a ideologia procura organizar um conjunto sistemático de imagens e representações para explicar ou justificar a realidade.

Outro elemento, que denota uma grande diferença está na concepção negativa da ideologia, sendo um conjunto de ideias distorcidas, estáticas, sem modificações. Ao contrário as representações sociais são instáveis, moveis e possui dimensões maiores do que a ideologia. Para Guareschi “[...] ao estudarmos uma representação social não nos fixamos imediatamente no caráter de positividade ou negatividade. Essa é uma questão posterior que, no caso, só interessa a quem estuda a ideologia.” (2000, p. 44). Assim, é a partir do momento que se questiona se uma representação social é boa ou ruim, é certa ou errada, impõe compreendê-la a partir dos aspectos ideológicos.

A ideologia enquanto processo de constituição das representações sociais pode percorrer as diferentes formas de compreender o que é a ideologia. Para Guareschi a ideologia “[...] trabalha no sentido de produzir, reproduzir e transformar subjetividades.” (2000, p. 45). E encontra nas representações sociais um meio de se legitimar.

Para Chauí o discurso ideológico sustenta-se porque não pode dizer até o fim aquilo que pretender dizer, pois se dizer “[...] se preencher todas as lacunas, ele se autodestrói como ideologia.” (2007, p. 33).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo esteve orientado por duas questões principais: qual a relação entre as representações sociais e a ideologia? De que forma a ideologia contribui para a constituição das representações sociais?

Compreende-se que embora as representações sociais e a ideologia tenham visivelmente um conceito que divergem, isto é, as representações sociais possuem uma

dimensão maior do que a ideologia, ambas também se aproximam enquanto um conjunto de valores, crenças presentes no imaginário social, sendo legitimados pela tradição.

Outra questão, é que a ideologia possibilita constituir as representações sociais a partir das formas simbólicas, práticas sociais e culturais que são regulam as relações sociais dos sujeitos. Esta talvez seja o elemento condutor que une as duas.

De acordo com Guareschi (2000), Moscovici não delineou o percurso que a ideologia realiza no processo de elaborações das representações sociais. O que impõe pensar que a ideologia pode circular a partir das suas perspectivas (ideologia negativa ou positiva).

Conclui-se, que a ideologia opera e tem o potencial de se consolidar, a medida que suas ideias, valores e práticas se legitimam nas relações sociais a partir propagação das representações sociais.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia S. P.; OLIVEIRA, Denize C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. 328 p.

BERGE, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: um livro sobre a sociologia do conhecimento. 2 edição. Malivro, 2004. 207 p.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUARESCHI, P. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis : EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24122/0>>. Acesso em: 13 de novembro de 2013.

JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/61566294/Representacoes-Sociais-Cap-01-Jodelet>> Acesso em: 23 de setembro de 2012.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2003. 404 p.

_____. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012. 456p.

MORAES D. **Imaginário social e hegemonia cultural**. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. 306 p.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 110 p.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é assistente social do Centro de Socioeducação de Ponta e tutora da especialização em Gestão Pública/RESTEC pela UEPG. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 29, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43

Agronegócio 89, 98, 101, 147, 152

Análise do Discurso 77, 78, 79

Antipetismo 77, 85, 86

Áreas Centrais 29, 30, 33, 35, 43

Assessoria de Imprensa 45, 54, 56, 57, 83, 84

B

Bibliotecas 1, 2, 3, 4, 5

Blogs 77, 79

C

Caminhabilidade 29

Capitalismo 10, 120, 125, 126

Cárcere Feminino 127

Cartografia 89, 94, 99

Comunicação Pública 45, 47, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58

Constituição 8, 9, 12, 13, 16, 17, 23, 54, 56, 62, 122, 123, 124, 125, 148, 149, 151, 152, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 200, 205, 206

Cooperado 171, 175, 179

Cordialidade 59, 61, 63

Criatividade 181, 182, 183, 186, 189

D

Diferenças Salariais 103, 105, 107, 113, 116

Discriminação 68, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 159

Discurso Jornalístico 77

Dispositivos Móveis 1, 2, 4

E

Empreendedorismo 181, 182, 183, 184, 189, 190

Estados Nacionais 89, 92, 99, 102

Exclusión Financiera 130, 131, 133, 134, 144, 146

Experiência do Usuário 1

Exportação 71, 98, 147, 148, 149, 150, 151, 152

F

Fragmentação 59, 62, 63, 98

Fronteira 23, 89, 92, 94, 125

Fuentes no Formales de Financiamiento 130, 131, 134

G

Gestão Pública 18, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 209

Guarani 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102

H

Habeas corpus 127, 128, 129

I

Informalidad 130, 131, 134, 135, 144, 145

Inovação 5, 89, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190

Interatividade 1

J

Jornalismo 56, 58, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 87

Jornal Nacional 67, 68, 69, 73, 74

M

Mercado de Trabalho 25, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 115, 116, 118, 122, 123, 126

Mídia e Política 45, 46

Minorias 59, 63, 65, 68, 75

Mobilidade 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 89, 91, 93, 94, 102

Modelo Probit 130, 139

Modernização 7, 8, 9, 10, 11, 13, 61

N

Novos Negócios 181, 182, 183, 186, 187, 188

P

Patrimonialismo 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 61

Poder 11, 12, 13, 14, 15, 31, 35, 48, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 75, 79, 86, 106, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 127, 148, 152, 172, 203

Políticas Públicas 7, 18, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 35, 46, 47, 49, 51, 103, 109, 115, 117, 118, 119, 125, 126, 209

Previdência Social 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Princípios do Cooperativismo 171, 172, 174, 178

Prisão Domiciliar 127, 128

Psychological Safety 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199

R

Racionamento de Crédito 130, 131, 132, 144

Racismo Estrutural 67, 69, 70, 73, 74, 75

Rarefação do Sujeito 77, 84, 87

Realidade Aumentada 1, 2, 3, 4, 5, 6

Redes Sociais 47, 48, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 82

Relações Interpessoais 53, 117, 119

Representatividade 67, 68, 69, 70, 73, 74, 106, 111

S

Sistema Único de Saúde 20, 27, 56

Socio-Emotional Learning 191

T

Tecnologia da Informação 1

Território 23, 29, 31, 32, 43, 62, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 102, 104

Tributação 147, 151

V

Violência 64, 70, 88, 102, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 170

Voice 191, 192, 196, 197, 198, 199

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 